

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

O Corpo de Estado-Maior
do Exército Português:
Apogeu e Queda

Coordenador:

Luis Nuno Rodrigues

Centro de Investigação de Segurança e Defesa
Maio de 2015

Nota:

Todos os conteúdos (texto e imagens) desta publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es), não reflectindo necessariamente os pontos de vista do Instituto de Estudos Superiores Militares.

Diretor

Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias

Editor-chefe

Major-General Jorge Filipe M. Moniz Côrte-Real Andrade

Coordenador Editorial

Coronel Tirolcinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

Núcleo Editorial e Design Gráfico

Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos Albertos dos Santos Madureira
Tenente-Coronel Nuno Manuel Antunes Pires

Propriedade

Instituto de Estudos Superiores Militares
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa
Tel.: 213 002 100
Fax.: 213 002 179
E-mail: cisdi@iesm.pt
www.iesm.pt/cisdi/publicacoes

Pré-Impressão e Distribuição

Fronteira do Caos Editores
Rua Diogo Cão, 1242 r/C Esq.
4200-259 PORTO
Tel: 225 205 005
e-mail: fronteiradocaos@netcabo.pt
www.frenteiradocaoseditores.pt

ISBN 978-989-93171-4-9

Depósito Legal 392 301/15

Tiragem 200 exemplares

© Instituto de Estudos Superiores Militares, 2015

ÍNDICE DE ASSUNTOS

PREFÁCIO	ix
Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias	
1. Introdução	1
Luís Nuno Rodrigues	
2. A Instituição do Estado-Maior: problemas, questões e definição numa perspetiva comparada europeia	5
Stefano Loi	
Introdução	5
1. A historiografia militar e os Estados Maiores: o Estado da Arte e a questão teórica	7
2. Os Estados Maiores europeus: a análise dos casos alemão, francês, britânico e português	17
3. A fundação do Estado-Maior: o caso prussiano/alemão	18
4. A difusão do Estado-Maior na Europa: o caso francês	24
5. O Estado-Maior de uma potência não continental: o caso britânico	29
6. Uma Instituição híbrida e problemática: o caso português	34
Conclusões	41
Bibliografia	44
Artigos	45
3. A refundação do Corpo de Estado-Maior do Exército e a Segunda Guerra Mundial	47
João Campos Neves	
Introdução	47
1. A refundação do Corpo de Estado-Maior	49
a. Contextualização histórica e as reformas militares de 1937	49
b. A tentativa de subordinação das Forças Armadas ao Estado Novo	53
c. A reorganização do Corpo de Estado-Maior	54
2. O CEM e a Segunda Guerra Mundial	60
a. Contextualização histórica	60
b. A visita militar do Estado-Maior Português em 1941	61
c. A viagem dos alunos finalistas do Curso de Estado-Maior em 1942	66

Conclusão	68
Fontes Primárias	69
Bibliografia	69

4. Uma sociografia dos oficiais do Corpo de Estado-Maior do Exército Português (1938-1974)

João Freire	73
1. Preliminares	73
a. Orientação metodológica: fontes documentais e testemunhos memoriais	75
b. Distinções terminológicas e conceptuais	80
c. Lugar relativo do “Estado-Maior” no Exército	86
2. Análise do conjunto dos oficiais do CEM	86
a. O universo do CEM (1938-1974)	89
b. Armas de origem	90
c. A carreira do CEM	99
d. Modos de saída do CEM	100
e. O culminar das carreiras dos oficiais do CEM	101
3. Altos cargos assumidos pelos oficiais do CEM	101
a. Desempenhos nos altos-comandos militares	108
b. Desempenhos políticos no Estado	113
c. Actividades civis	114
4. A “super-elite” do CEM	117
a. Análise biográfica	159
b. Grupos, proximidades, tensões e clivagens: análise psico-sociológica	168
Conclusões	170
Anexos	187
Bibliografia e Fontes	

5. O Corpo de Estado-Maior nos anos 1950: dinâmicas externas e consequências internas

Daniel Marcos	189
1. O CEM entre a reforma de 1937 e a adesão de Portugal à NATO	190
2. O impacto da NATO nas Forças Armadas portuguesas	193
3. Os constrangimentos externos ao nível do recrutamento e formação dos oficiais do CEM	197

4. As alterações legislativas e as consequências para o Quadro do CEM	203
Conclusão: estrangimentos externos e resistência à mudança	213
6. O Corpo de Estado-Maior e a doutrina de contra subversão portuguesa, 1958-1963	215
Jorge Ribeiro	
Introdução	215
1. A construção do “modo português”	216
a. A geração NATO	216
b. As fontes de doutrina	218
c. As missões de estudo à Argélia	220
2. Os Manuais Azuis	226
a. Os Cursos no IAEM	226
b. A inversão de doutrina	228
c. O Curso de Estado-Maior de 1961/62	230
Conclusão	233
7. Militares e Política: a Abrilada de 1961 e a Resistência do Salazarismo	239
Luís Nuno Rodrigues	
Introdução	239
1. Os Reformistas do Corpo de Estado-Maior no Governo	240
a. A remodelação governamental de 1958	240
b. Os reformistas e a situação das Forças Armadas	242
c. As reformas	243
d. Uma nova política de Defesa	246
e. Resistências	248
2. Da questão militar às questões políticas	249
a. Os “acontecimentos” em Angola	249
b. No Conselho Superior Militar	251
c. A posição americana	253
3. Após o “15 de Março”	257
a. A carta a Salazar	259
4. Golpe de Estado!	261
a. A intervenção de Santos Costa	262
b. Primeira audiência com Américo Tomás	263
c. Reuniões “conspiratórias”	264
d. Mais conversas com Américo Tomás	266

e. Confronto com Arriaga	267
f. Salazar prepara-se para o embate	268
5. 13 de Abril: “os senhores andam para aí a conspirar” ...	269
Conclusões	274
Fontes e Bibliografia	280
8. A extinção do Corpo de Estado-Maior em 1974	283
Ana Mónica Fonseca	
1. Composição e percurso dos Oficiais do CEM	284
2. O processo de extinção do CEM	287
a. A nova organização militar pós-25 de Abril de 1974	287
b. A Extinção do Corpo de Estado-Maior do Exército	291
Conclusões	298



PREFÁCIO

Foi com redobrado interesse que, desde o primeiro momento, o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) se associou a este projeto.

O conjunto de textos desta publicação, não só toca nas fundações do Instituto de Altos Estudos Militares e do Curso de Estado-Maior, dos quais o IESM e o Curso de Estado-Maior Conjunto são legítimos legatários, como aborda, também, um tema pouco estudado, principalmente nos meios académicos civis.

O “Corpo de Estado-Maior”, objeto de estudo que gerou importantes sinergias entre diversos centros de investigação, nomeadamente o Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE-IUL (CEHC-IUL), o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, aos quais o IESM se associou, tem a sua génese e grande parte da sua história ligada ao IAEM.

Inicialmente instalado no Palácio Real de Caxias, sucessor da Escola Central de Oficiais (ECO) fundada em 26 de maio 1911, a criação do IAEM, em 10 de janeiro de 1940, conclui um processo de evolução dos estabelecimentos de ensino do Exército nos quais ao longo do tempo se foram ministrando conhecimentos de “estado-maior”. A partir de 14 de maio de 1959 o IAEM ficou definitivamente instalado em Pedrouços, nos terrenos pertencentes à antiga Quinta dos Duques de Cadaval, continuando a ministrar regularmente três Cursos: o Curso de Altos Comandos, o Curso de Estado-Maior e o Curso de Promoção a Oficial Superior.

A frequência do Curso de Estado-Maior constituía a porta de entrada para o Corpo de Estado-Maior, condição que, como nos é apresentada neste trabalho,

não era, contudo, suficiente para garantir o acesso a este grupo restrito. Os oficiais do Corpo de Estado-Maior, em quem se depositavam grandes expectativas, eram objeto duma meticulosa seleção dado que aos seus membros estavam reservadas as mais altas funções no Exército e no país. Não é de estranhar, pois, que, no seu percurso de vida, muitas destas personalidades tenham participado em alguns dos acontecimentos mais marcantes da história recente de Portugal.

O tema e a época em estudo exigiam a constituição dum conjunto multidisciplinar de investigadores, civis e militares, que pudessem ajudar a compreender o papel que estes homens tiveram em períodos como a II Guerra Mundial, a fundação da NATO, ou a Guerra em África.

Deste modo nunca é demais reforçar a importância de que para nós se reveste, como Instituição aberta à sociedade, a possibilidade de poder continuar a participar no esforço de divulgação de temas que, como no caso presente, integram o número 4 da coleção “ARES”. São temas de interesse abrangente, não só para as Forças Armadas como também para as organizações civis, uma vez que este projeto, ao estudar a história de um “corpo de oficiais” do Exército, estudou também um período da vida de Portugal especialmente intenso e conturbado, de grandes transformações em todos os planos.

Considerando a qualidade dos trabalhos agora publicados, o conjunto de conferências proferidas por individualidades nacionais e internacionais a que tive oportunidade de assistir em julho de 2013 e a excelente avaliação que foi atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, é minha convicção que os objetivos inicialmente traçados para este Projeto de Investigação foram plenamente alcançados.

A forma como o Projeto se desenvolveu constitui uma referência de excelência que deverá servir como incentivo para outros projetos da mesma natureza, no sentido de aumentar a credibilidade e relevância da investigação efetuada nestes centros.

Por último, resta-me agradecer e garantir que o IESM continuará a estar disponível para participar em iniciativas como a que deu lugar ao “Corpo de Estado-Maior do Exército Português: apogeu e queda”.

Aos seus participantes, os meus parabéns.

O IESM expressa a todos os votos de proveitosa leitura.

O Diretor do IESM

Rui Manuel Xavier Fernandes Matias
Tenente-General

1. INTRODUÇÃO

Luís Nuno Rodrigues

Este livro é composto por um conjunto de trabalhos elaborados no âmbito do projeto “O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: apogeu e queda”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, com a referência PTDC/HIS-HIS/102382/2008. O projeto teve como instituição de acolhimento o Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE-IUL (CEHC-IUL) e como instituições participantes o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

O objetivo central deste projeto foi efetuar uma investigação aprofundada sobre o Corpo de Estado-Maior do Exército Português (CEM) durante o período do Estado Novo, mais concretamente entre 1937 e 1974. Embora tenha existido em Portugal um serviço de Estado-Maior no Exército desde o início do século XIX, foi a partir de 1937 que este corpo se institucionalizou de forma tal que rapidamente criou a reputação de uma elite, intelectual e decisória. A modernização das forças militares terrestres, na sequência da Segunda Guerra Mundial e da adesão de Portugal à NATO, deveu muito à intervenção, técnica e política, deste corpo. E, de seguida, o início das ações armadas em África colocou também à prova as doutrinas, conceções e capacidades destes militares para enfrentarem e resolverem os problemas derivados da missão que lhes foi cometida pelo governo, ou seja, a defesa militar da

soberania portuguesa nas colónias africanas. A consequência política deste desempenho e do envolvimento dos seus mais proeminentes generais com o regime político do Estado Novo foi, após a revolução de 1974, a dissolução do Corpo de Estado-Maior.

A obra agora dada à estampa, organiza-se de acordo com estes pressupostos. O primeiro texto desta obra, da autoria de Stefano Loi remete-nos para uma dimensão comparativa do objeto de estudo que foi, desde o início, uma das premissas essenciais do projeto. Depois de uma reflexão inicial sobre a historiografia militar e os “estados-maiores”, o autor debruça-se sobre a instituição do Estado-Maior no contexto europeu, analisando em particular os casos alemão, francês e britânico, fornecendo, assim, um enquadramento fundamental para compreendermos a experiência portuguesa.

De seguida, João Neves aborda o período da chamada “refundação” do Corpo de Estado-Maior (CEM), remetendo-nos para a génese do CEM e, também, do Instituto de Altos Estudos Militares. Explicam-se aqui as razões políticas da “refundação” do CEM no século XX, identificando os diplomas legais e os regulamentos que enquadraram a sua ação, salientando os momentos principais da sua evolução e as reformas que conheceu. O texto aborda igualmente a evolução do CEM durante o período da segunda Guerra Mundial, em particular os contactos internacionais dos seus oficiais, estabelecidos através de visitas de estudo ao estrangeiro e de missões de observação.

O texto de João Freire é uma das peças centrais deste livro e do projeto que lhe esteve subjacente. Uma verdadeira “sociografia” dos oficiais do CEM, este capítulo permite-nos compreender quem foram esses oficiais, quais as suas origens, como se organizava a sua formação, como se desenvolveram as suas carreiras e que altos cargos assumiram durante o período de vigência do Estado Novo. Com recurso a uma metodologia diversificada, que vai desde a análise documental à realização de entrevistas, o autor confere especial destaque ao que denomina de “super-elite” do CEM, isto é, um conjunto de oficiais do CEM que durante o Estado Novo, ocuparam cargos de maior relevo quer sob o ponto de vista político, quer sob o ponto de vista militar.

No capítulo seguinte, Daniel Marcos explica-nos o modo como o novo sistema internacional da Guerra Fria e a criação da NATO se refletiram na organização das Forças Armadas portuguesas e qual o papel do CEM na incorporação desses novos princípios e dessas novas práticas. Uma vez mais, identificam-se os diplomas legais e os regulamentos que enquadram a ação do CEM e também a evolução do ensino nos cursos de Estado-Maior durante este período.

Já Jorge Ribeiro debruça-se sobre o papel central desempenhado pelos oficiais do CEM na elaboração de uma doutrina portuguesa da guerra contra-subversiva que, gradualmente, viria a ser adotada nos três teatros de guerra, entre 1961 e 1974. Percebemos assim a forma como os oficiais do CEM enfrentaram e resolveram os problemas colocados pelas guerras independentistas nas colónias portuguesas, contribuindo de modo decisivo para a adaptação do conjunto das Forças Armadas portuguesas ao tipo de conflito que tiveram de enfrentar naquele contexto.

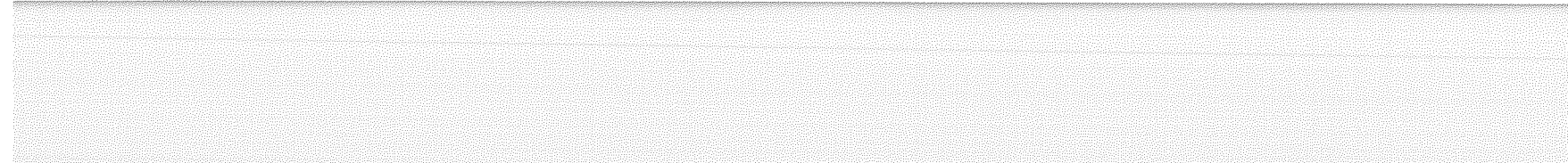
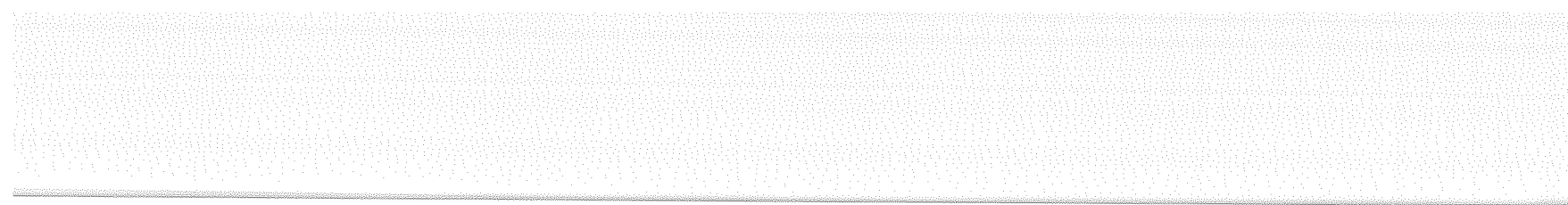
A envolvimento política de alguns oficiais do CEM é também explorada no texto da autoria de Luís Nuno Rodrigues, que se debruça sobre a participação de um grupo de destacados oficiais do CEM na tentativa de golpe de Estado ocorrida em Abril de 1961. A conspiração fracassada tinha por objetivo derrubar não apenas o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, como o próprio Presidente da República, Américo Tomás. Foi a chamada “Abrilada de 1961”, a última tentativa significativa de intervenção militar na vida política portuguesa antes de 1974 e, na sua fase derradeira, uma tentativa de promover um golpe de Estado, com o afastamento dos dois principais responsáveis políticos do país.

Por fim, o texto de Ana Mónica Fonseca aborda a extinção do CEM que ocorreu após o derrube do regime autoritário português, sendo extinto antes do final de 1974. Num primeiro momento, a autora identifica os oficiais que faziam parte do CEM à data do 25 de abril de 1974, acompanhando o seu percurso político e militar nos anos que se seguiram à mudança de regime. Depois, detém-se na extinção do CEM, integrando esse processo na nova organização militar pós-25 de abril de 1974. O CEM viria a ser formalmente extinto através do Decreto-Lei 634/74, de 20 de Novembro de 1974.

Da leitura da obra, esperamos sinceramente, ficará uma visão de conjunto do que foi o Corpo de Estado-Maior do Exército no período compreendido entre 1937 e 1974, do papel por si desempenhado no seio da instituição militar, mas também no contexto político da época. De igual modo, a ação do CEM é também lida à luz dos vários contextos internacionais que percorrem o período e que, por vezes de forma decisiva, influenciaram a sua evolução.

Por fim, uma palavra de agradecimento para o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), na pessoa do seu Diretor, o Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias, por ter decidido acolher na prestigiada coleção ARES a publicação desta obra.

Luís Nuno Rodrigues
Lisboa, 2015



A Instituição do Estado-Maior: problemas, questões e definição numa perspetiva 2. comparada europeia

Stefano Loi

Introdução

A Instituição militar do Estado-Maior constitui um ponto de viragem extremamente importante no âmbito da evolução militar europeia e mundial, quer de um ponto de vista institucional-militar, quer de um ponto de vista político e cultural. As razões da importância desta Instituição residem no papel desempenhado por este órgão na organização e gestão dos aparelhos militares numa fase histórica crucial como a passagem do século XVIII para o século XIX, altura de radicais mudanças nos exércitos europeus em termos numéricos, tecnológicos, de articulação interna dos corpos, e, por conseguinte, nas táticas e nas estratégias adotadas pelas chefias dos exércitos; outrossim, o papel desempenhado pelos Estados Maiores era de criar os alicerces teóricos da ação militar prática, ou seja a estruturação de uma doutrina militar, portanto um *framework* teórico que funcionasse como uma ponte entre a cultura militar e estratégica de um país e da sua chefia militar e os planos das possíveis operações formulados pelos Estados Maiores; para além destas razões definíveis de ordem prática, a importância desta Instituição emerge na relação que teve com as autoridades políticas dos países onde nasceu, relação que investiu também a sociedade civil em termos mais amplos, pois, como se verá *infra*, os Estados Maiores normalmente alcançaram os vértices dos Estados onde surgiram, num *crescendo* culminado com a Primeira Guerra Mundial.

Neste breve contributo, depois uma parte introdutória relativa ao Estado da Arte acerca da literatura científica relativa à Instituição do Estado-Maior, passar-se-á a enfrentar os quadros teóricos que mais influenciaram a historiografia militar no último século, nomeadamente analisar-se-ão as consequências do pensamento dos historiadores da *École des Annales* na evolução do estudo da história militar e, enfim, tentar-se-á dar uma perspetiva teórica adequada ao estudo do surgimento e da evolução dos Estados Maiores. O corpo central do contributo será dedicado à descrição do surgimento da Instituição dos Estados Maiores em 4 países europeus: Prússia-Alemanha, França, Reino Unido da Grã Bretanha e Portugal. Neste sentido, proceder-se-á nas conclusões a uma análise comparada dos Estados Maiores considerados para tentar propor, através do quadro teórico proposto na introdução, uma definição desta Instituição.

Este contributo nasce da necessidade de proporcionar uma perspetiva internacional e comparada às questões levantadas pelo surgimento e evolução da Instituição do Estado-Maior¹; o surgimento e a evolução do Corpo de Estado-Maior português apresenta características que o ligam aos Estados Maiores dos outros países considerados, portanto para entender melhor a evolução desta Instituição em Portugal foi considerado necessário analisar a evolução das outras correspondentes Instituições europeias. No decorrer da análise comparada, surgiu também o problema de chegar a uma definição que caracterizasse melhor esta Instituição, pois as definições até agora encontradas revelaram-se, na opinião de quem escreve, não particularmente adequadas para identificarem de forma resumida os aspetos salientes dos Estados Maiores; seria todavia pretensioso sustentar que os resultados que virão a ser apresentados nas conclusões possam ser considerados definitivos ou possam fechar o debate sobre o surgimento, a evolução e a definição de Estado-Maior; o objetivo deste contributo é sim, pelo contrário, oferecer um ponto de partida para aprofundar um problema historiográfico importante qual é o surgimento e a definição de Estado-Maior, problema até agora pouco investigado, adotando uma perspetiva comparada e um quadro teórico diferente dos padrões teóricos dominantes a vertente militar da historiografia contemporânea.

¹ O presente capítulo integra o projeto de investigação “O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: Apogeu e queda” (PTDC/HIS-HIS/102382/2008), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Gostaria de agradecer ao Professor Luís Nuno Rodrigues por me ter dado a possibilidade de participar neste projeto e a todos os colegas do projeto pelas sugestões e pelo apoio que me deram ao longo do desenvolvimento deste estudo.

1. A historiografia militar e os Estados Maiores: o Estado da Arte e a questão teórica

A historiografia do último século, não obstante haja ampliado imensamente as suas vertentes e construído muitos novos âmbitos de investigação, mostrou quase em cada fase da sua evolução uma reticência para com a história militar, nomeadamente para com a história dos Estados Maiores. Apesar da disciplina histórica se haver tornado gradualmente um campo de estudo e investigação com pretensões científicas e apesar de haver abandonado, gradualmente mas, não obstante os imensos progressos, ainda não completamente, as funções política e apologética para com a sociedade, a vertente militar da historiografia contemporânea parece haver sido abandonada num lugar secundário ou até marginal. Outrossim é necessário acrescentar que se quanto descrito *supra* é uma regra geral da evolução da historiografia militar, este problema historiográfico torna-se ainda mais grave se se considerar o âmbito específico da historiografia relativa à Instituição do Estado-Maior. Numa pesquisa aturada sobre a literatura historiográfica existente dedicada aos Estados Maiores dos quatro países considerados, pesquisa que tinha como únicos limites a procura de obras não anteriores à Segunda Guerra Mundial e dedicadas principalmente aos Estados Maiores, excluindo portanto obras de carácter militar em termos gerais, os resultados obtidos foram os seguintes: as obras dedicadas mormente a esta Instituição são menos de dez; esta literatura é essencialmente dedicada aos Estados Maiores prussiano, alemão e britânico; não se encontraram obras dedicadas ao Estado-Maior francês; o surgimento e a evolução do Corpo do Estado-Maior português são apresentados sinteticamente numa única obra que, aliás, tem mais os caracteres de uma cronologia do que uma obra propriamente historiográfica².

As razões desta escassez de recursos bibliográficos³, necessários para começar e orientar uma pesquisa mais aprofundada sobre esta Instituição militar, são várias. Em primeiro lugar, é necessário sublinhar como desde a origem da historiografia, tradicionalmente atribuída a Heródoto com as suas

² Trata-se de uma Separata do Buleim do Estado-Maior do Exército Português com título Breve Notícia Histórica acerca do CORPO DE ESTADO-MAIOR, publicado em 1969. Neste caso, fala-se em termos de “cronologia” pois esta breve notícia é essencialmente uma sucessão de datas e descrições sumárias dos eventos salientes que caracterizaram o Corpo de Estado-Maior português e a sua evolução e acrescentada com breves biografias dos Chefes do Corpo de Estado-Maior desde a sua fundação.

³ Para além dos recursos bibliográficos, é necessário citar um conjunto não muito amplo mas precioso de artigos académicos relativos aos Estados Maiores. Todavia, é claro como as informações contidas nos artigos sejam fragmentadas e raramente possam ser consideradas como ponto de partida ou elemento de orientação para uma síntese acerca desta Instituição.

στοπίαίαι, a vertente militar sempre desempenhou um papel de protagonista, pois a história era considerada uma sucessão de eventos salientes protagonizados pelos exércitos, as batalhas e, sobretudo, a chefia militar, que até a épocas recentes correspondia, salvo poucas exceções, aos supremos líderes políticos. Esta dinâmica repete-se também no século XIX, depois do surgimento dos primeiros Estados Maiores, pois a historiografia não era ainda uma disciplina que podia ser considerada científica; neste sentido, a história de Instituições políticas ou militares era pouco ou nada considerada, salvo as histórias apoloéticas ou hagiográficas das casas reais e das personalidades relevantes de cada país. Por estas razões, os Estados Maiores não eram considerados entidades que tinham uma dignidade e um interesse historiográficos tais que induzissem ou favorecessem uma análise ou investigação, mas sim eram considerados como o espaço, o âmbito onde agiam personalidades de relevo que tinham a dignidade de serem investigados sendo consideráveis como exemplos para as gerações militares futuras. Neste respeito a história era substancialmente pontual – salientando elementos como guerras e batalhas – e biográfica – ou seja salientando a ação individual de personalidades consideradas as mais importantes de um país ou, banalmente, os méritos político-militares delas –.

Com a proposta historiográfica da *École des Annales* os princípios base da historiografia mudam radicalmente. Os *Annalistes* propõem uma historiografia que se afasta dos cânones tradicionais descritos sumariamente *supra*. A disciplina histórica não devia ser um meio de propaganda política, apoloético, justificatório ou hagiográfico como sempre foi, mas sim uma disciplina fundamentada cientificamente por documentos escritos e pesquisas aturadas, com ambições objetivas, que não se foque nos eventos pontuais das histórias como as batalhas mas que analise no médio e longo prazo a evolução de âmbitos até aquele momento quase ignorados da historiografia tradicional quais a economia, a sociedade e a civilização *senso latu*⁴. Nesta reformulação dos alicerces teóricos da historiografia, em muitos sentidos o ato fundador da historiografia moderna, se por um lado haviam sido postas as bases contextuais para o nascimento da história das instituições através da superação da história

⁴ Refere-se aqui a opinião expressa por Georges Duby, historiador da segunda geração da *École des Annales*, que sustentava que a história que ele e os seus colegas *Annalistes* escreviam “rejetait sur les marges l'événementiel, répugnait au récit, s'attachait au contraire à poser, à résoudre des problèmes et, négligeant les trépidations de surface, entendait observer dans la longue et la moyenne durée, l'évolution de l'économie, de la société, de la civilisation”. Veja-se Duby, Georges, *La dimanche de Bouvines* (27 juillet 1214), Paris, Gallimard, 1973. A opinião de Duby é outrossim interessante pois o historiador francês foi autor de diversas obras de história militar como *Guillaume le Marechal* onde os novos alicerces teóricos da historiografia são bem presentes e reconhecíveis.

individual-biográfica, por outro lado não havia espaço para a história militar tout-court, pois a história militar – assim como era escrita até ao início do século XX – compartilhava os elementos que os *Annales* se propunham de ultrapassar, ou seja era tendencialmente limitada à chefia político-militar de um país, portanto gerando uma dinâmica biográfica, e concentrava-se nos eventos pontuais como as batalhas afastando-se de dinâmicas temporais como o médio e longo prazo. Com a difusão e aceitação da nova perspectiva teórica proporcionada pelos *Annales* o número de obras de história militar caiu e o interesse da comunidade académica e o público em geral desta vertente historiográfica também diminuiu. Obras de carácter militar tornaram-se obras escritas por militares em prol da instrução de outros militares, portanto deram lugar a uma dinâmica de passagem de conhecimentos num círculo fechado, ou seja os círculos militares e as academias.

Todavia a mudança radical avançada pela *École des Annales* contribuiu também para uma renovação radical dos alicerces teóricos da história militar. A história militar anterior aos *Annales*, como descrito *supra*, era essencialmente uma história focada na chefia militar e nas batalhas e guerras; a partir sobretudo dos anos a seguir à Segunda Guerra Mundial a história militar começa a manifestar as influências mais positivas das novas perspetivas dos *Annales*: a historiografia militar abandona tendencialmente e gradualmente as intenções apologéticas ou hagiográficas e começa a assumir pretensões científicas, fundamentando-se sobre documentos e relatórios; outrossim a historiografia militar tende a ser mais abrangente, ou seja não limitando-se à análise de batalhas de um ponto de vista essencialmente tático e à biografia das personalidades militares mais relevantes de um país, mas sim começando a analisar as estruturas dos aparelhos militares, as Instituições que compõem os exércitos e as armadas, as pessoas que compõem os exércitos e a chefia militar; um outro importante elemento de novidade é constituído pelo estudo das relações entre os militares e os civis, a partir do recrutamento dos soldados até às relações entre os chefes militares e os chefes políticos de um país; de um ponto de vista mais técnico, a nova história militar tentou – com sucesso – debruçar-se sobre âmbitos mais específicos da vida militar de um país e da construção do seu aparelho militar, analisando elementos como as armas, a composição das várias unidades, a percentagem de oficiais e qual era a instrução deles, quais eram as academias que proporcionavam a instrução militar e como eram organizadas e, mais em geral, como evoluíam os aparelhos militares, ou seja conferindo uma dinâmica mais diacrónica à história militar ao contrário da dinâmica cronológica mais pontual da história militar anterior.

O resultado destas diversas e numerosas inovações foi uma história militar nova, mais fundamentada, mais abrangente e, sobretudo, mais científica. A partir dos meados dos anos '50 começou o debate sobre a *Military Revolution* proposta por Michael Roberts, provavelmente a mais abrangente proposta de síntese de historiografia militar de sempre, proposta que nas décadas a seguir induziu a abertura de outras novas linhas de investigação historiográfica como a *New Military History*, que se propunha como novo *framework* teórico que tentava sistematizar as sugestões dos *Annalistes* e aplicá-las também no âmbito da história militar, e novos conceitos historiográficos tais como a Cultura Militar, ou seja como a vertente militar é considerada e interpretada nas dinâmicas culturais de um país ou de uma comunidade social, ou outros termos como o mundo militar *senso latu, id est*, nas suas vertentes práticas e teórico-culturais, é vivido e assimilado pelas – e nas – dinâmicas culturais e sociais de uma comunidade; a Cultura Estratégica, ou seja como os eventos histórico-militares salientes relativos a uma comunidade político-social influenciam e determinam a tomada de decisões militares práticas pela chefia militar de um país; e a *Revolution in Military Affairs*, conceito que pode ser considerado como evolução da *Military Revolution* robertsiana citada *supra*, que tenta explorar e investigar sobre as novas dinâmicas bélicas contemporâneas no que diz respeito à presença de uma arma como a bomba atómica e contextos bélicos tridimensionais, no sentido de não serem determinados essencialmente pelos exércitos terrestres e pela marinha de guerra mas também pelas forças aéreas, e autenticamente globais. Em termos gerais pode-se dizer portanto que a historiografia militar depois dos *Annales* abre-se às sugestões e aos resultados de outras disciplinas humanísticas e vertentes historiográficas, ampliando assim os seus horizontes e propondo-se numa forma renovada e mais abrangente, com pretensões científicas e alicerces sólidos construídos sobre recursos documentais e uma perspectiva não orientada para a apologia ou a justificação política. Apesar deste renovado contexto historiográfico, a história dos Estados Maiores não parece ter encontrado muito interesse na comunidade académica.

Uma importante voz crítica à impostação teórica dos *Annalistes*, mas que acaba por se contrapor também à teoria historiográfica tradicional antes da *École des Annales*, é a do historiador inglês John Keegan. A sua crítica é, na opinião de quem escreve, um *in medio stat virtus* que consegue harmonizar as propostas da historiografia francesa com um ponto de vista mais prático ou funcional que não se pode excluir da investigação histórico-militar. Na obra *The face of the battle* sustenta o historiador inglês que:

A Instituição do Estado-Maior: problemas, questões e definição numa perspectiva comparada europeia

*Military history is many things. It is, and for many writers past and present is not very much more than, the study of generals and generalship [...]. The trouble with this sort of books is that they lose sight of what armies are for. Armies are for fighting. Military history, we may infer, must in the last resort be about battle*⁵.

O ponto de vista do historiador inglês é particularmente interessante pois encontra o ponto fraco da historiografia tradicional antes dos *Annalists* e da historiografia sucessiva à proposta da escola historiográfica francesa. Se por um lado uma parte importante da historiografia tradicional era orientada para a descrição da vida e obras dos grandes chefes militares, frequentemente em tom hagiográfico, e por outro era essencialmente uma história das guerras e das batalhas, depois da intervenção e do êxito das perspectivas propostas pelos *Annalists* a história militar sim abandona a vertente hagiográfica da biografia e a vertente recitativa e descritiva da história das batalhas mas também, e volta-se a citar Keegan, perde de vista a que servem os exércitos, que se pode também interpretar como perder de vista a dinâmica *évènementielle* que, naturalmente, pertence à natureza mais profunda das Instituições militares, pois se por um lado é verdade que estas Instituições se podem analisar no médio e longo prazo e como elementos que derivam da e pertencem à cultura de uma sociedade, por outro lado também é verdade que a existência das Instituições militares alcança o zénite e resolve-se em eventos pontuais como guerras ou até batalhas. A proposta de Keegan não é, em última análise, um desejo de volta à historiografia do século XIX, mas sim modificar o rumo da perspectiva dos *Annalists*: noutros termos, trata-se de ter em consideração todas – ou pelo menos as demais – faces que compõem Instituições complexas e articuladas como as Instituições militares, incluindo portanto os elementos introduzidos pela historiografia francesa da *École des Annales*, outrossim de não voltar a uma historiografia com pouca espessura crítica e intelectual como a história tradicional e enfim de reintroduzir no âmbito do quadro teórico da historiografia renovada pelos *Annalists* o valor de elementos pontuais como as batalhas, as operações e as guerras, sendo estes os elementos – ou até objetivos – pelos quais existem as Instituições militares⁶.

⁵ Keegan, John, *The face of the battle*, London, Jonathan Cape, 1976.

⁶ É opinião de quem escreve que a perspectiva proposta por Keegan é particularmente frutuosa, pois consegue conjugar harmonicamente o melhor da proposta da *École des Annales* com uma perspectiva pragmática ou funcional. O estudo da história militar não pode limitar-se à definição e à descrição da evolução de entidades históricas que acabam por parecer inertes pois não vem a ser analisado, ao ato prático, o que fazem, portanto através de uma perspectiva dinâmica, porquê, na perspectiva historiográfica dos *Annales*, o que estas entidades fazem pertence ao domínio do *évènementielle*. Em conclusão, a perspectiva teórica de referência na segunda parte deste contributo e nas conclusões será a perspectiva keeganiana.

Repropondo mais uma vez o Estado da Arte da historiografia relativa aos Estados Maiores, partindo desta vez do contexto científico acabado de descrever *supra*, emergem elementos de interesse acerca das obras encontradas que tratam dos Estados Maiores. Em primeiro lugar, a bibliografia encontrada não é geralmente recente. A maioria das obras encontradas há sido publicada nas décadas compreendidas entre 1950 e 1980; estas publicações são quase todas relativas ao Estado-Maior prussiano-alemão, sendo somente uma dedicada a um Estado-Maior diferente, ou seja a obra de Brian Bond titulada *The Victorian Army and the Staff College*⁷, para além da publicação sobre o Corpo de Estado-Maior português citada *supra*⁸. Não foi possível descobrir as razões da concentração das publicações nestas três décadas e sobretudo porque quase até aos anos 2000 não houve alguma outra publicação. As publicações mais recentes, *id est* publicadas a partir dos anos 2000, ao contrário das publicações anteriores são relativas sobretudo ao Estado-Maior britânico. A razão desta prevalência de obras relativas ao Estado-Maior inglês reside no trabalho desenvolvido pelo Departamento de Estudos sobre a Guerra do King's College, Londres, e liderado por autores fundamentais da historiografia militar recente, tais como Brian Bond, David French e Brian Holden Reid, que se dedicaram sobretudo ao Estado-Maior britânico elaborando, por vezes, estudos de natureza comparada.⁹

Um segundo elemento de interesse é a origem dos autores que se dedicaram ao estudo dos Estados Maiores. Relativamente às obras encontradas, a grande maioria dos autores são britânicos ou americanos, que trabalham sobretudo sobre os Estados Maiores britânico e prussiano-alemão. Entre as obras relativas ao Estado-Maior prussiano-alemão, somente um autor é alemão¹⁰. O Estado-Maior francês nunca foi objeto de estudo sistemático e aprofundado, tal como não existem obras acerca desta Instituição, assim como não aparecem obras de autoria francesa ou artigos que foi possível encontrar

⁷ Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College, 1854-1914*, London, Methuen, 1972. Esta obra todavia trata só parcialmente do Estado-Maior britânico, pois esta Instituição surgiu só em 1904; a hipótese sustentada pelo autor inglês é que em ausência de uma estrutura militar como o Estado-Maior, as funções que teoricamente pertencem a esta Instituição foram desempenhadas pelo pessoal instruído pelo Staff College, criando assim os pressupostos para o surgimento do Estado-Maior.

⁸ Veja-se a nota de rodapé nº 2.

⁹ É o caso de Samuels, Martin, *Command or Control? Command, training, and tactics in the British and German armies, 1888-1918*, Londres, Cass, 1995, que se propõe como perspetiva comparada entre os aparelhos militares britânico e alemão e que contém uma perspetiva muito interessante sobre os dois Estados Maiores; também é o caso de Philpott, William, *The General Staff and the paradoxes of Continental War*, em French, David e Holden Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation c. 1890-1939*, Londres, Cass, 2002.

¹⁰ Trata-se da obra de Görnitz, Walter, *History of the German General Staff: 1657-1945*, New York, Praeger, 1961.

A Instituição do Estado-Maior: problemas, questões e definição numa perspetiva comparada europeia

escritos por autores franceses sobre os Estados Maiores dos outros países considerados no presente capítulo. Enfim, as dinâmicas militares portuguesas e o Corpo de Estado-Maior português foram objetos de investigação exclusivos de autores portugueses. As razões desta prevalência de autores anglo-saxónicos residem nas dinâmicas dos estudos de historiografia militar descritas *supra*: onde a influência da historiografia francesa, sobretudo a historiografia fundamentada na proposta historiográfica da *École des Annales*, foi mais acentuada, vieram a ser escritas menos obras de história militar e, nomeadamente, sobre a história dos Estados Maiores¹¹. Para além das razões eminentemente historiográficas, existem também razões de natureza cultural, na medida em que os estudos de natureza militar num país como a Alemanha são ainda considerados “inoportunos” por causa dos ainda fortes sentimentos de culpa no país germânico devidos à segunda guerra mundial e ao nacional-socialismo¹².

Para além desta breve análise quantitativa sobre a historiografia dos Estados Maiores europeus, é necessário oferecer alguns elementos qualitativos sobre as obras existentes, pois as obras encontradas apresentam frequentemente caracteres muito diferentes que se podem considerar como sintomas das diferentes escolas historiográficas sobre as quais são baseados e que, ao ato prático, levam a resultados historiográficos substancialmente diferentes. Para realizar esta análise, proceder-se-á à comparação entre as duas obras que, na opinião de quem escreve, são as mais importantes e fecundas de informações, ou seja a obra de Walter Görlitz *History of the German General Staff* e a obra dirigida por David French e Brian Holden Reid *The British General Staff: Reform and Innovation*, citando, quando necessário, outras obras para salientar os aspetos qualitativos mais importantes.

A obra de Görlitz é provavelmente a obra de síntese relativa ao Estado-Maior prussiano-alemão mais importante que foi encontrada. Esta obra, escrita em 1950, recolhe inúmeras informações sobre as origens do

¹¹ Neste respeito é necessário sublinhar a título de exemplo como numa obra de síntese da historiografia portuguesa de importância fundamental como a Nova história militar de Portugal, vol.4, que trata das dinâmicas militares portuguesas no século XIX, o surgimento e a evolução do Corpo de Estado-Maior não é sequer citada por acenos. Sobre o caso francês já foi referido que não existem obras dedicadas ao Estado-Maior: ausência imputável à uma escola historiográfica que exclui quase completamente do seu campo de estudos as dinâmicas militares contemporâneas.

¹² O caso alemão é comparável ao caso italiano, no qual a história militar, sobretudo a contemporânea, é considerada quase tabu por causa do militarismo do regime fascista que levou a Itália ao desastre da Segunda Guerra Mundial; também neste caso, esta dinâmica cultural se traduziu numa ausência generalizada de autores e obras que se debruçam sobre a história militar italiana a partir da Unificação. Em ambos os países, ademais, quase não existem cursos ou departamentos universitários que se dediquem ao estudo da história militar.

Estado-Maior prussiano, as suas ligações com a experiência militar prussiana surgida a partir do Rei da Prússia Frederico, o Grande, o trauma militar de Jena e Auerstädt e as inovações introduzidas pelos exércitos revolucionários franceses, a resposta prussiana com as reformas de Scharnhorst e a criação do Estado-Maior prussiano. O desenvolvimento da obra continua apresentando os caracteres salientes da evolução desta Instituição autenticamente original, ou seja quais papéis desempenhava num sentido prático, as relações com a política e a sociedade durante a Primavera dos Povos de 1848-’49, a contribuição desta Instituição nas reformas do exército prussiano, a emersão de Moltke, o Velho, e as guerras de Unificação Alemã, o alcance do Estado-Maior alemão dos vértices do Estado germânico, as relações entre Bismarck e Moltke, a profissionalização do Estado-Maior e a preparação da Primeira Guerra Mundial, o papel de guia político durante a Grande Guerra, a derrota e a extinção “fictícia” desta Instituição, chegando, em conclusão, ao Nacional-Socialismo e à derrota alemã na Segunda Guerra Mundial. Trata-se portanto de uma obra muito abrangente quer num sentido cronológico, quer no sentido dos aspetos abordados; todavia, o livro de Görlitz aparentemente é fundamentado sobre uma “contradição” em termos: a Instituição do Estado-Maior é apresentada a um nível contextual, pois a obra é protagonizada pelos Chefes do Estado-Maior alemão, ao contrário da Instituição em si que é mantida em posição “passiva” por contraste com a posição “ativa” da sua chefia¹³. Neste respeito, a obra de Görlitz contém algumas das características principais da historiografia antes da *École des Annales*, pois o decorrer do livro pode ser visto como um conjunto de biografias de personalidades de relevo, biografias caracterizadas por conotações, às vezes, hagiográficas – como no caso de Moltke, o Velho – ou acusatórias – como no caso de Waldersee –; o problema principal da obra, que pode ser relacionado com uma visão “antiga” da produção historiográfica, apesar de ser um problema sobretudo formal, é que o livro não inclui notas de rodapé e uma bibliografia. Pelo contrário, este livro contém alguns dos aspetos que caracterizaram a ultrapassagem do *framework* teórico precedente às *Annales*, pois reflete muito sobre as relações entre a chefia militar e a chefia política no Estado alemão, considera a evolução dos aparelhos militares estrangeiros – conferindo assim uma visão mais

¹³ A título de exemplo, tenha-se em consideração os títulos dos vários capítulos da obra de Görlitz, que acabam por refletir esta impostação: cap. 1, The beginnings; cap. 2, The fathers: Scharnhorst and Gneisenau – the era of Idealism; cap. 3: The philosopher of war: the General Staff in the Age of Clausewitz; cap. 4: The man of silence: Helmuth von Moltke; cap. 5: Preventive war or coup d’état: Waldersee; cap. 6: The master plan: Schlieffen; cap. 7: War without generals: the younger Moltke and Falkenhayn, 1906-1916; cap. 8: The silent dictatorship: Hindenburg and Ludendorff, 1916-1918; e outros 8 capítulos relativos ao período entre as duas guerras, a tomada do poder de Hitler e a Segunda Guerra Mundial.

A Instituição do Estado-Maior: problemas, questões e definição numa perspectiva comparada europeia

internacional e “vital” à evolução do Estado-Maior alemão – e também explora elementos como a cultura estratégica do país germânico e a sua cultura militar. Neste respeito, pode-se definir a obra de Görlitz como uma obra que pertence a uma fase de transição da historiografia militar, fase na qual a vertente militar da historiografia ainda procurava novas formulas para definir-se e caracterizar-se e resolver os desafios lançados pela *École des Annales*.

A segunda obra desta rápida comparação é sensivelmente diferente da obra de Görlitz; em primeiro lugar, de um ponto de vista formal, trata-se de uma coletânea de contributos de diferentes autores acerca do surgimento e da evolução do Estado-Maior britânico até à Segunda Guerra Mundial; neste sentido, falta à obra supervisionada por David French e Brian Holden Reid a coerência interna e continuidade da obra de síntese, sendo, pelo contrário, um conjunto de contributos que se debruçam sobre aspetos particulares do Estado-Maior britânico ao longo do período considerado, ou seja desde a fase preparatória para o surgimento do *British General Staff* (1890-1904) até ao início da Segunda Guerra Mundial em 1939; em segundo lugar, a obra foi composta em 2002, portanto numa altura radicalmente diferente em termos de teoria da historiografia e de acesso aos documentos, em comparação com os anos ’50 do século passado, quando Görlitz escreveu a sua *History of the German General Staff*. Os contributos que compõem o livro supervisionado por French e Holden Reid espaciaem da preparação nos ambientes políticos e militares para a criação do Estado-Maior britânico¹⁴, aos mecanismos de promoção dentro desta Instituição militar e, mais em geral, das dinâmicas administrativas e as relações com a chefia política que a dominavam¹⁵, passando por enfoques sobre personagens relevantes do Estado-Maior britânico¹⁶, as relações entre o Estado-Maior inglês e outros países¹⁷ e o desafio continental durante a Primeira Guerra Mundial¹⁸. Ao contrário do livro de Görlitz, portanto,

¹⁴ Trata-se do capítulo 1, Planning for War in the Final Years of Pax Britannica, 1889–1903 de Halik Kochanski, e do capítulo 2, Towards a Ministry of Defence: First Faltering Steps, 1890–1923, da autoria de John Sweetman.

¹⁵ Referem-se aqui o capítulo 3, ‘Selection by Disparagement’: Lord Esher, the General Staff and the Politics of Command, 1904–14, pela autoria de Ian F.W. Beckett, e o capítulo 10, ‘An Extensive Use of Weedkiller’: Patterns of Promotion in the Senior Ranks of the British Army, 1919–39, escrito por David French.

¹⁶ Trata-se do capítulo 4, escrito por Timothy Moreman e titulado Lord Kitchener, the General Staff and the Army in India, 1902–14, e o capítulo 9, pela autoria de A.J. Trythall, com título J.F.C.Fuller: Staff Officer Extraordinary.

¹⁷ Como no caso do capítulo 7, de G.D. Sheffield, com título The Australians at Pozieres: Command and Control on the Somme, 1916 e o capítulo 8, da autoria de Philip Towle, titulado The British General Staff and Japan, 1918–41.

¹⁸ É o caso do capítulo 5, da autoria de Hew Strachan, com título The British Army, its General Staff and the Continental Commitment, 1904–14, e do capítulo 6, de William Philpott, titulado The General Staff and the Paradoxes of Continental War.

o autêntico protagonista do livro de French e Holden Reid é o *General Staff* britânico¹⁹, muito mais do que os chefes militares que lideraram esta Instituição no período considerado. A variedade de abordagens, os contextos diferentes sobre os quais se debruça a análise e os diversos pontos de vista encarados pelos vários autores acabam por oferecer uma visão ampla e articulada dos problemas ligados ao surgimento, à evolução e sobretudo à ação desenvolvida pelo Estado-Maior britânico. Neste respeito, emerge claramente que os aspetos da teoria da historiografia pós-*École des Annales* referidos *supra* e a reformulação dos alicerces teóricos da historiografia militar chegam, nesta obra, a uma fase mais completa e definida, pois elementos como a Cultura Militar e a Cultura Estratégica constituem categorias de análise importantes dentro da obra, assim como as dinâmicas entre a chefia militar inglesa e a chefia política, *fil rouge* que liga a maioria dos contributos que constituem a obra e a perspetiva internacional, que acaba por protagonizar, em diversa medida, os capítulos 4, 7 e 8; todavia, a perspetiva do livro supervisionado por French e Holden Reid não deixa de ser uma obra autenticamente de história militar, pois o Estado-Maior britânico não é analisado e considerado como uma Instituição inerte mas sim como Instituição ativa, em movimento, que desempenha um papel muito prático dentro das dinâmicas militares da Commonwealth inglesa e outrossim que contribuiu de maneira decisiva à vitória aliada na Primeira Guerra Mundial. Todavia o problema principal do livro, é bem sublinhar, é a fragmentação. Paradoxalmente, se por um lado a variedade de autores e abordagens multiplica proficuamente os pontos de vista sobre o tema e os aspetos investigados, por outro lado a obra em si perde coerência interna e continuidade de narração, não só de um ponto de vista do estilo mas também do ponto de vista dos conteúdos. Para além disto, a obra de French e Holden Reid é sem dúvida atualmente a obra mais completa sobre o Estado-Maior britânico.

À luz dos elementos descritos *supra*, resultam claras as razões pelas quais o estudo dos Estados Maiores europeus foi considerado como acessório e mantido em posição secundária no âmbito da historiografia: em primeiro lugar, a historiografia pós-*Annales* desvalorizou os estudos que tinham como objeto a guerra e, por consequente, as Instituições militares; em segundo lugar, a visão do fenómeno bélico em cada país, visão claramente influenciada pelos resultados políticos, culturais e sociais sobretudo do segundo conflito mundial, influenciou o interesse e a produção académica dos diversos países sobre a Instituição militar do Estado-Maior; deve-se sublinhar também que o

¹⁹ Como se pode relevar nos títulos dos demais capítulos do livro em consideração: o simples nome da Instituição britânica aparece 7 vezes sobre um total de 12 capítulos.

sujeito “Estado-Maior” é um tema delicado pelas ligações entre esta Instituição e a política e a sociedade e o papel de “ponte” que desempenhou entre o mundo militar e o mundo civil; enfim, de um ponto de vista eminentemente prático, é necessário sublinhar que existe uma relativa escassez de documentos sobre alguns dos Estados Maiores considerados neste capítulo, nomeadamente sobre o Estado-Maior alemão e parcialmente também sobre o Estado-Maior francês, que foram perdidos por causa das devastações da Segunda Guerra Mundial.

2. Os Estados Maiores europeus: a análise dos casos alemão, francês, britânico e português

Uma vez que há sido estabelecido o quadro teórico de referência²⁰, passar-se-á à sumária análise do surgimento e da evolução dos Estados Maiores alemão, francês, britânico e português, para definir os elementos salientes que serão usados para abordar uma análise em sentido comparativo da Instituição do Estado-Maior, sublinhar peculiaridades de cada caso, encontrar elementos comuns às diversas instituições e traçar as linhas para tentar dar uma definição à Instituição do Estado-Maior com pretensões gerais.

Todavia, estabelecer onde e quando nasceu o primeiro Estado-Maior é, em si, um desafio muito complicado pois é necessário ter uma definição suficientemente adequada para individualizar o sujeito da investigação. Paradoxalmente os termos “Estado-Maior”, de derivação francesa “*État-Major*” e o seu respetivo germânico “*Generalstab*”, do qual se origina o termo inglês “*General Staff*” ou até o termo russo “*Генеральный Штаб*”, são vocábulos demasiados abrangentes para definir esta Instituição de forma circunstanciada. Em particular, o termo românico indica, no essencial, uma camada social superior à maioria da população, como os aristocratas, que desempenhava funções de chefia militar ao lado do supremo chefe militar, normalmente o líder da nação. Deste ponto de vista resulta claro como, intuitivamente, um Estado-Maior militar podia ser qualquer conjunto de personalidades de relevo que apoiavam um supremo líder militar durante as operações num teatro bélico, definição que faz recuar a existência de uma Instituição deste tipo à Antiguidade Grega, como se pode demonstrar citando o caso de Alexandre, o Grande, que durante a sua epopeia para a conquista do Império Persa era rodeado por personalidades de relevo do seu Reino que sugeriam ou criticavam soluções para o desenvolvimento das operações militares, personalidades que depois da morte da Alexandre dividiram o

²⁰ Veja-se a nota de rodapé nº 6.

seu Reino e passaram a ser conhecidos como Diádocos. De certeza não é esta a definição que permite indicar a Instituição militar objeto do presente contributo; para além disto, um dos objetivos deste capítulo é tentar propor uma definição mais adequada ao termo “Estado-Maior” que consiga ultrapassar as definições que virão a ser referidas nas conclusões; portanto, a definição que virá a ser usada para determinar o ponto de partida da presente análise é que o Estado-Maior é uma Instituição militar criada por vontade da chefia política de um país e que desempenha a tarefa da gestão do aparelho militar daquele país, apoia o líder supremo militar nas decisões acerca das operações e planifica a estratégia a adotar para com reais ou possíveis inimigos. Esta definição, parcial e arbitrária, permite iniciar a análise dos Estados Maiores europeus a partir do caso prussiano.

3. A fundação do Estado-Maior: o caso prussiano/alemão

A história do Estado-Maior prussiano pode começar, *cum grano salis*, nos finais do ano 1806. O exército prussiano, que até aquele ano tinha a notoriedade de ser uma Instituição militar muito eficiente e eficaz graças às vitórias que obteve durante a Guerra dos Sete Anos e a reputação acumulada durante o reinado de Frederico, o Grande, no século XVIII, foi gravemente derrotado pelos exércitos franceses liderados por Napoleão nas batalhas de Jena e Auerstädt, derrotas que abriram o caminho à ocupação francesa da Prússia. O choque militar consequente às derrotas contra os franceses e a consciência que uma nova época militar havia surgido por causa das inovações radicais adotadas pelos exércitos revolucionários franceses – sobretudo a introdução e a aplicação do conceito de Nação em Armas a nível organizativo e institucional e a adoção de formações em coluna do ponto de vista tático – induziram a chefia política e militar prussiana a abordar uma reforma complexiva do aparelho militar nacional, reforma que, apesar de haver sido debatida já a partir das primeiras vitórias francesas no fim do século XVIII, foram consideradas improcrastináveis. O principal partidário da reforma do exército prussiano foi Scharnhorst, que durante a sua carreira no exército prussiano havia fundado uma *Militärische Gesellschaft* em 1801, que se conotava como *lobby* para a reforma do exército prussiano segundo o modelo francês. A ideia de Scharnhorst era de reformar completamente o aparelho prussiano aplicando o princípio da Nação em Armas, reformando a organização dos Corpos do exército em divisões que contivessem cada uma todas as diversas armas, ou seja infantaria ligeira e pesada, cavalaria,

A Instituição do Estado-Maior: problemas, questões e definição numa perspectiva comparada europeia

artilharia, e sobretudo a criação de um Estado-Maior²¹. A reforma pensada por Scharnhorst era efetivamente complexiva, pois não se tratava só da criação de mais uma Instituição militar, mas sim criar um conjunto harmónico político-militar que pudesse enfrentar com sucesso a ameaça napoleónica; neste sentido, a fundação do Estado-Maior prussiano não se deve considerar como reforma isolada mas sim deve-se considerar como uma parte importante de uma reforma que investia a organização do exército por completo e também o supremo órgão político-militar prussiano, o *Ober-Kriegs-Kollegium*, ou Conselho Superior de Guerra. Deste ponto de vista, uma medida importante proposta por Scharnhorst foi a transformação do obsoleto *Ober-Kriegs-Kollegium* num Ministério da Guerra. Com a constituição de um Ministério da Guerra, a integração neste último de um Estado-Maior, a reorganização dos Corpos do exército e a criação de academias militares para oficiais das várias armas e de Estado-Maior a reforma do exército de Scharnhorst era completa; todavia, é necessário sublinhar como uma proposta muito importante de Scharnhorst foi recusada pelo Rei, ou seja a estruturação do Estado-Maior do Exército dividido em 4 repartições (*Abteilungen*): estratégias e táticas, administração interna, reforços, artilharia e munições. Para além disto, um outro projeto era de criar Estados Maiores divisionários estruturados na mesma forma do Estado-Maior General. Para além dos 4 gabinetes, era em projeto a criação de um gabinete real dos mapas, para o desenho e a recolha dos mapas militares. Está claro que o Estado-Maior criado por Scharnhorst foi essencialmente um protótipo do Estado-Maior moderno, que virá a ser instituído somente em fases sucessivas; todavia o que resulta útil neste breve

²¹ É necessário citar que já a partir de 1802 o Coronel von Massenbach, do Estado-Maior do Quartel-Mestre-General prussiano, escreveu dois *memoranda* nos quais auspiciava a criação de um Estado-Maior unitário e permanente que gerisse o estabelecimento de planos nos teatros operacionais contra os Franceses, os Austriacos e os Russos. Uma outra preocupação de von Massenbach era o estabelecimento de missões de reconhecimento também em tempo de paz para visionar o terreno das prováveis operações, quer na Prússia, quer no estrangeiro. Enfim, mais uma preocupação do Coronel era a possibilidade de o Chefe de Estado-Maior se poder relacionar diretamente com o Rei, sem controlos nem mediações, o que representa a primeira formulação de autonomia de ação do Estado-Maior em relação ao Ministério da Guerra. Frederico Guilherme III, Rei de Prússia, interessou-se pelos *memoranda* e mandou o Major-General von Gravert reformar o Estado-Maior do Quartel-Mestre-General. Depois da reforma o Estado-Maior do Quartel-Mestre-General tinha 21 oficiais, 3 *Generalquartiermeisterleutnants* de grau Coronel ou Major-General, 6 *Quartiermeisters*, de grau Major, 6 *Quartiermeistersleutnants*, de grau Capitão e 6 ajudantes mais 6 oficiais-geógrafos. O Corpo inteiro foi dividido em 3, cada parte dedicada a um teatro operacional; cada brigada de Estado-Maior era liderada por um *Generalquartiermeisterleutnants* sendo von Phull chefe da divisão oriental, a leste da Vístula, Massenbach chefe da divisão sul e Scharnhorst chefe da divisão ocidental, na Vestefália. De facto, o Estado-Maior pensado por von Massenbach foi o primeiro Estado-Maior prussiano, não obstante a fragmentação organizativa e a escassa perspectiva especulativa do seu pessoal, determinaram o seu insucesso em 1806. Veja-se Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*: 1657-1945, op. cit., pg. 20-23.

contributo é que o Estado-Maior prussiano dos finais da Idade Napoleónica contém em si os elementos mais marcantes que podem contribuir a estruturar uma definição de Estado-Maior: na arquitetura pensada por Scharnhorst, o Estado-Maior em colaboração com o Ministério da Guerra geria a organização do exército, a gestão do pessoal, nomeadamente dos oficiais, mantendo um registo e o arquivo das promoções; outrossim o Departamento Geral da Guerra, parte do Ministério da Guerra, planificava as operações e distribuía as forças do exército no teatro das operações; um outro departamento desempenhava a tarefa de inspeção e controlo das várias armas, com particular destaque sobre as armas científicas, ou seja a artilharia e os engenheiros; a Instituição de academias militares para a preparação dos oficiais também é um ponto importante pois assim se lançaram as bases para a criação de um Corpo de oficiais que compartilhasse um *framework* teórico comum e que tornasse este Corpo mais homogéneo e eficiente.

Um outro aspeto muito importante do Estado-Maior prussiano foi o desenvolvimento de medidas para homogeneizar as dinâmicas de comando e comunicação do exército. Neste respeito, o desenvolvimento do sistema das diretivas gerais, chamado *Directive Command* por Martin Samuels²², foi uma inovação importante implementada por Gneisenau, o segundo Chefe de Estado-Maior prussiano. O sistema das diretivas gerais, que significa que os vértices do exército formulavam os objetivos das operações e deixavam amplas margens de liberdade de ação para o cumprimento dos objetivos formulados aos vários escalões inferiores do exército, é *cum grano salis* a primeira tentativa de implementação de medidas para tornar o exército por completo um aparelho eficiente apesar da liderança militar particular contingente; noutros termos, o projeto de Scharnhorst *in primis* e as medidas de Gneisenau *in secundis* são tentativas sucedidas de separação dos mecanismos de funcionamento do exército das praxis estabelecidas pelas chefias militares, que, não sendo vinculadas por um contexto de ação comum estabelecido por uma autoridade externa, eram válidas exclusivamente durante o período de atividade e legitimidade da chefia militar particular mesma.

Outros aspetos importantes implementados no Estado-Maior prussiano nos primeiros anos da sua existência eram a criação de um gabinete e arquivo histórico, pois a história tendeu a ser considerada um elemento profissionalizante para os oficiais e a procura de informações dos exércitos dos inimigos potenciais para uma preparação mais acurada dos planos operacionais contra aqueles supostos inimigos.

²² Veja-se Samuels, Martin, *Command or Control*, op. cit..

problemas, questões e definição numa perspectiva comparada europeia

A Instituição do Estado-Maior:

As especificidades do Estado-Maior alemão definem-se melhor com a chefia de Müffling, que divide o Estado-Maior em 3 repartições: a primeira era do pessoal, a segunda tratava da organização, treino, manobras, mobilização e disposição das tropas, a terceira era dedicada aos aspetos técnicos e à artilharia. Ao lado do Estado-Maior havia um departamento trigonométrico com 3 oficiais e um departamento topográfico com 35 oficiais. Müffling reintroduziu as viagens do Estado-Maior para o reconhecimento dos teatros e introduziu a novidade dos *Kriegsspiel*, os jogos de guerra, com a simulação no mapa de operações nos teatros de guerra possíveis.

Um momento muito importante pela evolução do Estado-Maior alemão foi o acesso ao posto de Chefe de Estado-Maior de Helmuth von Moltke em 1857. As ações de Moltke para implementar o Estado-Maior prussiano foram diversas: em primeiro lugar, Moltke prestou muita atenção ao desenvolvimento tecnológico das armas e dos transportes, que se concretizou na criação de um gabinete especial para os caminhos de ferro; em segundo lugar, as repartições do Estado-Maior foram substituídas por três departamentos com referência aos velhos departamentos chamados “Teatros de Guerra”: o primeiro departamento interessava-se pelos planos contra as ameaças que podiam provir da Suécia, Rússia, Turquia e Áustria; o segundo departamento, chamado Departamento Alemão, interessava-se pela zona da Europa que incluía a Alemanha, Dinamarca, Itália e Suíça; o terceiro departamento, dito Francês, ocupava-se da França, Inglaterra, Espanha, Bélgica, Holanda e Estados Unidos; em terceiro lugar, Moltke tentou propor uma reforma mais complexa do exército que incluía uma reforma do tempo de serviço ativo das recrutas, o número das Divisões do exército e a percentagem do orçamento do Estado a destinar-se ao exército.

O ponto de viragem fundamental para a Instituição do Estado-Maior foram as guerras de Unificação alemã. Ao ato prático, a emersão definitiva do Estado-Maior de Moltke adveio no âmbito da guerra contra a Dinamarca em 1864. Por um lado Friedrich von Wrangel, chefe supremo das operações, achava a utilidade de um Estado-Maior nula ou irrelevante; por outro, quando os dinamarqueses se retiraram para a fortaleza de Düppel, Albrecht von Roon, Ministro da Guerra prussiano, convenceu o Rei a ouvir a opinião de Moltke; enfim, quando o Chefe de Estado-Maior de Wrangel, General Falckenstein, foi removido do cargo, Moltke obteve o posto e consequentemente a participação direta nas operações. O sucesso em Düppel permitiu a Moltke ficar no posto quando, logo depois, Wrangel foi substituído pelo Príncipe Frederico Carlos. Com a vitória final, o papel de Moltke veio a ser reconsiderado e o

papel do Estado-Maior também. O resultado mais importante que Moltke obteve depois da guerra do Schleswig-Holstein foi de ver-se reconhecido o direito de participação às sessões do concílio ministerial quando tratavam de questões relativas ao Estado-Maior. As novas margens de ação e intervenção política que Moltke ganhou foram logo aproveitadas na campanha contra a Áustria; o triunfo de Sadowa de 1866, resultado da estratégia de Moltke, acabou por dar ainda mais independência e espaço ao Estado-Maior nas questões militares²³. Neste respeito, a campanha de França de 1870-1871 resulta exemplar: ao Estado-Maior liderado por Moltke é dado o comando supremo das operações. O Estado-Maior é constituído nesta ocasião pelo Chefe – Moltke –, 2 ajudantes do Chefe, três tenentes-coronéis, cada um em cada Corpo de exército, mais 3 majores, 6 capitães e um tenente. O elemento talvez mais significativo da campanha francesa é que as ordens de Moltke relativas às operações foram diretas e não mediadas pelo Ministro da Guerra ou pelo Rei: isso implica que de facto o grau de independência alcançado pelo Estado-Maior prussiano era em 1870 já relevante, sendo que até a Guerra do Schleswig-Holstein era quase nulo. Neste respeito, é necessário sublinhar como o crescimento da autoridade e da independência de ação do Estado-Maior prussiano não foi imediatamente ligada à atividade desenvolvida pelo mesmo Estado-Maior, mas sim pela pessoa de Moltke, que na consequência das operações em Dinamarca conseguiu alcançar uma posição de respeito dentro do *establishment* militar prussiano que, em última análise, conseguiu estender à Instituição que liderava, ou seja o Estado-Maior.

Finalmente, no Segundo *Reich* germânico a máxima autoridade militar para o planeamento e a organização da guerra era o Estado-Maior; Bismarck de facto deixou as questões militares ao exército prussiano. De um ponto de vista político, o Estado-Maior tornou-se o símbolo da nova onda política do Nacional-Liberalismo, movimento político com elementos de chauvinismo e permeado do ideal da “Grande Prússia” que plasmasse uma nova ordem europeia. Para além da composição do Estado-Maior e do crescimento do número de oficiais empregados, foram implementadas outras medidas de reforma para harmonizar uma organização que estava a tornar-se mais articulada e com uma mais marcada divisão do trabalho: em primeiro lugar, a *Kriegsakademie* tornou-se uma instituição mais profundamente ligada ao Estado-Maior, que através das suas diretivas instruíu os oficiais para o exército e para o mesmo Estado-Maior; as áreas de comando distrital ligadas ao sistema ferroviário multiplicaram-se em relação às questões de mobilização e

²³ Görnitz, Walter, *History of the German General Staff*, op. cit., pp. 83-89.

A Instituição do Estado-Maior: problemas, questões e definição numa perspectiva comparada europeia

disposição das tropas e foram ligadas ao Departamento II, o “Departamento alemão”, para tornar mais eficiente a mobilização das tropas.

É opinião de quem escreve que o estabelecimento da Instituição do Estado-Maior se possa encontrar no Reino da Prússia na fase de transição para o surgimento do Segundo *Reich* germânico, quando o Estado-Maior, sob a orientação de Moltke, define melhor alguns elementos próprios caracterizantes tal que, *cum grano salis*, se possa falar, referindo-se àquele Estado-Maior, de Instituição militar “raiz” a partir da qual se desenvolveram todas as outras instituições europeias símeis. Os elementos mais importantes que caracterizaram a Instituição prussiana reformada por Moltke e que serão recorrentes nos outros Estados Maiores europeus considerados neste contributo são em primeiro lugar a função de planificação em tempo de paz das possíveis operações militares contra um inimigo e em contextos estabelecidos *a priori*. A atividade principal de Moltke, e depois de Moltke da maioria dos Chefes de Estado-Maior prussianos, era de pensar e organizar as operações militares, as deslocações dos exércitos, a mobilização e a gestão dos recursos bélicos em contextos de guerra possíveis; neste sentido, a obra-prima de Moltke foi a planificação das operações contra a França para a guerra de 1870-1871: os planos do Chefe de Estado-Maior prussiano garantiram a superioridade das forças da Confederação Germânica do Norte e os seus aliados contra os franceses em medida de 3:1 nas primeiras fases e de 2:1 nas últimas, não obstante o exército francês fosse considerado o melhor do mundo e, de um ponto de vista logístico e prático, as linhas francesas eram mais curtas pois a França de Napoleão III combateu uma guerra defensiva. Em segundo lugar o Estado-Maior prussiano, durante o evento bélico, tomava em gestão todo o aparelho logístico para concretizar os planos operacionais estabelecidos: algumas medidas importantes tomadas por Moltke foram a criação da repartição dos caminhos de ferro, para gerir as tabelas de marcha das Divisões do exército durante o caminho para a frente; um outro aspeto importante do Estado-Maior moltkiano foi a importância reposta no mapeamento do território, pois o pressuposto era que para planificar com precisão operações militares nas quais tudo devia desenvolver-se sem imprevistos ou impedimentos e com celeridade, o conhecimento minucioso do território era incontornável. Em terceiro lugar, o Estado-Maior prussiano desempenha o papel de “*brain of the Army*”, pois estabelece e espalha dentro do exército uma doutrina que tem o objetivo de racionalizar e homogeneizar o quadro teórico estratégico do exército; isto significa que para que os planos militares estabelecidos pelo Estado-Maior possam funcionar, é necessário

que o exército tenha um quadro teórico claro que permita a interpretação e a correta aplicação dos planos. A tarefa de estabelecimento deste quadro doutrinário é desempenhada pelo Estado-Maior, e no caso de Moltke tratava-se de um quadro teórico fundamentado sobre o comando por diretivas já implementado por Gneisenau; o meio para a difusão deste quadro doutrinário eram as academias militares, que sob indicação e controlo do mesmo Estado-Maior instruíam os futuros oficiais de Estado-Maior e também os oficiais dos vários corpos, assim que o pessoal de comando em cada escalão do exército fosse preparado para pôr em prática os planos estabelecidos pelo Estado-Maior e por Moltke.

O Estado-Maior pensado e reformado por Moltke continuou, no quase meio século que o separava da primeira “extinção” em 1919 logo depois da Primeira Guerra Mundial, a ser reformado, ampliado e, sobretudo, idolatrado. Outros importantes Chefes de Estado-Maior sucederam-se e contribuíram ativamente para determinar o destino do exército alemão e, conseqüentemente, da nação alemã: seja suficiente referir nomes como Schlieffen, Moltke, o Jovem, Hindenburg, Ludendorff. Todavia, o esquema base de funcionamento, as tarefas, as atividades e as perspetivas mantiveram-se essencialmente as mesmas. Este esquema pode-se claramente encontrar no próximo caso examinado, o caso francês.

4. A difusão do Estado-Maior na Europa: o caso francês

O caso francês apresenta algumas particularidades interessantes que resultam úteis no presente contributo. A escolha de analisar a França deriva da necessidade de ter um termo de comparação a contrapor ao caso prussiano/alemão. Por conseguinte, a escolha não podia deixar de ser a França, segunda potência militar continental contraposta historicamente ao *Reich* alemão. Na realidade existe pelo menos uma outra razão pela qual a escolha dos países a serem analisados caiu sobre a França: como sustenta Görlitz, Napoleão foi o instrutor militar dos Estados alemães²⁴, pois de facto exportou para a Alemanha a sua organização militar que incluía um pródromo de Estado-Maior. Deste ponto de vista asserir que as primeiras raízes da Instituição de Estado-Maior se encontram na França napoleónica não é falso: neste respeito, a organização militar francesa incluía uma organização comparável ao Estado-Maior, apesar de ser essencialmente um pródromo da organização prussiana e substancialmente diferente da forma moltkiana desta Instituição; apesar disso, a organização militar napoleónica contemplava a presença de um posto

²⁴ Görlitz, Walter, *History of the German General Staff*, op. cit., p. 20.

A Instituição do Estado-Maior:
problemas, questões e definição numa perspectiva comparada europeia

Major-General, que o líder corso entregou a Berthier, que tinha a tarefa de ligação entre Napoleão, o autêntico *brain of the Army*, e os vários Corpos do exército francês que deviam receber as ordens do *Empereur*. Nesta arquitetura militar pode-se dizer que Napoleão fosse, na prática, o Chefe de Estado-Maior do seu exército, pois não só guiava o seu exército mas também exercia as funções de planificação estratégica típicas de um Estado-Maior, sendo Berthier um “subchefe” de Estado-Maior pois desempenhava as funções logísticas e organizativas dos exércitos, sem todavia intervir nas questões estratégicas. Continua Görlitz que os prussianos, com a instituição de um Estado-Maior, foram além da organização francesa, pois com a instituição do Estado-Maior prussiano conseguiram separar o domínio da estratégia do domínio da tática, pois o Estado-Maior desempenhava a função de planificação militar a nível estratégico, sendo os oficiais em serviço ativo os deputados à ação militar a nível tático; neste sentido, o maior resultado da inovação institucional militar prussiana foi a separação do âmbito tático do âmbito estratégico na disciplina militar e a separação da chefia militar da chefia política – esta última separação foi muito mais lenta e inconstante e concretizou-se por completo somente depois da Primeira Guerra Mundial.

Depois da derrota de Napoleão e a volta do Rei em Paris não foram tomadas medidas substanciais de reforma do exército do ponto de vista institucional; o que interessa sublinhar foi que poucos anos depois Waterloo, em 1818, o Marechal francês Gouvion de Saint-Cyr, eminência parda do aparelho militar francês, conseguiu instituir uma Academia militar para instruir os oficiais dos Estados Maiores dos Corpos do exército recuperando o modelo da *Kriegsakademie* prussiana; apesar disto, nesta fase da evolução militar francesa não foi posta em causa a autoridade suprema do Ministério da Guerra no que diz respeito à organização militar. Esta perspetiva não mudou também depois da Guerra da Crimeia, na qual o esforço militar francês foi profundamente afetado pela escassa organização e a complexidade logística do teatro operacional russo.

O Estado-Maior francês foi instituído somente logo depois da guerra franco-prussiana, em 1871, no âmbito de uma reforma complexiva do exército e das Instituições militares francesas. O choque militar seguido à derrota contra os alemães induziu a chefia política e militar francesa, num contexto de mudanças institucionais profundas devidas ao fim do segundo Império e ao surgimento da terceira República, a rever por inteiro o aparelho militar nacional e renová-lo para que se tornasse mais eficaz em caso de um outro conflito contra uma potência continental europeia, em primeiro lugar contra a

Alemanha. As razões da consciência nas autoridades francesas da necessidade de implementar um Estado-Maior na França residem no entendimento que a derrota contra os prussianos foi em primeiro lugar organizativa: os prussianos conseguiram, como já esclarecido *supra*, dispor nos teatros operacionais um número maior de tropas em tempos menores, graças à superior organização que, ao ato prático, era devida ao trabalho de Moltke e do seu Estado-Maior. Neste sentido, a chefia político-militar da terceira República decidiu instituir um Estado-Maior ligado ao Ministério da Guerra, este último composto por uma Repartição do Pessoal, Materiais e Controlo e a Repartição do Estado-Maior do Ministério da Guerra, composta esta última por duas Repartições, a primeira relativa à correspondência geral, aos movimentos das tropas durante as operações e às decorações, e a segunda Repartição que se ocupava da cartografia, da biblioteca e das obras históricas. O Chefe de Estado-Maior tinha a tarefa de planificar as operações e gerir a preparação das comunicações entre os vários Corpos do exército em caso de um evento bélico; todavia, a atividade do Chefe de Estado-Maior não se podia definir independente, pois o Chefe de Estado-Maior era, ao ato prático, subordinado ao Ministério, exatamente como o Estado-Maior prussiano antes da Guerra do Schleswig-Holstein era uma Repartição com escassa autonomia do Ministério da Guerra de Berlim.

O Estado-Maior francês, por causa da sua origem e da sua organização, pode ser considerado como uma resposta institucional às deficiências do aparelho militar francês depois da derrota na guerra contra a Prússia. Todavia a Instituição francesa, apesar de compartilhar a maioria das funções e tarefas do Estado-Maior alemão, era quase completamente subordinada ao Ministério e, mais em geral, à política francesa. Neste sentido se o Estado-Maior prussiano conseguiu ganhar gradualmente espaços de independência cada vez maiores, o Estado-Maior francês ficou em posição subordinada ao Ministério da Guerra até quase à Primeira Guerra Mundial; apesar desta condição, entre a Instituição do Estado-Maior francês e a Primeira Guerra Mundial houve várias reformas que permitiram a esta Instituição de se tornar um órgão adequado ao desafio militar da Grande Guerra. Em 1874 a organização geral do Estado-Maior francês foi modificada pela primeira vez: a Instituição francesa foi dividida em diversas Repartições, sendo a primeira a da organização geral, a mobilização e o estacionamento das tropas durante as operações; a segunda Repartição ocupava-se da estatística militar e incluía o departamento histórico; a terceira Repartição desempenhava o papel de planificação das operações e compreendia o departamento topográfico; a quarta Repartição dedicava-se à

A Instituição do Estado-Maior:
problemas, questões e definição numa perspetiva comparada europeia

organização logística dos caminhos e percursos durante as operações; a quinta e sexta repartição, de existência efémera, compreendiam respetivamente a correspondência geral e a organização dos armazéns de guerra.

Apesar da articulação capilar das tarefas do Estado-Maior francês, o problema principal da sua organização residia no exercício do comando, pois a dependência do Estado-Maior para com o Ministério da Guerra reduzia a efetividade das atividades desenvolvidas por esta Instituição; o resultado desta escassa colaboração com o Ministério foi a falta de uma liderança forte e constante na Instituição: nos primeiros quinze anos de existência do Estado-Maior sucederam-se quinze Chefes de Estado-Maior.

Uma particularidade do Estado-Maior francês foi a possibilidade de dividir-se em caso de evento bélico: com a reforma de 1880 foi estabelecido que o Estado-Maior se iria dividir em caso de guerra em duas partes, sendo a primeira o núcleo do Estado-Maior do Ministério da Guerra em Paris, e a segunda iria complementar os Estados Maiores dos diversos Corpos do exército. Esta impostação foi renovada com a reforma de 1890, quando foi ratificado o nascimento do Estado-Maior do Exército; mais uma vez a possibilidade de divisão em duas partes do Estado-Maior foi sancionada em caso de evento bélico: uma parte iria ficar em Paris ao lado do Ministério, e a outra iria criar os núcleos dos Estados Maiores das unidades do exército em operação. Um ponto importante, neste respeito, é que o Chefe de Estado-Maior iria tornar-se o Major-General do Comandante do principal grupo do Exército. Todavia na sucessão de reformas do Estado-Maior e das suas prerrogativas criou-se um conflito de interesses e atribuições entre as principais autoridades militares francesas, ou seja o Chefe do Estado-Maior, o Ministério da Guerra e o Conselho Superior de Guerra – este último o órgão militar supremo que ia ser constituído em caso de um evento bélico que envolvesse a França – pois o vice-presidente do Conselho Superior de Guerra é pela lei o Chefe do Estado-Maior do principal Corpo do exército nas operações, portanto como o Chefe de Estado-Maior, implica que as regulamentações francesas não eram completas ou suficientemente precisas; esta situação de conflito será resolvida somente no triénio 1911-1913, quando o Chefe do Estado-Maior General receberá a responsabilidade de conduzir os exércitos na frente das operações. Em 1912 o Chefe de Estado-Maior General tornar-se-á Chefe do Estado-Maior do Exército (*Chef d'État-Major de l'Armée*), com dois subchefes, e foi estabelecido que, em caso de guerra, o Estado-Maior do Exército seja dividido em dois, sendo o Chefe de Estado-Maior General colocado à cabeça do grupo móvel do Estado-Maior do Exército, que assume

o nome de *Grand Quartier General*, com responsabilidade total nas operações, ao contrário do *Echelon sedentaire* do Estado-Maior do Exército que fica ao lado do Ministério. Finalmente em 1913 a divisão das tarefas é afinada e sobretudo se procede a uma mais marcada separação da política do âmbito militar: veio a ser estabelecido que ao governo competem os interesses vitais do país e fixa os objetivos políticos da guerra mas não intervém diretamente nas operações; ademais o país é dividido em duas áreas em caso de guerra, uma “dos exércitos”, sob a autoridade do Chefe Comandante dos Exércitos e uma “do interior” dependente do Ministério da guerra. Cada uma destas duas áreas era liderada com um Estado-Maior: o *Grand Quartier General* na primeira e o *Echelon sedentaire* do Estado-Maior do Exército na segunda²⁵.

Depois desta breve análise do Estado-Maior francês, emergem alguns elementos que resulta ser interessante sublinhar. Em primeiro lugar, como a correspondente Instituição prussiana, o Estado-Maior francês foi instituído num contexto de reforma geral do aparelho militar francês em seguida a um choque militar devido a uma derrota numa guerra que afetou em profundo a consciência e orgulho militar do país. Em segundo lugar, o modelo de referência para a criação desta Instituição militar foi sem dúvida o Estado-Maior prussiano, do qual se emulou a estrutura em Repartições e a ligação – leia-se, dependência, pelo menos numa primeira fase²⁶ – com o Ministério da Guerra. Em terceiro lugar as tarefas desempenhadas pelas Repartições do Estado-Maior francês eram quase idênticas às do *Große Generalstab* alemão, que resumidamente eram a individualização dos possíveis teatros de guerra, a planificação das operações, a mobilização e desmobilização, a gestão dos recursos para as tropas e outros; neste respeito é necessário sublinhar como o Estado-Maior francês dedicou muitos recursos à *intelligence*, dedicando desde a sua fundação uma Repartição para a recolha e estudo das informações sobre os exércitos inimigos. Em quarto lugar a Instituição francesa, exatamente como o Estado-Maior alemão, era ligada a

²⁵ Bourlet, Michaël, *L'État Saint-Germain au tournant des XIXe et XXe siècles*, em *Revue historique des armées*, 248 | 2007. Consultado no dia 28 de julho de 2013.

²⁶ Sobre as relações entre o Estado-Maior francês e a política francesa, nomeadamente o Ministério da Guerra e o Conselho Superior de Defesa Nacional, veja-se o interessante contributo de Cochet, François, *Les débuts de la Grande Guerre en France: «dictature» imposée du militaire ou retrait du politique?*, em *Revue historique des armées*, 248 | 2007. Consultado no dia 28 de julho de 2013. Ademais, este contributo consegue traçar um interessante paralelo sobre a situação político-militar em França e na Alemanha, pois releva que em ambos os casos, durante a Primeira Guerra Mundial, a autoridade política, especialmente do poder legislativo, recuou substancialmente do âmbito da tomada de decisões, deixando de facto a condução do Estado aos militares: neste respeito, em França a máxima autoridade de facto do Estado durante a Primeira Guerra Mundial foi o Comandante em Chefe Joffre; na Alemanha foram Hindenburg e Ludendorff.

A Instituição do Estado-Maior: problemas, questões e definição numa perspectiva comparada europeia

um sistema de preparação e instrução dos oficiais de Estado-Maior que se fundamentava sobre a Academia militar instituída por Gouvion de Saint-Cyr em 1818 e que era o meio para a difusão de uma doutrina militar homogênea dentro do aparelho militar francês.

Os pontos em comum entre o Estado-Maior francês e o alemão são sem dúvida muitos; neste respeito poder-se-ia referir um conjunto de razões para justificar esta afinidade entre os dois Estados Maiores, pois o Estado-Maior francês de facto foi uma resposta – e parcialmente uma cópia – do Estado-Maior alemão, como veio a ser descrito *supra*; para além disso, França e Alemanha compartilham uma cultura estratégica muito semelhante, sendo ambas potências continentais que por razões históricas puseram mais atenção no desenvolvimento de forças armadas terrestres em vez das navais; este *background* comum induziu o desenvolvimento de uma Instituição militar como o Estado-Maior nos dois países que acabou por compartilhar muitos aspetos salientes. Como virá a ser esclarecido, esta semelhança, ou melhor, este percurso comum, não se irá repetir no terceiro caso considerado, ou seja o Estado-Maior britânico.

5. O Estado-Maior de uma potência não continental: o caso britânico

O primeiro elemento interessante que emerge quando se começa uma investigação sobre o Estado-Maior britânico é a data de instituição deste Corpo militar: o primeiro Chefe de Estado-Maior, Sir Neville Lyttelton, foi nomeado em 1904; depois de um período de transição de dois anos, o Estado-Maior britânico era plenamente operativo, em 1906. Esta parte do presente contributo portanto tentará encontrar e descrever os elementos mais importantes que explicam porque o Estado-Maior britânico foi instituído somente um século depois do Estado-Maior prussiano e que características tinha em comparação com a correspondente Instituição alemã²⁷.

Depois da vitória contra a França napoleónica em 1815 o aparelho militar britânico não foi alvo sequer de importantes reformas para modernizar os próprios mecanismos internos; esta atitude conservadora deriva essencialmente de dois elementos marcantes da situação militar inglesa: o primeiro elemento foi resumido soberbamente por Wellington, depois de Waterloo, quando sustentou que ele conseguiu derrotar Napoleão “à moda velha”, ou seja sem obrigar as autoridades políticas britânica a

²⁷ A opinião de Brian Bond neste respeito é que antes da formalização do Estado-Maior britânico, as funções características do Estado-Maior eram desempenhadas pelos oficiais instruídos no *Staff College*. Veja-se Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College, 1854-1914*, op. cit..

reformatar o próprio aparelho militar como, por exemplo, havia acontecido com a Prússia. Noutros termos, o facto de o Reino Unido não ter sofrido derrotas catastróficas como aconteceu à Prússia em Jena e Auerstädt, o facto que também não sofreu uma ocupação prolongada do próprio território pelos franceses e, enfim, que conseguiu vencer os franceses e Napoleão definitivamente em 1815 mantendo um exército com características idênticas ao exército que combatia nos teatros europeus nos finais do século XVIII, todos estes elementos não obrigaram as autoridades inglesas, neste sentido apoiadas pelo mesmo Wellington, a reformatar o exército para lhe conferir mais eficiência. O segundo elemento refere-se à peculiar situação geopolítica e militar inglesa. O Reino Unido, como é claro, a diferença da Prússia e da França não era uma potência continental cuja força militar era fundamentada sobre o exército; pelo contrário, o Reino Unido era uma potência colonial, comercial e, em última instância, marítima. O sistema de ação militar que havia desenvolvido, neste sentido, era muito diferente do prussiano ou do francês, pois o risco de um conflito em território inglês, ademais depois da derrota napoleónica, era razoavelmente ínfimo; os pontos de possível intervenção do exército inglês eram literalmente globais, tratando-se de colónias espalhadas por todo o mundo, em contextos geopolíticos muito diversos; portanto, o sistema de intervenção militar inglês era estruturado para que, em caso de necessidade, uma força militar *ad hoc* viesse a ser mobilizada e enviada pela frota no teatro das operações onde o comandante da força de intervenção teria tomado as medidas necessárias para enfrentar a ameaça. Este sistema militar, particularmente adequado em contextos onde as tropas inimigas não eram treinadas, armadas e comandadas à maneira europeia, demonstrou as suas lacunas pela primeira vez no teatro bélico ucraniano durante a Guerra da Crimeia. As dificuldades logísticas e de organização das tropas e o protagonismo da chefia militar inglesa determinaram o atraso nas operações, um número de vítimas particularmente elevado por causa das epidemias e a pior derrota em batalha desde as guerras revolucionárias francesas, ou seja a batalha de Balaklava. Apesar das dificuldades e dos problemas, ademais frisados e difundidos na opinião pública inglesa pelos correspondentes de imprensa nos teatros das operações, a vitória final contra os russos bloqueou mais uma vez as possibilidades de reforma do exército. Foi somente com os ecos das vitórias prussianas contra os austríacos e os franceses em 1866 e 1871 que as autoridades político-militares europeias foram induzidas a rever e reformatar os próprios aparelhos militares, pois os relatos das operações mostraram que a superior organização e gestão dos recursos humanos e materiais dos alemães permitiu-lhes derrotar o melhor exército do mundo, ademais com um número

complexivo de tropas inferior ao dos franceses. Contudo, mais uma vez o aparelho militar inglês foi só relativamente reformado, e com certeza não havia sido tida em conta a possibilidade de criar um órgão de planificação da guerra como o Estado-Maior; apesar de haver personalidades que pressionavam para a criação de um Estado-Maior, como por exemplo o Secretário de Estado para a Guerra, Sir Edward Cardwell, existia uma frente política ampla e composta sobretudo por liberais que recusava a possibilidade de instituir um Estado-Maior, pois – eram as motivações dos liberais – um Estado-Maior, entendido como órgão de planificação da guerra, haveria induzido uma política mais agressiva especialmente no contexto europeu; para além disso, os liberais achavam que o exército era um corpo da sociedade que punha em risco a liberdade dos indivíduos, portanto era necessário limitá-lo o máximo possível. Num contexto político-militar em que a planificação da guerra era considerada potencialmente perigosa pela sociedade britânica, os primeiros graves defeitos da organização inglesa emergiram: em 1882 a incapacidade de planificação da campanha militar contra os nacionalistas egípcios e a escassa comunicação entre o Almirantado e o Exército travaram muito as operações e em 1888 a preocupação do limitado tamanho numérico do exército inglês foi expressa pelo *Adjutant-General* Wolseley em termos de possível invasão francesa das ilhas britânicas; apesar de tudo, não foi tomada nenhuma medida importante para solucionar os problemas emersos nestas duas situações. Nesta situação de imobilidade e de receio de reformas substanciais do aparelho militar, as tropas inglesas enfrentaram a ação militar dos Bóeres na África do Sul em 1899, no evento bélico conhecido como Segunda Guerra dos Bóeres. Sem entrar nos detalhes dos acontecimentos militares no teatro africano, seja suficiente sublinhar a dimensão do esforço bélico dos ingleses em comparação com o esforço dos Bóeres: os ingleses dispuseram no teatro bélico africano 250.340 oficiais e soldados, 109.048 auxiliares, 30.633 soldados das colónias e entre 50 e 60 mil recrutas sul-africanos, contra o exército do Transvaal e do Orange que contemplava entre os 40 e 60 mil homens, inclusive os voluntários estrangeiros, sobretudo alemães²⁸.

A chefia militar e política inglesa, perante a análise do esforço militar e económico que foi necessário para enfrentar os bóeres, considerou incontornável a reorganização do aparelho militar britânico: as dificuldades registadas na mobilização das tropas, na logística, na elaboração dos planos durante a guerra sul-africana foram tão graves que se pode dizer que, apesar da vitória final, a Segunda Guerra dos Bóeres podia-se considerar

²⁸ Kochanski, Halik, *Planning for War in the Final Years of Pax Britannica, 1889-1903*, in French, David, e Holden Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation*, op. cit., pp. 8-22.

como um choque militar; o problema principal, todavia, não era reformar substancialmente o exército por inteiro, mas sim coordenar melhor os vários segmentos organizativos da chefia militar britânica ou, noutros termos, dotá-la de um “cérebro” que harmonizasse as atividades preparatórias antes de uma guerra e planificasse as manobras durante o evento bélico. Voltava assim à atenção pública a proposta de dotar a organização militar britânica de um Estado-Maior.

O percurso que do fim da Segunda Guerra dos Bóeres conduziu à instituição do *British General Staff* foi razoavelmente breve. Depois do fim da guerra sul-africana foi instituída uma Comissão de Investigação sobre os problemas registados durante a guerra, a *Elgin Commission*. Apesar desta comissão ter ocultado *pro domo* sua as opiniões favoráveis à instituição de um Estado-Maior²⁹, era claro que a chefia militar e política inglesa estava a espera de condições mais favoráveis para reformar em profundidade a organização militar do exército, ou seja o fim do reinado da Imperatriz Victória e a entronização de Eduardo. Quando Eduardo VII acedeu ao trono e as condições políticas se tornaram mais favoráveis, em 1903 um *War Office Reconstitution Committee*, presidido por Lord Esher e com a aprovação do Primeiro Ministro, Balfour, amigo de Esher, e de Eduardo VII, foi estabelecido para avaliar as oportunidades de avançar com a reforma da organização militar inglesa. A primeira relação deste Comité, em janeiro de 1904, asseria que

*the scientific study of Imperial resources, the co-ordination of the ever-varying facts upon which Imperial rule rests, the calculation of forces required, and the broad plans necessary to sustain the burden of Empire, have, until quite recently, found no place in our system of government*³⁰.

O objetivo da reforma proposta pelo Comité presidido por Lord Esher era conjugar as necessidades particulares do Império britânico, necessidades devidas à sua natureza de Império colonial global, com uma organização militar que tivesse as funções administrativas separadas das funções executivas, prevenisse a sobreposição de tarefas, esclarecesse as obrigações e incrementasse a eficiência organizativa do exército em termos gerais. Por estas razões foi abolida a figura do *Commander-in-Chief* e o posto

²⁹ Como, por exemplo, a opinião de um antigo chefe da Repartição da inteligência, Sir Ardagh, que sustentava: “The leading impression in my mind as regards the Intelligence Department is that it should be brought as far as possible to resemble, and perform the functions of and to have that influence on the military policy of the country which is attributed very properly and correctly to, the body known in Germany as the Great General Staff”. *Ibidem*.

³⁰ *Ibidem*.

A Instituição do Estado-Maior:
problemas, questões e definição numa perspectiva comparada europeia

foi ocupado por um Chefe de Estado-Maior; este último devia supervisionar as políticas militares em todos os aspetos: determinar as tarefas dos Estados Maiores dos Corpos do exército, organizar a recolha de informações sobre os potenciais inimigos, planear a organização da mobilização, definir os planos das operações, organizar o treino das recrutas e dos oficiais, instituir uma repartição histórica e definir as atividades das academias militares; enfim, o Chefe de Estado-Maior haveria sido o responsável supremo da condução das operações em caso de evento bélico³¹. Antes da conclusão dos trabalhos do Comité, o governo inglês havia já recebido as indicações de Esher e havia nomeado Sir Neville Lyttelton Chefe do Estado-Maior britânico em fevereiro de 1904; a sua primeira tarefa foi de integrar o Comité da Defesa Imperial, o supremo órgão militar imperial, instituído em 1902. Poucos anos depois da nomeação de Lyttelton, em 1905, uma disposição interna do exército criava o Estado-Maior do exército. Em 1906 uma ulterior evolução determinou a instituição de um *Imperial General Staff*, que sistematizou as tarefas do Estado-Maior britânico num sentido mais global que incluísse as necessidades militares do Império britânico inteiro.

O surgimento do Estado-Maior britânico apresenta algumas peculiaridades em comparação com as correspondentes Instituições francesa e alemã que vale a pena sublinhar. Com certeza o Estado-Maior britânico surgiu logo depois de um choque militar como a Guerra dos Bóeres, apesar de a guerra ter acabado com a vitória inglesa, pois o enorme esforço inglês contra o razoavelmente pequeno exército bóer atingiu profundamente a chefia militar e política inglesa, induzindo-a a proceder com uma reforma por demasiado tempo procrastinada³². Apesar disto, é necessário sublinhar como a situação geoestratégica britânica apresentava peculiaridades que tornava a situação inglesa substancialmente diferente da situação francesa e alemã: como já descrito *supra*, o Reino Unido da Grã Bretanha não se podia considerar uma potência continental alicerçada pelo exército; os problemas de natureza militar e de defesa do Império eram substancialmente diferentes

³¹ Como sublinhado no relatório final do Comité Esher, o Chefe de Estado-Maior devia lidar um órgão que dedicava “its undivided attention to military problems in the widest sense”. Report of the War Office (Reconstitution) Committee, cd. 1932, 1968, 2002, VIII; 1904.

³² Como sustenta Kochanski, “The war in South Africa against a determined well-armed enemy of European origin provided the shock necessary to force politicians and soldiers alike to reconsider how Britain prepared for war”. Kochanski, Halik, Planning for War in the Final Years of Pax Britannica, 1889-1903, in French, David, e Holden Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation*, op. cit., pg. 22.

dos da França e da Alemanha, obviamente mais complicados³³ e sobretudo vinculados a um debate político muito mais forte, como é normal num país como o Reino Unido do século XIX e o início do século XX onde a prática político-parlamentar era muito mais desenvolvida e importante em comparação com a terceira República francesa ou o autoritário *Reich* alemão. Neste sentido, pode-se dizer que o choque militar da guerra sul-africana foi o elemento que empurrou todos os atores – a chefia militar, o Rei, o Parlamento, a opinião pública – para que aceitassem a criação de um órgão como o Estado-Maior. E finalmente, as características do Estado-Maior britânico não eram diferentes das dos Estados Maiores francês e alemão; o ponto principal era que antes da reforma que instituiu o *General Staff* inglês foi instituído um *Committee of Imperial Defence*, ou seja um gabinete central militar que era a autoridade deputada à tomada de decisões de natureza militar para a defesa do Império ao qual o Estado-Maior devia fornecer o seu apoio.

6. Uma Instituição híbrida e problemática: o caso português

O último caso a ser examinado é o caso português; pelas particularidades que apresenta, há sido decidido de não o colocar na ordem cronológica como os outros casos apresentados, pois estas peculiaridades envolvem uma série de problemas que é necessário abordar de forma separada.

Partindo de um dato certo, com a Ordem do Exército de 18 de julho de 1834, dando seguimento às disposições estabelecidas na Carta Constitucional³⁴, vinham a ser instituídos um Estado-Maior General e um Corpo de Estado-Maior³⁵; o Estado-Maior General era composto por dois marechais do exército, dez tenentes-generais e trinta marechais de campo ou Brigadeiros; o Corpo de Estado-Maior pelo contrário era composto por oito oficiais superiores, dos quais no máximo dois podiam ter o posto de Coronel, dezasseis capitães e dezasseis tenentes³⁶. O primeiro elemento importante que emerge dos documentos encontrados é que o Estado-Maior português³⁷ foi instituído muito precocemente em comparação com o Estado-Maior francês

³³ As palavras de Kochanski são muito claras em propósito: “Britain’s defence problems were more complex than those of the European powers because Britain was a naval, Indian and colonial power. This necessitated the creation of a system of defence planning that could coordinate the political departments involved and ensure that the ministers received the professional advice essential for decisions”. Idem, pg. 21.

³⁴ Veja-se a Constituição da Monarquia Portuguesa de 1826, cap. VIII Da força militar, art. 117.

³⁵ Decreto publicado na Ordem do Exército de 18 de julho de 1834.

³⁶ Idem, art. II e III.

³⁷ Onde não especificado diversamente, a expressão “Estado-Maior português” refere-se aqui ao conjunto do Estado-Maior General e ao Corpo de Estado-Maior.

ou o inglês, e ademais numa altura em que o Estado-Maior prussiano não era ainda aquela instituição plasmada por Moltke que devirá a “raiz”, o modelo para os outros Estados Maiores; o segundo elemento de relevância encontrado é a coexistência em Portugal de dois órgãos de Estado-Maior, respetivamente o Estado-Maior General e o Corpo de Estado-Maior.

Neste respeito, as questões que emergem são parcialmente diferentes em comparação com as questões levantadas pelo surgimento dos outros Estados Maiores, pois se podem resumir nesta série de perguntas: qual é o Estado-Maior³⁸ em Portugal? Como se define? Que papel desempenha? Qual foi a necessidade que induziu a autoridade política portuguesa a instituir o Estado-Maior? E enfim, porque num período tão recuado, sendo a instituição dos dois Corpos só 28 anos depois da primeira fundação do Estado-Maior prussiano, mas não logo depois das guerras napoleónicas, guerras que sim interessaram diretamente o país Luso?

O estado atual da investigação sobre o Estado-Maior português não permite responder de maneira circunstanciada e precisa às questões levantadas; todavia, *cum grano salis*, é possível tentar definir um caminho para tentar esclarecer a evolução do Estado-Maior português e assim pôr as bases para aprofundar a investigação sobre este tema.

A primeira particularidade do surgimento do Estado-Maior português, como já sustentado, é o ano da instituição. A razão da instituição do Estado-Maior português em 1834 pode-se justificar pela conclusão das guerras liberais com a definitiva derrota dos Miguelistas e com a volta à independência e autonomia política do país Luso. Por estas razões, é necessário sublinhar como depois do exílio de D. Miguel reapresentaram-se as condições políticas mínimas para reformar o aparelho militar português pois desde a primeira ocupação francesa durante as guerras napoleónicas Portugal não beneficiou de quase nenhuma autonomia política para enfrentar qualquer reforma política ou militar, por causa dos esforços durante as guerras contra os franceses, pela ocupação político-militar inglesa seguida à liberação e pelas guerras liberais. Por estas razões, com a instauração da Monarquia Constitucional e o novo curso institucional português, antecipado pela Carta Constitucional de 1826, foi necessário avançar com uma reforma complexiva do exército, reforma que contemplava também a criação de um Estado-Maior. Apesar de haver definido o contexto dentro o qual foi instituído o Estado-Maior português, não resulta ainda claro porque há sido advertido como necessário instituir um

³⁸ Ou seja, qual é o Corpo militar português que pode comparar-se com as instituições prussiana/alemã, francesa e inglesa descritas supra.

Corpo do exército que, no resto da Europa, era radicado somente no Estado prussiano. Neste respeito, podem-se avançar hipóteses partindo de quanto emerso *supra* a cerca das razões do surgimento dos Estados Maiores nos outros países analisados. Em primeiro lugar pode-se relevar como Portugal havia sofrido, como os outros países considerados, diversos choques militares que induziram uma revisão do próprio aparelho militar; trata-se, neste caso, da ocupação franco-espanhola depois da Guerra das Laranjas, seguida pela guerra de Liberação ao lado dos ingleses comandados por Wellington que, de um ponto de vista político, deram lugar a uma ocupação de facto do território continental português; esta ocupação político-militar continuou depois do fim das guerras napoleónicas com a presença de Beresford como autoridade plenipotenciária em Portugal também por causa da secessão brasileira e a precariedade política que, enfim, será a causa das sucessivas guerras liberais.

Cum grano salis é possível sustentar que os trinta e mais anos caracterizados pela ocupação político-militar dos franceses e ingleses e pela guerra civil contra os Miguelistas impuseram às autoridades políticas constitucionais uma reforma complexiva do aparelho militar para especular sobre as possibilidades de eventos bélicos e preparar o exército para enfrentar as ameaças externas à integridade e independência de Portugal. O termo “ameaças externas” usado aqui é um ponto importante, a juízo de quem escreve, das razões que induziram, em geral, a criação dos Estados Maiores nos países considerados e que articula mais a situação portuguesa: em linha de princípio, como visto *supra*, a tarefa principal dos Estados Maiores é a planificação da guerra e a gestão dos recursos de um país para enfrentar um inimigo; todavia para planificar operações militares é necessário identificar previamente contra quem estas operações são direccionadas e como se caracteriza este potencial inimigo, tarefas estas desempenhadas pelas Repartições de *intelligence* dos Estados Maiores. Por estas razões, até pelo menos ao surgimento de doutrinas de contra-insurreição, é possível supor que os alvos dos estudos e da planificação dos Estados Maiores europeus fossem exclusivamente possíveis inimigos externos definidos institucionalmente, ou seja países: como descrito *supra*, o *Große Generalstab* alemão havia sido dividido em diversas repartições consoante os possíveis inimigos que pudessem ameaçar o país germânico; o Estado-Maior francês avançou com o mesmo sistema, dividindo as áreas de planificação das operações em oriental – ou seja contra Alemanha e, sucessivamente, Itália –, meridional – contra Espanha – e setentrional – contra o Reino Unido –; o caso do Reino Unido apresenta-se ligeiramente diferente pois sendo uma ilha e, portanto, não

tendo um possível país inimigo em contacto direto, não dividiu o Estado-Maior em seções relativas às possíveis frentes, contudo considerando a Bélgica o teatro das operações mais provável em caso de conflito entre a Alemanha e a França. Portanto, apesar de as guerras liberais haverem constituído um choque militar relevante na cultura militar portuguesa, é difícil pensar que o Estado-Maior português haja sido instituído para enfrentar ameaças internas, apesar da lenta e difícil pacificação do país. A fundação do Estado-Maior português parece mais devida, é opinião de quem escreve, à instituição de um Corpo do exército que planificasse a defesa do país contra a única possível ameaça imediata para a integridade do país Luso, ou seja a Espanha. Neste respeito a criação de um Estado-Maior em Portugal liga-se muito bem com a criação de um dispositivo de defesa da capital como as Linhas de Lisboa³⁹ e uma reorganização do exército para a defesa dos objetivos estratégicos sensíveis do país e o presídio dos principais canais de invasão terrestre por parte da Espanha. A “perspetiva espanhola” outrossim garante mais uma resposta às perguntas colocadas *supra*: a autoridade política portuguesa reputou necessário dotar-se de um órgão como o Estado-Maior num período em que esta Instituição não era ainda difundida na Europa, salvo o Estado-Maior prussiano, e não era ainda objeto de tão alta reputação como depois das Guerras de Unificação Alemã porque o Estado-Maior era uma resposta adequada e económica para resolver um possível problema contingente, ou seja a possibilidade de uma invasão espanhola depois das guerras carlistas; noutros termos, a exigência de planejar defesas adequadas do território e a contingente possível ameaça espanhola induziram a autoridade política portuguesa a instituir o Estado-Maior. Uma outra possível razão desta instituição reside nas consequências militares das Guerras Liberais: como há sido já relevado⁴⁰, já a partir da guerra de libertação contra os franceses teve lugar em Portugal uma difusão generalizada de armas na população, ademais por causa do emprego de tropas portuguesas em ações de guerrilha e como auxiliares e infantaria ligeira ao lado dos ingleses; este *trend* incrementou-se com o início das Guerras Liberais e os sentimentos partidários que libertaram: noutros termos, ainda durante as Guerras Liberais o risco que Portugal tinha de cair numa “anarquia militar” era razoavelmente alto, ao ponto que era exigência importante para as autoridades políticas lusas reformar o exército, pacificar a população e instituir um órgão que tomasse medidas para evitar o risco da proliferação de bandos armadas e a perda de controlo de partes do país; neste

³⁹ Veja-se Barata, António Themudo, e Teixeira, Nuno Severiano (eds.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.

⁴⁰ *Ibidem*.

respeito a criação de um Estado-Maior podia ser uma solução razoavelmente adequada ao desafio levantado pela difusão descontrolada de armas.

O problema principal sobre o Estado-Maior português, considerando os recursos documentais que foi possível analisar, é determinar a natureza das funções que desempenhava. Nas documentações e nas memórias encontradas⁴¹ efetivamente não são explicitadas de forma circunstanciada as funções e tarefas práticas desempenhadas pelo Corpo de Estado-Maior, sendo pelo contrário definido só o campo das funções do Estado-Maior General⁴²; a partir dos elementos encontrados, pode-se sustentar *cum grano salis* que o Estado-Maior General português era essencialmente o conjunto de oficiais gerais portugueses que compartilhavam as mesmas tarefas elencadas no documento citado *supra*⁴³ e que, em termos gerais, desempenhavam um papel de chefia executiva do exército. Pode-se falar neste caso de uma Instituição militar espúria, pois este grupo de oficiais superiores não trabalhava geralmente em conjunto, quanto compartilhavam as mesmas funções de comando que eram exercidas nos diferentes Corpos do exército através de um sistema que os assignava aos diversos Corpos – Divisões, Brigadas, Quartéis-gerais, Tribunal Militar, Governo das Praças etc. – consoante a necessidade⁴⁴. Esta situação repete-se quando, nos documentos, é abordado o tema do Corpo de

⁴¹ Vejam-se: Da Câmara Leme, Luíz, Elementos da Arte Militar: Lisboa, 1862-1864; Telles, Sebastião, A organização do estado-maior do exercito, Lisboa, Afra & Companhia, 1878; Vasconcellos, Maj. Gr. Cesar Augusto de, Memoria sobre o Corpo de Estado-Maior, Lisboa, Typographia Universal, 1863; Relatório que precede e justifica o projecto de reorganização do Corpo de Estado-Maior, encontrado no corpo de propostas para a reforma do exército em 1884, Arquivo Histórico-Militar de Lisboa, doc. AHM-DIV-3-02-10-14; Reorganização do Exército – Proposta de Lei de 1898, pela Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra, Arquivo Histórico-Militar de Lisboa, doc. AHM-DIV-3-02-11-03.

⁴² A Ordem do Exército de 20 de dezembro de 1849 esclarece apenas as funções do Estado-Maior General: “Os Officiaes Generaes serão, em geral, empregados nas seguintes Comissões: no Commando em Chefe do Exército, no Commando de Corpos do Exército, no Tribunal de Justiça Militar, no Commando das Divisões do Exército, no Commando das Divisões territoriaes, em Chefe do Estado-Maior do Exército, em Sub-Chefe do Estado-Maior do Exército, no Commando do Corpo de Estado-Maior, no Commando do Corpo de Engenharia, no Commando do Corpo de Artilharia, na Inspeção do Arsenal do Exército, na direcção dos estabelecimentos de instrução scientifica, no Commando das Brigadas, em Governadores de Praças de Guerra”. A mesma Ordem resulta mais lacunosa quando trata do Corpo de Estado-Maior: emerge do documento que o número de oficiais era fixado em 28 mais um Comandante General; podiam ser empregados nos Quartéis-gerais “em trabalhos que tenham relação com as suas habilitações scientificas”; a habilitação científica dos oficiais recorre em outras ocasiões no mesmo documento assim como em outros documentos. Veja-se a Ordem do Exército de 20 de dezembro de 1849, cap. III e cap. IV.

⁴³ Veja-se a nota de rodapé nº 42. Contudo, a descrição das funções do Estado-Maior General é parcialmente descrita na Ordem do Exército que sanciona a fundação do dito órgão. Veja-se a Ordem do Exército de 18 de julho de 1834, art. 9 §1.

⁴⁴ Esta possibilidade é sugerida pela expressão empregada no Decreto citado na nota de rodapé nº 42 quando reza “Os Officiaes Generaes serão, em geral, empregados...”, descrevendo depois os âmbitos onde podem exercer as suas funções.

A Instituição do Estado-Maior: problemas, questões e definição numa perspectiva comparada europeia

Estado-Maior. Tão no Decreto de 1834, quanto no Decreto de 1849, é indicado o número e os postos dos oficiais que compõem o Corpo de Estado-Maior, onde podem servir – Estados Maiores das Províncias, nos das Divisões e das Brigadas, em Ajudantes de Ordens dos Generais etc. – e emerge mais uma vez como os oficiais Generais podem escolher pessoal com habilitações específicas ou Ajudantes de Ordens entre os oficiais provenientes do Corpo de Estado-Maior⁴⁵. No Decreto de 1849 aparece um artigo que descreve as atividades que deviam realizar os oficiais do Corpo de Estado-Maior sob a responsabilidade de um General Comandante:

*O General Commandante do Corpo de Estado-Maior, tem a seu cargo detalhar o serviço dos seus subordinados, segundo a aptidão de cada um, e da qual procurará obter cabal conhecimento; distribuir-lhes Programmas, a que deverão satisfazer em tempo certo, e que tenham por fim reconhecimentos de terrenos, levantamentos de plantas, escolha de posições militares, indicação de vãos, e das comunicações que devem seguir as tropas em campanha, segundo determinados pontos de direcção; noticia dos produtos, e recursos do paiz, e memorias com os detalhes das campanhas que nelle tenham tido lugar, e de que se possa alcançar informação*⁴⁶.

Como aparece claro, as indicações das tarefas que o Corpo de Estado-Maior deve desempenhar são pouco definidas e, eventualmente, demandam a regulamentos internos que, até agora, não foi possível encontrar. Contudo, ao contrário do Estado-Maior General, aparece mais claro como o Corpo de Estado-Maior desempenhasse as funções que já foram sublinhadas nos casos anteriormente descritos: o Corpo de Estado-Maior efetua relevos topográficos e geodésicos, planifica as operações, os movimentos das tropas, avalia e gere os recursos, a disposição das tropas, organiza uma secção histórica.

No trabalho preparatório à reforma do Corpo de Estado-Maior, redigido em 1884, a missão deste órgão do Exército, apesar de não ser especificada ainda de forma circunstanciada, é mais claramente expressa:

No exercito, o tempo de paz deve empregar-se em constante preparo para a guerra. Para que um certo numero de officiaes se achem habilitados em campanha a dirigir e auxiliar as operações da guerra, dispondo de conhecimentos tácticos e estrategicos; possuindo a exacta apreciação das forças e condições, não só do exercito nacional, mas tambem do exercito inimigo; conhecendo a

⁴⁵ Veja-se, por exemplo, a Ordem do Exército de 20 de dezembro de 1849, cap. XVIII, art. único.

⁴⁶ Idem, cap. XIX, art. IV.

*topographia do proprio paiz e dos lemitrophes, com especialidade a do teatro provavel da guerra; finalmente, para que esses officiaes se achem iniciados e familiarisados em todos os serviços que tornam prontos e proficuos na guerra quaisquer movimentos militares, é indispensavel instruil-os e formal-os na paz. Durante a paz devem preparar tambem, estes officiaes, todos os elementos que são proveitosos e necessarios ao supremo commando das forças em campanha. D'aqui proveiu aos exercitos a necessidade da criação de corpos de officiaes do estado-maior*⁴⁷.

Emergem neste último excerto ulteriores elementos que permitem caracterizar melhor o Corpo de Estado-Maior: os oficiais deste Corpo devem possuir conhecimentos táticos e estratégicos, devem recuperar informações sobre os exércitos inimigos, conhecer a topografia de Portugal e “dos limítrofes”, ou seja Espanha, devem ser instruídos em tempo de paz, frase que implica a participação em cursos preparatórios especiais destinados a estes oficiais⁴⁸.

Em conclusão, para tentar responder às questões levantadas *supra*, pode-se dizer que as tarefas “clássicas” desempenhadas pela Instituição do Estado-Maior são objeto em Portugal do esforço dos oficiais do Corpo de Estado-Maior. Ao estado atual da investigação acerca deste órgão do exército português não é possível pormenorizar estas funções, contudo é possível sustentar que os oficiais deste Corpo, instruídos em academias dedicadas – exatamente como os oficiais de Estado-Maior alemão, instruídos na *Kriegsakademie*, como os franceses treinados na academia militar fundada por Gouvion de Saint-Cyr e como os ingleses no *Staff College* –, ocupavam-se do reconhecimento geográfico do território, da recolha de informações sobre os potenciais exércitos inimigos e deviam possuir os meios para preparar as operações – ou seja conhecimentos estratégicos – e para conduzir as tropas nos teatros de batalha. Contudo, o elemento interessante e particular do Corpo de Estado-Maior português é o relacionamento com o outro, principal Corpo do exército português, o Estado-Maior General. Nos documentos analisados aparece com insistência a tarefa dos oficiais do Corpo de Estado Maior de complementar o comando dos oficiais superiores dos vários corpos do exército; noutros termos, o Corpo de Estado-Maior era pensado ao ato prático não tanto como Instituição que devia proporcionar informações, planos e o

⁴⁷ Relatório que precede e justifica o projecto de reorganização do Corpo de Estado-Maior, doc. cit., p. 1.

⁴⁸ Veja-se também a Reorganização do Exército – Proposta de Lei de 1898, doc. cit.. Contudo, é interessante notar como não haja acenos a questões como a mobilização e a gestão dos caminhos de ferro nas fases preparatórias a um evento bélico que interesse o território nacional português.

A Instituição do Estado-Maior: problemas, questões e definição numa perspectiva comparada europeia

apoio geral à chefia militar constituída pelo Estado-Maior General, quanto um conjunto de oficiais que, para além de proporcionar um serviço de apoio ao generalato, devia fornecer um auxílio prático em primeira pessoa alicerçado sobre competências técnico-científicas particulares nos diversos Corpos do exército⁴⁹.

O caso português, neste sentido, parece muito semelhante ao caso inglês descrito *supra*: de facto a reforma militar inglesa começada durante a Segunda Guerra dos Bóeres e concluída logo depois criava duas Instituições militares peculiares, o *Committee for Imperial Defence* em 1902 e o *British General Staff* em 1904, sendo o primeiro o órgão executivo supremo da Defesa Imperial inglesa, e o segundo o órgão de apoio à primeira Instituição que proporcionava informações, planos, que geria os recursos destinados às forças armadas etc.; na mesma medida, a chefia política portuguesa em 1834 criava um órgão executivo supremo qual era o Estado-Maior General, que como sustentado *supra* era um grupo de oficiais superiores que eram alocados pelas chefias políticas a um Corpo do exército na qualidade de comandantes; ao lado deste órgão executivo havia o Corpo de Estado-Maior, que devia proporcionar em primeiro lugar uma série de informações práticas em prol da eficiência dos Corpos do exército liderados pelos oficiais do Estado-Maior General, e que em segundo lugar devia participar diretamente nas atividades dos Corpos do exército ao lado dos Generais do Estado-Maior General em qualidade de pessoal perito em matérias científicas e com competências tático-estratégicas para aconselhar os líderes e apoiá-los adequadamente.

Conclusões

Depois de haver analisado sumariamente o surgimento e a evolução dos Estados Maiores dos países considerados, é necessário voltar à questão fundamental sobre a qual se desenvolve este contributo: o que é um Estado-Maior? Como se pode definir um Estado-Maior? O ponto de partida para tentar proporcionar uma resposta adequada a esta questão é um conjunto de definições proposto por Dallas Irvine e citado por Brian Bond⁵⁰ que tenta qualificar sinteticamente a essência de um Estado-Maior.

⁴⁹ Este ponto era já estabelecido no Decreto de Fundação do Corpo de Estado-Maior de 18 de julho de 1834, art. IX §2; provavelmente os oficiais do Estado-Maior General não acordaram muita importância a esta directiva, de forma que na Ordem do Exército datada 13 de agosto de 1847, art. 2, intimava-se aos Generais o seguinte: “Os Officiaes que os Snrs. Generaes propozerem para servir às suas Ordens, devem ser tirados das classes designadas no Art. 9.º § 2.º do Decreto de 18 de Julho de 1834; não sendo mais permitido o arbitrio de os escolher nas fileiras, e muito principalmente na classe dos capitães, que por cazo algum devem ser tirados do Commando de suas Companhias”.

⁵⁰ Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College, 1854-1914*, op. cit..

Irvine refere as seguintes sete definições possíveis de Estado-Maior: o Estado-Maior é o Quartel-General de uma unidade de um exército; é o Corpo dos oficiais gerais de um país; é o Corpo dos oficiais não-ativos de um exército; é o conjunto descrito nas duas propostas precedentes; é um Corpo especial de oficiais que fornece pessoal de apoio aos comandantes para desempenhar funções de comando ou de administração além do pessoal administrativo de um exército; é um corpo específico de pessoal de apoio como no caso precedente; é um órgão central militar que apoia o supremo líder militar sobretudo em âmbito militar.

É opinião de quem escreve que estas definições sejam todas potencialmente corretas; porém, nenhuma dessas parece adequada a definir a Instituição militar alvo desta análise. O problema principal das definições de Irvine é que se focam sobretudo sobre a composição do Estado-Maior omitindo ou pondo em segundo lugar o aspeto funcional da Instituição⁵¹; esta tentativa de definir o Estado-Maior resulta portanto lacunosa pois não sublinha o que o Estado-Maior faz, mas apenas o que o Estado-Maior é: partindo de um ponto de vista que aparentemente pode parecer extremo, seguindo as definições de Irvine o Estado-Maior General português e o Corpo de Estado-Maior poderiam ser exatamente a mesma coisa, ou seja dois Estados Maiores no mesmo país com tarefas diferentes; a verdade é que, como se é tentado demonstrar, os dois órgãos portugueses são radicalmente diferentes quanto a pessoal, postos e tarefas a desempenhar.

Para tentar reformular a definição de Estado-Maior partir-se-á dos resultados alcançados nas breves análises dos quatro Estados Maiores examinados *supra*, portanto aproveitando da metodologia comparativa para chegar, através de um método indutivo, à essência que, *cum grano salis*, pode definir a Instituição do Estado-Maior.

Em primeiro lugar é necessário sublinhar o aspeto prático mais importante que induziu o surgimento do Estado-Maior: na França revolucionária e napoleónica a evolução radical do aparelho militar em termos numéricos e de articulação interna necessitou de um órgão de planificação, gestão dos recursos e gestão das comunicações internas que harmonizasse exércitos que nunca se haviam visto antes; a mesma situação apresentou-se na Prússia ocupada pelos franceses quando as chefias política e militar do país germânico se deram conta que uma profunda reforma do exército era improcrastinável se se queria derrotar os franceses e libertar o país. Neste sentido a criação

⁵¹ Seis sobre sete definições abordam a Instituição do Estado-Maior de um ponto de vista do pessoal que a compõe, sendo somente a última definição uma tentativa de despersonalizar a Instituição para frisar a vertente funcional deste órgão.

de um órgão militar como o Estado-Maior – presente em forma prodrómica na França napoleónica, instituído de forma clara na Prússia – constituiu uma solução organizativa prática ideal para resolver os desafios lançados pelos novos aparelhos militares.

Em segundo lugar uma das causas fundamentais que levaram à instituição dos Estados Maiores foi o que neste contributo foi chamado “choque militar”. Como há sido descrito *supra*, todos os países sofreram choques militares tais que foram constringidos a rever a organização dos próprios aparelhos militares para estarem prontos em caso de evento bélico. No caso prussiano, as derrotas de Jena e Auerstädt e a consequente ocupação francesa dos territórios prussianos geraram aquele choque militar que obrigou a chefia política prussiana a rever os próprios paradigmas militares; no caso francês, a manifesta superioridade em cada aspeto do exército prussiano, a derrota de Sedan, o cerco de Paris e as condições humilhantes de paz obrigaram o país transalpino a criar um dispositivo militar a partir do modelo prussiano para enfrentar uma eventual nova crise com o *Reich* alemão; o caso inglês foi diferente: apesar de ter ganhado a Segunda Guerra dos Bóeres, o esforço produzido por Londres completamente desproporcionado em comparação com as forças em campo dos bóeres, ao lado de graves erros ao longo de toda a campanha militar, acabaram por constituir um choque militar tal que as propostas de reforma do aparelho militar inglês tiveram de ser tomadas em consideração pela chefia político-militar do Reino. O caso português parece diferente: o choque militar, neste caso, pode ser adscrito às Guerras Liberais, tendo em conta todavia que tratando-se de uma guerra civil o impacto nas hierarquias político-militares não foi tão profundo como nos casos de Jena ou de Sedan; no caso português portanto é mais fácil encontrar o choque militar na invasão francesa e nas ocupações que, de facto, induziu. O caso português é também interessante pois havia duas razões a mais para justificar a instituição de um Estado-Maior: a ameaça potencial espanhola, ameaça sufragada também por razões históricas, que obrigava à tomada de medidas específicas para a defesa do território luso, e a necessidade de gerir uma condição política e social dominada pela difusão das armas que podiam afundar o país na anarquia militar.

Por estas razões e através dos resultados obtidos através da análise comparada do surgimento e da evolução dos Estados Maiores das principais potências europeias, pode-se tentar formular uma definição, parcial e perfectível, da Instituição do Estado-Maior.

Em primeiro lugar, um Estado-Maior é uma Instituição militar ratificada por uma autoridade política. Este aspeto, aparentemente óbvio, permite separar

os Estados Maiores de alturas mais recuadas dos Estados Maiores modernos; estes últimos, de facto, são instituições cuja composição e atividade são determinadas pela lei e definidas por uma autoridade política; noutros termos, não são conjuntos de pessoas escolhidas arbitrariamente por uma autoridade militar mas sim órgãos que assumem traços de definitividade por causa de serem definidos pela lei e, portanto, por permanecerem apesar das mudanças no âmbito da chefia militar de um país.

Em segundo lugar, um Estado-Maior é uma Instituição militar composta por oficiais que desempenha um papel prático dentro de um aparelho militar; este papel prático espacia o mapeamento do território através de relevos topográficos e geodésicos à recolha de informações sobre os exércitos de outros países, do planeamento de possíveis operações militares à gestão dos recursos para o sustentamento dos exércitos, da organização logística e dos transportes à mobilização e desmobilização, da gestão das comunicações entre os vários corpos ao apoio tático-estratégico direto aos Corpos do exército envolvidos nas operações.

Em terceiro lugar, um Estado-Maior é uma Instituição militar composta por oficiais que desempenham um papel prático dentro de um aparelho militar de um país que contribui à difusão de uma cultura militar e estratégica através da preparação e instrução do pessoal que irá a fazer parte desta Instituição através de Institutos como as Academias Militares; neste respeito, os Estados Maiores desempenham um papel de homogeneização dos aparelhos militares pois dedicam-se ao estabelecimento de uma doutrina militar e à sua difusão em prol de uma maior eficiência do complexo militar, no sentido que a passagem da teoria de um plano de guerra construído através da especulação e *wargames* à prática de operações militares contra um exército inimigo efetuada num contexto teórico militar comum resulta substancialmente mais eficiente, por exemplo como demonstrado pelo exército prussiano em Sadowa em 1866.

Estes três aspetos contribuem de forma muito marcada à definição de Estado-Maior. Como dito *supra*, todavia, esta aproximação de definição quer ser somente um ponto de partida para uma investigação mais profunda e aturada desta Instituição.

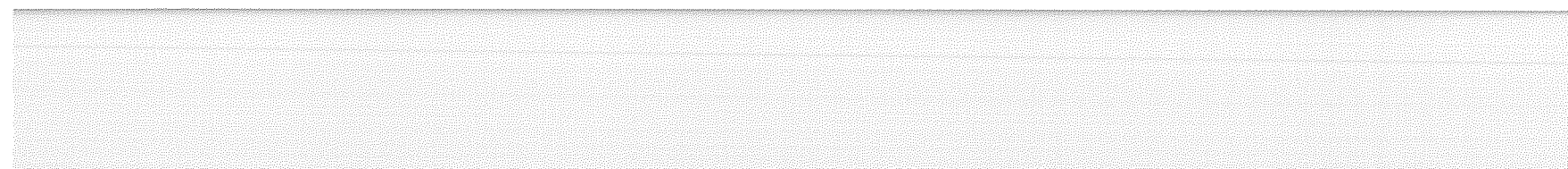
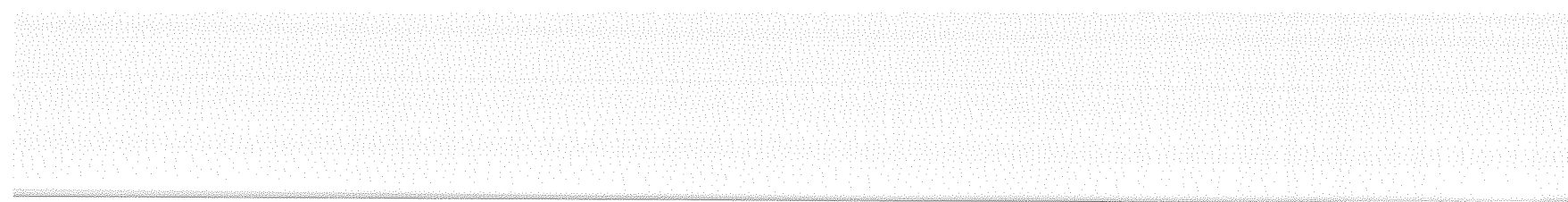
Bibliografia

- Addington, Larry, *The blitzkrieg era and the German General Staff*, New Brunswick, Rutgers University Press, 1971.
- Barata, António Themudo, e Teixeira, Nuno Severiano (eds.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.

- Bond, Brian, *The Victorian Army and the Staff College, 1854-1914*, London, Methuen, 1972.
- Craig, Gordon, *The politics of Prussian Army*, New York, Oxford University Press, 1955.
- Da Câmara Leme, Luíz, *Elementos da Arte Militar*, Lisboa, 1862-1864.
- De Sá Nogueira, Coronel José Carlos, *Breve Notícia Histórica acerca do CORPO DE ESTADO-MAIOR*, Separata do Buletim do Estado-Maior do Exército Português nº 8, 4ª série, 1969.
- Duby, Georges, *La dimanche de Bouvines (27 juillet 1214)*, Paris, Gallimard, 1973.
- Dupuy, Trevor N., *The German Army and General Staff, 1807-1945*, London, MacDonald and Jane's, 1977.
- French, David e Holden Reid, Brian (eds.), *The British General Staff: Reform and Innovation c. 1890-1939*, Londres, Cass, 2002.
- Freuding, Lieut. Col. Christopher, *Organising for war: Strategic Culture and the Organisation of High Command in Britain and Germany, 1850-1945: A Comparative Perspective*, London, Routledge, 2010.
- Görlitz, Walter, *History of the German General Staff: 1657-1945*, New York, Praeger, 1961.
- Keegan, John, *The face of the battle*, London, Jonathan Cape, 1976.
- Marques, Fernando Pereira, *Exército, Mudança e Modernização*, Lisboa, Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 1999.
- Samuels, Martin, *Command or Control? Command, training, and tactics in the British and German armies, 1888-1918*, Londres, Cass, 1995.
- Telles, Sebastião, *A organização do estado-maior do exercito*, Lisboa, Afra & Companhia, 1878.
- Vasconcellos, Maj. Gr. Cesar Augusto de, *Memoria sobre o Corpo do Estado-Maior*, Lisboa, Typographia Universal, 1863.

Artigos

- Bourlet, Michaël, *L'ilot Saint-Germain au tournant des XIXe et XXe siècles*, em *Revue historique des armées*, 248 | 2007, versão online. Consultado no dia 28 de Julho de 2013.
- Cochet, François, *Les débuts de la Grande Guerre en France: «dictature» imposée du militaire ou retrait du politique?*, em *Revue historique des armées*, 248, 2007. Consultado no dia 28 de Julho de 2013.





A refundação do Corpo de Estado-Maior do Exército e a 3. Segunda Guerra Mundial¹

João Campos Neves

Introdução

Este capítulo versa sobre a refundação do Corpo de Estado-Maior (CEM) do exército português e a sua relação com a Segunda Guerra Mundial. Este órgão de elite das Forças Armadas, existiu desde o século XIX e adquiriu diversas mutações com o desenrolar do tempo. O CEM assumiu uma nova feição com a refundação ocorrida em 1937 no âmbito das reformas militares então concebidas pelo Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, pelo Subsecretário de Estado da Guerra, Santos Costa, na sua componente mais política, e pelo oficial do CEM José Filipe de Barros Rodrigues na sua vertente mais técnica.

A primeira referência histórica ao Corpo de Estado-Maior português data de 1834, após a conclusão da guerra civil entre miguelistas e liberais². O decreto que o estabelece menciona a existência de 40 membros deste novo Corpo, fazendo parte do quadro do exército liberal de D. Pedro IV que não se tratava ainda de um exército nacional mas de uma força militar partidária. Dentro da orgânica do Exército – estabelecida a 18 de Julho de 1834 – o Corpo

¹ Capítulo elaborado no âmbito do projecto “O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: apogeu e queda” (PTDC/HIS-HIS/102382/2008), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

² “A organização dum Corpo distinto de oficiais para o Serviço de Estado-Maior data do decreto de 18 de Julho de 1834”. Cf., Álvaro Teles Ferreira de Passos, *O Centenário do Curso de Estado-Maior*, pp. 17-18.

aparece como o segundo elemento mais relevante: “A organização do Exército de 18 de Julho de 1834 dizia que o Exército era constituído por: Estado-Maior General – Corpo de Estado-Maior – Corpo de Engenharia – Corpo de Artilharia – 6 Regimentos de Cavalaria – 12 Regimentos de Infantaria – 4 Regimentos de Caçadores ou infantaria ligeira – Intendência Militar.”³ A importância da formação dos oficiais através da frequência de um curso de Estado-Maior está presente quase desde a sua génese, tendo começado este curso a ser leccionado nas Escolas do Exército e Politécnica, formando oficiais que assumiram decisivos cargos militares e políticos, conforme escreveu o oficial do CEM Ferreira de Chaves numa publicação de 1934: “dos 263 oficiais até hoje habilitados com o Curso de Estado-Maior 74 têm sido homens ilustres, assim contados: 21 ministros da Guerra, 2 sub-secretários do mesmo ministério, 8 ministros de outras pastas, 13 governadores coloniais, 19 parlamentares, 4 governadores civis, 7 diplomatas”⁴. O conteúdo do curso era eminentemente técnico e as suas cadeiras não tinham um carácter exclusivista, inserindo-se no corpo de matérias da Escola do Exército.

A forma de recrutamento dos alunos foi evoluindo ao longo do tempo, sendo o modelo de ensino prussiano adotado entre 1890 e 1927, com o intuito de ‘profissionalizar’ a formação destes oficiais.⁵ Seguidamente, o curso irá manter muitas das características precedentes, às quais acresce uma maior tendência à especialização do ensino, assente na sua autonomia pedagógica e científica. Os militares instruídos no Curso de Estado-Maior assumiram funções de Estado-Maior, eminentemente teóricas, associadas ao planeamento, estudo e preparação da guerra; estando também previsto tomarem posições de comando efectivo de tropas.⁶ Esta preponderância da formação dos oficiais através de instituições de ensino centradas no estudo das ciências militares foi uma realidade em toda a Europa oitocentista⁷.

Durante um século, a designação deste Corpo variou, entre “Corpo de Estado-Maior” e “Serviço do Estado-Maior”. As reformas republicanas de 1911

³ Passos, Álvaro Teles Ferreira de, *O Centenário do Curso de Estado-Maior*, p. 19.

⁴ Chaves, J. C. Ferreira de, *O Centenário do Curso de Estado-Maior*, p. 8.

⁵ Sobre este assunto ver: *O Centenário do Curso de Estado-Maior*, pp. 9-10.

⁶ “A que deve visar actualmente um Curso de Estado-Maior em Portugal? Parece-nos que a resposta será: ministrar à quantidade possível de oficiais de todas as armas o ensino necessário e suficiente para o desempenho do serviço de Estado-Maior e de determinadas funções especiais, entre as quais a de comando de agrupamentos de tropas da sua arma ou de várias armas em colaboração táctica com as das outras armas.” Passos, Álvaro Teles Ferreira de, *O Centenário do Curso de Estado-Maior*, p. 32;

⁷ “Esta tentativa constitui o primeiro impulso para elevar o ensino do Estado-Maior acima do ensino preparatório para os quadros das armas. Nos outros países vieram a ter existência a *École Supérieure de Guerre*, a *Krieges Akademie*, o *Staff College*, a *Academia de Turin*, etc.” Passos, Álvaro Teles Ferreira de, *O Centenário do Curso de Estado-Maior*, p. 27.

A refundação do Corpo de Estado-Maior do Exército e a Segunda Guerra Mundial

mantiveram este Serviço, herdado da monarquia constitucional, e fundaram a Escola Central de Oficiais que, a partir de 1940, adotará a designação de Instituto de Altos Estudos Militares. No entanto, a Escola Central de Oficiais apenas se tornou uma realidade com a sua instalação em Caxias em 1927, já em plena Ditadura Militar. No ano seguinte o reformulado Curso do Estado-Maior passou a ser lecionado.

1. A refundação do Corpo de Estado-Maior⁸

a. Contextualização histórica e as reformas militares de 1937

A refundação do Corpo de Estado-Maior do Exército português ocorreu numa conjuntura histórica bastante específica, de institucionalização política e ideológica do regime de Salazar, que se consolidou e legitimou ao longo da década de 1930. O Estado Novo necessitou do apoio e lealdade das Forças Armadas para garantir a sua sustentabilidade e permanência, num processo de subordinação lento e nunca inteiramente estabelecido.

Quando são mencionadas elites neste texto, refiro-me ao sentido atribuído pelo cientista político Morris Janowitz a estes grupos sociais.⁹ No âmbito da sua teorização, o modelo de relacionamento cívico militar aristocrático encaixa perfeitamente na análise que farei das relações entre a elite militar e a liderança política do Estado Novo: “In the aristocratic model, civilian and military elites are socially and functionally integrated. The narrow base of recruitment for both elites and a relatively monolithic power structure provide the civilian elite with a method of “subjective control” of the military”.¹⁰

É necessário entender que o relacionamento atribuído entre o poder político e a elite militar durante grande parte dos anos 30 do século XX, se deveu à genealogia militar do regime, que nunca a escondeu.¹¹ A legitimidade política adquirida pelos militares devido ao papel decisivo que desempenharam na condução do 28 de Maio de 1926 tornou-se um obstáculo à concentração e consolidação de poder preconizados por Salazar. O líder do Estado Novo teve como um dos seus objectivos principais retirar os oficiais da vida política, remetendo o Exército às suas funções tradicionais de defesa do território nacional. Na verdade, a tradição de intervenção política dos militares na

⁸ Esta parte do capítulo baseia-se num artigo submetido a publicação na revista científica *Ler História*.

⁹ Cf. Janowitz, Morris, *Military Elites and the Study of War*, *On Social Organization and Social Control* e *The Professional Soldier: a Social and Political Portrait*.

¹⁰ Janowitz, Morris, *Military Elites and the Study of War*, p. 10.

¹¹ “Salazar tem, porém, consciência de que o regime emana do Exército. Ele é o penhor da ‘revolução nacional ...’ Duarte, António, *A Política de Defesa Nacional*, p. 65.

história de Portugal tem uma genealogia que transcende o advento do Estado Novo¹², com as Forças Armadas a ganhar uma crescente tendência para intervir politicamente durante a I República, processo que culminará no golpe militar de 28 de Maio de 1926, ficando enquanto instituição indissociavelmente ligada ao código genético do regime salazarista. O Estado Novo, sendo um regime autoritário, teve como outros exemplos coetâneos desta fórmula política um dos seus sustentáculos nas próprias Forças Armadas, das quais nunca se conseguiu afastar totalmente¹³.

As reformas militares de 1937 foram um sucedâneo da reorganização de 1926, que tinha já significado uma rutura em relação aos pressupostos reformistas republicanos, conforme se depreende da respectiva legislação: “A experiência de quinze anos tem demonstrado que o decreto de 25 de Maio de 1911, aliás nunca rigorosamente executado, não corresponde inteiramente (...) às necessidades dum exército tal como se entende ele deve ser hoje constituído e preparado. Urge pois (...) estabelecer novas bases em que assente a organização do exército em tempo de paz, no sentido de tornar possível a constituição do exército de campanha, tanto sob o ponto de vista da organização das diversas unidades e formações que o hão-de compor, como da garantia da sua mobilização”¹⁴. O Exército português afastava-se assim do modelo de exército miliciano que se tentara implementar com o esforço reformista republicano, ainda que sem sucesso.¹⁵

A reorganização do CEM constituiu um dos vértices centrais das reformas de 1937, sendo estas sucessivamente adiadas por Salazar no período que medeia entre 1934 e 1937, devido a motivações essencialmente políticas, em parte associadas à necessidade de exclusão de oficiais republicanos e

¹² “Desde o constitucionalismo – que em Portugal surgiu de uma intervenção militar ou de militares –, as Forças Armadas têm legitimidade para intervir em termos constitucionais quando um regime está incapacitado de resolver os problemas políticos nacionais, desde que actuem unanimemente, ajam de forma não violenta e em consenso nacional.” Matos, Luís Salgado de, As forças armadas portuguesas como elemento de um “Estado de Ordens” – sua situação em regime de sufrágio universal, *Análise Social*, Vol. XXXII, nº 141, pp. 405-418.

¹³ “A prática institucional do Estado Novo tinha um pressuposto duplo e aparentemente contraditório: o direito de intervenção das Forças Armadas nos aspectos essenciais do Estado e a necessidade de o ocultar. (...) Sem lhe reconhecer explicitamente a legalidade, a Situação era forçada a aceitar a legitimidade do movimento militar desde que fosse institucional, isto é, efectuado pelo conjunto da instituição castrense e com objectivos nacionais.” Matos, Salgado, Um “Estado de Ordens” *Contemporâneo – A Organização Política Portuguesa*, p. 209.

¹⁴ Relatório do Decreto-Lei nº 11:856 de 5 de Julho de 1926, p. 706.

¹⁵ “A 1ª República, em homenagem aos ideais da fase da propaganda, quisera, na reforma de 1911, criar um exército miliciano. Nunca conseguiu realizar este desiderato e o Exército continuou a ser, tal como durante a Monarquia, a articulação entre um corpo permanente de oficiais e um conjunto flutuante de soldados...” Matos, Salgado, Um “Estado de Ordens” *Contemporâneo – A Organização Política Portuguesa*, p. 194.

A refundação do Corpo de Estado-Maior do Exército e a Segunda Guerra Mundial

nacionais-sindicalistas das Forças Armadas. Estes oficiais preconizavam tendências políticas contrárias às do novo regime. A reorganização militar de 1937 traçou a estrutura que as Forças Armadas mantiveram, essencialmente sem alterações de fundo, até às reformas militares de 1958.

Este primeiro impulso reformista do Estado Novo consubstanciou-se na legislação de 1 de Setembro de 1937, concretamente nas Leis 1960 e 1961, de organização do exército e de recrutamento e serviço militar, respectivamente. A Lei 1960 traçou a estrutura do reformado exército, reflectindo a vertente colonialista/imperialista do nacionalismo do Estado Novo e dividiu-o entre forças metropolitanas e coloniais.¹⁶

O princípio de unidade do exército foi consagrado nesta lei: “Salvo as especialidades impostas pelas circunstâncias, a unidade de organização militar, prevista na Constituição, assegurará a intermutabilidade das unidades e formações militares em operações.”¹⁷ Considerando as diversas fricções que existiram entre a elite castrense e a liderança política do Estado Novo, aquando da sua consolidação político-institucional, é notória a presença da premissa de subordinação do Exército ao poder político, ao ser colocado na dependência do Governo.¹⁸ Esta Lei estabeleceu a nova divisão militar do território metropolitano, prevalecendo uma posição pragmática: a metrópole foi dividida em cinco regiões militares, sem contar com as ilhas atlânticas.¹⁹ Com um claro propósito descentralizador²⁰, as regiões militares, excetuando Tomar, corresponderam às principais cidades do país: Lisboa, com governo militar próprio, Porto, Coimbra e Évora. Esta organização territorial visou estabelecer um controlo mais directo sobre as forças militares: “O General comandante de cada região militar depende directamente do Ministro da Guerra, perante quem responde pela disciplina, administração e eficiência das forças militares e órgãos territoriais que lhe estejam subordinados.”²¹

O pressuposto basilar da nova organização do exército, consubstanciado na Lei 1960, estava – como em todos os exércitos modernos – assente na defesa da integridade territorial da nação e do Estado, ao que acresceu a necessidade de manter o regime de Salazar, numa conjuntura internacional marcada pelo recrudescimento da ‘tradicional’ ameaça espanhola, aquando da Guerra Civil de Espanha, como foi salientado pela historiografia portuguesa: “A

¹⁶ Artigo 2º do Decreto-Lei 1:960 de 01/09/1937.

¹⁷ Artigo 5º do Decreto-Lei 1:960 de 01/09/1937.

¹⁸ O exército metropolitano está inteiramente subordinado, em tempo de paz ou de guerra, ao Ministro da Guerra.” Artigo 5º do Decreto-Lei 1:960 de 01/09/1937.

¹⁹ Artigo 6º do Decreto-Lei 1:960 de 01/09/1937.

²⁰ Artigo 8º do Decreto-Lei 1:960 de 01/09/1937.

²¹ Artigo 30º do Decreto-Lei 1:960 de 01/09/1937.

nenhum outro país europeu interessava tanto, como a Portugal, o desfecho da sublevação iniciada em 17/18 de Julho em Espanha e no território espanhol de Marrocos. Para o governo de Lisboa era condição da sua estabilidade a existência em Espanha de uma situação política que não constituísse ponto de apoio para a hostilização efectiva e permanente do Estado Novo.²² A lei de recrutamento teve três objectivos principais: instruir o maior número de militares possível, mobilizar rapidamente as forças militares de acordo com as necessidades da defesa nacional e assegurar a efectiva cobertura do território e protecção dos seus recursos naturais.²³

Um amplo debate dentro da instituição militar percorreu setores que pretendiam a constituição dum exército maior e mais consentâneo com a perene necessidade de conter o inimigo espanhol em oposição a outros proponentes duma solução mais moderada. No início de 1936, os planos de reforma, rearmamento e modernização do Exército estavam no centro das preocupações políticas do Presidente do Conselho.²⁴ Os diferentes matizes geopolíticos fizeram-no hesitar na definição estratégica da grande reforma projetada, oscilando entre duas perspetivas: prevenir a nação e o regime contra o tradicional inimigo externo, reforçando a fronteira terrestre, nunca assegurada pela aliança britânica, ou apostar decisivamente na protecção das colónias. Prevaleceu uma posição realista e consentânea com o alinhamento internacional português durante este período histórico. Estas reformas traduziram-se na formação de um exército pequeno e funcional²⁵, adaptado às 'debilidades' intrínsecas do Estado português, sem meios para ceder às pressões de certos setores das Forças Armadas como é reconhecido pelo próprio Governo: "Não interessa realmente ao Governo, como não interessa à defesa nacional, a distribuição pelo País de grande número de unidades das diversas armas, completamente desprovidas de armamento e de soldados, embora largamente dotadas de oficiais e sargentos. Procedendo-se assim, ilude-se o País, criando-lhe um sentimento de força que realmente não possui..."²⁶

O sentido geopolítico é um dos vectores fundamentais destas reformas²⁷, produto da conjuntura histórica e do receio que esta pusesse em causa a sobrevivência do regime, principalmente devido à contenda coetânea em Espanha. Sentido que deve ser entendido como, em parte, assente na tradicional

²² Cf., Oliveira, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p. 140; Perspectiva histórica mais recentemente corroborada em Alexandre, Valentim, *O Roubo das Almas*.

²³ *Reformas militares de 1937*, p. 8.

²⁴ Carrilho, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX*, p. 309.

²⁵ Duarte, António Paulo, *A Política de Defesa Nacional*, pp. 97-98.

²⁶ Relatório dos Dec-Leis nº 28.401, 28.402, 28.403 e 28.404, p. 1685 de 31/12/1937.

²⁷ Duarte, António Paulo, *A Política de Defesa Nacional*, pp. 97-98.

aliança com a Grã-Bretanha²⁸, garante da defesa e manutenção do império colonial português que não poderia subsistir doutra forma; motivo mais do que suficiente para que a Armada apenas recebesse alterações superficiais em vez duma reforma com um aumento substancial da sua capacidade.

b. A tentativa de subordinação das Forças Armadas ao Estado Novo

O processo de subordinação das Forças Armadas ao poder político passou pela criação da polícia política²⁹ e da Legião Portuguesa, visando retirar o monopólio do exercício da violência ao exército³⁰, e por acções rectificativas de índole exclusivamente política prefiguradas em eleições presidenciais e legislativas.³¹ Juntou-se a isto a intensificação da máquina repressiva do regime, presente na crescente e implacável perseguição política exercida sobre a oposição, a par do ímpeto reformista indissociável do concomitante e atribulado rearmamento do exército português.³²

O propósito de domesticação das Forças Armadas foi lento e atribulado, e quiçá nunca totalmente concretizado pelo poder político salazarista, porque como Foucault sustentou, nenhuma forma de dominação é absoluta: “E por domínio não quero significar o facto maciço de “uma” dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre o outro, mas as múltiplas formas de domínio que podem exercer-se no interior da sociedade: por conseguinte, não se trata do rei na sua posição central, mas dos subditos nas suas relações recíprocas; não se trata da soberania no seu edifício único, mas das múltiplas subjugações que ocorrem e funcionam no interior do corpo social.”³³

De qualquer modo, após as primeiras grandes reformas militares encetadas pelo Estado Novo, a legitimidade política associada aos militares ficou drasticamente reduzida. Estas acentuaram categoricamente a componente

²⁸ Duarte, António Paulo, *A Política de Defesa Nacional*, pp. 100-101.

²⁹ “A subordinação das Forças Armadas ao regime político do Estado Novo não será efectuada apenas pela via da criação orgânica de aparelhos e instrumentos de controlo como a criação da P.V.D.E...” Ferreira, Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares*, p. 184.

³⁰ “...o desenvolvimento do processo de subordinação do exército ao Estado Novo e a Salazar, que conhece um ponto alto em 1936 com o desenvolvimento de determinadas instituições exteriores às Forças Armadas que lhes retirem o monopólio exclusivo do uso da força e da violência, como é o caso da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa...” Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa*, pp. 33-34.

³¹ “...mas também pela via da acção política, desde o recurso às eleições legislativas e presidenciais como forma de legitimação e expansão da máquina política e administrativa do Estado Novo...” Ferreira, Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares*, p. 184.

³² “Há muito tempo já vem o Governo afirmando insistentemente ao país a necessidade de fazer acompanhar o rearmamento da reforma geral do exército, isto é, da sua reorganização.” *Reformas militares de 1937*, Lisboa, Imprensa nacional, 1938, p. 3.

³³ Foucault, Michel, *É Preciso Defender a Sociedade*, p. 41.

técnica do Exército, tentando condicionar e anular a ação política dos militares. Por conseguinte, as primeiras grandes reformas militares do Estado Novo constituíram um marco fundamental na tentativa de subordinação do Exército ao Estado salazarista, como afirmou o historiador José Medeiros Ferreira: “A reforma da instituição militar de 1937 é reconhecida unanimemente como uma das maiores na senda da subalternização das Forças Armadas ao poder político do Estado Novo.”³⁴ Como garante da “revolução nacional”, o exército deveria adquirir uma feição apolítica centrada nas suas prerrogativas tradicionais de defesa da integridade territorial da nação e do seu império colonial, garantindo a independência nacional, dependente da correcta utilização das potencialidades duma pequena potência face à potencial ameaça de nações mais poderosas.³⁵

c. A reorganização do Corpo de Estado-Maior

O Corpo de Estado-Maior foi reconstituído aquando da publicação da nova lei de reorganização do exército, datada de 1 de Setembro de 1937 (lei 1960), complementada pelo Decreto-Lei n.º 28401, de reorganização dos quadros e efetivos do exército, sendo também um dos decretos regulamentadores do novo Corpo. Reconstruído como corpo de elite separado do conjunto da instituição militar, como tinha sido durante grande parte do século XIX, e com um quadro e um sistema de promoções próprio, o Corpo de Estado-Maior hegemonizou diversas funções dentro da instituição militar, como as mais teóricas e de planeamento da guerra, a par de outras funções de Estado-Maior. Estes oficiais foram pensados para exercer cargos de chefia, que assumiram e nalguns casos até monopolizaram. Nas colocações como adidos militares junto das embaixadas portuguesas no estrangeiro, nos comandos superiores regionais (essencialmente nos centros urbanos) e nos cargos de maior prestígio e responsabilidade no Exército existiu nas décadas seguintes um quase monopólio por parte de membros do CEM. Inicialmente, muitos oficiais ligados ao 28 de Maio mostraram a sua animosidade perante a criação deste novo Corpo de elite, criticando a dificuldade de acesso ao mesmo, em parte resultante da notória exiguidade dos seus ‘efetivos’. O ressentimento de classe, corolário do cariz exclusivista do CEM, permanecerá uma realidade até à sua extinção.

³⁴ Ferreira, Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares*, p. 197.

³⁵ “É este o único sistema que permite aos países de pequeno potencial lançar mão de todos os seus recursos quando a integridade do seu território se encontra ameaçada por nações de potencial superior. É também ele o adoptado pela nossa Constituição, e por esse motivo, e por evidentes razões de ordem militar que não carecem de mais explicações, o preconizado na presente proposta.” *Reformas Militares de 1937*, p. 8.

A sua vincada componente teórica tornou-se uma das características fulcrais e definidoras destes oficiais de elite, que amiúde também teceram considerações sociopolíticas sobre os acontecimentos políticos e militares que percorreram a história europeia e mundial do século XX. A maioria das funções teóricas, ligadas ao estudo e planeamento da guerra ficaram a seu cargo. O impacto e adaptação de doutrinas estrangeiras constituiu uma constante ao longo da história deste corpo de oficiais: dos ensinamentos recolhidos na frente nacionalista durante a Guerra Civil de Espanha, às viagens à Alemanha e à frente Leste durante a Segunda Guerra Mundial, passando pela influência americana após a fundação da NATO e pela recepção das concepções da guerra contra-subversiva ensaiada pelos franceses na Argélia, etc. Para além dos aspectos teóricos e “conceptuais”, o CEM foi também pensado para ter funções de comando, embora tenha subsistido até muito tarde a crítica assente na falta de experiência de comando operacional destes oficiais, num contexto de guerra.³⁶

O Corpo de Estado-Maior, assumindo funções eminentemente teóricas, foi o principal *veículo* da modernização e evolução doutrinária do Exército numa conjuntura histórica de elevado perigo para a integridade territorial de Portugal, ameaçada durante a Guerra Civil de Espanha e durante a Segunda Guerra Mundial pelas ambições políticas, militares e territoriais de setores do franquismo. Neste período de elevada evolução técnico-doutrinária, os oficiais do CEM desempenharam um papel fulcral na divulgação e teorização das novas concepções bélicas experimentadas na Europa junto do Exército português, realidade presente inclusive em diversas publicações militares.³⁷

Conforme se referiu anteriormente, existiu uma vincada componente política na refundação do CEM, servindo como elemento de subordinação das Forças Armadas aos desideratos políticos de Salazar. Este, devido às suas motivações políticas não lhe atribuiu os meios necessários à prossecução cabal dos objectivos que presidiram à sua reorganização.³⁸ A história do

³⁶ “The General Staff is a Corps d’Elite. It considers itself to be a separate caste, a fact which is both its strength and its weakness. (...) Although the Staff Corps represent the keenest and most efficiently trained body in the Army, they too lack operational experience (...) This lack of first-hand experience of war is acutely felt by all members of the Staff, and particularly by those who were too young to serve in the First World War.” *Value for War-Portuguese Army*, 1950.

³⁷ Existem vários artigos assinados por estes oficiais que traduzem a sua compreensão das novas formas de pensar e conduzir a guerra, por exemplo: Araújo, Manuel Gomes de, *Grandes Unidades Motorizadas*, BIAEM, Nº 3, 1941; Passos, Ferreira de, *Sobre a Teoria da “Blitzkrieg”, o Ataque Relâmpago e Sobre a Teoria da “Blitzkrieg”, o Ataque Relâmpago, a defesa em teia, o contra-ataque relâmpago*, BIAEM, Nº 6 e 7, 1942.

³⁸ “A formação de um corpo separado de Estado-Maior (...) e, por outro lado, facto de não se lhe conferir a dimensão e capacidade necessárias para satisfazer com maior sucesso as tarefas que lhes respeitavam (...) irão, no campo militar, resultar funcionais ao projecto e realização do poder ditatorial salazarista.” Carrilho, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX*, p. 319.

Corpo de Estado-Maior e do Estado Novo no final dos anos 30 do século XX sustentam a teoria de Samuel Huntington³⁹: a chave para uma efectiva profissionalização dos militares reside na autonomia que lhes é garantida. Se por um lado, os oficiais deixaram de ter qualquer papel político relevante, o Estado também garantiu ao refundado exército português uma autonomia relativa, ao proceder à modernização do exército e do ensino militar⁴⁰, em que as doutrinas estrangeiras tiveram grande impacto.

Na lei de reorganização do exército, o CEM começa por ser referido no âmbito da organização militar do território nacional, na qual assumiu importantes responsabilidades práticas na sua definição. A principal componente mencionada nesta legislação é a sua capacidade teórica, ficando associado à elaboração de estudos e formas de conceber e praticar a guerra, com uma componente de preparação do exército para uma eventual conjuntura de beligerância. Ao longo do Estado Novo, os pressupostos e moldes da doutrina produzida pelos membros do CEM alteraram-se consoante as modificações da conjuntura internacional e dos propósitos subjacentes à ação do poder político. Seguidamente, a legislação refere como característica fundamental do CEM a sua função de comando, atribuindo-lhe uma capacidade de intervir directamente com os comandos das grandes unidades: “b) A auxiliar directa e imediatamente os comandantes das grandes unidades no exercício das suas funções”⁴¹.

A refundação do CEM é indissociável da reestruturação do ensino militar que a acompanha, coadunando-se com a criação do Instituto de Altos Estudos Militares em 1940,⁴² onde foram lecionados o Curso de Estado-Maior, de promoção a oficial superior e o curso de altos comandos, tratando-se de uma instituição de ensino dedicada a formar oficiais de elite. Os decretos-lei complementares à legislação de 1 de Setembro de 1937 explicam em parte o processo de reorganização do CEM, fixando os seus efetivos: “Em obediência a um dos princípios estabelecidos na lei da organização do exército é criado e fixado o quadro do Corpo de Estado-Maior”⁴³. É interessante verificar a ambiguidade existente no citado relatório entre a constituição de um corpo

³⁹ Presente no trabalho clássico: Huntington, Samuel, *The Soldier and the State; The Theory and Politics of Civil-Military Relations*, Massachusetts, Harvard University Press, 1957.

⁴⁰ Apesar de não lhe ter sido concedido todos os recursos de que necessitava, como referido anteriormente.

⁴¹ Artigo 41º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo I Série*, 01/09/1937.

⁴² “2º – Num instituto de altos estudos militares, onde funcionarão o Curso de Estado-Maior e os cursos e estágios necessários à preparação dos altos comandos do exército...” Artigo 53º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo I Série*, 01/09/1937.

⁴³ Relatório dos Dec-Leis nº 28.401, 28.402, 28.403 e 28.404, p. 1688 de 31/12/1937.

fechado – de difícil acesso – ou um que permitisse uma mais ampla promoção de efetivos: “...e, em caso afirmativo, se se deve tratar dum quadro aberto ou de quadro fechado, não é difícil observar que no fundo da discussão se encontra o problema do acesso dos seus componentes e, consequentemente, que a mesma é dominada por interesses particulares”.⁴⁴ A solução encontrada foi uma espécie de meio termo, permitindo a fundação dum corpo de elite, com claros benefícios em termos de progressão na carreira para os oficiais que o integraram. O CEM é definido como o corpo de elite por excelência das reformadas Forças Armadas, funcionando como “o verdadeiro escol do exército”⁴⁵.

A problemática das promoções dos oficiais afetou o Quadro do Corpo, sendo a integração nele eminentemente arbitrária, devido às promoções a oficial superior serem feitas por escolha baseando-se num critério de mérito e aptidão individual: “C) O da promoção por escolha, mediante a prestação de provas de aptidão, como meio de assegurar aos oficiais que mais qualidades tenham revelado (...) os lugares de comando, de direcção ou de chefia”.⁴⁶ As reformas tentaram eliminar o princípio de promoção pela antiguidade, promovendo uma seleção mais rigorosa através da escolha direta dos oficiais: “Este ponto é fundamental para o novo regime de promoções, o rejuvenescimento dos quadros e a possibilidade da sua mais selecta composição”.⁴⁷ A promoção por escolha visava promover o mérito, alargando as capacidades e sentido de responsabilidade destes oficiais, potenciando propositadamente as suas qualidades de chefia e comando,⁴⁸ que não são produto do acaso.⁴⁹ Pretendia-se criar não só comandantes mais aptos, como verdadeiros líderes de massas: “O problema da formação dos chefes, dentro do exército, não pode estar sujeito à flutuação de legislações de acaso (...) é indispensável que os seus grandes princípios orientadores sejam claramente estabelecidos numa das leis fundamentais da organização militar. (...) havemos de lutar também contra a ilusão não menos perigosa do valor das massas sem dirigentes: o simples aglomerado de homens, a multidão desorganizada e abandonada a si própria, não tem qualquer interesse como instrumento

⁴⁴ Relatório dos Dec-Leis nº 28.401, 28.402, 28.403 e 28.404, p. 1688 de 31/12/1937.

⁴⁵ Relatório dos Dec-Leis nº 28.401, 28.402, 28.403 e 28.404, p. 1688 de 31/12/1937.

⁴⁶ Relatório dos Dec-Leis nº 28.401, 28.402, 28.403 e 28.404, p. 1688 de 31/12/1937.

⁴⁷ Relatório dos Dec-Leis nº 28.401, 28.402, 28.403 e 28.404, p. 1691 de 31/12/1937.

⁴⁸ “No caso particular de um exército, as qualidades dos chefes são elemento decisivo.” Relatório dos Dec-Leis nº 28.401, 28.402, 28.403 e 28.404, p. 1689 de 31/12/1937.

⁴⁹ “Mas o chefe militar, o condutor de homens em combate, aquele que tem de levar os outros até ao maior sacrifício, não se improvisa.” Relatório dos Dec-Leis nº 28.401, 28.402, 28.403 e 28.404, p. 1689 de 31/12/1937.

de defesa do agregado social a que respeita. A multidão apenas começa a ter valor quando um chefe a sabe conduzir; e quanto mais se impuserem a inteligência, a audácia, o valor, enfim as qualidades do chefe, maiores serão as probabilidades de obter das massas que dirigir a actuação conveniente”⁵⁰ Por conseguinte, o critério de promoção por antiguidade tornou-se inútil: “...e ninguém ignora que o sistema de promoções em vigor no nosso exército, baseado exclusivamente em tal critério, além de estar em desacordo com o princípio da escolha (...) não tem sido garantia suficiente da boa selecção dos quadros”.⁵¹ Somente a adoção da nomeação por escolha dos oficiais poderia promover o mérito e a aptidão adequados⁵², opção tomada com base no antigo paradigma francês em detrimento do alemão que consagrava a promoção por antiguidade: “A promoção por escolha vigora em França (...) desde 14 de Abril de 1832”.⁵³

Os oficiais que entravam no Quadro do Corpo de Estado-Maior progrediam automaticamente dois anos na sua carreira, com antecipação da promoção ao posto de Tenente, vantagem certamente atrativa e aliciante⁵⁴. A situação financeira dos militares foi também alterada pelas reformas, passando os oficiais superiores a serem mais bem remunerados⁵⁵. Os membros do CEM recebiam mais do que os oficiais das armas⁵⁶, contribuindo para fazer nascer o ressentimento de classe contra esta elite vista como privilegiada e omniscente. As despesas com a defesa nacional eram consideradas com crescente apreensão pelo poder político,⁵⁷ preocupação já prevalente na reorganização militar de 1926, como está expresso na legislação coetânea: “...nele procuramos tão somente realizar o possível equilíbrio entre as necessidades de um bom exército, que absorve muita gente bem instruída e bem adaptada ao meio militar, exigindo portanto um largo dispêndio e roubando energias ao trabalho nacional, a situação financeira do País, que

⁵⁰ Reformas Militares de 1937, p. 13.

⁵¹ Relatório dos Dec-Leis nº 28.401, 28.402, 28.403 e 28.404, p. 1699 de 31/12/1937.

⁵² “É evidente que, se desejamos o chefe militar como acaba de ser descrito, não podemos deixar a sua designação dependente do critério de antiguidade...” Relatório dos Dec-Leis nº 28.401, 28.402, 28.403 e 28.404, p. 1699 de 31/12/1937.

⁵³ Relatório dos Dec-Leis nº 28.401, 28.402, 28.403 e 28.404, p. 1699 de 31/12/1937.

⁵⁴ “A isso se destinam não só a constituição dum quadro especial e as vantagens de promoção para ele e dentro dele...” Relatório dos Dec-Leis nº 28.401, 28.402, 28.403 e 28.404, p. 1690 de 31/12/1937.

⁵⁵ “A generalidade, sobretudo nos postos superiores, vai sem dúvida ser mais bem paga do que era dantes...” Relatório dos Dec-Leis nº 28.401, 28.402, 28.403 e 28.404, p. 1692 de 31/12/1937.

⁵⁶ “Os capitães e oficiais superiores do Corpo de Estado-Maior (CEM) têm desde 1937 um vencimento de exercício superior ao das restantes armas e serviços.” Matos, Luís Salgado de, *Nova História Militar de Portugal*, Vol. IV, p. 160.

⁵⁷ “...a manterem-se as necessidades actuais, o peso dos exércitos é tão grande sobre os orçamentos e a economia das nações...” Relatório dos Dec-Leis nº 28.401, 28.402, 28.403 e 28.404, p. 1692 de 31/12/1937.

nada tem de desafogada, e a economia da Nação, que só pelo trabalho poderá melhorar.”⁵⁸ A antecipação da antiguidade em dois anos dos elementos do CEM é confirmado pelo decreto-lei nº 28.402, referente à promoção dos oficiais: “Os oficiais das diferentes armas habilitados com o curso do estado-maior e julgados idóneos para o serviço respectivo antecipam dois anos a sua antiguidade no posto de Tenente.”⁵⁹

Na definição estrutural da orgânica do reconstituído Corpo o decreto-lei 28.401, de reorganização dos quadros e efetivos do exército, é preponderante. Este decreto começa por reiterar a necessidade de constituir um número de unidades mínimo, congruentes com a realidade demográfica e económico-financeira do Portugal de finais dos anos 1930, procurando garantir a defesa nacional através da utilização eficiente dos escassos meios à disposição das Forças Armadas. Na estrutura do exército, o Corpo de Estado-Maior aparece como segundo elemento da organização do exército metropolitano, tendo acima apenas o Corpo de Oficiais Generais. Os dois organismos encimam a orgânica do exército reformado: “O pessoal do exército metropolitano distribuir-se-á pelos seguintes organismos: 1º Corpo de generais e do Estado-Maior.”⁶⁰

O CEM foi inicialmente concebido como tendo 84 membros no seu quadro, número que se manterá inalterado até à sua extinção em 1974. Os Brigadeiros e os Generais não faziam parte dele, tendo constituído o Corpo de Oficiais Generais, sendo a promoção aos dois postos mais elevados do Exército um dos principais motivos para a saída de oficiais do CEM. Na sua reformulação de 1937, incluiu 40 capitães e 44 oficiais superiores⁶¹ Os seus membros ‘fundadores’ foram promovidos por escolha a partir dos seus postos nas suas armas de origem, excluindo eminentes oficiais que já haviam ascendido a Brigadeiro ou General.⁶² Por conseguinte, o processo de selecção dos oficiais do CEM, assente na sua capacidade e posicionamento político, emanava duma comissão nomeada para este efeito.⁶³

⁵⁸ Relatório do Decreto-Lei nº 11.856 de 5 de Julho de 1926, p. 706.

⁵⁹ Artigo 23º do decreto-lei nº 28:402 de 31/12/1937, p. 1731.

⁶⁰ Artigo 4º do decreto-lei nº 28:401 de 31/12/1937, p. 1695.

⁶¹ “O Corpo de Estado-Maior é constituído por: 12 coronéis, 12 tenentes-coronéis, 20 majores, 40 capitães.” Artigo 6º do decreto-lei nº 28:401 de 31/12/1937, p. 1695.

⁶² Paradigmático deste facto é a ausência de oficiais como Tasso de Miranda Cabral do reconstituído CEM.

⁶³ “No quadro do Corpo de Estado-Maior ingressarão inicialmente os actuais oficiais das diferentes armas julgados idóneos para o serviço respectivo e propostos por uma comissão composta pelo Major-General do Exército, pelo chefe e pelo sub-chefe do Estado-Maior do Exército.” Artigo 6º do decreto-lei nº 28:401 de 31/12/1937, p. 1695.

Comparando com o quadro de oficiais das diferentes armas, o CEM afirma-se pela sua 'excepcionalidade'. A arma de infantaria era constituída por 296 capitães, 95 majores, 45 tenentes-coronéis, 40 coronéis e 7 brigadeiros; por sua vez, a arma de artilharia era composta por 120 capitães, 44 majores, 18 tenentes-coronéis, 15 coronéis e 4 brigadeiros. O conjunto do quadro de armas totalizava 3000 membros, número que revela a natureza elitista e exclusivista do CEM, constituído por apenas 84 elementos, representantes dos oficiais mais aptos e bem preparados.

2. O CEM e a Segunda Guerra Mundial

a. Contextualização histórica

É difícil estabelecer com precisão o posicionamento político-ideológico dos oficiais do CEM em relação à contenda,⁶⁴ que certamente se explicará pela estrita política de neutralidade adotada pelo Governo português durante a Segunda Guerra Mundial. Sintomático desta ideia são alguns ofícios governamentais postos a circular durante o conflito, que impediam os oficiais de tomarem partido por qualquer das potências concorrentes.⁶⁵

Sendo difícil de aferir como estes oficiais perceberam a guerra de 1939-1945, tentarei fazê-lo baseando-me em duas visitas militares realizadas à Alemanha e à Frente Leste em 1941 e 1942 por oficiais que integraram o Corpo de Estado-Maior. Por conseguinte, não me concentrarei na fase inicial da guerra, mas no período em que esta se torna verdadeiramente mundial, com a invasão da URSS em Junho de 1941 e a subsequente entrada dos Estados Unidos em beligerância em Dezembro do mesmo ano. Estas visitas enquadram-se numa conjuntura mais abrangente e complexa: a das relações militares e diplomáticas entre Portugal e a Alemanha nazi durante a Segunda Guerra Mundial. A posição assumida pelo Governo português de neutralidade face ao novo conflito mundial pautou o seu relacionamento tanto com a Grã-

⁶⁴ "Escasseiam as informações sobre as orientações ideológicas do conjunto da oficialidade. Após a segunda guerra mundial, o adido naval britânico notava que só uma minoria de oficiais fora favorável ao Eixo." Matos, Salgado, *O Estado de Ordens – A Organização Política Portuguesa*, p. 596.

⁶⁵ "Sabe-se que a situação de neutralidade que importa manter (...) exige uma irrepreensível actuação por parte de todas as actividades e organismos responsáveis e que é essencial que uma tal linha de conduta, rigorosamente traçada pelo Governo, seja constantemente observada por todos os elementos da força armada, órgão e instrumento da política internacional do país. (...) Nestas condições encarregame Sua Ex^a o Ministro de chamar a atenção de V. Ex^a para a conveniência de por parte de todos os militares sob as suas ordens, dos oficiais em especial, ser adoptada uma atitude absolutamente discreta em relação aos acontecimentos da situação internacional, evitando tomar publicamente o partido de qualquer dos contendores ou tomando posição que não esteja em inteira concordância com a posição de estrita neutralidade do país" Ministério da Guerra, repartição da gabinete, circular nº701/C; Lisboa, 9 de Abril de 1941, pelo chefe do gabinete do Ministro, Tenente-Coronel J. A. Monteiro do Amaral, p. 2.

-Bretanha como com a principal potência do Eixo. Devido às difíceis relações económicas, e mormente ao atraso inglês em assegurar o rearmamento do exército português, questão que precede largamente o eclodir da guerra⁶⁶, o Estado Novo enceta, numa primeira fase da conflagração europeia e mundial, uma posição de alguma aproximação à Alemanha nazi. Relacionamento privilegiado que é corolário da invasão alemã da URSS em Junho de 1941, e das dificuldades que conheceu a aliança britânica neste período da guerra, sem nunca verdadeiramente ser posta em causa.⁶⁷

Em 1937, a Grã-Bretanha praticamente interrompe a venda de armamento a Portugal, levando os oficiais e o Governo a considerar a Alemanha como a única alternativa viável como fornecedor do material bélico necessário ao reequipamento do exército português. Os fornecimentos germânicos começaram por assentar em armamento ligeiro, como a espingarda Mauser; metralhadoras ligeiras e granadas. Este processo teve diversos fornecedores, e foi-se alterando consoante o desenrolar da conjuntura bélica na Europa, embora os principais fornecedores tenham sido sempre a Inglaterra ou a Alemanha nazi, como salientou o historiador António Telo: “Em Junho, porém, a queda da França compromete o ritmo de todo o rearmamento. O começo da guerra tinha obrigado a desistir-se do Eixo como principal fornecedor das Forças Armadas e a Inglaterra aceitou novos compromissos no campo dos submarinos e artilharia antiaérea, que anteriormente se pensara comprar na Alemanha. (...) Resta o Eixo, que pode, pelo menos, fornecer artilharia de campanha ao Exército, solução para que o Estado-Maior se inclinava antes da guerra.”⁶⁸

b. A visita militar do Estado-Maior Português em 1941

A primeira visita militar realizou-se à Alemanha e à frente leste entre 20 de Outubro e 6 de Novembro de 1941, e consistiu numa viagem do Estado-Maior do Exército, tendo a missão sido formada pelos oficiais do CEM Major

⁶⁶ “Desde o 28 de Maio que as Forças Armadas reclamam contra o seu estado de “abandono”, manifestando no carácter obsoleto da maior parte do armamento. A consolidação financeira e política da ditadura impediria que se fizesse qualquer coisa neste campo até princípios dos anos trinta. (...) A partir de 1936, a modernização do Exército e da Força Aérea põe-se com especial urgência...” Telo, António, *Portugal na Segunda Guerra*, p. 27.

⁶⁷ “...os motivos de fricção política com a Grã-Bretanha vão suceder-se e agravar-se, a par de um contencioso económico muito sério, tudo consubstanciando o período mais tenso e complicado das relações luso-britânicas durante a guerra. (...) Entretanto, a condicionar decisivamente o “ambiente” da neutralidade portuguesa, a 22 de Junho de 1941, a Alemanha desencadeia o seu ataque à União Soviética (...) Os seus efeitos em Portugal são imediatos. Politicamente ele vai exacerbar o ambiente germanófilo, anticomunista e antialiadófilo nos meios do regime, com a Legião Portuguesa a tomar uma posição pública e oficial de apoio à agressão nazi. Simultaneamente, estreitam-se os laços culturais e económicos com Berlim.” Rosas, Fernando, Vol. VII. *História de Portugal: O Estado Novo*, pp. 272-273.

⁶⁸ Telo, António, *Portugal na Segunda Guerra*, pp. 172-173.

Manuel Gomes de Araújo, Major Júlio Botelho Moniz e pelo Capitão José Beleza Ferraz. Foi considerada pelo chefe da missão uma visita de natureza excepcional.⁶⁹ Os objetivos que presidiram à missão militar foram elencados por Santos Costa, baseados na necessidade – por parte do exército português – de conhecer as novas doutrinas de guerra ensaiadas pelos alemães ao que associou uma dimensão ideológica⁷⁰ ; propósitos indissociáveis do processo de rearmamento em curso.⁷¹

Esta missão, tal como a de 1942, foi de cariz exclusivamente militar, tendo os oficiais que redigiram os relatórios produzido poucas considerações sociopolíticas, contendo uma forte componente técnica e tática. Pretendeu-se que os oficiais selecionados para a missão pudessem “tomar directo contacto com os mais recentes ensinamentos da guerra moderna, quer na ordem técnica, quer na ordem táctica e aproveitaria ainda a ocasião para tratar de alguns assuntos de material particularmente interessantes para o rearmamento das forças armadas portuguesas.”⁷² Visita realizada aquando duma nova fase do expansionismo nazi, associado ao conceito de nova ordem europeia, organizado na campanha a leste com fins claros de depuração racial, apenas alcançáveis através duma política sistemática de extermínio, que foi efetivamente levada a cabo após o início da operação Barbarossa.⁷³ A dimensão racial tornou-se uma parte intrínseca da política nazi, teorizada desde a génese do movimento⁷⁴, e levada a inauditos extremos aquando do ataque à URSS: “But these can now be seen as preliminaries to the vastly greater scale of atrocities that were a planned and implemented, in fact central, characteristic of the German invasion of the Soviet Union.”⁷⁵

⁶⁹ “A estas atenções há que juntar: por um lado, a alta distinção que representa para uma Missão do E.M.E. português um convite do Alto Comando Alemão para visitar a frente, tanto mais que parece tratar-se da primeira Missão estrangeira – além dos Adidos Militares – a quem foi concedida tal honra...” Araújo, Manuel Gomes, Missão de oficiais do E.M.E. à Alemanha e à frente oriental, p. 9.

⁷⁰ “...eu preferiria que aos mesmos oficiais fosse permitido acompanhar pelo tempo necessário unidades de artilharia em operações na frente oriental. Os ensinamentos colhidos no próprio ambiente de guerra seriam certamente muito mais proveitosos e simultaneamente alguns militares portugueses teriam ensejo de tomar parte na luta contra o comunismo, aspiração que muitos deles teriam o maior empenho em satisfazer.” Nota de Santos Costa ao adido militar da Alemanha em Lisboa, (9/08/1941), p. 2.

⁷¹ “Tendo sido recentemente assinados contractos por parte da Alemanha a Portugal de 101 obuzes ligeiros de 10,5 e 24 obuzes pesados de 15 e indo esse material ser rapidamente entregue, era do meu maior interesse que uma missão de oficiais da artilharia portuguesa tomasse contacto com os métodos de tiro e de manobra desse material antes da sua entrada em serviço no exército português.” Nota de Santos Costa ao adido militar da Alemanha em Lisboa, (9/08/1941), p. 1.

⁷² Nota de Santos Costa ao adido militar da Alemanha em Lisboa, (9/08/1941), pp. 2-3.

⁷³ Kershaw, Ian, Hitler, *The Germans and The Final Solution*, p. 77.

⁷⁴ Kershaw, Ian, Hitler, *The Germans and The Final Solution*, p. 89.

⁷⁵ Chickering, Roger, Stig Forster e Bernd Greiner, *A World at Total War: Global Conflict and the Politics of Destruction, 1937-1947*, p. 27.

A missão frequentou estágios curtos na frente de batalha e nas Escolas de Infantaria, Artilharia e Carros. Na viagem de encontro à frente Norte, os oficiais passaram por cidades como Königsberg e Riga, chegando a escassos 30km de Leninegrado, onde se encontrava instalado o Quartel-General do 50º Corpo do Exército alemão. O respectivo comandante garantiu à missão que o cerco de Leninegrado por terra estava completo a Ocidente e a sul. Seguidamente, visitou a 58ª Divisão germânica, instalada em Krasnoe Selo, onde o General comandante expôs o ataque realizado a 15 de Setembro de 1941, que levou à rutura da frente russa e à separação do 8º exército da maioria das forças que ‘guardavam’ Leninegrado, cidade cuja tomada e destruição foi um dos principais propósitos da Operação Barbarossa, devido a motivações simultaneamente estratégico/militares e simbólicas.⁷⁶

Depois duma curta passagem pela frente oriental, a Missão regressou a Berlim, onde estagiou na escola de artilharia de Jüterborg, pequena cidade situada a 100km da capital, comandada por um oficial que na campanha francesa comandou a artilharia do Corpo Blindado do General Guderian, que viria a ser chefe do Estado-Maior do Exército alemão na fase final da guerra. Os oficiais da missão destacam amiúde a interdependência das diversas armas como razão do sucesso alemão na condução da guerra⁷⁷, numa campanha conduzida essencialmente pela Infantaria.

Este relatório contém um capítulo dedicado às diferentes aplicações da artilharia na Grande Guerra e nas campanhas da segunda conflagração mundial, assentes nas distintas formas de condução da guerra⁷⁸, realçando a novidade que constituiu a cooperação inter-armas e a necessidade de utilizar as inovações táticas para desmoralizar e destruir o adversário: “Nestas condições, a tática da artilharia alemã, na preparação do ataque, poder resumir-se numa acção massiva sobre os pilares da defesa, seguida de uma neutralização geral para obter a desmoralização do adversário.” Durante a Primeira Guerra Mundial, a artilharia funcionava independentemente das outras armas, sem colaborar ativamente no auxílio à infantaria: “Naquela época, o combate

⁷⁶ Glantz, David M., *The Siege of Leningrad, 1941-1944*, p. 11.

⁷⁷ “A missão principal assinalada à Artilharia, em quase todos os regulamentos, consiste em “auxiliar a Infantaria e os carros”. Os carros foram criados para neutralizar as armas que a Artilharia não bateu, bateu mal ou que se revelaram já no decorrer do ataque, isto é, igualmente para auxiliar a Infantaria, completando as acções de Artilharia. (...) Este sistema – Infantaria, Artilharia e carros – deu resultado, inegavelmente – visto que teve a sanção da prática.” Araújo, Manuel Gomes, *Missão de oficiais do E.M.E. à Alemanha e à frente oriental*, p. 49.

⁷⁸ “Na primeira guerra mundial a luta travou-se sobretudo contra posições organizadas em profundidade, estando as tropas fortemente abrigadas em entrincheiramentos contínuos, enquanto que nesta têm predominado as acções de movimento.” Araújo, Manuel Gomes, *Missão de oficiais do E.M.E. à Alemanha e à frente oriental*, p. 90.

normal da artilharia reduzia-se a bater os objectivos localizados pelos postos de observação, sem contar com as necessidades tácticas da infantaria, e, por consequência, sem lhe fornecer um apoio verdadeiramente eficaz...”⁷⁹

Nas conclusões gerais do relatório procedeu-se a uma comparação entre as doutrinas prevalecentes no modo de ‘fazer e pensar a guerra’ alemão e as prevalecentes em França e Portugal; estas duas bastante semelhantes. As ofensivas alemãs foram conduzidas pela Infantaria ou pelos carros de combate, consoante se trataram de Divisões normais, motorizadas ou couraçadas. Referindo-se novamente à complementaridade das armas⁸⁰, que esteve na base dos ataques germânicos baseados na interação entre a Engenharia, a Artilharia, a Aviação e a própria Infantaria, “enquanto na doutrina francesa estas acções eram pedidas exclusivamente à artilharia.”⁸¹

Existe uma quarta parte deste relatório, assinada pelos mesmos oficiais, que não consta do divulgado junto da instituição militar, tendo sido classificada como secreta e confidencial. Por conseguinte, só deverá ter sido do conhecimento do Governo e quicá de algumas das mais elevadas chefias militares. O seu conteúdo, de natureza sociopolítica e abordando temáticas sensíveis ao desenrolar dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, deverá estar na base da sua ‘ocultação’ junto das Forças Armadas e da sociedade em geral, enquadrando-se na política oficial de neutralidade do regime português. Intitulada Observações de Ordem Geral, começa por referir uma certa afinidade ideológica entre o regime português e o alemão.⁸²

São feitas considerações sobre o conceito de ‘Nova Ordem Europeia’ e as motivações conducentes ao novo imperialismo germânico, aduzidas como sendo essencialmente económicas.⁸³ Devido às imposições decorrentes do Tratado de Versalhes, as potências anglo-saxónicas são aqui responsabilizadas pelo caos que percorreu parte da Europa central entre guerras e foi conducente

⁷⁹ Araújo, Manuel Gomes, *Missão de oficiais do E.M.E. à Alemanha e à frente oriental*, p. 92.

⁸⁰ “Nas primeiras, a missão de rotura e até de exploração do sucesso incumbe à Infantaria, a qual deve ser auxiliada, nestas tarefas, pelas outras Armas, inclusivamente pelos carros.” Araújo, Manuel Gomes, *Missão de oficiais do E.M.E. à Alemanha e à frente oriental*, p. 143.

⁸¹ Araújo, Manuel Gomes, *Missão de oficiais do E.M.E. à Alemanha e à frente oriental*, p. 143.

⁸² “Portugal é citado como exemplo oposto, isto é, como país precursor da Nova Ordem Europeia e, portanto, merecedor de todo o respeito. Lembra (o Chefe do E.M. do General Comandante das Forças de Ocupação em França) (...) o discurso do Senhor Presidente do Conselho no Congresso Universitário, em Coimbra: a exortação à mocidade e a sua visão da Nova Europa, para bem frisarem a unidade de vistas do N.S. com a ideia orientadora da Revolução Portuguesa.” *Missão de Oficiais do CEM à Alemanha, Relatório – Parte IV*, Observações de Ordem Geral, p. 1.

⁸³ “A Força Armada Alemã combate, pois, tal como a da Revolução Francesa e do Primeiro Império, por uma nova fronteira: neste caso, tratava-se duma fronteira natural, o Reno, por uma questão de segurança; naquele, trata-se duma fronteira económica, o célebre espaço vital, condição necessária não só à segurança, mas à vida do povo alemão.” *Missão de Oficiais do CEM à Alemanha, Relatório – Parte IV*, Observações de Ordem Geral, pp. 2-3.

à Segunda Grande Guerra: “É indispensável que o cerco económico e militar que lhe foi criado pelo Tratado de Versalhes não pese nem conte entre as suas preocupações. (...) Para este efeito terá de criar-se uma “Nova Ordem” na Europa (...) Este objectivo, diz-se, não o pode ter a Inglaterra, nem os E.U., pois, vencedores há 21 anos, só conseguiram... criar o caos em que a Europa se debate e de que a Alemanha tenta tirá-la.”⁸⁴ Revelando-se estranhamente ‘premonitória’, é referida a necessidade de criar uma moeda única que circulasse por toda a Europa ocupada pela Alemanha: “A propósito das restrições à liberdade de câmbios impostas por certos países, dizem que estas dificuldades devem desaparecer, e que isso será um facto quando a Europa constituir uma só família, com uma só moeda.”⁸⁵

Intuitivamente, os oficiais portugueses perceberam que a ideologia do regime nazi fez parte intrínseca das motivações que levaram a sociedade e o Exército alemães a desencadear a guerra: “Esta é a mística do combatente: criar e assegurar condições duma vida melhor. É este número do programa do Partido que, embutido na Nação, o Exército arbora na sua bandeira ideológica.”⁸⁶ Esta componente ideológica do Exército nazi foi amplamente estudada pelo historiador Omer Bartov, que a considerou fundamental: “Thus from the very beginning military discipline in the Third Reich’s army was closely tied to the ideological determinants of the regime, not merely by coercion but very much by choice and affinity.”⁸⁷

Seguidamente, são consideradas diversas táticas militares alemãs para derrotar o seu oponente britânico, encarado como o principal inimigo mesmo após o início da campanha contra a Rússia que todos esperavam que fosse rápida e vitoriosa para a Wehrmacht⁸⁸. Exército altamente elogiado por estes oficiais, associando-lhe um conjunto de fatores explicativos do seu sucesso.⁸⁹ Seguidamente, é evocada a opinião que a sociedade e os oficiais alemães tinham dos países aliados, inimigos ou neutrais. Quanto a Portugal, é referido o apreço pela obra do regime de Salazar, o seu apoio à manutenção da neutralidade portuguesa e a boa impressão deixada pelos oficiais portugueses nas visitas efetuadas à Alemanha.

⁸⁴ *Missão de Oficiais do CEM à Alemanha, Relatório – Parte IV, Observações de Ordem Geral*, pp. 1-2.

⁸⁵ *Missão de Oficiais do CEM à Alemanha, Relatório – Parte IV, Observações de Ordem Geral*, p. 2.

⁸⁶ *Missão de Oficiais do CEM à Alemanha, Relatório – Parte IV, Observações de Ordem Geral*, p. 3.

⁸⁷ Bartov, Omer, *Hitler’s Army – Soldiers, Nazis and War in the Third Reich*, p. 60.

⁸⁸ Cf. Kahn, Martin, ‘Russia Will Assuredly be Defeated’: *Anglo-American Government Assessments of soviet War Potential before Operation Barbarossa*.

⁸⁹ “É neste conjunto de factores – Comando, doutrina, moral, material, bravura, vontade de combater e audácia – que deve procurar-se o segredo das vitórias sucessivas alemãs, e não em princípios (estratégico ou táticos) ou em armas desconhecidas.” *Missão de Oficiais do CEM à Alemanha, Relatório – Parte IV, Observações de Ordem Geral*, p. 8.

Nesta parte do relatório, ao contrário do divulgado junto das Forças Armadas, os crimes perpetrados contra os judeus não foram propositadamente omitidos, ainda que referidos de forma moderada tal como o programa de eutanásia que os precedeu⁹⁰. Estas informações terão sido das primeiras a chegar ao Governo português sobre o Holocausto, revestindo-se duma importantíssima relevância histórica.

c. A viagem dos alunos finalistas do Curso de Estado-Maior em 1942

A viagem de fim do Curso de Estado-Maior português à Alemanha e à Frente Leste realizada a convite do Chefe do Estado-Maior do exército alemão decorreu de 12 de Agosto a 10 de Outubro de 1942, sendo chefiada pelo Coronel tirocinado do Corpo de Estado-Maior Álvaro Teles Ferreira de Passos, então diretor do Curso de Estado-Maior. A Missão foi constituída essencialmente por oficiais de Engenharia, alguns dos quais teriam um papel muito relevante na história do CEM e do exército português, como foram os casos dos Generais Carlos Miguel Lopes da Silva Freire ou Afonso Magalhães de Almeida Fernandes, então ambos com a patente de Capitão.

Visita que quase coincidiu com o máximo avanço das tropas alemãs, após o fracasso da tentativa da tomada de Moscovo em Dezembro de 1941, verdadeiro turning point da guerra⁹¹, seguido pelas decisões tomadas na conferência de Wannsee. A partir deste momento, a guerra contra a Rússia passou a ser uma guerra de exaustão. A missão passou por Varsóvia, Minsk ou Kiev; visitando as linhas numa região próxima do rio Don, a leste de Kursk, a cargo do II exército alemão. O relatório tem uma componente essencialmente técnica e militar, evitando o seu autor tecer considerações políticas ou ideológicas sobre o regime nazi ou das forças em contenda.⁹² O programa da

⁹⁰ “Parece, no entanto, que certas práticas seguidas no interior, pelo partido, sem que lei alguma as permita – perseguição dos judeus e eliminação de doentes considerados incuráveis – tem levantado, em especial por parte dos chefes da igreja católica, com o apoio do Exército uma viva reacção. O judeu na Alemanha, como nos países ocupados, é obrigado a usar, sobre o vestuário, à altura do coração, uma grande estrela amarela, na qual se lê a palavra judeu. Nos países Bálticos foi-se um pouco mais longe: usam uma estrela no peito e outra nas costas e não podem, por exemplo, circular nos passeios.” *Missão de Oficiais do CEM à Alemanha. Relatório – Parte IV, Observações de Ordem Geral*, p. 6.

⁹¹ “In this sense January 1942 stood at the opposite pole to June 1940. A very few representatives had instinctively realized in the late autumn of 1941, when the German offensive in the east ground to a halt, that the war had reached a turning point.” Kroener, Bernhard R., *Germany and the Second World War* vol. VI/1, p. 1060.

⁹² O chefe da missão esclareceu este ponto no início do relatório: “O presente relatório é a compilação, ordenada segundo a maneira que pareceu mais conveniente para a sua consulta, das notas tomadas pelos oficiais componentes da Missão, resultantes da sua observação, da reprodução, na íntegra ou em extracto, de documentos facultados. Não se fazem comentários ou apreciações subjectivas, que não estão na finalidade da Missão.” Passos, Álvaro Teles Ferreira de, *Relatório da Missão Militar à Alemanha e à Frente Oriental*, p. 7.

missão dividiu-se entre curtos estágios em escolas de infantaria, artilharia, pioneiros, caminhos-de-ferro, tropas couraçadas, além de visitas a unidades fabris, a instalações da juventude hitleriana e a Potsdam; a sua segunda vertente centrou-se numa visita a um sector da Frente Oriental e a Kiev.

Os trabalhos da missão foram orientados pelo Coronel-General Friedrich Olbricht, responsável pelas funções de inspeção das escolas militares e de comando das forças estacionadas na Alemanha, cuja expressão aquando do início da ofensiva a leste se revelou premonitória: “Our German army is merely a wind on these steppes.”⁹³ E pelo oficial que assumiu o comando do II Exército em Julho de 1942 Von Salmuth. Após a chegada a Berlim, a missão desdobrou-se em dois grupos, um constituído pelos finalistas do Curso de Estado-Maior e outra pelos oficiais de engenharia liderados pelo Major Vilas Boas Vilar.

Na frente, a missão começou por visitar o Quartel-General do II Exército e no dia seguinte o setor da 88ª divisão, passando pelo campo de batalha da 82ª divisão, entre outros. Havendo lugar a conferências que versaram sobre a organização das Forças Armadas germânicas num teatro de guerra, a exercícios militares com fogos reais de artilharia e inclusive a alguma ‘confraternização’ com a população local.⁹⁴ A orgânica do Exército alemão foi também analisada. No dia 5 de Setembro, visitou a cidade de Vornezh e a 8 chegou a Kursk, onde ocorreu o acidente com uma bomba incendiária de avião, numa visita a uma esquadra de aviação de combate. Este incidente feriu 9 dos 10 oficiais da Missão, tal como alguns oficiais alemães. Em 1942, os alemães entenderam melhor a importância da logística na condução duma guerra moderna, ao contrário do que tinham feito durante a Operação Barbarossa⁹⁵, como se depreende deste relato: “As dificuldades de circulação pelas razões apontadas e ainda as resultantes da neve, no inverno, levaram os alemães a desenvolver ao máximo o uso da via férrea, que na época da visita, já era explorada com a bitola alemã até à estação de Latuaja, a uns 30km de Woronesh.”⁹⁶ Sendo também destacada a preocupação alemã em combater a resistência local: “Os alemães organizaram e continuam recrutando entre os prisioneiros russos

⁹³ Citado em Kroener, Bernhard R., Rolf-Dieter Muller e Hans Umbreit, *Germany and the Second World War* vol. V/I, p. 985.

⁹⁴ “Assistiu-se a uma explicação sobre o funcionamento do Quartel Geral divisionário e visitou-se as instalações de repartições de operações e serviços, tendo-se assistido, junto desta, a uma pequena cerimónia popular russa de recepção aos visitantes.” Passos, Álvaro Teles Ferreira de, *Relatório da Missão Militar à Alemanha e à Frente Oriental*, p. 11.

⁹⁵ Sobre este assunto ver: Glantz, David M., *Barbarossa – Hitler’s Invasion of Russia*, p. 22.

⁹⁶ Passos, Álvaro Teles Ferreira de, *Relatório da Missão Militar à Alemanha e à Frente Oriental*, p. 18.

unidades militares de cavaleiros e infantes, destinados principalmente à luta contra os guerrilheiros que infestam algumas regiões...”⁹⁷

A componente tática do relatório é problematizante e pretende divulgar entre as Forças Armadas portuguesas as inovações doutrinárias ensaiadas pelos alemães, assentes na criação de Grandes Unidades Blindadas com grande autonomia de ação, cuja utilização marcou a campanha nazi a ocidente.⁹⁸ As operações ofensivas do II Exército alemão começaram em fins de Junho de 1942, sendo concluídas em meados do mês seguinte, e incidiram na região que dista entre Kursk e Voronezh, com o propósito claro de aniquilar a frente sul dos soviéticos. A sua missão principal era a conquista da cidade de Voronezh, um importante centro industrial. As batalhas descritas no relatório revelam uma luta violenta e brutal, de proporções inimagináveis em comparação com a campanha ocidental de 1940; distinção feita também pelo historiador Norman Davies: “Uma conclusão idêntica se pode retirar das estatísticas referentes às baixas ocorridas em campanhas ou batalhas individuais. Não há, simplesmente, comparação possível entre a magnitude dos combates no Leste e a dos que tiveram lugar nos restantes pontos.”⁹⁹

Conclusão

Em síntese, a refundação do CEM tornou-se numa das mais duradouras e relevantes heranças da reestruturação do Exército feita em 1937. As motivações políticas e militares conducentes à refundação do Corpo de Estado-Maior são complementares entre si: ao ser dada autonomia aos oficiais, pretendeu-se retirá-los da esfera política, remetendo-os a funções técnicas e de estudo e planeamento da guerra. As funções assumidas pelo CEM na orgânica das Forças Armadas foram vastas e indissociáveis da sua componente teórica, de preparação e doutrinação bélicas, a que acresce uma clara função de comando. As reformas militares acentuaram o predomínio do poder civil sobre a elite castrense, sem nunca conseguir subordinar totalmente as Forças Armadas e particularmente o Exército, que permaneceu sempre um sustentáculo insubstituível à vigência do regime de Salazar.

As motivações conducentes às visitas à Alemanha e Frente Leste durante a Segunda Guerra Mundial são indissociáveis das prementes necessidades

⁹⁷ Passos, Álvaro Teles Ferreira de, *Relatório da Missão Militar à Alemanha e à Frente Oriental*, p. 19.

⁹⁸ “O 1º Exército Blindado Alemão, actuou em Maio de 1940, perto de Sedan. Este acontecimento marca a hora em que os Exércitos Blindados se empregaram pela primeira vez.” Passos, Álvaro Teles Ferreira de, *Relatório da Missão Militar à Alemanha e à Frente Oriental*, p. 120.

⁹⁹ Davies, Norman, *A Europa em Guerra (1939-1945)*, p. 38.

A refundação do Corpo de Estado-Maior do Exército e a segunda Guerra Mundial

materiais do exército português, contendo também um esforço de melhoria do relacionamento político e militar com a Alemanha de Hitler; tendo alguns oficiais do CEM colaborado na definição da política de defesa e neutralidade do Estado Novo de Salazar.

Fontes Primárias

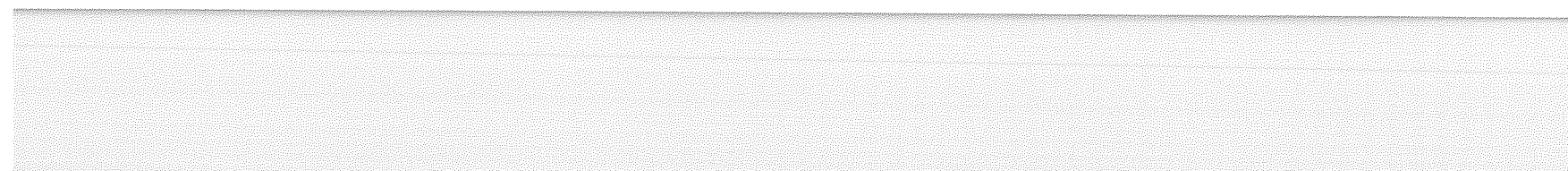
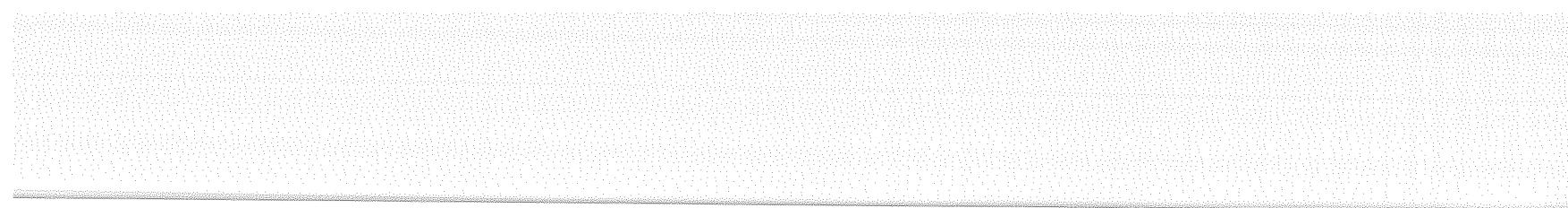
- Araújo, Manuel Gomes de, *Missão de Oficiais do E.M.E. à Alemanha e à frente oriental – 20 de Outubro a 6 de Novembro de 1941*, AHM/DIV/1/38/64/13.
- Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares, nºs 3, 6 e 7, 1941-1942.
- Diário do Governo, I Série, 1926, 1934-1945.
- Ministério da Guerra, repartição do gabinete, circular nº701/C; Lisboa, 9 de Abril de 1941, pelo chefe do gabinete do Ministro, Tenente-Coronel J.A. Monteiro do Amaral. AHM/FO/06/D/02/22/03.
- Missão de Oficiais do CEM à Alemanha, Relatório Parte IV, Observações de Ordem Geral*, AHD-MNE, GSG 6, pasta 3.
- Ordens do Exército, I e II Série, 1934-1945.
- O Centenário do Curso de Estado-Maior*, Caxias, Editorial Império, 1937.
- Passos, Álvaro Teles Ferreira de, *Relatório da Missão Militar à Alemanha e à Frente Oriental*, IESM, Nº 75.
- Reformas Militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Internacional, 1938.
- Value for War – Portuguese Army-1950*, AHM/DIV/01/38/66/04.

Bibliografia

- Alexandre, Valentim, *O Roubo das Almas: Salazar, a Igreja e os Totalitarismos [1930-1939]*, Lisboa, Dom Quixote, 2006.
- Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano, *Nova História Militar de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
- Barros, Júlia Leitão, *O Fenómeno de Opinião em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1993.
- Bartov, Omer, *Hitler's Army – Soldiers, Nazis and War in the Third Reich*, Oxford, Oxford University Press, 1992.
- Carrilho, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no século XX – Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.

- Chickering, Roger, Stig Forster e Bernd Greiner, *A World at Total War: Global Conflict and the Politics of Destruction, 1937-1947*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005.
- Davies, Norman, *A Europa em Guerra (1939-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, 2008.
- Duarte, António Paulo, *A Política de Defesa Nacional 1919-1958*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- Faria, Telmo, *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas*, Lisboa, Edições Cosmos-Instituto de Defesa Nacional, 2000.
- Ferreira, Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares – Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.
- Foucault, Michel, *É Preciso Defender a Sociedade*, Lisboa, Livros do Brasil, 2006.
- Freire, João, *Elementos de Cultura Militar*, Lisboa, Edições Colibri, 2011.
- Glantz, David M., *The Siege of Leningrad – 1941-1944*, London, Brown Partworks Ltd, 2001.
- Glantz, David M., *Barbarossa – Hitler's Invasion of Russia 1941*, Gloucestershire, Tempus Publishing Ltd, 2001.
- Huntington, Samuel, *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*, Massachusetts, Harvard University Press, 1957.
- Janowitz, Morris, *Military Elites and the Study of War*, Conflict Resolution, Vol. I, 1, 1957.
- Janowitz, Morris, *On Social Organization and Social Control*, Chicago, The University of Chicago Press, 1991.
- Janowitz, Morris, *The Professional Soldier: a Social and Political Portrait*, New York, Free Press, 1971.
- Kahn, Martin, 'Russia Will Assuredly Be Defeated': Anglo-American Government Assessments of Soviet War Potential before Operation Barbarossa, *The Journal of Slavic Military Studies*, 25:2, 2012, pp. 220-240.
- Kershaw, Ian, Hitler, *The Germans, and the Final Solution*, New Haven, Yale University Press, 2008.
- Kershaw, Ian, *Fateful Choices – Ten Decisions That Changed the World – 1940-1941*, New York, Penguin Press, 2007.
- Kroener, Bernhard R., Rolf-Dieter Muller e Hans Umbreit, *Germany and the Second World War vol. V/I – Organization and Mobilization of the German Sphere of Power – Wartime Administration, Economy and Manpower Resources 1939-1941*, Oxford, Oxford University Press, 2000.

- Matos, Luís Filipe Salgado de, As Forças Armadas Portuguesas como elemento de um “Estado de Ordens” – sua situação em regime de sufrágio universal, *Análise Social*, Vol. XXXII, nº 141, 1997, pp. 405-418.
- Matos, Luís Filipe Salgado de, *Um “Estado de Ordens” Contemporâneo – A Organização Política Portuguesa*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia Política, Lisboa, Universidade de Lisboa – Instituto de Ciências Sociais, 1999.
- Neves, João, *O Corpo de Estado-Maior nos Anos 30*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2011.
- Oliveira, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições O Jornal, 1987.
- Pimentel, Irene Flunser e Cláudia Ninhos, *Salazar Portugal e o Holocausto*, Lisboa, Temas e Debates, 2013.
- Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa – A Milícia do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- Rosas, Fernando, *História de Portugal: O Estado Novo*, Vol. VII, Dir. José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- Rosas, Fernando, *Salazar e o Poder – A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2012.
- Telo, António, *Portugal na Segunda Guerra*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1987.



Uma sociografia dos oficiais do Corpo de Estado-Maior do 4. Exército Português (1938-1974)

João Freire

1. Preliminares

a. Orientação metodológica: fontes documentais e testemunhos memoriais

O texto que segue representa uma tentativa de análise sociológica do conjunto dos oficiais do Exército Português que constituíram o seu Corpo de Estado-Maior (doravante escrito abreviadamente CEM), entre 1938 e 1974.¹ Como esclarecimento preliminar, desejaria referir alguns pontos importantes relativos às fontes e à metodologia adoptada que devem estar presentes no espírito dos que se embrenharem nesta leitura.

A presente investigação assenta numa metodologia de análise documental, completada por uma circunscrita operação de recolha e tratamento estatístico de testemunhos memoriais, que explicaremos melhor no momento adequado. A informação documental proveio essencialmente de fontes administrativas publicadas, tendo sido sujeita a tratamentos analíticos quantitativos e qualitativos, da exclusiva responsabilidade do autor². As

¹ Agradeço aos Generais Gabriel Espírito Santo, Baltazar Barroco, José Faria Leal e Freire Nogueira, Coronéis Alberto Ribeiro Soares, José Aparício e Costa Braz, e Comandante Almada Contreiras, os comentários críticos que fizeram a uma primeira versão deste texto e que foram úteis para o seu aperfeiçoamento.

² Agradeço ao mestre João Neves, bolseiro deste projecto, a recolha documental feita, sob minha orientação.

instituições onde tais fontes se podem encontrar são principalmente o Arquivo Histórico Militar, a Biblioteca Geral do Exército e o Arquivo Geral do Exército.

A preferência pela documentação administrativa oficial radicou tanto no conhecimento do seu valor e limitações, e portanto na possibilidade de ser usada criticamente, como na sua melhor adequação para o tipo de análise pretendida, onde os métodos da história oral, da literatura memorial ou mesmo do cotejo da historiografia existente sobre matérias militares frequentemente veiculam erros e incompreensões, quando não enviesamentos aporísticos sistemáticos.

O facto do tema deste estudo se referir a um processo que já conheceu o seu epílogo – na sequência imediata da revolução de 25 de Abril, o Corpo de Estado-Maior (CEM) foi extinto nesse mesmo ano de 1974 e não voltou a ser ressuscitado – e da esmagadora maioria dos seus membros já ter falecido facilita a prevenção contra os riscos de subjectividade que sempre podem ocorrer a quem se arrisca no domínio da história actual.³

Acresce que a natureza sociológica do tipo de análise aqui tentada se presta melhor talvez do que qualquer outra a tais exigências científicas. Por esta razão, restringe-se voluntariamente o alcance epistemológico desta análise a uma *sociografia* do grupo social em questão, essencialmente descritiva, deixando para os meus colegas historiadores o risco das explicações e das interpretações de maior fôlego e ambição teórica.

É certo que este estudo incide sobretudo sobre os aspectos políticos da acção profissional dos oficiais do CEM e que esta também se fez sentir, talvez ainda mais profundamente, nos aspectos técnico-militares da modernização, evolução doutrinária e adaptação a novos cenários que o Exército teve de enfrentar. Mas esse é todo um outro campo de análise para o qual a metodologia adoptada não era a mais conveniente.

Todavia, este texto divide-se em 3 secções distintas, para além de uns desenvolvimentos preliminares, de umas breves notas conclusivas e de uns anexos. Na primeira dessas secções é tratado analiticamente todo aquele

³ Devo fazer aqui a minha “declaração de interesses” psicológica em relação ao tema estudado. De facto, sou filho de uma das figuras de relevo deste grupo social, que todavia viu involuntariamente amputada uma parte significativa do seu percurso profissional, facto que terá também marcado a sua imagem perante terceiros seus contemporâneos. E foi sobre essa personagem que surgiram inicialmente sugestões para que ela suscitasse uma investigação científica sobre a sua obra militar, em especial no período inicial da guerra colonial. Recusei-me a patrocinar tal iniciativa, pelas suspeitas que sempre se levantariam quanto à isenção desse estudo. Mas pareceu-me que era talvez oportuna uma investigação, não sobre esta ou aquela personalidade (algumas das quais o merecem, sem sombra de dúvida), mas sobre o conjunto deste corpo de militares considerado por alguns como a elite do Exército, não pela bravura ou coragem no combate, mas pela sua selecção, formação e pela importância dos seus desempenhos na tomada das decisões mais relevantes no âmbito da defesa militar do país. Esta percepção acabou por estar na génese do presente projecto de investigação cuja equipa foi coordenada pelo Prof. Doutor Luís Nuno Rodrigues.

conjunto de mais de trezentas pessoas que integraram o CEM desde a sua reformulação em 1937 até à sua extinção em 1974. Em Anexo a este livro publica-se a base-de-dados informática (contendo as informações individuais mais relevantes de cada oficial) que foi organizada pelo Projecto e que constituiu uma parte significativa da informação empírica necessária para estas análises de estatística descritiva que permitem caracterizar este grupo social, em si mesmo e por referência a outros corpos relevantes constitutivos do Exército.

Na segunda secção, tendo ainda como referência o mesmo universo humano, focou-se a análise no desempenho dos cargos militares e políticos mais significativos ocupados durante aquele período por oficiais oriundos do CEM, o que, não apenas permitiu evidenciar o destaque particular deste corpo em ambos os planos, como, em seguida, permitiu fazer uma operação de selecção de um restrito grupo desses militares, o qual passou a constituir o objecto de análise da nossa terceira secção.

Nesta última, seguiu-se uma dupla metodologia. Por um lado, com toda a informação disponível, elaboraram-se sínteses biográficas de cada um dos militares assim seleccionados, em número de 24. Por outro lado, produziu-se um estudo de estatística analítica tratando as respostas obtidas num inquérito por entrevista a pessoas íntimas dos analisados, cuja formulação técnica é adiante explicitada.

b. Distinções terminológicas e conceptuais

Passemos agora a clarificar as distinções terminológicas e conceptuais existentes neste campo semântico entre três expressões ou termos próximos que, todavia, representam realidades bem diferentes.

Antes de mais, “funções de Estado-Maior militar” (em inglês, *general staff*, traduzido à letra por “pessoal de funções gerais”, que conotativamente se poderia ligar a “apoio a generais”) são aquelas funções desempenhadas por oficiais muito qualificados no domínio dos saberes, no sentido de estudar e propor as decisões que devem ser tomadas pelos altos comandos militares: primariamente, em termos de operações de guerra, desenhando uma estratégia para a condução vitoriosa da campanha, repartindo os meios, apontando tácticas a empregar no terreno, definindo os tempos e os lugares de empenhamento da frente de combate e dos indispensáveis apoios de rectaguarda, etc.; mas, de maneira mais permanente, desde os tempos de paz, também em domínios como os seguintes: orientações para o recrutamento, a instrução, saúde, moral,

justiça e disciplina do pessoal; a recolha e análise de informações relativas ao inimigo (declarado ou potencial) e aos riscos de conflito; o treino e exercícios de adestramento das forças, bem como a elaboração de uma doutrina para a manobra e condução das operações; o fornecimento das armas e equipamentos e de todos os outros elementos da administração e logística militares; e, enfim, as relações das forças armadas com a população civil, nas suas diversas vertentes.

Esta função de *estudo e proposta* que cabe aos oficiais “de Estado-Maior” contrasta, pois, essencialmente, com as funções de comando e chefia, isto é, de *decisão*, que constitui o traço específico e distintivo do desempenho dos oficiais nos corpos militares, abrangendo aspectos operacionais, técnicos, administrativos e de disciplina e motivação dos subordinados.

Temos assim de chamar a atenção para o equívoco que constitui o facto de esta concepção moderna das “funções de Estado-Maior” (moderna porque vem do século XVIII e *inícios* do século XIX, da Prússia e da França) aparecer por vezes confundida com o termo “Estado-Maior” também empregue na literatura histórica militar portuguesa para designar o conjunto, ou melhor, a *condição social* dos oficiais (incluindo médicos e capelães, etc.), face ao “estado menor”, a que pertenciam os sargentos (os quais, de resto, durante boa parte do século XX eram também considerados legalmente ainda dentro da categoria das “praças de pré”, isto é: os soldados). Esta foi uma terminologia que teve curso em Portugal na mesma época em que, entre os funcionários do Estado, se fazia uma idêntica distinção categorial entre “pessoal maior” e “pessoal menor”, de fortíssimo significado social.

Em segundo lugar, deve ficar bem claro que o “Corpo do Estado-Maior” (CEM), que constitui o objecto desta presente investigação, embora se refira implicitamente ao desempenho das “funções de Estado-Maior”, designa contudo uma especialização segmentada (ou uma “administração diferenciada”) que existiu no Exército português entre 1938 e 1974 constituindo então uma carreira à parte e de especial relevância no conjunto da oficialidade castrense. Até então, haviam sucessivamente existido no Exército situações e estatutos vários dos “oficiais de Estado-Maior”, designado desde 1834 por Corpo⁴ mas, a partir de 1899, por Serviço de Estado-Maior (SEM)⁵. Depois de 1974, voltou a haver oficiais com formação específica para o desempenho de “funções de Estado-Maior” e com esse labéu reconhecido como especialidade profissional, sempre prestigiante para os habilitados. Mas nunca como

⁴ Em 1849 o seu quadro é fixado em um General comandante e 2 coronéis, 3 tenentes-coronéis, 3 majores e 20 capitães.

⁵ Nesta altura o seu quadro compreende 6 coronéis, 6 tenentes-coronéis, 6 majores, 20 capitães e 10 tenentes.

naquele referido período, praticamente coincidente com o regime político do Estado Novo, existiu esse “Corpo” tão diferenciado e com o exclusivo do exercício dessa função, com efeitos relevantes para a maior parte do percurso profissional destes oficiais.

Assim, este estudo sociográfico do Corpo de Estado-Maior tem na sua base a delimitação objectiva e legal de um universo fechado de indivíduos que, entre 1938 e 1974, o integraram. Nestas condições, são exemplos de militares importantes na história do Exército que, pela sua idade, já não pertenceram a “este” CEM, embora tivessem sido membros do antigo SEM, os generais João de Almeida, Eduardo Marques, Ferreira Martins, Couceiro de Albuquerque, Tasso de Miranda Cabral, Júlio Morais Sarmento ou Pereira dos Santos; ou, na geração anterior, os “africanistas” Eduardo Ferreira da Costa e Aires de Ornelas.

Note-se que, nem a Marinha de Guerra, nem a Força Aérea autónoma, que nasceu em 1952, tiveram na sua estrutura orgânica um corpo permanente equivalente a este, embora sempre tivessem respondido, de outras maneiras, à necessidade do desempenho da função⁶.

Observe-se ainda que a sigla CEM, correntemente usada nas publicações do Exército, tanto designa o Corpo de Estado-Maior como também significa: Curso de Estado-Maior, isto é, a formação que habilitava ao ingresso naquele Corpo.

Finalmente, deve ainda distinguir-se o “Estado-Maior” dos conceitos acima evocados da existência do “Estado-Maior do Exército” (EME) que é, desde há meio século, o organismo de direcção superior do Exército mas que resultou de uma determinada evolução histórica⁷. Referindo-nos apenas ao período da Ditadura Militar e do Estado Novo, foi por decreto de 10 de Setembro de 1929 que se instaurou uma orgânica do departamento ministerial que tutelava o Exército que durou até finais dos anos 50. E, nela, o EME constituía apenas a 3ª Direcção-Geral do Ministério da Guerra (chamado “do Exército” depois de 1950), a par da 1ª Direcção-Geral (o Ajudante-General do Exército, que tratava dos assuntos de pessoal) e da 2ª Direcção-Geral (o Administrador-

⁶ Em 1923, sob a gerência ministerial do Comandante Pereira da Silva, a Armada chegou a definir a existência de um quadro de oficiais do “Estado-Maior Naval” (com distintivos para apor nos uniformes semelhantes aos do Exército), mas que só teve efectividade num curtíssimo prazo de tempo.

⁷ Estas confusões terminológicas não são novas. Na organização de 1834 é dada a designação de “Estado-Maior General” ao comando-em-chefe do Exército (às vezes exercido por um “Marechal-General”) e genericamente ao conjunto dos generais, o que nada tem a ver (funcional e organicamente) com o “Corpo de Estado-Maior” então criado, cujos oficiais «seraient employés dans les quartiers généraux et à des travaux ayant une certaine relation avec leurs aptitudes scientifiques. Ils demeurent néanmoins, subordonnés au général commandant le corps, quelle que fut la commission don't ils étaient chargés», como escreve Francisco José da Silva em *Évolution militaire du Portugal*, Paris-Lisbonne, Aillaud, 1900, p. 35, *apud* Marques, 1999: 51.

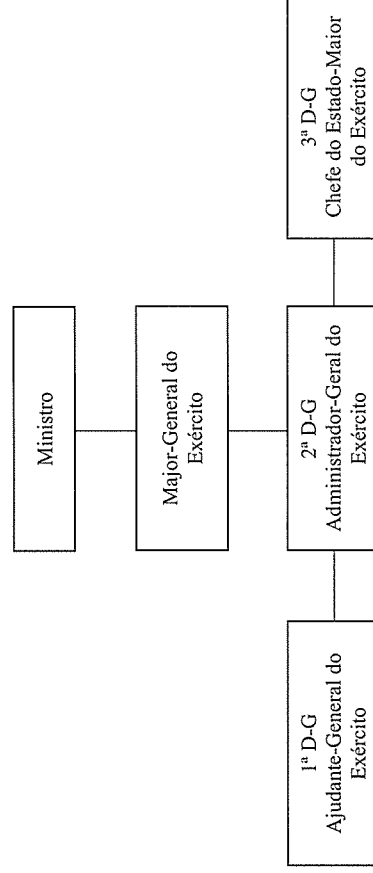


Figura 1 - Organograma da estrutura superior do Exército 1950

Fonte: Projecto CEMEP/JF 2010-2013.

-Gral do Exército, que se ocupava da administração e da logística, e depois foi chamado de Quartel-Mestre-General), como se representa na Figura 1. Estes três directores-gerais estavam militarmente subordinados ao Major-General do Exército mas, contudo, iam a despacho directamente ao Ministro da tutela, como acontecia com na generalidade da orgânica ministerial então existente. Isto mostra como a distribuição funcional do poder administrativo entre este “tridente” do alto comando do Exército (Ajudante-General, Administrador-General e Chefe do Estado-Maior) deixava pouca margem ao Major-General – a mais elevada figura hierárquica da instituição, com competências de comando e disciplinares – para impor uma política unificada para o Exército, sobrando tal papel para o próprio Ministro, que aliás tinha competência disciplinar própria e também recebia directamente a despacho os generais comandantes das regiões militares. Acresce o facto de o órgão colectivo que era o Conselho Superior do Exército ser em parte composto por generais nomeados pelo Ministro (ao lado de outros por inerência de funções), tendo competências importantes não apenas de “parecer” ou “conselho”, mas igualmente de carácter deliberativo no processo de propositura do acesso ao generalato, além de outros. A Tabela 1, mais abaixo, mostra com clareza a fraqueza dos poderes do Major-General, pelo indicador dos efectivos humanos que então (em 1950) lhe estavam alocados, em comparação com os dos três directores-gerais.

Só após a reforma orgânica de 1959 (decreto-lei nº 42.564) é que surge finalmente um “Estado-Maior do Exército” (EME) integrando no seu seio os outros dois ex-directores-gerais, poucos anos depois da extinção do cargo de Major-General e da assunção da chefia máxima do Exército por um General de

4 estrelas agora designado por Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), que veio a ser coadjuvado por um Vice-Chefe (e numa fase transitória também por um Sub-Chefe), com competências próprias e delegadas. Nesta fase, o EME passou não só a ser composto pelas tradicionais “repartições” da “função de Estado-Maior” (informações, operações, logística, etc.), mas igualmente a deter a autoridade de coordenação de todas as Direcções e Chefias de Serviços que constituem os organismos centrais do Exército. Mas, ainda assim, esses ex-directores-gerais não só mantiveram as remunerações e os sinais de reconhecimento simbólico dos titulares estatais dessa categoria mais elevada da administração pública como continuaram a despachar certos assuntos directamente com o Ministro (ou, por delegação deste, com o Subsecretário de Estado), que conservou até ao fim do regime um poder administrativo muito significativo sobre o Exército, só contrariado e beliscado pelo crescendo de influência e de competências legais que, passo a passo, foi tendo o Ministério da Defesa Nacional.

A propósito, vale a pena referir que este modelo organizativo que se consolidou no Exército português desde cerca de 1960 (no dealbar da guerra em África) e perdurou por longo tempo, praticamente até à actualidade, representa uma entorse (ou então uma discrepância nominal) aos modelos teóricos mais correntes na teoria das organizações (aliás inspirados nas estruturas militares experimentadas na Segunda Guerra Mundial), quer o chamado modelo *line and staff*, quer o da estrutura “pentónica” de Mintzberg. Neste sentido, a melhor concretização orgânica destes modelos no campo das Forças Armadas portuguesas terá sido o caso da Marinha de Guerra nos anos 40/50 onde o Major-General da Armada, chefe militar máximo da corporação e responsável perante o seu ministro de tutela (e único oficial-general com a patente de Vice-Almirante), tinha sob as suas ordens directas as forças e unidades navais operacionais (isto é, os meios de força) e, por outro lado, dois contra-almirantes que dirigiam, respectivamente, o organismo de estudo e preparação de decisões denominado Estado-Maior Naval (com as suas clássicas “divisões” de organização, informações, movimentos e operações, etc.) e o organismo que integrava as diversas Direcções de Serviços (do pessoal, saúde, construção naval, material de guerra, máquinas, electricidade e comunicações, hidrografia e navegação, abastecimentos, etc.) e era então designado por Superintendência dos Serviços da Armada. Ou seja: um modelo formalmente perfeito de direcção superior da organização que mantém sob a responsabilidade directa do chefe máximo os meios disponíveis para a guerra naval (na época, a Força Naval da Metrópole, o Comando da Defesa Marítima dos Açores, as Forças Navais do Estado da Índia,

O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: Apogeu e Queda

alguns navios soltos, etc.) e controla através de duas estruturas subordinadas funcionalmente bem diferenciadas, o sector dos estudos, da doutrina e do planeamento (o “Estado-Maior”), por um lado, e o sector dos serviços de apoio e de execução de políticas (a “superintendência”), por outro lado.

Pode contudo observar-se que a coincidência entre os modelos teóricos e as realidades históricas, em matéria de organização, só raramente e por oportunidade se verificam. E é geralmente essa *descoincidência* que faz evoluir uns e outras.

c. Lugar relativo do “Estado-Maior” no Exército

Para terminar esta parte preliminar do nosso estudo, é interessante ilustrar numericamente o que acima foi dito sobre a evolução dos recursos e dos efectivos dos diferentes corpos dependentes do Ministério do Exército. Tomemos para isso os anos de 1950 e de 1960, ambos com significado próprio

Tabela 1 - Repartição dos efectivos do Exército metropolitano em 1950 e 1960

Repartições em 1950	Nº	%	Repartições em 1960	Nº	%
Gab.Min.Guerra	23	0,06	Gab.Min.Ex.	51	0,14
Gab. Major-General do Exército	7	0,02	Órgãos centrais	48	0,13
1ºD-G Ajudante-General Exérc.	220	0,62	Órg. Ajudante-General Ex.	104	0,28
2ºD-G Administrador-Geral Ex.	674	1,92	Órg.Quartel-Mestre-Gen.Ex.	258	0,70
3ºD-G Estado-Maior do Exérc.	186	0,53	-	-	-
Corpo de Of.Generais	41	0,11	Corpo de Of.Generais	39	0,10
Corpo de Estado-Maior	84	0,23	Corpo de Estado-Maior	84	0,23
Regiões Militares	844	2,4	-	-	-
Armas (combatentes) (-Aero.)	22.888*	65,3	Armas (combatentes)	28.687	78,6
Serviços	9.253	26,4	Serviços	5.793	15,9
Escolas	606	1,73	Escolas	1.431	3,92
Justiça	194	0,55	-	-	-
Totais	35.020**	100,	Totais	36.495	100,

Notas:

*A então arma da Aeronáutica Militar dispunha de 2.016 efectivos, elevando o total dos combatentes para 24.904.

** Se incluirmos a Aeronáutica Militar, o total do Exército atinge 37.036. Incluem-se oficiais na situação de reserva.

Fonte: OGE 1950, 1960. Projecto CEMEP/JF 2010-2013.

no processo histórico de modernização do Exército português, antes da adesão à NATO e após sofrer os efeitos decorrentes dessa adesão. A fonte administrativa donde foram retirados estes números é o Orçamento Geral do Estado, traduzindo, por isso, a efectiva disponibilidade de recursos com que a instituição podia contar para o seu funcionamento, com base nos dinheiros atribuídos por esse instrumento fundamental da governação.

Estes dados permitem mais alguns comentários e explicações adicionais. Em primeiro lugar, para se ter uma ideia das proporções dos efectivos de pessoal entre os diversos departamentos do Estado, diga-se que, em 1950, o Ministério da Marinha tinha um orçamento que lhe permitia estipendar 9.924 homens (face aos 37.036 do Exército), o Ministério do Interior (que incluía a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública) remunerava 18.993 funcionários e o Ministério das Finanças (que então integrava a Guarda Fiscal) um conjunto de 13.201 indivíduos. Em contrapartida, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que era também um departamento da área da soberania do Estado, apenas remunerava 265 indivíduos (diplomatas, cônsules, funcionários). O total dos órgãos e departamentos de soberania ascendia nesse ano a 81.559 pessoas, sem incluirmos todo o funcionalismo e forças de defesa e segurança integrados no Ministério das Colónias/Ultramar. Isto, num total de funcionários públicos que, na metrópole, ascendia a cerca de 160.000, cobrindo as funções de soberania, económica e social do Estado.

Relativamente às repartições de efectivos no interior do Exército e à sua evolução entre o início e o fim da década de 1960, evidencia-se o facto de alguns modos de classificação orçamental diferentes usados nas duas datas limitarem bastante esta comparação. Mas, mesmo assim, podem destacar-se as alterações orgânicas já atrás referidas e, mais substancialmente, os seguintes pontos:

- Se descontarmos a Aeronáutica Militar que entretanto havia obtido a sua independência orgânica e política, o total dos efectivos acusa apenas um muito ligeiro aumento, resultado da dissolução de algumas unidades, redução de serviços (mas também criação de novos) e sobretudo da organização da “grande unidade” que foi a Divisão Nuno Álvares, sediada em Tomar/Sta. Margarida e posta à disposição da NATO, caso tal fosse necessário⁸;

⁸ De facto, em Santa Margarida apenas se criaram de novo o Quartel-General da Divisão, o Grupo Divisionário de Carros de Combate (com material americano Patton) e pouco mais, sendo o grosso das unidades fornecidas por regimentos da 3ª Região Militar sediados em Tomar, Abrantes, Leiria ou Santarém, para efeitos de manobras de campo ou em caso de mobilização. No entanto, nos seus quadros orgânicos, esta Divisão de Infantaria (a 3 regimentos, 5 grupos de artilharia e 1 de cavalaria, 1 batalhão de engenharia e unidades menores de todos os outros serviços) era suposta mobilizar um total de 19.471 homens (in *Quadros Orgânicos de Mobilização*, 1954-1955).

- Os gabinetes e organismos adstritos ao Ministro e ao chefe militar máximo do Exército registam aumentos significativos, mas não este último, se tivermos a conta o desaparecimento formal da 3ª Direcção-Geral;
- Economias significativas são feitas nos órgãos dependentes do Ajudante-General e do Quartel-Mestre, tendo em conta que a Justiça aparece em 1960 integrada nos serviços dependentes do primeiro daqueles altos-cargos;
- Os quadros orgânicos do corpo de oficiais-generais e do CEM mantêm-se quase exactamente ao mesmo nível;
- Os efectivos das regiões militares aparecem em 1960 integrados nas armas combatentes, as quais, para além disso, registam um considerável aumento de volume, resultado do esforço feito para “pôr mais homens em armas do que nas secretarias”, decerto sob a influência “produtivista” dos conceitos norte-americanos e da NATO;
- O mesmo fenómeno deve estar por trás da quebra muito acentuada dos efectivos dos serviços, objecto de importantes reformulações, com reduções ou desaparecimento de especialidades como veterinária, picadores, músicos, etc., mas sobretudo com um corte drástico nos Serviços Gerais e outros quadros auxiliares inchados pelas mobilizações da década anterior. Estes emagrecimentos foram suficientes para acomodar a criação de novos especialistas ligados à condução, manutenção e reparação de veículos motorizados e de outro equipamento mais sofisticado;
- Finalmente, as instituições de formação mais que duplicaram os seus efectivos durante esta década.

Por último, apresentamos o organograma da reforma estrutural do Exército tal como ficou concluída em 1959 – sendo Almeida Fernandes o Ministro do Exército –, onde se pode observar a configuração *abrangente* do novo “grande Estado-Maior do Exército” (EME), na qual o Ajudante-General e o Quartel-Mestre-General já não podem conduzir “políticas próprias”, eventualmente dissonantes das directivas do Chefe do Estado-Maior do Exército mas, em contrapartida, passaram a orientar também as Repartições do EME que mais dizem respeito aos seus pelouros, daqui resultando, teoricamente, uma organização central mais integrada e menos funcionalmente dividida,

nomeadamente entre órgãos de estudo e planeamento (“função Estado-Maior”) e órgãos de apoio e execução de serviços (encarregados da instrução, logística, material, etc.).

De notar que, com esta organização, se cria uma Repartição do EME dedicada à Instrução (a 5ª) e um Director-Geral da Instrução, sob a alçada do Vice-CEME mas com autoridade sobre todas as escolas, e o Quartel-Mestre-General ficou, além da logística, com a responsabilidade da administração financeira do Exército. Em contrapartida, a criação de um lugar de Inspector-Geral do Exército, directamente dependente do Ministro e ao mesmo nível hierárquico do CEME (como que com o dever de o controlar) nunca terá tido qualquer papel saliente até 1974. Com alguns ajustamentos, esta foi a estrutura central de comando do Exército que perdurou até ao final do século XX.

De tudo isto podemos concluir dizendo que os oficiais do CEM preencheriam a quase totalidade das “funções de Estado-Maior” na estrutura central do Exército, nomeadamente na 3ª Direcção-Geral do Ministério da Guerra/Exército e posteriormente no “grande Estado-Maior do Exército”, bem como nos comandos militares territoriais (no Continente, Ilhas e Ultramar) e nas Grandes Unidades (de que a Divisão Nuno Álvares foi, na década de 1950, um caso singular). Note-se que, por extensão, organizações militarizadas como a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública ou a Guarda Fiscal reproduziam este esquema, em forma simplificada e reduzida, isto é: abrigavam nos seus quadros orgânicos lugares para oficiais habilitados com o curso de Estado-Maior (que desempenhavam geralmente o cargo de “chefe do Estado-Maior” do Comando-Geral dessas corporações, por vezes também as funções de chefes de repartições de informações ou de operações). Por outro lado, a criação do Ministério da Defesa Nacional, com um correspondente Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) e o seu “órgão de Estado-Maior” que se chamou durante mais de duas décadas Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN), abriu novas oportunidades de desempenho aos oficiais do CEM⁹.

Isto aconteceu até 1960, ao eclodir das últimas guerras do império, em Angola, Guiné e Moçambique. Depois desta data, a estrutura central do Exército manteve-se intocável, mas a urgência e o volume de mobilização de tropas, e o seu envolvimento em campanhas num tipo de guerra para a qual não tinha havido suficiente preparação prévia, criaram novas e múltiplas necessidades de estruturas de comando territorial e operacional, e correspondentes “funções de Estado-Maior”, que foram naturalmente assumidas pelos oficiais do CEM.

⁹ Na inicial década de 1950 o SGDN dispunha de 3 Repartições: 1ª, operações; 2ª, informações; e 3ª, armamento e equipamento.

Segundo a lei nº 1.960 de 1 de Setembro de 1937, que lhe deu a primeira formulação legal, «o Corpo de Estado-Maior é destinado a: a) realizar estudos relativos à organização e preparação do exército para a guerra; b) a auxiliar directa e imediatamente os comandos das grandes unidades no exercício das suas funções». Nesta decorrência, e classicamente, as tarefas desempenhadas pelos oficiais do CEM junto a estes organismos de comando superior de forças militares incluíam as seguintes:

- Chefia do Estado-Maior do comando em causa, assessorando directamente o respectivo titular. Por vezes, repartia esta tarefa com um sub-chefe. Era geralmente um oficial com o posto de Tenente-Coronel ou mesmo de Coronel.
- 1ª Repartição (Pessoal), assumindo a sua chefia ou funções de adjunto. Tarefas: elaboração de propostas de normativos sobre o recrutamento, mobilização, reservas, etc.; preparação de regulamentação sobre disciplina e justiça, moral e bem-estar, e assistência religiosa; elaboração de orientações para a instrução. Tal com nas Repartições seguintes, eram funções geralmente desempenhadas por oficiais com o posto de Major (o chefe) ou de Capitão (os adjuntos), mas podiam ter patentes mais elevadas, consoante o grau de importância do comando que servissem.
- 2ª Repartição (Informações), cujas tarefas eram: recolha, análise e tratamento de informações relativas ao inimigo; elaboração de relatórios de situação (Sitreps e Perintreps); ligação aos oficiais de informações das forças empenhadas em operações e unidades especiais de reconhecimento; preparação de instruções relativas ao tratamento de prisioneiros; ligação a fontes de informação exteriores e estrangeiras;
- 3ª Repartição (Operações e Organização), com as tarefas de: elaborar propostas de directivas para a condução das operações de guerra e planos de batalha; estudar e propor normativos para a organização militar e das suas unidades, bem como o armamento e os quadros orgânicos correspondentes; ligação aos oficiais de operações das forças empenhadas;
- 4ª Repartição (Logística), apenas desenvolvida após a Segunda Guerra Mundial, competindo-lhe: planejar a aquisição, aprontamento e encaminhamento de todos os fornecimentos, munições e equipamentos (e respectiva manutenção) necessários às tropas em campanha.

Perante as características especiais da guerra contra-subversiva posta em prática em África nos anos 60, foi-se constituindo nesses comandos superiores uma nova Repartição destinada a fornecer directivas e instrumentos para a “acção psico-social”, que visava atrair das populações para o lado das NT (nossas tropas), furtando-as simultaneamente à influência do IN (inimigo), seguindo o exemplo do “5^{ème} bureau” criado pelo exército francês na guerra da Argélia.

2. Análise do conjunto dos oficiais do CEM

a. O universo do CEM (1938-1974)

Desde a sua criação em Janeiro de 1938 até à sua extinção em Outubro de 1974 passaram pelos quadros orgânicos do Corpo de Estado-Maior (CEM) 348 oficiais do Exército. A lista nominal deste universo, organizada por ordem alfabética dos seus nomes completos, encontra-se na base-de-dados informática organizada pelo Projecto, com alguns dados biográficos fundamentais, a saber: data do nascimento; Arma de proveniência; ano de entrada no CEM; ano, posto e motivo de saída do CEM; e posto máximo alcançado na carreira.

Na fixação final desta lista, houve que tomar decisões acerca de alguns casos duvidosos. Assim, não foram considerados os casos dos oficiais que, tendo concluído o Curso de Estado-Maior, eram ainda tirocinantes em 1 de Janeiro de 1974, alguns dos quais vindos de anos anteriores, que já não chegaram a ser integrados no CEM por virtude da extinção deste Corpo. Foi, nomeadamente, o caso de Américo Moreira, António Martins Barrento, António José da Silva, António Cunha Navarro, Francisco Rebelo Gonçalves, Francisco Fernandes da Mota, José Gonçalves Aranha, José Eduardo Sanches Osório, José Henriques de Oliveira, Luís Sousa Vicente, Manuel da Costa Braz, Óscar Gomes da Silva e Vítor Alves. Os oficiais que estavam a realizar o Curso Complementar de Estado-Maior (CCEM) no ano lectivo de 1973-1974 também não foram por nós considerados, pois já não chegaram a cumprir o necessário tirocínio e nunca ingressaram no CEM, a despeito de a todos eles ter sido averbada a especialização de “Estado-Maior”. Outros casos terá havido em que oficiais frequentaram o curso de Estado-Maior mas não vieram a integrar o CEM por terem entretanto sido promovidos a Major das suas Armas, numa altura em que só se podia ingressar no Corpo com o posto de Capitão¹⁰.

Apresentamos seguidamente três Tabelas estatísticas com os quadros orgânicos (QP – Quadros Permanentes) e os efectivos reais dos oficiais do

¹⁰ Foi o caso de Fernando Augusto Lopes, de Artilharia, que concluiu o Curso Complementar de Estado-Maior, e possivelmente de outros.

Uma sociografia dos oficiais do Corpo de Estado-Maior do Exército Português (1938-1974)

Exército nos anos de 1940, 1950, 1960 e 1970. Aqui comparam-se as evoluções verificadas no corpo de oficiais-generais, no CEM, no conjunto dos oficiais pertencentes às “Armas combatentes”¹¹ e no conjunto dos oficiais integrados nos Serviços técnicos e de apoio¹², tanto em números absolutos como em valores percentuais. Na última destas Tabelas faz-se a comparação das diferenças entre os números apresentados nas dias anteriores, entre os quadros orgânicos aprovados oficialmente e os efectivos realmente existentes, para evidenciar os défices e os excessos entre o planeado e a realidade.

Tabela 2 - Quadros orgânicos dos oficiais do Exército metropolitano

	1940		1950		1960		1970	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Oficiais gerais	34	1,2	40	1,5	39	1,5	39	1,5
CEM	84	3,0	84	3,3	84	3,2	84	3,1
Armas combatentes	1.660	58,3	1.525	59,2	1.461	55,3	1.519	56,4
Serviços téc.+apoio	1.068	37,5	926	36,0	1.057	40,0	1.049	39,0
Total =	2.846	100	2.575	100	2.641	100	2.691	100

Fonte: Listas de Antiguidade. Projecto CEMEP/JF 2010-2013.

Tabela 3 - Efectivos reais dos oficiais do Exército no activo

	1940		1950		1960		1970	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Oficiais gerais	36	1,1	46	1,5	58	1,8	82	1,9
CEM	40	1,2	81	2,6	119	3,6	164	3,8
Armas combatentes	1.968	60,6	1.652	53,5	1.714	52,0	2.304	52,7
Serviços téc.+apoio	1.205	37,1	1.309	42,4	1.405	42,6	1.820	41,6
Total =	3.249	100	3.088	100	3.296	100	4.370	100

Fonte: Listas de Antiguidade. Projecto CEMEP/JF 2010-2013.

¹¹ Por razões de melhor compreensão conceptual, não incluímos nesta categoria a Arma de Engenharia, embora saibamos que ela era oficialmente considerada como tal. Também não considerámos a então Arma (anteriormente Serviço) de Aeronáutica Militar, existente em 1940 e 1950.

¹² Incluímos aqui a Arma de Engenharia (e a de Transmissões depois criada a partir dela) e os Serviços de Saúde, Administração, Material (em 1960 e 1970), Auxiliares (ou Gerais) e Músicos.

Tabela 4 - Diferenças entre quadros e efectivos reais de oficiais do Exército

	1940		1950		1960		1970	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Oficiais gerais	+2	+5,9	+6	+15,0	+19	+48,7	+43	+110,3
CEM	-44	-52,4	-3	-3,6	+35	+72,9	+80	+95,2
Armas combatentes	+308	+18,6	+127	+8,3	+253	+17,3	+785	+51,7
Serviços téc.+apoio	+137	+12,8	+383	+41,4	+348	+32,9	+771	+73,5
Total =	+403	+14,2	+513	+19,9	+655	+24,8	+1.679	+56,7

Fonte: Listas de Antiguidade. Projecto CEMEP/JF 2010-2013.

Estes números apelam a algumas breves explicações. E em primeiro lugar, relewa-se o facto do quadro orgânico do CEM se ter mantido sempre inalterado durante toda a existência do Corpo¹³. O mesmo não aconteceu com o quadro dos oficiais-generais, embora aqui as variações tenham sido de muito pequena monta. As variações nos quadros das “Armas combatentes” e dos Serviços técnicos e de apoio foram mais acentuadas mas oscilantes, em torno dos 56-59% do total para as primeiras, e dos 36 a 40% para os segundos.

Os grandes contrastes surgem quando se comparam estes números com os efectivos reais existentes nos mesmos anos, que são o resultado de um volante de excessos devidos à saída de oficiais dos quadros (como adidos, para irem prestar serviço regular no Ultramar pagos pelo respectivo ministério, na GNR ou na PSP pagos pelo Ministério do Interior, etc.) e ao seu regresso como supranumerários – o que permitia algum avanço nas promoções –, mas também frutos de certas heranças do passado e do desajustamento dos quadros à evolução demográfica de algumas carreiras. A Tabela 4 mostra como depois de 1950 os *superavit* de efectivos se acentuaram fortemente para o final do período analisado, havendo então no Exército um excesso de oficiais relativamente aos quadros que atingia os 50% no caso das “Armas combatentes”, quase os 75% nos Serviços, os 95% no CEM e os 110% nos oficiais-generais. Note-se, porém, que estes desvios foram mais devidos aos estrangulamentos da gestão da mobilização de combatentes para as campanhas de África¹⁴ do que a qualquer outro factor, nomeadamente de interesse corporativo dos próprios oficiais que, em situação normal de paz, poderia talvez cifrar-se em uma percentagem de

¹³ O quadro compreendia 12 coronéis, 12 tenentes-coronéis, 20 majores e 40 capitães.

¹⁴ Ainda assim, para enquadrar um volume de tropas combatentes nos teatros de operações africanos que chegou a atingir 150.000 homens, foi necessário recorrer a um enorme número de oficiais milicianos.

Uma sociografia dos oficiais do Corpo de Estado-Maior do Exército Português (1938-1974)

excedentes não superior a 20% (como se observa em várias categorias nos anos 1940 e 1950). Registe-se também que, como seria de esperar num quadro criado de novo, o CEM terá demorado mais de uma década até ver integralmente preenchidas as suas vagas nos postos de oficial superior, passando a partir daí a ser excendentário, como todas as outras Armas; no entanto, o mesmo não se passou com o preenchimento dos lugares de Capitão, por insuficiência do afluxo de novos oficiais na base da pirâmide, isto desde a década de 1950, mas muito agravado pelas mobilizações seguintes para África.

b. Armas de origem

Os oficiais que ingressavam no CEM, depois de aprovados nos respectivos cursos e de cumprirem o tempo de tirocínio (isto é, de exercício profissional na função, mas sujeitos a especial observação para comprovarem na prática as suas habilitações escolares), provinham todos de alguma das Armas do Exército, conforme se apresenta na Tabela 5.

Tabela 5 - Distribuição dos oficiais do CEM segundo a Arma de origem

Arma de proveniência	Nº	%	Distribuição. % aproximada. das Armas
Infantaria	165	47,4	53%
Artilharia	104	29,9	22%
Cavalaria	43	12,3	16%
Engenharia	35	10,1	9%
Aeronáutica Militar	1	0,3	-
Total =	348	100	100

Fonte: Listas de Antiguidade. Projecto CEMEP/JF 2011-2013.

A coluna da direita inserida na Tabela 5 mostra a distribuição percentual aproximada dos efectivos reais dos oficiais do Exército pelas diferentes Armas no ano de 1958, sensivelmente a meio do período estudado. Embora possa ter existindo alguma variação ao longo do tempo, esta distribuição mostra que há uma relação sensivelmente equilibrada entre as Armas de origem dos oficiais do CEM e os volumes de oficiais incorporadas em cada um dessas Armas, possivelmente com uma ligeira sub-representação da Infantaria e da Cavalaria e uma correspondente sobre-representação da Artilharia e da Engenharia, as Armas com mais forte componente científica na sua formação de base.

c. A carreira do CEM

A análise às particularidades da carreira dos oficiais do CEM é feita seguidamente a partir de seis tópicos de abordagem.

(1) Condições de acesso aos Cursos de Estado-Maior

A formação que habilitava ao ingresso no CEM era dada por via da frequência dos Cursos do Estado-Maior, que funcionaram inicialmente na Escola Central do Exército, em Caxias, e que logo em 1940 passou a designar-se por Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM). Em 1958 o IAEM foi transferido para instalações novas, em Pedrouços, onde se manteve desde então (ostentando actualmente a designação de IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares – e integrando os três ramos da Forças Armadas e ainda a GNR).

O acesso à frequência do primeiro nível destes cursos era feito por concurso, entre voluntários, mas também podia ser feito por nomeação superior, caso não houvesse voluntários em número ou com a qualidade julgada suficiente. Segundo testemunhos, os oficiais de Engenharia teriam alguma renitência em ir para esta carreira, que lhes levantaria maiores dificuldades para o exercício da actividade de engenheiro na vida civil (que podiam exercer, com autorização superior, caso não houvesse inconveniente para o serviço). Eis um exemplo de despacho de abertura de concurso, já na fase derradeira de existência do CEM mas semelhante aos já publicados em sucessivos anos anteriores: «Despacho nº 4. Considerando que há urgente necessidade de ser feito convite aos oficiais para a matrícula no curso geral de Estado-Maior no ano lectivo de 1973/74; Considerando que há necessidade de não prejudicar os oficiais que pretendem frequentar o curso e que, tendo já uma comissão por imposição, tenham iniciado ou venham a iniciar outra comissão. Determino que: 1º Seja aberto concurso, a partir de 5 de Abril do corrente ano, nos termos do artigo 17º do Decreto-Lei nº 39.941, de 25 de Novembro de 1954, devendo a escolha dos candidatos estar concluída em 30 de Junho de 1972 [sic, de facto, é 1973] [...]. Ministério do Exército, 3 de Abril de 1973. O Ministro do Exército, Horácio José de Sá Viana Rebelo.» (OE/I, nº 4, 30 Abr. 1973, p. 152).

O processo de concurso deixava nas mãos na direcção do Instituto a avaliação das folhas de serviço dos candidatos, sendo sempre mais difícil a aceitação daqueles que não se situavam entre os primeiros classificados do curso da Escola do Exército (depois Academia Militar). Segundo testemunhos, nunca terão faltado voluntários para a frequência dos cursos de Estado-Maior, pelas diversas vantagens que essa pertença consagrava e também pelo prestígio

que lhe estava associado. Porém, em certas alturas, houve necessidade de nomear oficiais para a frequência dos cursos, por insuficiência de voluntários com qualidade suficiente, devido a expectativas de promoção mais favoráveis nas suas Armas do que no próprio CEM.

(2) Organização da formação

Inicialmente, em 1938, o Curso de Estado-Maior é composto por 1 ano preparatório frequentando várias disciplinas nas faculdades de Letras e de Direito, e por 3 anos de curso (um ano de curso geral e dois de curso complementar), seguido de tirocínio.

Cerca de 1952 desaparecem os preparatórios na universidade e passa a haver um Curso Geral de Estado-Maior (CGEM) com duração de 2 anos, seguido de um Curso Complementar de Estado-Maior (CCEM) de 1 ano lectivo. Porém, parece que por opinião dos peritos da NATO, logo em 1954 se regressa ao modelo anterior de um CGEM de 1 ano e um CCEM de 2 anos. Estas alterações provocaram perturbações na progressão profissional de alguns oficiais, que não se inibiram de requerer a correcção daquilo que consideravam injustiças.

Durante o período da guerra em África, nos anos 60, o CGEM foi a certa altura confundido com o Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS), devido à necessidade de aumento da produtividade das formações.

A duração do tirocínio variou ao longo do tempo, entre 1 e 2 anos, e consistia no exercício de funções de Estado-Maior num comando superior, sob a observação de oficiais do CEM mais graduados.

Porém, acontecia com alguma frequência que, no final do CGEM, o oficial fosse mandado estagiar, com essa qualificação (capacitando-o para elaborar planos de operações e outras técnicas do trabalho de Estado-Maior), para os comandos e unidades, o que era um sinal de que devia ainda “amadurecer” antes de se lançar para a frequência do CCEM.

As aulas e trabalhos de campo eram assegurados por um conjunto de professores, titulares das diversas matérias de ensino, sob a coordenação de um Coronel designado por Director dos Cursos de Estado-Maior. Quase todos eram oficiais do CEM, mas também havia professores da Força Aérea e da Armada, e mesmo alguns estrangeiros, como aconteceu no início da década de 1950 com o Coronel checo F. O. Miksche (combatente anti-nazi pelos aliados), então reputado autor de livros como *Blitzkrieg* ou *Secret Forces*.

A aprendizagem passava pelo estudo e apresentação de trabalhos-de-grupo sobre diversas situações táticas, estudo de temas, dissertações escritas,

interpelações orais, discussão com conferencistas externos, visitas e trabalhos práticos nos próprios cenários de passadas ou hipotéticas campanhas, etc.

Já na década de 1970 passou a haver um módulo inter-ramos (comum à Armada e à Força Aérea), de que a publicação seguinte testemunha a existência: «Declaração. Os Oficiais com o Curso de Estado-Maior Inter-Forças são especialmente habilitados para os Estados Maiores Conjuntos e Organismos Superiores da Defesa Nacional. Presidência do Conselho, 24 de Janeiro de 1973 – O Ministro da Defesa Nacional, Horácio José de Sá Viana Rebelo.» (OE/I, nº1, 31 Jan. 1973, p. 30).

(3) Habilitações e ingresso no quadro do CEM

Os oficiais apenas habilitados com o CGEM permaneciam nas suas Armas, com essa especialidade, que os habilitava ao desempenho de funções como “oficiais de informações” ou “oficiais de operações” nas unidades combatentes de maior dimensão, situação que, segundo testemunhos, era vista como pouco prestigianste, pois significava que não tinham sido considerados aptos para a fase seguinte do CCEM. De facto, só os habilitados com o CCEM podiam entrar no quadro do Corpo de Estado-Maior.

Para o ingresso definitivo no CEM exigiam-se informações favoráveis registadas durante a fase de tirocinio. Só os considerados “idóneos” pela hierarquia eram finalmente integrados no CEM.

Porém, nem todos os habilitados com o CCEM, mesmo com tirocinio, entravam de facto no quadro do CEM. Eis alguns exemplos pessoais disso: Luís Carlos Abreu Barros e Cunha em 1964 tem CCEM mas permaneceu sempre na Arma de Cavalaria; João Manuel Soares de Almeida Viana, Tenente-Coronel em 1972 tem CCEM e tirocinio, mas permaneceu na Arma de Transmissões; Mário Stoffel Martins, Major em 1973 tem CCEM mas manteve-se na Artilharia; Manuel António Lemos Ferreira Correia é Major em 1973 com CCEM mas mantém-se nas Transmissões. Com efeito, o estado de preenchimento dos quadros e as possibilidades de promoção que permitiam parece ter sido um factor determinante nestas decisões que, em última análise, cabiam aos próprios; os quadros novos criados nos anos 50 e 60 (como as Tropas de Caçadores Paraquedistas, o Serviço de Material ou a Arma de Transmissões) seriam talvez especialmente apelativos. Noutros casos, porém, a aquisição de todas as condições para ingressar no CEM chegava tarde demais, com os oficiais já promovidos a Major pela normal progressão no quadro da sua Arma, quando o ingresso no Corpo devia ser feito no posto de Capitão.

Por esta mesma ou por outra qualquer razão, houve também cinco oficiais da Aeronáutica Militar (e, depois de 1952, da Força Aérea Portuguesa) que efectuaram o curso completo de Estado-Maior, vindo averbada no seu currículo a respectiva especialidade, mas que nunca deixaram a sua Arma de origem. Foram João Peral Fernandes, José Ponte Rodrigues, Francisco Chagas, Manuel Simão Portugal e João Corte-Real, tendo alguns deles, de resto, sido professores do curso no IAEM de Caxias. O único oficial aviador que deixou o quadro da sua Arma para ingressar no CEM e depois, em 1952, largou este Corpo para entrar na FAP foi Humberto Delgado.

A classificação no final do Curso de Estado-Maior era estabelecida em graus qualitativos (como “apto” ou “distinto”), a qual tinha influência na ordem com que esses oficiais entravam no quadro do CEM e também, indirectamente, na maior ou menor rapidez com que atingiam o posto de Major, cuja promoção se baseava parcialmente no critério da “escolha”.

(4) Vantagens profissionais

Os oficiais do CEM beneficiavam, pelo menos, de duas vantagens de ordem profissional ou corporativa, relativamente aos seus camaradas das restantes Armas e Serviços. A mais imediata e palpável era a de uma *gratificação adicional* aos seus vencimentos, que oscilava entre 30 e 35% do soldo, conforme os postos da carreira. Este aliciente ficou restabelecido logo pela legislação inicial e manteve-se durante toda a existência do CEM. Assim, em 1938, um Coronel vencia 2.500\$ + 750\$ devido a essa gratificação; um Tenente-Coronel vencia 2.100\$ + 650\$; um Major vencia 1.850\$ + 650\$; e um Capitão vencia 1.500\$ + 500\$. (ID-L 28.403 de 31 Dez. 1937).

A segunda vantagem consistia em uma bonificação na *contagem da antiguidade* na carreira, factor que tinha implicações futuras nas promoções (que, em parte, se baseavam na ordem de antiguidade no posto; em parte, em processos de escolha fundamentada nas avaliações de desempenho, internamente designadas por “informações”, que todos os comandos prestavam semestralmente acerca dos oficiais sob as suas ordens). Ora, logo desde a legislação fundadora do CEM, todos os oficiais deste corpo aumentavam 2 anos à sua antiguidade no posto de Tenente; ou seja: era como se tivessem entrado para a carreira militar 2 anos mais cedo. De facto, segundo o Art.º 23º do Decreto-Lei nº 28.402 de 31 de Dezembro de 1937, «Os oficiais das diferentes armas habilitados com o Curso de Estado-Maior e julgados idóneos para o serviço respectivo antecipam dois anos a sua antiguidade no posto de Tenente.»

Segundo testemunho, este efeito foi sobretudo visível nos anos 60 e 70, já perto do final das carreiras, na ordem de chamada para o Curso de Altos Comandos (CAC), necessário para a eventual promoção ao generalato. Porém, além disto, enquanto o quadro do CEM dispunha de vagas abundantes, isto é, até finais da década de 1950, esses dois anos também influenciavam as contagens de tempo necessárias para as promoções seguintes à entrada no quadro, sobretudo a Major e a Tenente-Coronel.

Os coronéis do CEM beneficiavam ainda da prerrogativa de poderem fazer o seu “ano de comando” necessário para a frequência do CAC em regimentos diferentes da sua Arma de origem.

Além destas, havia também as distinções simbólicas, tão importantes na cultura castrense. Além dos distintivos no uniforme¹⁵ (cordões dourados pendentes do ombro direito, carcelas na gola¹⁶, estrela “de general” no boné, etc.), os oficiais do CEM tinham até 1960 direito a “impedido” (como todos os outros)¹⁷ e cavalo distribuído – o que só acontecia com os de Cavalaria e havia ocorrido com os da Artilharia montada.

Após o início da guerra em África, em 1961, uma outra vantagem adicional do CEM terá ganho peso e importância diferenciadora em relação aos oficiais da Armas. Enquanto – pelas necessidades operacionais do conflito – boa parte dos oficiais dos quadros de Artilharia e Cavalaria eram obrigados a transformar-se em “infantes”, comandando pelotões, companhias e batalhões empregues na ocupação do território ou em operações ofensivas, arrostando por isso com os riscos, os incómodos e os dramas da vida no mato, das minas, emboscadas e das baixas dos soldados directamente sob as suas ordens, os oficiais do CEM eram poupados a tais esforços¹⁸ e vistos de fora como beneficiando das confortáveis (ou, pelo menos, razoáveis)

¹⁵ Curiosamente, os modelos dos uniformes dos oficiais do Exército parece terem andado desconcentrados com as modas dominantes em cada época pois no início dos anos 40 adoptam um uniforme aberto, com gravata, “à inglesa”, e dez anos depois um dólman fechado de colarinho alto, “à alemã”.

¹⁶ Um galão dourado com palmas prateadas, em diagonal: daí a alcunha de “palmípedes” por que eram muitas vezes conhecidos.

¹⁷ Soldado do recrutamento obrigatório posto às ordens pessoais do oficial, muitas vezes abusivamente usado em seus serviços familiares e domésticos. Quando o ministro Almeida Fernandes anunciou o fim de tais mordomias, exclamou um oficial reformado adversário do regime e adepto indefectível da República, entre o ofendido e o esperançoso: «Se fizerem isso, terão uma revolução na rua!» (in João Freire, *Pessoa Comum no seu Tempo*, Porto, Afrontamento, 2007, p. 42).

¹⁸ Contudo, vários foram os oficiais já com frequência do curso de Estado-Maior (o CGEM, pelo menos) que foram comandar batalhões operacionais em Angola no início da guerra; entre eles, Henrique Oliveira Rodrigues, João Malho Ilharco ou José de Matos Neves, que posteriormente acabaram por ingressar no CEM e atingiram o posto de General; ou João Salavessa Moura já nos anos 70, que todavia nunca integrou o CEM.

instalações dos quartéis-generais e dos Estados Maiores de campanha¹⁹. Uma investigação adicional sobre o número de oferecimentos (*versus* os nomeados compulsivamente) para a frequência dos cursos de Estado-Maior, antes e depois de 1961, poderia elucidar-nos melhor a este respeito.

(5) Promoções

Embora a voz corrente fosse a de que os oficiais do CEM também tinham vantagens sobre os seus camaradas das Armas e Serviços no processo de promoções ao longo da carreira, é duvidoso que tal acontecesse e não fosse, antes, devido a um preconceito desfavorável aos oficiais deste corpo.

É certo que a legislação inicial criou incentivos para que houvesse oficiais em número suficiente e com a melhor qualidade possível interessados em trocar a sua Arma de origem por esta nova carreira. De facto, o Art.º 24º do Decreto-Lei nº 28.402 de 31 de Dezembro de 1937 estatuiu que: «Poderão ingressar no Corpo de Estado-Maior os capitães das diferentes armas legalmente habilitados e julgados idóneos para esse serviço, dentro do número de vagas existente. Os tenentes das diferentes armas com pelo menos oito anos de serviço nesse posto poderão ser promovidos ao de Capitão para o Corpo de Estado-Maior se nele houver vagas, quando estiverem julgados idóneos para esse serviço e para tal forem propostos.» Ou seja: os tenentes com 8 anos de serviço habilitados com o curso de Estado-Maior podiam ingressar no CEM logo como capitães, caso houvesse vagas, o que foi o caso durante as duas primeiras décadas de existência do CEM.

Em contrapartida, havia condições mais exigentes para a promoção a Major, a Tenente-Coronel e a Coronel para os oficiais do CEM do que para a generalidade dos outros oficiais do Exército. Pela importância deste ponto, vale a pena reproduzir o teor do Art.º 26º do Decreto-Lei nº 28.402 de 31 de Dezembro de 1937. Nele se diz que: «Para a promoção dos oficiais do Corpo de Estado-Maior ao posto imediato, por antiguidade ou por escolha, são exigidas as seguintes condições: A) Para a promoção ao posto de *Major*: 1) Ter prestado as provas de aptidão estabelecidas na lei²⁰; 2) Ter como Capitão pelo menos cinco anos de serviço efectivo em comissões privativas do Estado-Maior²¹; 3) Ter informação favorável da comissão técnica do serviço do Estado-Maior²²;

¹⁹ Tratadas jocosamente pelos oficiais das “Zl...” (Zona de Intervenção ...) como vivendo nas “ZAC” (zonas de ar condicionado).

²⁰ Provas que na altura não eram exigidas aos restantes oficiais e só mais tarde o foram, já bem depois da Segunda Guerra Mundial.

²¹ Para os restantes oficiais, era exigida uma permanência no posto de Capitão de cinco anos, dos quais quatro nas tropas da Arma.

²² Para os outros, valiam as informações periódicas dadas pelos comandos sob os quais serviam.

4) Estar no terço superior da escala²³. B) Para a promoção ao posto de Tenente-Coronel: 1) Ter como Major dois anos de serviço em comissões privativas do Estado-Maior, com louvor ou boa informação²⁴. 2) Ter informação favorável do Conselho do Estado-Maior do Exército²⁵. C) Para a promoção ao posto de Coronel: [...] Ter como oficial superior pelo menos cinco anos de serviço em comissões privativas do Estado-Maior, exercido com louvor ou muito boa informação²⁶.»

Não foi possível nesta investigação concluir com absoluta certeza sobre a questão da dispensa do Curso de Promoção para Oficial Superior (CPOS), também ministrado no IAEM, por parte dos oficiais do CEM. É, porém, seguro que até finais da década de 1940 eles tinham de se submeter ao referido curso (ou, pelo menos, a provas ou concursos para esse fim), como os demais oficiais. Essa dispensa terá possivelmente sido decidida em 1952 para os oficiais habilitados com o CGEM.

(6) Rarefacção de oficiais jovens e criação dos ‘supranumerários permanentes’

O início da guerra em Angola em 1961 veio alterar muito o processo de candidaturas à frequência dos cursos de Estado-Maior e o ingresso no quadro do CEM. A razão foi, essencialmente, devida à necessidade de enviar para aquele teatro de operações um grande número de capitães (e também de majores e tenentes-coronéis) para comandar as subunidades e unidades do Exército aí empenhadas, tal como em breve também aconteceu na Guiné e em Moçambique²⁷. Esta mobilização de meios rarefez rapidamente o leque de potenciais candidatos à frequência dos cursos e ao preenchimento das vagas do quadro nos postos de Capitão e de Major. Atente-se então ao que, de acordo com as informações publicadas anualmente nas *Listas de Antiguidade*, era a situação na “parte de baixo” desse quadro orgânico:

- Em 1961 há ainda 22 capitães no quadro do CEM (que previa 40 lugares), além de 12 majores e de 1 Capitão habilitados com o CCEM mas fora do quadro (à espera de abertura de vaga) e de 2 majores e 4 capitães com CCEM em tirocínio;

²³ Tal como os restantes oficiais.

²⁴ Condições sem qualquer tipo de equivalência nas Armas e Serviços.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ Segundo testemunho, o então Tenente-Coronel Filipe Barros Rodrigues teria sido o único oficial do CEM a comandar um batalhão operacional em África, por voluntariado do próprio.

- Em 1962 já só há 2 capitães no quadro do CEM; mas existem 7 tenentes-coronéis, 10 majores e 4 capitães habilitados com o CCEM fora do quadro (esperando vaga) e 11 majores com CCEM em tirocínio;
- Em 1963 só há 4 capitães no quadro do CEM; mas estão em tirocínio 1 Tenente-Coronel, 8 majores e 11 capitães habilitados com o CCEM;
- Em 1964 só há 5 capitães no quadro do CEM, existindo em contrapartida 19 tenentes-coronéis e 24 majores possuidores do CCEM fora do quadro, por falta de vaga.

Nesta altura, perante tais desfasamentos, é feita uma alteração ao quadro orgânico do CEM, não no sentido do aumento do número total de vagas, que permanece nos 84, mas sim fundindo o quantitativo de majores e capitães. Em vez de haver 40 vagas para Capitão e 20 para Major, passa a haver 60 vagas para majores ou capitães.

No entanto, os disfuncionamentos do quadro vão persistir, uma vez que os oficiais vêm frequentar os cursos de Estado-Maior em postos mais avançados da sua carreira e se observa que, segundo a mesma fonte:

- Em 1965 só há 3 capitães no quadro do CEM, mas contam-se 19 tenentes-coronéis e 24 majores habilitados com o CCEM que permanecem fora do quadro, além de mais 3 majores e 4 capitães também possuidores do CCEM que se encontram ainda em tirocínio;
- Em 1966 não existe um único Capitão no quadro do CEM mas, em contrapartida, há 11 majores e 1 Capitão habilitados com o CCEM em tirocínio.

Nestas circunstâncias, é publicada legislação em 1966 permitindo que passem a existir no CEM “supranumerários permanentes”. Trata-se, sobretudo, de coronéis e tenentes-coronéis em excesso relativamente aos números existentes no quadro piramidal do seu corpo profissional, que são o resultado de uma translação etária, devido à guerra, que atrasava a idade e o posto em que esses oficiais estavam disponíveis para a frequência dos cursos de Estado-Maior. Esclareça-se também que, devido aos meandros e rigidez da legislação, os lugares de Estado-Maior ocupados pelos oficiais do CEM em Angola, Guiné e Moçambique não entravam na concepção do quadro orgânico deste corpo e eram exercidos como se de uma comissão extraordinária se tratasse, finda a qual podiam, ou não, regressar ao seu

quadro, ou ter que aguardar na situação de supranumerários a existência de vaga que os beneficiasse – isto, porém, sem prejuízo da sua remuneração ou contagem de tempo de serviço para a promoção ao posto seguinte. Este facto ajuda a explicar que, como já vimos atrás, em 1970 existissem 164 oficiais do CEM, embora o quadro orgânico se mantivesse nos mesmos 84 lugares da fundação.

Vejamos, contudo, o panorama evolutivo da rarefação dos postos mais baixos e da situação dos candidatos à entrada no quadro orgânico do CEM sem condições de o efectivarem, sempre de acordo com a mesma fonte:

- Em 1967 mantém-se a inexistência de qualquer Capitão no quadro do CEM, enquanto há 9 maiores e 7 capitães habilitados com o CCEM em tirocínio;
- Em 1968 continua a ausência de capitães no quadro do CEM, mas existem 11 maiores e 4 capitães com CCEM em tirocínio;
- Em 1969 há zero capitães no quadro do CEM, mas 5 maiores e 4 capitães habilitados com o CCEM encontram-se a fazer tirocínio;
- Em 1970 mantém-se os zero capitães no quadro do CEM, mas contam-se 4 maiores e 2 capitães com CCEM em tirocínio;
- Em 1971 há zero capitães no quadro e 7 maiores e 2 capitães com CCEM em tirocínio;
- Em 1972 há zero capitães no quadro do CEM, mas existem 1 Tenente-Coronel, 9 maiores e 1 Capitão habilitados com CCEM em tirocínio;
- Em 1973 continua a ausência de capitães no quadro do CEM, havendo 7 maiores e 4 capitães com CCEM em tirocínio;
- Finalmente, em 1 de Janeiro de 1974 existe 1 Capitão integrado no quadro do CEM encontrando-se 1 Tenente-Coronel e 12 maiores habilitados com CCEM em fase de tirocínio.

Analisando estes números, pode constatar-se que, em média, neste período de 1961 a 1974 existem cerca de 11 oficiais tirocinantes por ano, o que mostra não terem faltado voluntários para o ingresso no curso e habilitados para o CEM – antes pelo contrário (segundo dizem vários testemunhos), porque adiam a ida para o ultramar e evitavam o comando directo de tropas em campanha, atitude que não terá deixado de criar sentimentos de injustiça/inveja em muitos outros.

d. Modos de saída do CEM

A pertença profissional de um oficial ao CEM, sendo definitiva, não era porém vitalícia pois a eventual ascensão ao generalato (na época, ao posto de brigadeiro) implicava a saída do seu corpo de proveniência e a entrada automática no corpo de oficiais-generais do Exército, com um outro quadro próprio, como atrás já referimos. Porém, para uma parte dos oficiais do CEM, esse patamar de progressão na carreira não se concretizava e o militar era atingido pelo limite de idade ainda como membro do CEM e obrigado a passar à reserva, isto é, a deixar o serviço activo do Exército.

A Tabela 6 apresenta a distribuição estatística, em números absolutos e em percentagem, dos diversos modos de saída do CEM.

Tabela 6 - Modos de saída do CEM

Categorias	Nº	%
Por promoção a oficial general	108	31,0
Por passagem à Reserva (limite de idade)	67	19,3
Por extinção do CEM (em 1974)	159	45,7
Casos especiais (mortos, etc.)	14	4,0
Total	348	100

Fonte: Listas de Antiguidade. Projecto CEMEP/JF 2011-2013.

Como se pode observar, quase um terço do universo total dos oficiais que integraram o CEM abandonaram este corpo porque, na sua progressão profissional ascendente, atingiram o generalato. Não temos dados numéricos de comparação desta percentagem com a observada nas outras Armas mas não temos dúvidas em afirmar que elas terão sido sempre claramente inferiores a esta. Perto de metade deste universo foi atingido pela extinção do CEM decretada em 1974, na sequência da revolução política desencadeada a 25 de Abril e, já adiante, analisaremos o prosseguimento da evolução das carreiras destes oficiais. Mas, ainda assim, vale a pena acentuar que praticamente um em cada cinco dos oficiais que pertenceram ao CEM o deixaram por terem atingido o limite de idade imposto para a passagem à situação de reserva, o que geralmente aconteceu no posto de Coronel.

Deve ainda notar-se que, de acordo com as disposições legais do Estatuto dos Oficiais do Exército, as passagens à reserva podiam até acontecer antes do oficial atingir o próprio limite de idade. Era, nomeadamente, o destino

imediatamente, inapelável, de um Coronel nomeado para a frequência do Curso de Altos Comandos (igualmente feito no IAEM) que não quisesse fazer esse curso, ou desistisse durante a sua frequência, ou ainda obtivesse a classificação de “não-apto” no final do mesmo, o que aconteceu abundantes vezes.

Por último, deve saber-se que entre os 14 casos especiais de abandono do CEM se contam 9 casos de morte por doença ou acidente, 1 caso de saída para ingressar nos novos quadros da Força Aérea em 1952, 1 passagem directa à situação de reforma, 1 caso de “afastamento do serviço” (por razões político/disciplinares²⁸⁾ e 2 casos de indivíduos que, sem explicação, deixam de constar nas *Listas de Antiguidade*, sendo muito plausível que tais “desaparecimentos” tenham sido motivados igualmente por razões disciplinares, judiciais ou políticas (porque há provas de que tal se verificou em circunstâncias semelhantes nas Forças Armadas portuguesas)²⁹.

e. O culminar das carreiras dos oficiais do CEM

Vamos finalizar esta secção com a análise da distribuição – para o conjunto do nosso universo de 348 oficiais que integraram o CEM – do posto mais elevado atingido por cada um deles. A Tabela 7 resume essa informação estatística, apresentando separadamente os casos em que isso se verificou até 1974 daqueles em que o culminar das carreiras destes oficiais ocorreu já posteriormente a 1974.

Tabela 7 - Posto mais elevado atingido

Postos	Até 1974	%	Depois 1974	%	Soma	%
Generais	71	37,8	53	33,1	124	35,6
Brigadeiros	39	20,7	14	9,4	53	15,2
Coronéis	60	31,4	80	50,0	140	40,3
Tenentes-Coronéis	8	4,3	12	7,5	20	5,7
Majores	10	5,3	0	0	10	2,9
Capitães	1	0,5	0	0	1	0,3
Totais	189	100	159	100	348	100

Fonte: Listas de Antiguidade. Projecto CEMEP/JF 2010-2013.

²⁸ Na sequência dos processos abertos por motivo da invasão indiana dos territórios de Goa, Damão e Diu em 1961.

²⁹ Um destes teria, de facto, sido também consequência de acção disciplinar decorrente das operações militares na Índia em Dezembro de 1961.

Como se vê, no conjunto, eleva-se a cerca de 50% do total aqueles que ascenderam até à categoria de oficiais-generais, mais de metade dos quais ao mais elevado posto, o de General. Este número deve ser comparado com a cifra de cerca de 2% do total dos oficiais do Exército que então atingiam idêntica patente. Dos restantes oficiais do CEM, a maioria (40% do total) atingiram em final de carreira o posto de Coronel, sendo residual o número daqueles que se ficaram por escalões menos elevados. Isto mostra até que grau – do ponto de vista do interesse pessoal de cada oficial – a pertença ao CEM constituía uma perspectiva real de aceleração das promoções e de atingimento do generalato em final de carreira.

3. Altos cargos assumidos pelos oficiais do CEM

Nesta secção analisa-se qualitativamente o preenchimento de altos cargos militares e políticos por parte dos oficiais do Corpo de Estado-Maior (CEM) que constituíram o nosso universo de estudo. Naturalmente, é daqui que vamos ver emergir, de entre os 348 indivíduos que o compunham, uma espécie de “super-élite” militar que posteriormente procuraremos estudar com maior detalhe.

a. Desempenhos nos altos-comandos militares

A noção de “alto comando” é talvez tecnicamente pouco precisa mas serve os nossos intuitos analíticos de tentar compreender o alcance do poder e da influência adquiridos pelo CEM dentro do Exército e mesmo nas Forças Armadas portuguesas. Isso será feito seguidamente através da consideração de cinco tipos das mais altas funções existentes nas estruturas militares, bem como da forma mais honrosa de consagração dos seus melhores desempenhos. O arco temporal considerado inicia-se em 1938, corre naturalmente até 1974 (quando é extinto o CEM), mas prolonga-se para além desse marco para observar o prosseguimento das carreiras profissionais de alguns dos membros mais recentes do Corpo em estudo.

(1) Chefia do Exército

Como já foi evocado, o chefe máximo das forças terrestres nacionais designa-se por Major-General do Exército até 1950 e por Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) depois dessa data.

O cargo foi ocupado sucessivamente pelos generais Júlio Morais Sarmento (1935-40), Carlos Pereira dos Santos (1940-44), Aníbal Passos e

Sousa (1944-1950), José Barros Rodrigues (1950-56), Frederico Lopes da Silva (1956-58), José Beleza Ferraz (1958), Luís Câmara Pina (1958-1969), Alberto Andrade e Silva (1969-1971), António Augusto dos Santos (1971-72) e João Paiva Brandão (1972-74). Todos haviam sido oficiais do CEM, com excepção dos dois primeiros, os quais, todavia, eram oficiais habilitados com idêntico curso ou provinham do anterior Serviço do Estado-Maior (SEM) e só por razão de idade e posto em que se encontravam já não incorporaram em 1938 o novo CEM.

Mesmo após a revolução de 25 de Abril de 1974, entre os 15 generais que até 2010 ocuparam o cargo, 8 deles haviam integrado o nosso universo do CEM – casos de Jaime Silvério Marques (CEME em 1974), Vasco Rocha Vieira (1976-78), Pedro Gomes Cardoso (1978-1981), Jorge Salazar Braga (1983-86), Mário Firmino Miguel (1987-1991), José Loureiro dos Santos (1991-92), Octávio Cerqueira Rocha (1992-97) e Gabriel Espírito Santo (1997-98) – contra 7 que não tinham conhecido tal percurso profissional, a saber: Carlos Fabião (CEME em 1974-75), António Ramalho Eanes (1975-76), Amadeu Garcia dos Santos (1981-83), António Martins Barrento (1998-2001), José Silva Viegas (2001-2003), Luís Valença Pinto (2003-2006) e José Pinto Ramalho (nomeado em 2006 e que ainda se encontrava em funções em 2010). Note-se, porém, que: o General Martins Barrento possuía o CCEM do antigo CEM que só não integrou por ter sido apanhado pelos processos extraordinários de 1974, que o extinguíram; o General Silva Viegas havia feito o CGEM mas não prosseguira por motivo de doença e frequentou em 1982-83 um Curso de Técnica de Estado-Maior, o primeiro realizado após a revolução; e que os generais Valença Pinto e Pinto Ramalho atingiram esse alto cargo do Exército sendo possuidores do curso de especialização em “Estado-Maior” recriado nos anos 80.

Daqui se pode concluir que, no período estudado de 1938-1974, a função de chefe máximo do Exército foi, praticamente, um monopólio dos oficiais oriundos do CEM. E que, após as reformas orgânicas empreendidas depois de 1974, esses mesmos oficiais ainda mantiveram alguma prevalência no acesso a esse cargo cimeiro.

(2) Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

Este cargo apenas foi criado em 1950, traduzindo as inovações sugeridas após a Segunda Guerra Mundial. O seu preenchimento obedeceu sempre, não apenas a critérios de confiança política do Ministro da Defesa Nacional e do próprio Governo, mas também a alguma forma de retribuição equitativa entre os três ramos das Forças Armadas.

Até à revolução de Abril de 1974, o cargo de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) foi sucessivamente ocupado por: General Aníbal Passos e Sousa (1950-51); Vice-Almirante Ortins de Bettencourt (1951-55); e Generais Júlio Botelho Moniz (1955-58), Bezeira Ferraz (1958-1961), Manuel Gomes de Araújo (1961-62), General da Força Aérea Venâncio Deslandes (1962-1972), Francisco da Costa Gomes (1972-74) e Joaquim Luz Cunha (1974). Tirando os oficiais da Armada e da Força Aérea, todos os restantes titulares do cargo foram generais do Exército oriundos do CEM.

Depois da revolução, ocuparam o lugar de CEMGFA os Generais Francisco da Costa Gomes (de novo, em 1974-76), Ramalho Eanes (1976-1981), Nuno Melo Egídeo (1981-84), Lemos Ferreira (da Força Aérea, em 1984-89), Soares Carneiro (1989-1994), Almirante Fuzeta da Ponte (1994-98), Gabriel Espírito Santo (1998-2000), Alvarenga Sousa Santos (da Força Aérea, 2000-2002), Almirante José Mendes Cabeçadas (2002-2006) e Valença Pinto (nomeado em 2007 e em funções em 2010). Aqui, pesando naturalmente o factor da extinção demográfica, ameniza-se muito a presença de oficiais oriundos do antigo CEM, ainda assim representado pelas figuras de Costa Gomes, Melo Egídeo e Espírito Santo.

(3) Comandantes-Chefes dos Teatros de Operações

Esta foi uma novidade absoluta inaugurada pela resposta pelas autoridades governamentais portuguesas perante o eclodir de conflitos independentistas nos territórios de além-mar, no quadro geral dos movimentos de descolonização do segundo pós-guerra.

O caso do Estado Português da Índia foi ainda pouco típico, tanto porque a ameaça tornada presente desde 1954 tinha principalmente uma natureza de resistência pacífica não-violenta (*satyagrah*, de inspiração gandhiana) embora tenha terminado por um episódio de guerra convencional no final de 1961, como também porque não existia no território qualquer componente da defesa aérea. Assim, o governador-geral empossado também com poderes de Comandante-Chefe em 1958, Vassalo e Silva, assemelhava-se mais aos poderes que desde sempre os governadores coloniais haviam assumido em tempo de crise do que à nova figura do Comandante-Chefe das Forças Armadas que, a partir de 1961, iria surgir em Angola, em Moçambique e na Guiné. Note-se, contudo, que o General Vassalo e Silva não era oriundo do CEM.

Em Angola, o cargo de Comandante-Chefe (assessorado por um “Estado-Maior conjunto”, inter-ramos) foi sucessivamente desempenhado

pelos Generais Monteiro Libório e Carlos Silva Freire (interinos, em 1961), Venâncio Deslandes (da Força Aérea, em 1961-62), Holbeche Fino (1962-63), Andrade e Silva (1963-65), Amadeu Soares Pereira (1965-67), Almeida Viana (da Força Aérea, em 1967-1970), Costa Gomes (1970-72) e Joaquim Luz Cunha (1972-74). Freire, Andrade e Silva, Costa Gomes e Luz Cunha provinham do CEM, mas não os restantes três oficiais do Exército, o que mostra uma situação de quase paridade entre oriundos daquele Corpo e provenientes das Armas (tendo em conta a presença também de dois oficiais de um outro ramo, a Força Aérea).

Em Moçambique, foram Comandantes-Chefes sucessivamente o Contra-Almirante Sarmento Rodrigues (1961-64), o General da Força Aérea Costa Almeida (1964-68) e os Generais António Augusto dos Santos (1968-1970), Kaulza de Arriaga (1970-73) e Tomás Basto Machado (1973-74). Neste caso, descontando os oficiais dos outros ramos (que eram cumulativamente Governadores-Gerais da província), os generais do Exército que exerceram a função tinham todos no seu currículo o facto de terem pertencido ao CEM. Ou seja: monopolizaram a função no campo do Exército.

De notar que, inicialmente, a orientação governativa prevalecente para a nomeação do Comandante-Chefe nas províncias ultramarinas de Governo-Geral terá sido a de concentrar na mesma pessoa, sempre um oficial general das Forças Armadas, os cargos de Governador-Geral e de Comandante-Chefe. Porém, no caso de Angola e decerto por razões políticas e pessoais, esta prática foi de curta duração porque, com o afastamento de Deslandes e a nomeação de Silvino Silvério Marques (então apenas Tenente-Coronel do CEM) para Governador-Geral, há separação entre os dois cargos logo a partir de 1962, o que em Moçambique só aconteceu de 1968 em diante.

Finalmente, na Guiné, província de governo simples (sem subdivisões distritais), o primeiro Comandante-Chefe nomeado é o Brigadeiro, depois General, Fernando Louro de Sousa (1963-64), seguindo-se os Generais Arnaldo Schultz (1964-68), António de Spínola (1968-1973) e José Bettencourt Rodrigues (1973-74), estes acumulando a função com o cargo de Governador da província. Com excepção de Spínola, os restantes três eram oficiais oriundos do CEM.

Sintetizando grosseiramente, pode dizer-se que, em relação a estes três teatros de operações onde se desenvolveram campanhas militares prolongadas integrando a acção combinada dos três ramos, os Comandantes-Chefes oriundos do CEM se encontraram em situação de grande destaque, em paridade aproximada, monopólio ou clara maioria em relação aos seus

camaradas oriundos das Armas ou dos outros ramos das Forças Armadas. O que mostra a sua proeminência em tais contextos, mesmo para além das fronteiras institucionais do Exército.

(4) Comandantes Militares dos Teatros de Operações

Pelas mesmas razões de condução da política militar e das operações bélicas nesses três territórios, na década de 1960 e até 1974, importa identificar também os oficiais que aí desempenharam os cargos de Comandantes Militares (quer dizer, do Exército).

O cargo de Comandante Militar de Angola (ou de Comandante da Região Militar de Angola) repartiu-se entre 6 Generais oriundos do CEM – Silva Freire (1961), Barreira Antunes (1965-68), Aires Martins (1969-1970), Ernesto de Oliveira e Sousa (1970-72), Joaquim da Luz Cunha (1972) e Francisco Rafael Alves (1972-74) – e 5 Generais provenientes das Armas: Monteiro Libório (em funções desde 1959 até 1961), Holbeche Fino (1961-63), Reverendo da Conceição (1963-65), Amadeu Soares Pereira (1965) e Edmundo da Luz Cunha (1968-69).

Como Comandante Militar de Moçambique (ou Comandante da Região Militar de Moçambique) estiveram 3 Generais oriundos do CEM – Paiva Brandão (1967), Costa Gomes (1968-69) e Kaulza de Arriaga (1969-73, parcialmente em acumulação com o cargo de Comandante-Chefe) – e 4 que provinham das Armas combatentes: Nascimento e Silva (em funções desde 1959 até 1962), João Caeiro Carrasco (1962-65, enfrentando o início da guerra), Emílio Moura dos Santos (1965-67) e Delgado e Silva (1973-74).

O Comando Territorial Independente da Guiné foi assumido, a partir do início da guerra em 1963, por 5 oficiais que tinham feito carreira no CEM – Louro de Sousa (em 1963-64, acumulando com o cargo de Comandante-Chefe), Anselmo Guerra Correia (1965-66), Eugénio Castro Nascimento (1969-70), Alberto Banazol (1972-73) e Manuel Leitão Marques (1973-74) – e por outros 5 oficiais provenientes das Armas: Gaspar Sá Carneiro (1964), Reimão Nogueira (1966-67), Novais Gonçalves (1967-69), Mendonça Ramires (1970-74) e Tavares de Figueiredo (1974-72).

Dada a natureza administrativa mas sobretudo operacional destes cargos, no período considerado, a sua relevância é indiscutível como comandos superiores de tropas em campanha. E aqui encontramos, no cômputo geral, uma situação de aproximada paridade entre oficiais gerais oriundos do CEM e todos os outros que prosseguiram as suas carreiras normais nas Armas de origem.

(5) Outros cargos de grande responsabilidade

Não nos foi possível realizar um levantamento sistemático e comparativo quanto ao preenchimento de outros cargos militares de responsabilidade, entre oficiais do CEM e oficiais das outras Armas.

Porém, de maneira muito aproximativa, pode-se dar-se uma ideia dessa repartição de cargos, por blocos homólogos de funções, responsabilidades e formas de provimento, no período considerado.

Se nos referimos aos *altos comandos do Exército* ainda aqui não considerados, podemos talvez dizer que os lugares de topo de Vice-Chefe e de Sub-Chefe do Estado-Maior do Exército, de Ajudante-General do Exército, de Administrador-Geral ou Quartel-Mestre-General do Exército e de Director do Instituto de Altos Estudos Militares terão sido quase sempre monopolizados por generais oriundos do CEM.

Pelo contrário, os cargos de *Comandante da Escola Militar* (posteriormente, Escola do Exército e Academia Militar), os *Directores das Armas* e os *Comandantes das Regiões Militares* (que foram 5 até 1959, se reduziram então para 3 e acabaram por estabilizar em 4, com sedes no Porto, Coimbra, Lisboa e Évora) foram quase sempre assumidos por generais provenientes da Armas (sobretudo Infantaria, Artilharia e Cavalaria) e só raramente por oficiais que tivessem feito o principal da sua carreira no CEM. Note-se que os comandos das Regiões Militares do continente eram vistos como lugares de especial confiança política do ministro da tutela (para o caso de uma intervenção militar em socorro do regime vigente) e também a curiosidade de um dos poucos generais oriundos do CEM que exerceu tais funções – António Meira e Cruz – se ter posto do lado dos que em Abril de 1961 tentaram afastar Salazar do poder.

Se considerarmos agora os *comandos operacionais de zona e de sector* nos teatros de operações ultramarinos entre 1961 e 1974, a estimativa é mais difícil de fazer, devido à dificuldade de acesso às fontes e à variabilidade que assumiram tais estruturas, em função da evolução da guerra. Tendo, porém, em conta alguns casos conhecidos, pode talvez pensar-se que, nestas funções, os oficiais oriundos do CEM tenham estado em minoria, mas não muito distantes da paridade, em relação aos oficiais provenientes das Armas.

Existem ainda outras funções, de menor relevo hierárquico ou funcional, para as quais pode ser significativa esta aproximação, em termos de concorrência entre oficiais do CEM e das restantes Armas do Exército.

No que toca aos *adidos militares* junto das representações diplomáticas de Portugal em países estrangeiros (que eram, essencialmente, Espanha, França, República Federal Alemã, Reino Unido, Estados Unidos da América, Brasil e República da África do Sul), bem como nas estruturas da NATO, existiu sempre um quase-monopólio dos oficiais do CEM (geralmente tenentes-coronéis) para o preenchimento de tais lugares.

Quanto à *frequência de cursos no estrangeiro*, a sua descontinuidade e fragmentação por matérias e áreas de especialização profissional tornam difícil uma avaliação naqueles termos, mesmo grosseira. Em todo o caso, é provável que os oficiais do CEM assegurassem uma maioria expressiva do total desses contingentes.

Finalmente, uma situação com alguma singularidade ocorria quanto ao *processo de nomeação para a frequência do Curso de Altos Comandos (CAC)*, condição indispensável para um eventual acesso ao generalato. É que, chegados a este ponto de progressão na carreira, os coronéis em posição mais adiantada nos seus respectivos quadros orgânicos deviam realizar um “ano de comando” à frente de unidades militares de escalão regimental, para cumprir uma das condições exigidas estatutariamente para poderem ser nomeados para a frequência do CAC. Ora, nestas circunstâncias, os oficiais do CEM como que regressavam temporariamente às suas Armas de origem, em concorrência com aqueles coronéis que nunca de lá tinham saído, para efeitos dessa nomeação (que, em princípio e logicamente, devia ocorrer em unidade da sua Arma de origem). Acontecia que os lugares de comando das unidades podiam ser escassos para os interessados³⁰, dando lugar a uma gestão delicada da Direcção do Serviço de Pessoal e das Direcções das Armas onde certamente não deixaria de haver jogos de influência, apadrinhamentos, pequenas vinganças e rivalidades pessoais. E, em alguns casos, houve coronéis do CEM a comandar unidades diferentes da sua Arma de origem, que se adivinha terem levantado fortes reticências. Por fim, deve dizer-se que as exigências de realização destes cursos eram grandes e as consequências gravosas e quase definitivas, pois a passagem à reserva era imediata em caso de desistência ou não aprovação. Não consta que os oficiais oriundos do CEM beneficiassem de qualquer favoritismo, relativamente aos demais, pelo facto dos professores do IAEM serem, praticamente todos eles, antigos membros do Corpo. Mas, pela sua melhor preparação e conhecimento das matérias

³⁰ Grosso modo, na década de 1950, existiam no território continental 16 regimentos de Infantaria, 8 de Artilharia, 7 de Cavalaria e 2 de Engenharia, além das Escolas Práticas das Armas (que contavam para o mesmo fim) e de uma dezena de batalhões independentes de Caçadores, que também serviam estes propósitos dos oficiais de Infantaria, de longe os mais numerosos.

em estudo, é quase certo que obtivessem geralmente menores quotas de desistência e melhores resultados nas avaliações escolares dos que os seus outros camaradas/rivais.

Resta-nos um último tópico de análise, não já da ocupação de cargos e funções de responsabilidade, mas antes da maneira como a Nação premiou os seus mais relevantes desempenhos. A escolha de um indicador como a concessão da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, impõe-se naturalmente, já pela alta consideração em que era tida no meio castrense (e mesmo na sociedade civil), já pela raridade da sua atribuição em épocas mais recentes³¹. É certo que considerações de ordem política governamental sempre se intrometeram nas escolhas para a sua concessão³². Mas não deixa de ser significativo que entre os 8 generais agraciados com esta condecoração pelo modo como conduziram as operações de guerra em África, 5 fossem homens oriundos do CEM – Silva Freire (1962, Angola), Andrade e Silva (1964, Angola), Arnaldo Schultz (1968, Guiné), António Augusto dos Santos (1969, Moçambique) e Costa Gomes (1972, Angola) – contra 3 que o não eram: Holbeche Fino (1962, Angola), Venâncio Deslandes (1962, Angola) e António de Spínola (1973, Guiné),

b. Desempenhos políticos no Estado

Entre 1936 e 1974, vários militares do CEM ou generais que haviam feito carreira no mesmo Corpo desempenharam cargos políticos de relevo em Portugal. Nenhuma obrigação disciplinar ou de serviço a tal os constrangia e todos os que o aceitaram fizeram-no voluntariamente, decerto por uma pluralidade de motivos: adesão forte aos princípios ideológicos do Estado Novo ou admiração pela sua liderança; ambição pessoal; forma de servir o país com poderes de uma outra amplitude; desejo de agradar aos seus chefes militares; receio de represálias pela recusa de um convite; etc.

Vamos seguidamente procurar identificar os oficiais do CEM que estiveram nestas circunstâncias, segundo quatro patamares diferenciados de comprometimento político.

(1) Ministros

Era uma tradição antiga o Ministro do Exército (Ministro da Guerra até 1950) ser um militar. Assim se manteve durante toda a vigência do Estado

³¹ Nas últimas guerras de Portugal em África, entre 1961 e 1974, ela foi atribuída 39 vezes. No período da Grande Guerra e da República registaram-se mais generosas atribuições. Mas deve saber-se que entre 1833 e 1910 foram 5.664 os agraciamentos com um qualquer dos graus desta Ordem.

³² Por exemplo, o governo da Ditadura Militar atribuiu ao doutor Oliveira Salazar a ‘Torre e Espada’ pelo seu contributo pessoal para a regeneração pátria.

[illegible][illegible]

³³ Em governos pinheiro Azevedo.

O Corpo de Estado-Maior do Exército Português chegou e Queda estava habilitado com o CCEM, só não chegando antes das transformações ocorridas em 1974.

Quanto a outros militares do Exército que tenham sido CEM devido às registam as breves gerências do Capitão de Cavalaria Antonino Gomes e do Tenente-Coronel do Serviço de Administração Militar Henrique Pinheiro da Ditadura Militar para o novo regime), a nomeação do então Tenente-Coronel do CEM Júlio Botelho Moniz para chefiar o mesmo ministério entre 1944 e 1947; a chefia pelo Capitão de Cavalaria Teófilo Duarte (um "homem do regime" que já havia dirigido a polícia política) do Ministério das Colónias entre 1944 e 1950; a prolongada gestão do Ministério das Comunicações pelo então Tenente-Coronel do CEM Gomes de Araújo a partir de 1947 e que durará até 1958; e o Ministério do Interior em 1958-1961³⁴.

(2) Outros membros do governo

Como Subsecretários de Estado ou Secretários de Estado, dependentes de um ministro, foi em exclusivo nas pastas militares que se registou a presença de oficiais do Exército nestas funções governativas ao longo do todo o período do Estado Novo. Dos 14 oficiais que desempenharam tais funções, "crutamento" que os oficiais deste Corpo constituíam para os responsáveis do Governo efectuarem as suas escolhas. Seguimos com a sua identificação.

Os Subsecretários de Estado da Guerra (do Exército, a partir de 1950) foram sucessivamente o então Capitão Santos Costa (entre 1936 e 1944, de facto governando o ministério, sob a tutela formal de Salazar), Gomes de Araújo (1944-47), Lopes da Silva (1947, por curtos meses), Sá Viana (1950-56), Almeida Nandes (1956-58), Costa Gomes (1958-61), João António Pinheiro (1962-1970) e Filipe da Fonseca (de Cavalaria, morto aquando do assalto político ao calação no período politicamente crítico de 1961-62 dos oficiais das Armas I de Beja em 1 de Janeiro de 1962) e Vítor Novais Gonçalves (de Artilharia, sucedeu durante os meses seguintes).

³⁴ 5 de Abril de 1974 o Coronel Manuel da Costa Braz (habilitado com o CCEM, embora não integrado o CEM) foi Ministro da Administração Interna em vários governos, provisórios e permanentes.

Uma sociografia dos oficiais do Corpo de Estado-Maior do Exército Português (1938-1974)

Por seu lado, o então Tenente-Coronel do CEM Kaulza de Arriaga assume o cargo de Subsecretário de Estado da Aeronáutica (sob a tutela do Ministro da Defesa Nacional, isto é, de Santos Costa) em 1955, exercendo-o até Abril de 1961, altura em que, devido ao seu comportamento político leal ao chefe do governo, é ascendido à categoria de Secretário de Estado da Aeronáutica, desempenhando esta função até 1962³⁵.

Ocorreu também que durante o período em que o General Sá Viana Rebelo acumulou os cargos de Ministro da Defesa Nacional e Ministro de Exército, entre 1970 e 1973, tivesse existido o lugar de Secretário de Estado do Exército (com mais vastas competências delegadas pelo ministro), o qual foi igualmente preenchido sucessivamente por dois outros oficiais oriundos do CEM: José de Oliveira Vitoriano (1970-72) e José Alberty Correia (1972-73).

Estes dados só podem confirmar a conclusão supra da forte apetência das escolhas governamentais de oficiais com esta formação para o exercício de tais cargos políticos.

(3) Governadores ultramarinos

Pudemos realizar o levantamento de todos os titulares destes importantes cargos (com exceção dos interinos) desde 1938 até Abril de 1974, que corresponde ao período de existência do CEM.

Para as *províncias de Governo-Geral*, encontramos o seguinte panorama de escolhas político-administrativas, sempre da responsabilidade do governo de Lisboa.

Em Angola regista-se a presença de 2 governadores que eram então oficiais do CEM – Sá Viana Rebelo (1956-59) e Silvino Silvério Marques (1962-66) – contra 11 que eram militares de outras Armas ou ramos, ou então civis³⁶.

Em Moçambique não se observou no referido período a existência de qualquer governador-geral que tivesse sido oficial do CEM³⁷.

Da mesma forma, nenhum dos governadores-gerais do Estado Português da Índia foi oficial do CEM³⁸.

³⁵ A partir daqui, todos os titulares deste departamento foram oficiais-generais da Força Aérea.

³⁶ Foram: Lopes Mateus (1935-39), Manuel Marques Mano (1939-1941), Abel Sotto Maior (1941-42), Álvaro de Freitas Morna (1942-43), Manuel Figueira (1943), Vasco Lopes Alves (1943-47), José Silva Carvalho (1947-55), Álvaro Silva Tavares (1959-1961), Venâncio Deslandes (1961-62), Rebocho Vaz (1966-1972) e Fernando Santos e Castro (1972-74).

³⁷ Foram dez: José Pereira Cabral (1926-38), NN (1938-1940), José Bettencourt (1940-47), Gabriel Teixeira (1947-1958), Pedro Correia de Barros (1958-1961), Sarmento Rodrigues (1961-64), Costa Almeida (1964-68), Baltazar Rebelo de Sousa (1968-1970), Arantes e Oliveira (1970-72) e Pimentel dos Santos (1972-74).

³⁸ Exerceram o cargo os cinco seguintes: José Pereira Cabral (1938-1945), José Ferreira Bossa (1946-47), Fernando de Quintanilha e Mendonça Dias (1948-1952), Bénard Guedes (1952-58) e Vassalo e Silva (1958-61).

Vejamos agora o que se passou nas *províncias de Governo simples*.

Em Cabo Verde existiram 2 governadores que eram então oficiais do CEM – Silvino Silvério Marques (1958-1962) e António Lopes dos Santos (1970-74) – face a 8 que nada tiveram a ver com tal Corpo³⁹.

Na Guiné, verifica-se a presença de 2 governadores que eram oficiais oriundos do CEM – Schultz (1964-68) e Bettencourt Rodrigues (1973-74) – frente a 9 militares com outras formações ou personalidades civis⁴⁰.

Na província de S. Tomé e Príncipe apenas se observou a existência de 1 oficial do CEM – Francisco Pires Barata (1953-57) – enquanto todos os restantes foram personalidades distantes de uma tal condição⁴¹.

Em Macau houve 2 governadores que eram, à época, oficiais integrados no CEM – Jaime Silvério Marques (1959-1962) e Lopes dos Santos (1962-66) – contra 6 governadores que nada tinham a ver com esse Corpo do Exército⁴².

Finalmente, em Timor existiram também 2 governadores que eram oficiais oriundos do CEM – José Alberty Correia (1963-67) e José Valente Pires (1967-1971) – ao passo que os restantes 7 eram pessoas estranhas a tal percurso profissional⁴³.

Destes repertórios é fácil concluir que foi sempre muito minoritária a presença de oficiais do CEM à cabeça dos governos dos territórios ultramarinos. Tirando um punhado de figuras, algumas das quais até rodaram por mais de um território, pode pensar-se que não seria “vocação” dos oficiais do CEM a missão de administração ultramarina, ou porque não estavam para ela preparados, ou porque isso os distraía dos cenários de guerra clássica que constituíram durante muito tempo o fundamental da sua formação e do seu interesse profissional.

³⁹ Ei-los: Amadeu Figueiredo (1931-1941), José Ferreira Martins (1941-43), João Figueiredo (1943-49), Carlos Roçadas (1949-1953), Manuel Amaral (1953-57), Peixoto Correia (1957-58), Sacramento Monteiro (1962-1970) e Basílio Seguro (1974).

⁴⁰ Foram: Luís Carvalho Viegas (1932-1940), Ricardo Monteiro (1941-45), Sarmento Rodrigues (1945-49), Raimundo Serrão (1949-1953), Diogo Melo e Alvim (1954-56), Silva Tavares (1956-58), Peixoto Correia (1958-1962), Vasco Rodrigues (1962-1964) e António de Spínola (1968-1973).

⁴¹ Foram os seis seguintes: Ricardo Monteiro (1933-1941), Amadeu Figueiredo (1941-45), Carlos Gorgulho (1945-1953), Manuel Abrantes Amaral (1957-1963), Silva Sebastião (1963-1971) e Cecílio Gonçalves (1971-74).

⁴² Eis os seus nomes: Artur Tamagnini Barbosa (1937-1940), Gabriel Teixeira (1940-46), Albano de Oliveira (1947-1951), Joaquim Marques Esparteiro (1951-57), Pedro Correia de Barros (1957-59) e Nobre de Carvalho (1966-1974).

⁴³ Ei-los: Raul Mendes Cruz (1934-37), Álvaro Fontoura (1937-1940), Manuel Ferreira de Carvalho (1940-45, suportando a ocupação japonesa), Óscar Ruas (1945-1950), César Rosa (1950-59), Filipe Themudo Barata (1959-1963) e Francisco Alves Aldeia (1972-74).

(4) Outros desempenhos políticos

É para nós muito arriscado aventurarmo-nos pelo tema dos envolvimento políticos dos oficiais do CEM, para além dos já analisados, por não ter sido podido fazer uma pesquisa sistemática dos mesmos.

Por isso, apenas podemos deixar aqui, de forma superficial e exploratória, umas breves notas aproximativas sobre a matéria.

No que diz respeito a cargos de representação política nacional, apenas respigámos o caso conspícuo do oficial do CEM Horácio de Sá Viana Rebelo como deputado da União Nacional (partido único) à Assembleia Nacional pelo distrito de Leiria em três legislaturas consecutivas, de 1945 a 1957, e quatro outras presenças mais episódicas de oficiais oriundos do mesmo Corpo no órgão legislativo nacional: Abílio Passos e Sousa, Câmara Pina, Paiva Brandão e Manuel Sousa Menezes.

Quanto à função de procurador à Câmara Corporativa, identificámos a presença neste órgão dos seguintes oficiais já em final de carreira mas oriundos do CEM: Barros Rodrigues, Gomes de Araújo, Júlio Botelho Moniz, Beleza Ferraz, Câmara Pina, Paiva Brandão e Andrade e Silva – ficando porém pouco claro se, ao menos em alguns casos, não cumpriram estas funções de representação profissional por inerência do cargo militar que então desempenhavam.

Não obtivemos notícia de que algum oficial do CEM tivesse sido nomeado governador civil distrital, que era um cargo de grande confiança política do governo.

Finalmente, também não consta que tivesse havido algum General oriundo do CEM a desempenhar as funções de Comandante-Geral das forças militarizadas que eram então a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Fiscal e a Legião Portuguesa (Organização Civil do Território) ou de Director da polícia política (PVDE/PIDE/DGS)⁴⁴.

Apesar da fragilidade deste bosquejo, parece certo ter sido escassa a apetência dos oficiais do CEM pelo desempenho destes cargos políticos, não directamente conotados com o alto comando de estruturas militares.

c. Actividades civis

Apesar da regra da exclusividade de funções, os oficiais das Forças Armadas podiam ser autorizados a exercer determinadas actividades civis,

⁴⁴ Esta foi sempre dirigida por “oficiais-políticos” de baixa patente como Agostinho Lourenço, Silva Graça ou Silva Pais.

inclusivamente com remuneração. Estavam neste caso sobretudo os médicos e os engenheiros (incluindo alguns do CEM), que daí sempre retiravam treino profissional e algum rendimento. Em determinadas circunstâncias, também oficiais eram autorizados a assumir funções como professores do ensino público ou particular. Como actividades civis não-remuneradas, havia sobretudo os casos de dirigentes de entidades associativas (científicas, culturais, desportivas ou recreativas) – sempre mediante autorização do superior hierárquico.

Apenas uma análise biográfica exaustiva dos 348 indivíduos que integraram o CEM poderia permitir uma despistagem de casos destes e a sua apreciação rigorosa – o que sempre esteve fora do alcance desta investigação.

Pela pesquisa biográfica de um número restrito dos mais proeminentes membros deste Corpo, apenas encontrámos alguns poucos casos de maior relevância, como o de Sá Viana Rebelo como presidente do Sporting Clube de Portugal (em 1963-64) ou o de Câmara Pina que na década de 1970 chegou a presidir à Academia das Ciências de Lisboa. Porém, vale a pena lembrar que algumas destas figuras de topo vieram a ser contempladas em final de carreira com o exercício de cargos bem remunerados em conselhos de administração de grandes empresas (eléctricas, siderurgia, etc.), incluindo a sua presidência, mesmo em casos em que, por razões políticas, tais militares se haviam tornado algo críticos das posições do governo.

4. A “super-elite” do CEM

A identificação do desempenho dos principais cargos militares e políticos nacionais por oficiais do Corpo de Estado-Maior (CEM) permitiu avançar para um aprofundamento da análise aqui perseguida. Procedeu-se então à selecção daqueles que, durante o período do Estado Novo, participaram no governo como ministros, foram governadores-gerais de província ultramarina ou, como militares, assumiram um dos seguintes cargos: Major-General ou Chefe do Estado-Maior do Exército (isto é, o “número um” do ramo); Chefe do Estado-Maior General da Forças Armadas; e Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola, Moçambique ou Guiné (durante o período das campanhas dos anos 60/70).

Assim se configurou uma lista de 24 personalidades, que poderemos considerar como sendo a “super-elite” do Exército português, a qual segue agora sequenciada pela ordem cronológica em que acederam ao generalato ou ao cargo que lhes justificou essa categorização analítica⁴⁵. Abílio Passos

⁴⁵ Nomes simplificados por que eram geralmente conhecidos, que manteremos seguidamente nestas análises. O nome próprio figura aqui entre parêntesis para facilitar a sua pesquisa na base-de-dados, que se encontra ordenada segundo os nomes completos dos oficiais.

e Sousa; (Fernando dos) Santos Costa; Aníbal Passos e Sousa; (José) Barros Rodrigues; (Adolfo) Abranches Pinto; (Frederico) Lopes da Silva; (Júlio) Botelho Moniz; (Manuel) Gomes de Araújo; (José) Bezeza Ferraz; (Luís) Câmara Pina; (Carlos) Silva Freire; (Afonso) Almeida Fernandes; (Alberto) Andrade e Silva; (Horácio) Sá Viana Rebelo; António Augusto dos Santos; Arnaldo Schultz; Kaulza de Arriaga; (Fernando) Louro de Sousa; Joaquim Luz Cunha; (José) Bettencourt Rodrigues; (João) Paiva Brandão; Silvino Silvério Marques; (Francisco) Costa Gomes; e (Tomás) Basto Machado. Com excepção do primeiro, que se ficou pela patente de Coronel (mas foi Ministro da Guerra entre 1934 e 1936) e um outro que ficou em Brigadeiro, todos os restantes atingiram o posto de General, alguns deles em idade excepcionalmente baixa para o panorama da época.

Outros oficiais mereceriam decerto pertencer a esta lista. Ainda equacionámos, numa segunda prioridade, aqueles que também integraram algum governo do Estado Novo, que foram governadores coloniais (de províncias de governo simples) ou comandantes militares (quer dizer, das forças terrestres) nos teatros de operações de Angola, Guiné e Moçambique. Eram mais 15 personalidades, que acabámos por não integrar nesta fase da análise, por insuficiência de informação acerca da maior parte delas, tendo em conta a metodologia seguida. Ei-las: Aires Martins (General, Comandante Militar de Angola em 1969-70); José Alberty Correia (General, Governador de Timor em 1963-67 e Secretário de Estado do Exército em 1972-73); Alberto Banazol (Brigadeiro, Comandante Territorial Independente da Guiné em 1972-73); Manuel Barreira Antunes (General, Comandante Militar de Angola em 1965-68); Anselmo Guerra Correia (Brigadeiro, Comandante Territorial Independente da Guiné em 1965-66); João António Pinheiro (General, Subsecretário de Estado do Exército em 1962-70); Manuel Leitão Marques (Brigadeiro, Comandante Territorial Independente da Guiné em 1973-74); António Lopes dos Santos (General, Governador de Macau em 1962-66 e de Cabo Verde em 1970-74); Eduardo Castro Nascimento (Brigadeiro, Comandante Territorial Independente da Guiné em 1969-70); Ernesto Oliveira e Sousa (General, Comandante Militar de Angola em 1970-72); José Oliveira Vitoriano (General, Secretário de Estado do Exército em 1970-72); Francisco Rafael Alves (General, Comandante Militar de Angola em 1972-74); José Valente Pires (General, Governador de Timor em 1967-71); Carlos Viana de Lemos (Coronel, Subsecretário de Estado do Exército em 1973-74); e Jaime Silvério Marques (General, Governador de Macau em 1959-62).

E outros mais haveria a considerar, pelos seus desempenhos relevantes em áreas como as relações internacionais (adidos às embaixadas, missões ao estrangeiro, alianças externas, frequência de cursos) ou o exercício das suas funções específicas de Estado-Maior ou de comandos superiores do Exército (chefes do Estado-Maior de grandes unidades ou regiões militares, chefes de Repartição no Estado-Maior do Exército, comandos de zona e de sector nas campanhas de África, etc.). Entre outros, citamos os casos dos Generais João Ferreira Chaves, Álvaro Ferreira de Passos, Aníbal Faro Viana, Luís Lelo, Manuel Marques Valente, José Correia Guedes, Júlio Manuel Pereira, Manuel Lopes Pires, António Valadares Tavares, António Matos Maia, Adelino Alves Veríssimo, António Meira e Cruz, Afonso Lopes Franco, Alfredo Ferraz de Oliveira, Augusto Manuel das Neves, Fernando Viotti de Carvalho, Henrique Santos Paiva, André Pinto Bessa, Carlos Algéos Aires, João Tirola, Joaquim Franco Pinheiro, Orlando Ferreira Barbosa, José Moreira da Câmara ou Manuel Sousa Menezes, dos Brigadeiros Vasco de Carvalho, José Silva Neves, José Ferreira dos Reis, Eduardo Ascensão ou José Moreira Otero e dos Coronéis João Sá Nogueira, Joaquim Costa Júnior, Augusto Casimiro Gomes, José de Freitas Soares, Manuel Campos Costa, António Faria Leal, Manuel Camões Godinho, Jorge Alexandre Fonseca ou Hermes de Oliveira. Seria mais um conjunto de perto de 40 nomes, número que tornaria inviável a sua análise aprofundada, com os recursos de investigação de que se dispunha.

E a metodologia que adoptámos foi a seguinte: elaboração de sínteses biográficas de cada um dos referidos primeiros 24 oficiais, com base em bibliografia publicada, em documentação arquivística a que pudemos ter acesso e ainda em alguns dados recolhidos em uma campanha de entrevistas a pessoas íntimas desses oficiais, todos já falecidos, com excepção de um, nesta data (alínea a)); e aplicação de um questionário a esses mesmos entrevistados (e a mais alguns, próximos) relativo a traços de temperamento ou personalidade daqueles oficiais e às relações mútuas que terão existido entre eles, que constitui talvez a parte mais inovadora deste estudo (alínea b)).

Desde já, porém, queremos agradecer a esses familiares (geralmente filhos) e outras pessoas muito próximas que amavelmente se disponibilizaram a prestar os seus testemunhos e a colaborar neste exercício metodológico, cedendo-nos também por vezes documentação pessoal ou oficial acerca dos mesmos⁴⁶.

⁴⁶ Major-General Rui Lobo da Costa; Coronel Eng^o Duarte Nuno Pinto Soares; Dr. Aarão Filipe de Lacerda de Barros Rodrigues, D. Maria da Paz Barros Rodrigues Vale e Azevedo e Dr. António José Barros da Cunha Vale e Azevedo; Prof. Doutor Eng^o José Dias Lopes da Silva; Drs. Luís Aires de Sousa e Jorge Augusto Deslandes Botelho Moniz; Dr. Martin Luiz Gomes de Araújo de Arantes e Oliveira; D. Maria Leonor Mayer da Câmara Pina Sousa Mendes; Mestre Carlos Dias da Silva;

a. Análise biográfica

Seguem, pela ordem indicada, as sínteses biográficas dos 24 oficiais do CEM selecionados⁴⁷.

Abílio Passos e Sousa

Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa. Nasceu em Elvas, a 10 de Novembro de 1881, de famílias proprietárias. Tendo cursado a Escola do Exército, foi promovido a alferes da Arma de Infantaria em 1902, concluiu o Curso de Estado-Maior em 1911 e ingressou posteriormente no quadro do Serviço do Estado-Maior (SEM) então existente. Como Capitão (depois, Major), fez parte do Corpo Expedicionário Português (CEP) em França, de Janeiro de 1917 a Outubro de 1918. Na década de 1920 envolveu-se fortemente na acção política anti-liberal e no estabelecimento da Ditadura Militar, estando no governo desde Junho de 1926 até Abril de 1928, primeiro como Ministro do Comércio e Comunicações, depois como Ministro da Guerra. Nesta qualidade, é considerado o vencedor da “revolta constitucionalista” de Fevereiro de 1927, cuja repressão terá dirigido pessoalmente, o que lhe valeu a concessão da “Torre e Espada” – mais um gesto ditado por razões políticas, como nessa época muitas vezes acontecia.

Nos anos seguintes foi a figura de referência do republicanismo conservador no interior do “novo curso da política nacional” inaugurado com o movimento do 28 de Maio, afastando-se do restauracionismo monárquico e do integralismo de Filomeno da Câmara, mas sempre bem demarcado de qualquer tentativa “reviralhista”. Em Janeiro de 1930, terá sido indigitado para chefiar o governo mas não obteve a concordância de Salazar. Em 1931 é nomeado para o Conselho Político Nacional (um órgão consultivo da transição para o Estado Novo) e escolhido para dirigente da União Nacional, sendo deputado à Assembleia Nacional nas duas primeiras legislaturas do regime, entre 1935 e 1942. Porém, em Outubro de 1934 volta ao governo, com a pasta

D. Maria Carlota, D. Maria Manuela e Eng^o João Almeida Fernandes; D. Alice Augusta Menezes e Castro Pereira Monteiro Ferreira de Mello (Montargil); Coronel Eng^o Pedro Bebiano de Sá Viana Rebelo; D. Maria Antónia Pombo dos Santos Balula e Joaquim Balula; D. Elia Mota de Oliveira; Dr. António de Arriaga; Coronel Cav^o Henrique António Costa de Sousa; Dr. Jorge Arriaga da Cunha; D. Maria de Lurdes Sá e Cunha e Eng^o Paulo Sá e Cunha; Mestre Vicente de Paiva Brandão; Dr. Manuel Silvério Marques; Dr. António Teles Grilo; Dr. André Manuel Pinto Bessa; Tenente-Coronel Carlos José de Amorim Algéos Ayres; Tenente-General José de Faria Leal; D. Maria Gabriela Barbosa e Vice-Almirante João Nuno Ferreira Barbosa; Capitão-de-Mar-e-Guerra Rui Jorge Aguiar dos Santos Paiva; Tenente-General Carlos Alberto de Carvalho dos Reis; Eng^o Augusto Manuel Pires Barreira Antunes; Dr. Jorge Manuel Viotti de Carvalho.

⁴⁷ Agradeço ao Coronel Alberto Ribeiro Soares as informações fornecidas sobre as biografias destes militares.

da Guerra, que detém até Maio de 1936, sendo nessa altura inopinadamente substituído por Oliveira Salazar (com o jovem Santos Costa na liderança efectiva do ministério), depois de um “braço de ferro” em que são visíveis os desentendimentos entre a visão do chefe do governo e a do ministro acerca da reorganização do Exército, que incluía questões são vastas e sensíveis como a redução dos efectivos ainda inchados pelas incorporações da Grande Guerra (e que pesavam na despesa pública, que Salazar queria reduzir), um maior controlo político das chefias (que permaneciam essencialmente republicanas e/ou pouco afeitas à ideia de se subordinarem ao poder político) e o rearmamento a realizar através das compras aos países produtores (o que impunha cuidadosas avaliações de política externa).

Como em outras ocasiões, o chefe do governo desembarçou-se do Coronel Abílio Passos e Sousa colocando-o como comandante-geral da GNR (até 1939) e depois, já na situação de reserva, como adido militar em Madrid (1939-43), tudo lugares em que o oficial era instado a provar a sua lealdade ao regime, porém longe dos seus principais centros de decisão, política ou militar. E o cúmulo das honrarias inúteis e distantes foi a sua nomeação vitalícia para o cargo simbólico de Governador Militar da Praça de Elvas, que ocupou mesmo na situação de reforma até ao ano de 1966 em que faleceu.

Eis um caso exemplar de oficial do CEM que faz um percurso essencialmente político, no contexto das experiências autoritárias de entre-as-duas-guerras, com intervenções decisivas para a vida da nação, mas nem sempre bem sucedido nesta outra arena.

Santos Costa

Fernando dos Santos Costa nasceu em Alcaface, concelho de Mangualde, distrito de Viseu, em 19 de Dezembro de 1899, tendo toda a vida guardado o sotaque típico da sua região. Fez estudos preparatórios em Coimbra e ingressou no curso de Infantaria da Escola de Guerra saindo alferes em 1918. Coursou de novo disciplinas académicas na Universidade de Coimbra, onde foi aluno de Salazar, e realizou em Caxias, na Escola Central de Oficiais, o Curso de Estado-Maior em 1927-30, que concluiu com a classificação de Distinto, passando depois a professor da mesma escola. Mas movimentou-se já em círculos próximos do poder, pois apresenta com Barros Rodrigues uma tese ao I Congresso da União Nacional em 1934, integra comissões para o estudo da reorganização militar e torna-se assessor do Presidente do Conselho desde 1935.

Ainda com o posto de Capitão, entra no governo em Maio de 1936 como Subsecretário de Estado da Guerra, sob tutela do próprio Salazar, mas conduzindo a partir daí a reestruturação do Exército, “despolitizando-o” e tornando-o um sustentáculo mais sólido e confiável do regime do Estado Novo. Em 1944 assume plenamente a pasta da Guerra, que passa a Ministério da Defesa Nacional em 1950 e na qual permanece até 1958, acumulando com o Ministério do Exército desde 1954. Durante todos estes anos, dispõe as forças terrestres perante as ameaças decorrentes da guerra civil de Espanha e da Segunda Guerra Mundial, realiza as grandes reformas do Exército de 1937 (com a criação do CEM, da Arma da Aeronáutica Militar e a retirada das bases aéreas do controlo dos comandantes das regiões militares, a extinção de numerosas bandas de música regimentais, etc.), preside à modernização do Exército no âmbito das obrigações internacionais contraídas com a entrada de Portugal na NATO, obtém a criação da Força Aérea independente em 1952, inicia a estruturação inter-ramos do departamento da Defesa mas, ao mesmo tempo, impõe muito fortemente a sua visão ao Exército (ao contrário da Armada), sendo odiado por muitos oficiais, que se sentiam vítimas de perseguição pessoal ou política e o acusavam de ter criado uma rede de informadores nos quartéis e de proteger os comandantes que o bajulavam. O conflito tido com o General José Marques Godinho, desafecto ao regime e que envolveu a prisão e morte deste, e queixas dos seus familiares dirimidas em juízo criminal, tiveram grande repercussão na época.

Em 1958 forçou a sua saída do governo argumentando com Salazar que queria acabar a sua carreira como oficial e, segundo papéis que deixou escritos, ter-lhe-á recomendado o nome de Botelho Moniz para Belém ou então para a pasta da Defesa (para o manter “agarrado a ele”), o de Almeida Fernandes para o Exército e quatro nomes possíveis para o lugar de Subsecretário de Estado: Joaquim Luz Cunha, Francisco Rocha Simões, Bettencourt Rodrigues ou Costa Gomes – acabando por ser este último o escolhido para acompanhar Almeida Fernandes.

No ano lectivo de 1958-59, o agora Coronel Santos Costa frequentou o Curso de Altos Comandos no Instituto de Altos Estudos Militares. Segundo testemunha, terá sido aprovado sem qualquer favor, mas a classificação de Muito Apto foi dada “por motivos políticos”. Foi promovido a brigadeiro em Setembro de 1959, pouco antes de atingir o limite de idade como Coronel, porventura com resistência oposta à sua entrada no generalato pelos ministros Almeida Fernandes e Botelho Moniz mas com uma diligência feita pelo Presidente da República. A mesma dificuldade aconteceu dois anos depois

O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: Apogeu e Queda

para a promoção a General, que só terá ocorrido depois da “Abrilada” de 1961 e do afastamento daqueles dois ministros.

Em todo o caso, Santos Costa não mais desempenhou papéis decisivos no meio militar, cabendo-lhe contudo um fim de carreira activa como director do IAEM entre 1963 e 1965, período em que teve ocasião de salvar o itinerário castrense de Costa Gomes (que pretendia desistir do Curso de Altos Comandos e passar à reserva) – o qual, de resto, sempre se lhe mostrou reconhecido por esse gesto. E boa parte dessa década de 60 passou-a Santos Costa exercendo a presidência da comissão do Livro Branco intitulado *Dez Anos de Política Externa: A Nação Portuguesa na Segunda Guerra Mundial*.

Aqui temos de novo um caso de oficial do CEM com uma carreira quase exclusivamente política, inteiramente devotada a Salazar e à afirmação do seu regime, exercendo durante longo tempo o poder de Estado nos seus mais elevados escalões. Apesar de ser de origem modesta (filho de oficial de Infantaria) mas ascendido por casamento a estratos sociais mais elevados, teria, segundo testemunho, simpatias monárquicas. Faleceu em 1982.

Aníbal Passos e Sousa

Aníbal César Valdez de Passos e Sousa nasceu em Elvas a 8 de Novembro de 1884, irmão mais novo de Abílio. Fez o curso de Artilharia da Escola do Exército sendo promovido a alferes em 1909. Concluiu o curso do estado-maior em 1915 e entrou no quadro dos capitães do Serviço do Estado-Maior em 1918 após ter participado na 4ª expedição para as operações de guerra contra os alemães no norte de Moçambique. Serve em vários regimentos de Artilharia e nos órgãos centrais do Exército, mas em Maio de 1936 é chamado para chefiar a repartição do gabinete do Ministro da Guerra (Salazar), quando este substitui na pasta o seu irmão Abílio. Passa a professor na Escola Central de Oficiais em 1937 e é promovido a General em 1941, assumindo em seguida o delicado cargo de Comandante Militar dos Açores de 1942 até 1944 (substituindo o General Godinho), pelo qual foi condecorado com a ‘Torre e Espada’.

Entre 1945 e 1950 exerceu o lugar de topo de Major-General do Exército e, em seguida, foi o primeiro titular na função então criada de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, até passar à situação de reserva, em Novembro de 1951, já com 67 anos de idade, limite máximo então possível para o ocupante do referido cargo. Veio a falecer em 1954.

Embora certamente respeitador (e provavelmente adepto) do regime político vigente após 1926, trata-se contudo de um oficial oriundo do CEM que realiza uma trajetória de vida essencialmente militar, com ocupação do lugar mais elevado da hierarquia do Exército e sem notícia de especiais divergências com o ministro de tutela (Santos Costa).

Barros Rodrigues

José Filipe de Barros Rodrigues nasceu em Vila Real a 31 de Agosto de 1890, filho de um General médico, pertencente a famílias com passado aristocrático. Obteve as melhores classificações no Colégio Militar. Fez estudos preparatórios na Escola Politécnica, cursou Artilharia na Escola de Guerra e foi promovido a alferes em 1915. Mobilizado para o Corpo Expedicionário Português em França, participou na Batalha de La Lys, a 9 de Abril de 1918, agindo com bravura e sendo por esse feito promovido a Capitão por distinção e condecorado com a Cruz de Guerra e a ‘Torre e Espada’. Esta experiência deve ter sido marcante pois, no regresso, chega a estar preso disciplinarmente no forte de Elvas em 1919 e atribui à filha primogénita então nascida o nome de Maria da Paz.

Frequentou o Curso de Estado-Maior, concluindo-o em 1923 com a classificação de Distinto. Foi durante muitos anos professor da Escola Militar e da Escola Central de Oficiais, em Caxias (depois de 1940, Instituto de Altos Estudos Militares). Membro de diversas comissões que anteciparam as grandes reformas do Exército de 1936-38, incluindo a apresentação de uma tese sobre a *Organização Geral da Nação em Tempo de Guerra* no I congresso da União Nacional de 1934 em colaboração com Santos Costa. Foi voluntariamente procurador à Câmara Corporativa nas duas primeiras legislaturas (1935-42), mas terá saído por não usufruir da liberdade de opinião que desejava. Nas discussões havidas nesses anos acerca das reestruturações de que o Exército carecia e do seu necessário rearmamento e modernização, terá estado geralmente próximo de Santos Costa e de Tasso de Miranda Cabral e em oposição ou conflito com Vasco de Carvalho.

Chefou os Serviços Cartográficos do Exército durante vários anos, em acumulação com as funções que desempenhava na 3ª Direção-Geral do Ministério da Guerra (Estado-Maior do Exército). Durante a guerra civil de Espanha foi chefe do Estado-Maior da Missão de Observação que em 1937 e 1938 fez diversas visitas ao território dominado pelas forças nacionalistas de Franco. Em 1941 participou nas negociações com o Reino Unido com vista à cedência de bases nos Açores, para a guerra contra a Alemanha.

Por decisão do Conselho de Ministros – a quem competiam todas as promoções de oficiais-generais –, Barros Rodrigues é promovido directamente de Coronel ao posto de General em Dezembro de 1943, facto absolutamente raro na instituição militar. E em Fevereiro de 1945 é nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército, como titular da 3ª Direcção-Geral, subordinada ao Major-General do Exército até 1950; e como chefe supremo do Exército desde então até finais de 1955, quando foi atingido pelo limite de idade e passou à reserva. No âmbito da entrada de Portugal na Aliança Atlântica manteve contactos pessoais com Churchill, Montgomery e Eisenhower, que lhe testemunharam o seu apreço. Em 1955, a poucos meses de largar o serviço activo, chefiou ainda uma missão de inspecção ao dispositivo militar expedicionário montado no Estado Português da Índia (na altura, sob o governo do General Benard Guedes) que produziu um importante relatório sobre as possibilidades de defesa dessa possessão ultramarina face às ameaças da União Indiana, que vieram a concretizar-se em 1961.

Com Barros Rodrigues, estamos perante uma singular figura de grande valor militar, tanto de bravura em combate como de capacidade de pensamento e de decisão estratégica no alto comando, qualidades estas que eram largamente reconhecidas na instituição. A despeito de assumir a sua adesão sem falhas ao Estado Novo, mantém-se deliberadamente no trilho de uma “carreira de Estado-Maior”, que o leva por tempo dilatado à chefia máxima do Exército. No meio militar, era conhecido pelo cognome de “Jomini” (um General-estratega de Napoleão).

Também recusou por duas vezes convites para Ministro da Guerra por – segundo testemunhos – não existirem condições mais liberais no funcionamento do sistema político, apesar de ser defensor de um regime com ordem nas ruas, como existia em Inglaterra, por exemplo. Era católico praticante e seria de convicções monárquicas por tradição familiar. Mas foi sempre leal à República e recusou inequivocamente sugestões recebidas para alinhar num movimento de restauração monárquica.

Faleceu em Lisboa em Fevereiro de 1957.

Abranches Pinto

Adolfo do Amaral Abranches Pinto nasceu em Maфра, a 27 de Dezembro de 1895. Fez o curso de Artilharia na Escola de Guerra e foi promovido a alferes em 1916, sendo logo mobilizado para o Corpo Expedicionário Português, que integrou em França entre Março de 1917 e Outubro de 1918.

Para além das afectações normais de um oficial às unidades da sua especialidade, a carreira de Abranches Pinto aparece pontuada de situações algo extraordinárias, entre as quais se evidenciam as seguintes: uma licença ilimitada (isto é, sem vencimento) durante quase dois anos, ainda em Capitão, a que se seguiu um semestre trabalhando como operário voluntário nas fábricas de aeroplanos *Junkers* na Alemanha, findo o qual tirou o *brevet* internacional de pilotagem civil, isto num período de grande instabilidade política naquele país (1923); a frequência do curso de Estado-Maior na *École Supérieure de Guerre* de Paris em 1934-36 (ciclo que havia sido inaugurado por António Couceiro de Albuquerque em 1920-21 e que, no total, não terá incluído mais de uma dúzia de oficiais portugueses), especializando-se simultaneamente em observação aérea em balão e em avião; quase uma década passada em Moçambique, em funções militares (o que foi uma excepção para os oficiais do CEM, até 1961); e um final de carreira exercendo cargos diplomáticos importantes, nomeadamente o de embaixador de Portugal em Pretória e em Londres.

Entretanto, realiza estudos preparatórios na Universidade de Coimbra para o curso de Estado-Maior da Escola Central de Oficiais, que lhe é reconhecido em 1932, fez parte do Estado-Maior da Legião Portuguesa na fase da sua criação em 1936 e integrou a Missão Militar de Observação Portuguesa que visitou a Espanha controlada pelas tropas do General Franco no Verão de 1937.

Depois da sua longa estadia em Moçambique (1937-1947), é, durante um ano, o director do curso de Estado-Maior no IAEM e, já Brigadeiro, exerce o cargo de adido militar e aeronáutico junto da Embaixada de Portugal em Washington, com representação também nos organismos nascentes do Pacto do Atlântico apenas durante um semestre, já que é então escolhido para integrar o governo de Salazar, chefiando a pasta do Exército (enquanto Santos Costa passava para a da Defesa Nacional). No decurso deste mandato é promovido a General, em 1951.

Durante a sua gerência, deram-se os principais passos para modernização das forças terrestres, no âmbito de defesa europeia da NATO contra uma eventual ofensiva da União Soviética. A criação do Campo Militar de Sta. Margarida e a organização e manobras da Divisão Nuno Álvares (com base na então 3ª Região Militar com sede em Tomar e efectivos que atingiam os 18.000 homens, aptos a serem mobilizados para os Pirinéus ou outro ponto da Europa central) foram, por assim dizer, obra sua. Porém, se a tinha, não conseguiu concretizar a ideia de uma aviação ligeira do Exército, com missões

O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: Apogeu e Queda

de observação e ligação⁴⁸, que contrariava a orientação de uma única Força Aérea, independente, que também levou ao encerramento, a prazo, da Aero-náutica Naval.

Mas a experiência não deve ter corrido da melhor maneira, para ele, para Salazar ou para Santos Costa, dado que em 1954 Abranches Pinto abandona o governo e Santos Costa passa a acumular os dois ministérios.

Afastado de Lisboa pelo exercício das referidas funções diplomáticas (por vezes designadas por “exílio dourado”), não mais o General Abranches Pinto terá tido qualquer influência na sua instituição de pertença ou nos negócios do país.

Estamos, pois, perante um caso algo *sui generis* de um oficial CEM que desenvolveu a sua vida profissional quase sempre longe dos centros do poder – tanto nacional como castrense – e que, ainda assim, deixa desenhado o perfil de um militar que foi sobretudo um actor político, embora de curta efectividade. Veio a falecer em 1981.

Lopes da Silva

Frederico da Costa Lopes da Silva nasceu em Paranhos da Beira, concelho de Seia a 13 de Março de 1896. Frequentou a Escola de Guerra e foi promovido a alferes da Arma de Infantaria em 1917 seguindo pouco depois para o sul de Angola, onde ficou dois anos. Concluiu o Curso de Estado-Maior da Escola Central de Oficiais em 1930 e integrou o novo quadro do CEM em 1 de Janeiro de 1938, como Capitão. Paralelamente, servira em várias unidades da sua Arma, na 3ª Direcção-Geral do Ministério da Guerra (Estado-Maior do Exército) e exerceu funções docentes naquela escola de Caxias e na Escola do Exército. Também no Outono de 1936 fez parte da Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha e em 1937 deslocou-se à Alemanha, Checoslováquia e Itália para seguir a produção e recepcionar o armamento que o Exército estava então a adquirir nesses países.

Passou o ano de 1941 no Quartel-General do Comando Militar dos Açores e em 1945 é colocado na Repartição do Gabinete do Ministro da Guerra Santos Costa (com quem, de resto, tinha relações de família). Comandava como Coronel o Regimento de Cavalaria 2 (excepcionalmente, os oficiais do CEM podiam fazer o “ano de comando” num regimento diferente da sua Arma de origem) quando é convidado para o governo em Fevereiro de 1947,

⁴⁸ Uma esquadilha de aviões de observação e ligação integrava os quadros orgânicos da divisão de infantaria aprovados em 1954, mas essa função foi assumida por aparelhos da FAP da Base Aérea nº 3, de Tancos, vizinha de Santa Margarida.

assumindo o lugar de Subsecretário de Estado da Guerra. Porém, o exercício foi de curtíssima duração, saindo em Outubro do mesmo ano para poder frequentar o Curso de Altos Comandos e talvez também já por desacordo com as orientações políticas seguidas. Regressou assim ao comando da mesma unidade e logo depois foi frequentar o CAC no IAEM sendo considerado Coronel tirocinado em Agosto de 1948 e promovido a brigadeiro em Setembro.

Feito General em 1950, assumiu o alto cargo de Administrador-Geral do Exército até 1956, durante todo o mandato de Barros Rodrigues na nova função de Chefe do Estado-Maior do Exército (que anteriormente competia ao Major-General do Exército), a quem sucedeu quando este passou à reserva – e de quem possivelmente estaria distante em termos de opinião política, o que não impediu uma estreita colaboração entre ambos durante todos esses anos.

Nestes termos, Lopes da Silva tornou-se o chefe máximo do Exército no período compreendido entre Janeiro de 1956 e Março de 1958, sob a tutela política de Santos Costa e de Salazar, cuja filosofia de actuação política lhe mereceria críticas. Este facto é muito significativo do grau de autonomia de que usufruía então a corporação militar. Porém, no ambiente já agitado que antecedeu as eleições presidenciais de 1958, é substituído no cargo bem antes de ter atingido o limite de idade, sendo-lhe dada a compensação de ir presidir o Supremo Tribunal Militar, com honras honoríficas equivalentes mas sem qualquer autoridade de comando sobre as forças terrestres ou de intervenção na esfera do poder. Cada vez mais distante das soluções políticas do salazarismo, ter-se-á comprometido com os conspiradores da “revolta da Sé” em 1959; e das pressões sofridas nessa ocasião terá resultado a sua morte prematura em 1960.

Botelho Moniz

Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz nasceu a 12 de Outubro de 1900 em Lisboa, filho de militar e descendente de famílias da antiga aristocracia portuguesa mas com interesses económicos no presente. Depois do Colégio Militar, ingressou na Escola de Guerra, no curso de Artilharia, e foi um dos “cadetes de Sidónio”, sendo beneficiado com uma promoção precoce a alferes em Outubro de 1918. Envolvido também nas movimentações político-militares de 1925 e 1926 contestatárias do poder estabelecido, chega a ser julgado em Tribunal Militar após a tentativa de golpe-de-Estado de Sinel de Cordes.

Com uma licença graciosa para estudos, matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1931 e depois na Universidade de Lisboa onde frequentou

O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: Apogeu e Queda

cadeiras preparatórias para o curso de Estado-Maior, que concluiu em Caxias no ano lectivo de 1935-36 com a classificação de Distinto, ingressando no novo quadro dos oficiais do CEM em Abril de 1938, como Capitão.

No período seguinte e durante a Segunda Guerra Mundial, realizou várias missões fora do continente, nomeadamente às províncias de África, a Espanha e à frente leste, na Rússia ocupada pelas tropas alemãs. Na sequência destes trabalhos e enquanto é também professor na Escola do Exército e no curso de Estado-Maior do Instituto de Altos Estudos Militares, prepara e publica as suas obras de maior relevo: *Nação em Guerra* (1939), *Conduta das Operações Coloniais* (1944) e, posteriormente, *Lições de Estratégia* (1953, decorrentes das aulas dadas ao Curso de Altos Comandos do IAEM).

Em Fevereiro de 1944 é chamado a prestar serviço na Repartição do Gabinete do Ministro da Guerra (Santos Costa), que lhe terá aberto a porta para a entrada no governo, em Setembro desse mesmo ano, com a sensível pasta do Interior. Nesta função, procedeu à substituição da totalidade dos governadores civis, o que provocou reacções nos meios afectos ao regime. Este ou outro motivo – há quem refira uma declaração pública mais incauta sobre as eleições de 1945 – levaram Salazar a demiti-lo em Fevereiro de 1947. Contudo, tal com aconteceu noutras circunstâncias, aquele exercício governativo foi considerado pelas chefias do Exército como justificativo da não-frequência do curso para o acesso ao posto de Coronel, que então existia, sendo directamente admitido às provas de selecção para essa promoção por escolha, que acabou por bafejá-lo, pois foi feito Coronel em Setembro desse mesmo ano.

De 1947 a 1950, Botelho Moniz está em Madrid como adido militar, sendo transferido então para Washington com idêntica função, em substituição de Abranches Pinto, que fora chamado para o governo. Ficou apenas um ano nos Estados Unidos, que todavia lhe permitiu certamente contactos pessoais e políticos com utilidade para o futuro.

Depois de frequentar o Curso de Altos Comandos, é promovido a brigadeiro no Verão de 1952 – e logo a General seis meses depois! –, e nomeado Secretário-Adjunto da Defesa Nacional (braço direito do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, então o Vice-Almirante Ortins de Bettencourt). Nesta fase, os contactos internacionais no âmbito da NATO são intensos. E na legislatura de 1953-57 assumirá também as funções de procurador à Câmara Corporativa.

Em 1955 Botelho Moniz é empossado como Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e, sendo uma pessoa do regime com prestígio

próprio, é ele que em Agosto de 1958 sucede a Santos Costa no cargo de Ministro da Defesa Nacional, após as agitadas eleições presidenciais, com o General Humberto Delgado (um antigo oficial do CEM, que saíra para a Força Aérea em 1952) no papel de candidato da oposição.

Até 1961, a gerência de Botelho Moniz na Defesa parece coordenar-se bem com a de Almeida Fernandes no Exército, realizando algumas reformas orgânicas de fundo neste ramo das Forças Armadas, aliviando-o das crisações “anti-Santos Costa” e preparando medidas legislativas e de planeamento para a hipótese do surgimento de conflitos graves em África, no clima de descolonização que então se estava a viver no mundo ocidental.

Com a irrupção de violência no norte de Angola no início de 1961 e perante críticas crescentes daqueles dois ministros ao “imobilismo” do Presidente do Conselho, começa a desenhar-se um movimento nos altos comandos militares no sentido da deposição deste. Porém, com a neutralidade da Armada e a intervenção activa de Kaulza de Arriaga, o “golpe” é antecipado pelo doutor Salazar, que demite aqueles dois ministros a 13 de Abril, afasta discretamente os generais mais envolvidos e, culpando implicitamente aqueles responsáveis pelo suposto atraso da resposta às atrocidades dos nacionalistas africanos, aproveita para lançar a sua última grande operação de mobilização da opinião pública com o *slogan* “Para Angola, rapidamente e em força!”.

Botelho Moniz não reage e é passado à reserva a 19 do mesmo mês, tinha então apenas 60 anos – sem qualquer acusação formal e sem que o próprio se tenha assumido como “mártir”, parece que já prematuramente desgastado no seu estado de saúde. Por casamento, tornara-se cunhado de Venâncio Deslandes, da Força Aérea, relações familiares que também estavam ligadas a interesses económicos favorecidos pelo regime. Veio a falecer em Lisboa em 1970.

Gomes de Araújo

Manuel Gomes de Araújo nasceu em Barcelos a 20 de Dezembro de 1897. Frequentou na Escola de Guerra o curso de Infantaria iniciando a sua carreira como alferes em 1918. Depois de actuar como oficial subalterno em várias unidades da sua Arma, completou o curso de Estado-Maior na Escola Central de Oficiais em 1930, ficando professor do mesmo curso até 1935, quando vai completar estes estudos na *École Supérieure de Guerre* de Paris, onde permanece dois anos. E no seu regresso integra-se desde o início no novo CEM com o posto de Capitão.

Entre 1938 e 1941 fez várias viagens à Alemanha relacionadas com o plano de rearmamento do Exército, enquanto prosseguia o seu ensino de Estado-Maior em Caxias. Na III legislatura (1942-45) é procurador à Câmara Corporativa. Em 1944, Santos Costa escolhe-o para Subsecretário de Estado da Guerra, trabalhando directamente sob a sua orientação, função que mantém até 1947, quando é nomeado por Salazar para Ministro das Comunicações. De facto, embora tal não figure nas suas biografias conhecidas, Gomes de Araújo teria uma licenciatura em engenharia electrotécnica pela Universidade do Porto mas, talvez mais do que isso, contasse com a provável grande confiança política do chefe do governo na sua pessoa e a forte capacidade de decisão que o caracterizava. O certo é que se manteve naquele posto até à grande remodelação governamental ocorrida em Agosto de 1958. Mas é de referir que durante o exercício daquelas funções frequentou o Curso de Altos Comandos em 1949-50, sendo promovido a General quando elas cessaram, mas contando a antiguidade desde 1951 e sem passar por brigadeiro, procedimento raro e, neste caso, de claro recorte político.

Em 1958, depois de sair do governo, assume a direcção do Instituto de Altos Estudos Militares, agora instalado em Pedrouços. E na sequência da “abrilada”, em 1961, sempre ao lado de Salazar, passa a Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, com uma intervenção estratégica mais significativa na definição da política militar em África. A tal ponto que em Dezembro de 1962 substitui o Presidente do Conselho no cargo de Ministro da Defesa Nacional, no qual se manterá até 1968, à saída de cena de Oliveira Salazar. Gomes de Araújo faleceu em 1982.

Beleza Ferraz

José António da Rocha Beleza Ferraz nasceu em Barcelos no dia 9 de Setembro de 1901. Coursou a Escola Militar e foi promovido a alferes da Arma de Artilharia em 1927. Serviu inicialmente nas unidades da sua especialidade e integrou as forças expedicionárias que em 1931 venceram os revoltosos militares republicanos na ilha da Madeira.

Em 1932 obtém o diploma de engenheiro fabril do Exército e, seguidamente, realiza o curso de Estado-Maior na Escola Central de Oficiais passando a integrar o quadro do novo CEM em Abril de 1938, com o posto de Capitão. Tornado professor deste curso, integra cumulativamente várias missões no exterior, às províncias ultramarinas de África em 1940, ou em 1943 aos Estados Unidos. No ano lectivo de 1943-44 frequenta o curso para a

Uma sociografia dos oficiais do Corpo de Estado-Maior do Exército Português (1938-1974)

promoção a Major do CEM (que então existia), e em 1945-46 prossegue estudos de Estado-Maior na *École Supérieure de Guerre* em Paris.

A partir de 1950 passa a prestar serviço no novo órgão que é o Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Em 1953-54 frequenta o Curso de Altos Comandos, sendo promovido a brigadeiro no Outono desse último ano, e a General logo um ano depois.

É escolhido para Sub-Chefe do Estado-Maior do Exército em Janeiro de 1956 pelo novo Chefe do Estado-Maior, General Lopes da Silva, sucedendo-lhe no cargo, por um breve período, em 1958. Isto porque em Agosto desse mesmo ano ascende ao lugar de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, que Botelho Moniz deixara vago para assumir a pasta da Defesa.

Nestas funções, teve intensas relações internacionais no quadro da Aliança Atlântica, chegando a presidir em 1959 à Comissão Militar da NATO. Também teve uma breve passagem pelo cargo de procurador à Câmara Corporativa na transição da VI para a VII legislatura, entre 1955 e 1957.

No processo da chamada “abrilada”, em 1961, manteve-se solidário com o seu ministro e empenhou-se numa solução em que as Forças Armadas impusessem o afastamento de Salazar do poder (certamente com honras e louvores) mas tentando novos rumos políticos, particularmente em relação ao império ultramarino. Tendo falhado tal intento, foi expeditivamente exonerado do seu posto militar supremo e colocado, sem qualquer função ou encargo, na Repartição do Gabinete do Ministro do Exército até 1966, ano em que passou à reserva por ter atingido o limite de idade.

Conhecido entre os próximos pela alcunha de “Fu-Manchu”, tanto pela sua expressão fisionómica como possivelmente pelas suas artes de encantamento, Beleza Ferraz foi um dos oficiais da alta hierarquia do Exército que menor reconhecimento e brilho terá suscitado aos olhos dos seus contemporâneos. Exibiu sempre um perfil de comportamento essencialmente militar, e perdeu na única vez em que terá tomado uma atitude de desafio político, dentro do regime instituído.

Faleceu em Lisboa em 1972.

Câmara Pina

Luís Maria da Câmara Pina nasceu em Lisboa a 19 de Junho de 1904, filho de militar. Era descendente de famílias aristocráticas, sobrinho de Filomeno da Câmara de Melo Cabral pelo lado da mãe. Frequentou e concluiu o curso de matemática na Universidade de Coimbra e só depois se decidiu, sob

influências familiares, a ingressar no curso de Engenharia da Escola Militar (que em determinada altura foi dirigida pelo General Adolfo Pina, seu pai).

Promovido a Alferes em 1930, prestou serviço durante vários anos no Regimento de Telegrafistas. Integrou a Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha em 1937 e concluiu em 1940 o Curso de Estado-Maior com a classificação de Distinto, ficando professor desse mesmo Curso no Instituto de Altos Estudos Militares. Cumulativamente, prestou serviço na 3ª Direcção-Geral do Ministério da Guerra (Estado-Maior do Exército) entre 1941 e 1945, participando em missões a Inglaterra e aos Estados Unidos para tratar do fornecimento de armas ao Exército e por causa das negociações para a cedência de bases nos Açores.

É promovido a Major em 1945 e no ano seguinte assume o cargo de adido militar em Londres, aí ficando até 1953, num período de intensas relações diplomáticas e protocolares entre Portugal e os Aliados, no quadro da NATO. A proximidade ao embaixador Duque de Palmela e, através deste, ao governo e à corte britânica, a sua cultura e excelente fluência em língua inglesa (que, por exemplo, contrastava com a incapacidade de Santos Costa neste particular) foram condições decisivas lhe abrir ainda mais o seu leque de referências, relacionamentos e influência pessoal. Aliado ao interesse pelo conhecimento rigoroso da história pátria, a sua postura aristocrática (separando bem o meio profissional das suas relações pessoais e familiares) ajudou a dotá-lo de um carisma pessoal extraordinário que lhe granjeou o respeito de superiores e admiração dos seus pares e subordinados.

Frequenta o Curso de Altos Comandos em Caxias em 1953-54, com a classificação de Muito Apto, que só poucas vezes foi atribuída e lhe abriu o acesso imediato a brigadeiro, e a General pouco mais de um ano depois. Entretanto, passara pelo Secretariado-Geral da Defesa Nacional e exerceu funções docentes no Instituto de Altos Estudos Militares, que dirigiu mesmo durante um ano lectivo, em 1957-58.

Em Agosto de 1958, no rescaldo da remodelação ministerial e com a entrada de Almeida Fernandes para Ministro do Exército, Câmara Pina ascende finalmente ao lugar supremo da sua corporação, que há muito se percebia estar-lhe destinado: o de Chefe do Estado-Maior do Exército. O que acabou por ser inédito foi a duração do exercício deste cargo, até atingir o limite de idade que impôs a sua passagem à reserva, em 1969. Durante este longo período enfrentou o maior desafio que se colocou ao alto comando português desde a Grande Guerra, adaptando de urgência as forças terrestres para um empenhamento operacional prolongado, em terras distantes, capaz de

combater um adversário que usava novas formas de acção bélica e procurava um inovador envolvimento da população civil no conflito.

Depois de largar o serviço activo, empenhou-se na sustentação do Instituto de Defesa Nacional (que dirigiu inicialmente, até 1974, sob a designação de Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional). Até ao seu falecimento, em 1980, manteve-se intelectualmente muito activo, dirigindo a *Revista Militar* e, mercê da sua erudição, foi cooptado para membro da Academia Portuguesa de História e da Academia das Ciências de Lisboa, a que presidiu. Foi também católico convicto e praticante.

Apesar de ter servido o regime do Estado Novo sem hesitações, porque preocupado com o destino da nação – chegando mesmo a aceitar ser deputado à Assembleia Nacional em 1945-1949 e procurador à Câmara Corporativa em 1949-1953 e depois a partir de 1965 –, o percurso de vida do General Câmara Pina foi sobretudo o de um militar de elevado prestígio e senhor de grande auto-confiança, que lhe asseguraram uma autoridade pessoal quase indiscutível.

Silva Freire

Carlos Miguel Lopes da Silva Freire nasceu em Lisboa, a 29 de Setembro de 1907, filho de um oficial do Exército de matriz republicana. Frequentou o Colégio Militar e, seguidamente, a Escola Politécnica e o curso de Engenharia da Escola Militar, saindo alferes em 1931. Prestou serviço no Regimento de Telegrafistas como oficial subalterno. Em 1938-39, com uma licença especial para estudos, frequenta cadeiras nas faculdades de letras e direito da Universidade de Lisboa que constituem preparatórios para o curso de Estado-Maior que em seguida realiza e conclui no Instituto de Altos-Estudos Militares no Verão de 1942, com a classificação de Distinto.

No decurso da viagem de fim-de-curso, à Alemanha e frente leste, é ferido pelo rebentamento accidental de uma bomba de avião em Kursk (Rússia), no período de máxima ofensiva germânica, pelo que é condecorado com a Ordem da Água Alemã.

Nas décadas de 40 e 50, presta serviço nas Repartições do Estado-Maior do Exército e, como professor, na Escola do Exército e no Instituto de Altos Estudos Militares, sendo durante vários anos director do Curso de Estado-Maior. Era aí temido pelos seus interrogatórios orais aos oficiais-alunos, o que lhe valeu a alcunha de “Leão da Metro”. Entretanto, especializara-se em Inglaterra na problemática das informações (1949) e em 1950-52 frequentara a *École Supérieure de Guerre* de Paris, com elevadas apreciações.

Em 1955 acompanha o General Barros Rodrigues numa demorada visita de inspecção a Goa, Damão e Diu, substituindo-o mesmo quando este adoeceu e sendo autor da maior parte do relatório então produzido. Este conhecimento terá contribuído para o convite que em 1958 o Ministro do Ultramar Lopes Alves lhe dirigiu para ser Governador-Geral do Estado da Índia, que declinou, invocando razões pessoais.

Em 1955-56 efectua o seu “ano de comando” à frente do Regimento de Engenharia nº 1 e no ano lectivo seguinte o Curso de Altos Comandos, que conclui com a notação de Muito Apto. Mais uma vez fora o primeiro classificado do seu curso, tal como já acontecera no Colégio Militar (Comandante do batalhão), na Engenharia (com média de 16,7, a mais elevada registada até então) ou no curso de Estado-Maior.

É promovido a brigadeiro em 1957 e a General em 59 (à época, o mais novo do Exército, apenas com 52 anos), desempenhando sucessivamente os cargos de Sub-Chefe do Estado-Maior do Exército (coadjuvando Beza Ferraz e, em breve, Câmara Pina) e de Ajudante-General do Exército.

Na sequência da “abrilada”, é nomeado Comandante Militar de Angola, assumindo funções em Luanda no início de Junho de 1961 e levando a efeito um plano de operações em larga escala para a reocupação militar do norte do território, sublevado desde Março. O plano é cumprido com sucesso, chegando os efectivos no terreno a atingirem cerca de 30 mil homens, a maior concentração de tropas em campanha desde os tempos do CEP.

Em Novembro desse mesmo ano, o General Freire morre em acidente de avião quando efectuava um reconhecimento no sul da província, facto que provocou grande comoção no Exército e alarmou o país⁴⁹. Com efeito, foi o único General português morto no comando de tropas em campanha no século XX – o que tem o significado de um fim honroso, para a ética militar tradicional. Recebeu postumamente a ‘Torre e Espada’, fixando-se provavelmente um critério que depois se aplicou a outros comandantes superiores na guerra de África.

Esta morte prematura amputou de maneira irremediável uma carreira que todos anteviam fosse acabar como sucessor de Câmara Pina à frente do Exército, mas que será sempre especulativo imaginar como poderia ter prosseguido.

De resto, a sua inclusão nesta lista só se justifica por o General Freire ter usufruído de prerrogativas de Comandante-Chefe (tal como o seu antecessor

⁴⁹ Na mesma ocasião faleceram também os oficiais do CEM Tenente-Coronel João de Oliveira Marques e Majores Carlos Mota de Oliveira e Josephet Monteiro de Figueiredo.

Libório, em curto lapso de tempo) numa fase em que o governador-geral Venâncio Deslandes estava ainda a instalar as estruturas do Comando-Chefe das Forças Armadas em Angola e só o Comandante Militar possuía realmente os meios, forças e serviços necessários à missão de reposição da soberania sobre todo o território da província.

Neste caso, estamos perante uma trajetória profissional inteiramente dedicada à instituição militar, com uma posição de neutralidade relativamente ao regime, que se afirma perante a opinião dos pares pela sua superior inteligência e qualidades de carácter e que, naturalmente, as condições dramáticas do seu desaparecimento terão ajudado a mitificar, durante algum tempo.

Almeida Fernandes

Afonso Magalhães de Almeida Fernandes nasceu a 12 de Dezembro de 1906, de ascendência aristocrática e vindo a assumir, ele próprio, um catolicismo praticante muito empenhado. Entra para o curso de Engenharia na Escola Militar em 1927 e inicia a sua carreira como alferes em 1931. Por conselho do seu sogro, General Ferreira Chaves (que pertencera ao antigo Serviço do Estado-Maior), entrou no primeiro curso de Estado-Maior que se realizou no quadro da reforma de 1937 que criou o novo CEM.

Camarada de curso, tanto de Engenharia como do Estado-Maior, foi ferido nas mesmas circunstâncias de Silva Freire na Rússia, em Setembro de 1942, sendo agraciado com a mesma condecoração.

Para além das colocações e serviços inerentes à carreira de um oficial do CEM, Almeida Fernandes desenvolveu grande parte da sua vida profissional fora da esfera militar, inicialmente como engenheiro civil, depois também como administrador de grandes empresas, cujas actividades tinham forte impacto na vida económica e social do país. Neste âmbito, foi director dos serviços de urbanização e obras da Câmara Municipal de Lisboa – e daí lhe adveio o epíteto de “Almeidinha da Câmara” –, gestor do Metropolitano de Lisboa na sua fase inicial, membro do Gabinete da Ponte sobre o Tejo e colaborador do Gabinete de Estudos e Planeamento dos Transportes Terrestres, e, mais tarde, quando passou à reserva, administrador da Companhia Portuguesa de Caminhos de Ferro.

Depois de ter integrado várias missões militares ao estrangeiro no quadro das relações atlânticas e ibéricas, é escolhido por Santos Costa para Subsecretário de Estado do Exército em 1956. Por recomendação daquele,

passa a Ministro do Exército em Agosto de 1958, construindo nos anos seguintes uma colaboração bastante coesa com o Ministro da Defesa Nacional Botelho Moniz e o Subsecretário de Estado do Exército Costa Gomes, que se reflectiu nas reformas empreendidas na estrutura militar no continente, bem como na criação do Centro de Instrução de Operações Especiais de Lamego e das primeiras companhias de Caçadores Especiais, após o envio de oficiais a fazer estágios na Argélia junto do exército francês, que então enfrentava uma virulenta guerra de guerrilhas dos nacionalistas locais. Este esforço de reformas terá sido acompanhado de um cada vez maior distanciamento em relação às políticas do doutor Salazar, sobretudo relativamente ao problema ultramarino no contexto internacional de descolonização que então se vivia, mas também porventura na ordem interna, após o alerta suscitado pela campanha eleitoral oposicionista do General Delgado.

Derrotado politicamente no movimento político “golpista” de Abril de 1961, Almeida Fernandes é imediatamente destituído do cargo de ministro mas persevera em cumprir o exigente Curso de Altos Comandos, indispensável para o acesso a oficial-general. É promovido a brigadeiro em 1963 mas, em seguida, será duramente castigado com a nomeação para cargos de muito baixo reconhecimento militar, até atingir o limite de idade para a passagem à reserva, em 1968, tendo sido sempre “vetada” a sua promoção a General. Parece que nem a simpatia que lhe dedicava o seu vizinho de residência Marcelo Caetano lhe terá valido nessa circunstância.

Faleceu em Lisboa no ano de 1986.

Andrade e Silva

Alberto Andrade e Silva nasceu a 15 de Maio de 1906 no Sardoal (Abrantes). Depois de ter feito os estudos preparatórios universitários, frequentou o curso de Engenharia da Escola Militar a partir de 1927, o mesmo de Almeida Fernandes e Silva Freire, saindo alferes em 1931.

Passou boa parte dos anos 30 leccionando na Escola Central de Sargentos em Águeda, ao mesmo tempo que frequentava cadeiras na Universidade de Coimbra que lhe permitiram o ingresso no segundo curso de Estado-Maior após a criação do CEM, em 1940. Ingressou neste Corpo como Capitão em 1943, sendo logo destacado como expedicionário para os Açores.

Em 1944 inicia um alongado período de docência na Escola do Exército como professor catedrático de geografia e de história, sendo conhecido por sucessivas gerações de cadetes como possuidor de uma memória inesgotável

e tornando-se uma referência na história militar. Mas também era visto como extremamente competitivo na rivalidade com os seus camaradas mas próximos. A sua emulação com Freire – de quem de resto era amigo – foi muitas vezes falada.

Entre 1953 e 1955 esteve como adido militar em Paris, com representação junto dos órgãos da NATO, e quando regressa vai comandar o Regimento de Artilharia Anti-Aérea Fixa, em Queluz, e pouco tempo depois chefiar uma Repartição do Secretariado-Geral da Defesa Nacional.

Em 1956-57 realiza o curso de Altos Comandos, sendo promovido a brigadeiro em finais de 1957 e a General em 1961, quando assume a direcção do Instituto de Altos Estudos Militares, do qual fora professor nos últimos anos. Entretanto, em várias ocasiões participa em reuniões da NATO no estrangeiro, bem como nas conferências inter-Estados Maiores peninsulares.

É nomeado Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola em 1963, exercendo a função até 1965. Nesses dois anos «desenvolveu uma intensa actividade de visitas às zonas operacionais e acompanhou de perto a preparação e o desenrolar da actividade de contra-guerrilha» (Costa, 2008: 332). Por esse desempenho foi condecorado com a “Torre e Espada”.

No regresso a Lisboa, é nomeado Comandante da Academia Militar, cargo que exerce até Outubro de 1968, quando assume o lugar de Vice-Chefe, e logo em Junho de 1969 o de Chefe do Estado-Maior do Exército, o topo da hierarquia castrense (General de 4 estrelas).

Atingido pelo limite de idade dos 65 anos, passa à reserva em 1971, assumindo as funções de presidente do Conselho Superior de Disciplina do Exército, cargo habitualmente desempenhado por um oficial nas suas condições.

Porém, aceita o convite de Marcelo Caetano para Ministro do Exército, lugar que exerce no curto espaço de tempo que decorre entre Novembro de 1973 e Abril de 1974, quando já se desenvolve na sombra o “movimento dos capitães”.

Andrade e Silva configura um tipo de carreira de oficial do CEM, de professor e de chefe superior de tropas de grande destaque, actuando quase sempre apenas na esfera militar, não fora a limitada participação que teve na Câmara Corporativa em 1960-64 e em 69-73, e, sobretudo, um visível comprometimento político, ao mais alto nível, na fase final do Estado Novo, cuja queda arrastou a dele próprio, que foi sujeito a prisão preventiva nos meses que se seguiram à revolução de 25 de Abril.

Faleceu no ano de 1990.

Sá Viana Rebelo

Horácio José de Sá Viana Rebelo nasceu em Lisboa a 22 de Novembro de 1910. O seu pai não era militar mas um avô era-o, e condecorado com a ‘Torre e Espada’. Ingressou na Escola Militar, no curso de Engenharia que concluiu em 1934, sendo promovido a alferes. Ainda como oficial subalterno, integrou a Missão Militar de Observação em Espanha no ano de 1937. Frequentou em seguida o curso de Estado-Maior no Instituto de Altos Estudos Militares em Caxias, concluindo-o em 1943 com a classificação de Distinto. Nos anos seguintes foi professor naquela instituição e também na Escola do Exército, mas em 1947-48 frequentou em Madrid o curso da *Escuela de Estado Mayor*. Também nessa década desempenhou as funções de chefe do Estado-Maior e de adjunto militar do Comando-Geral da Legião Portuguesa, e foi deputado à Assembleia Nacional entre 1945 e 1957, pelo círculo de Leiria.

Em 1950 é escolhido por Santos Costa e Abranches Pinto para o lugar de Subsecretário de Estado do Exército, que exerce até 1956, numa época de rápida modernização tecnológica e de nova organização e adestramento do pessoal, decorrente dos compromissos assumidos com a NATO.

Nesta altura dá-se nova mudança significativa na carreira política de Sá Viana, que vai para Angola exercer o cargo de Governador-Geral no triénio 1956-59, quando se adivinhavam já sinais de movimentações independentistas nos meios da pequena-burguesia urbana negra e mestiça, estimulados pelo que acontecia em outras regiões de África e da Ásia, nas Nações Unidas e pelas sequelas da conferência de Bandung. Neste desempenho, terá contribuído para o progresso das infraestruturas e da economia sem poder prevenir os conflitos que se aproximavam.

Regressado a Lisboa, frequentou o Curso de Altos Comandos, já em Pedrouços, em 1959-60, sendo promovido a brigadeiro em Dezembro deste último ano. Mas só atingiu o posto de General em 1964. Entretanto, na esfera civil, fora presidente do Sporting Clube de Portugal no biénio 1963-1964; e na instituição militar exerceu o cargo de Director da nova Arma de Transmissões, que se autonomizara da Engenharia.

A partir de Dezembro de 1964 é o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, coadjuvando o General (de 4 estrelas) Câmara Pina, até ser de novo chamado ao governo, agora por Marcelo Caetano, para sobraçar a pasta da Defesa Nacional.

Assim acontecerá desde Setembro de 1968 até finais de 1973, sendo que a partir de Janeiro de 1970 acumula também com o cargo de Ministro

do Exército. É nesta altura que se gera uma contestação de jovens oficiais do quadro permanente desgostosos de medidas tomadas pelo ministro relativas à integração de milicianos, por necessidades da mobilização de tropas para África. A sua atitude, geralmente autoritária – traduzida numa postura corporal empoadada que lhe valeu ser conhecido no meio militar pelo nome de gríia de “meia-nau” –, também terá contribuído para acirrar os ânimos dos capitães, cansados de sucessivas missões de combate em África, cumprindo ordens de operações emanadas por oficiais CEM que lhes surgiam muitas vezes como irrealistas ou inexequíveis. E isto acabará por desembocar no movimento insurreccional de 25 de Abril de 1974 e no MFA.

Perante esses sinais, Sá Viana tinha saído do governo em Novembro de 1973, passando à reserva e sendo então nomeado – apenas por escassos meses – administrador da Companhia Portuguesa de Electricidade, um modo típico de recompensa do regime a alguns dos seus melhores servidores, que, neste caso, era também pessoa ligada por laços de família e amizade a sectores com alguma importância na economia portuguesa.

Dentro do universo dos oficiais do CEM, esta é uma figura destacada de militar-político claramente aderido às orientações do Estado Novo, onde aceita desempenhar funções de natureza para-militar (na Legião Portuguesa), e outras legislativas e governativas, no governo central e na chefia da maior possessão de Portugal em África.

António Augusto dos Santos

António Augusto dos Santos nasceu em Freixo-de-Espada-à-Cinta a 17 de Abril de 1907. Ingressou na Escola Militar em 1928 e aí concluiu o curso de Artilharia no ano de 1934, sendo promovido a alferes. No resto da década serviu como subalterno em unidades da sua Arma e na Escola Prática de Artilharia em Vendas Novas, como instrutor. Mas em 1937 integrou uma missão a Itália relacionada com a aquisição de armamento para o Exército. Frequentou o curso de Estado-Maior no novo Instituto de Alto Estudos Militares e ingressou no quadro do CEM em 1943, no posto de Capitão.

Nos anos seguintes voltou a estar ligado aos problemas do rearmamento, foi adjunto do chefe de Estado-Maior da Legião Portuguesa e frequentou em 1949-50 a *Escuela de Estado Mayor* em Madrid, tendo sido entretanto promovido ao posto de Major.

A propósito de um artigo sobre estratégia que escreveu em 1944, diz um analista que «estamos precocemente, em Portugal, a lidar com um pensador

que globalmente entende a guerra total e a estratégia concomitante em toda a extensão conceptual por estas configuradas, e que irá ser aquela que marcará a partir do segundo conflito mundial a nossa contemporaneidade» (Fernandes, IV-2004: 553).

Na década de 1950, Santos presta serviço no Estado-Maior do Exército, exercendo em acumulação funções docentes no curso de Estado-Maior em Caxias, foi em 51-53 chefe da Repartição de Gabinete do Ministro do Exército Abranches Pinto e, já Tenente-Coronel, é nomeado adido militar à embaixada portuguesa em Washington. Neste cargo, que ocupou até 1955, desentendeu-se com o General Humberto Delgado que ali chefiava a missão portuguesa junto da Aliança Atlântica, envolvendo razões protocolares e de comportamento pessoal.

A convite de Sá Viana, parte em 1956 para Luanda onde desempenha as funções de chefe de gabinete do governador-geral e, depois, de secretário provincial do Interior, participando no esforço de desenvolvimento da província que então se fazia.

Regressado em 1960 já como Coronel, efectua, por curtos lapsos de tempo, o comando da Escola Prática de Artilharia, a direcção do curso de Estado-Maior, a frequência do Curso de Altos Comandos e a chefia do Serviço de Informação Pública do Ministério da Defesa (que vai anunciando as baixas portuguesas em África), sendo promovido a brigadeiro em Novembro de 1961.

Em 1963 vai para Moçambique, de onde só regressará no final da década, ocupando sucessivamente os lugares de 2º Comandante da Região Militar, Chefe de Gabinete do Comando-Chefe e, ascendido a General em 1966, finalmente o de Comandante-Chefe das Forças Armadas de Moçambique, entre 1968 e 1970. Neste quadro, enfrentou o problema do alargamento da área de actuação da guerrilha independentista do norte para o distrito de Tete e procurou colaborar com as iniciativas de reforma empreendidas pelo governador-geral Baltazar Rebelo de Sousa. No final desse desempenho foi condecorado com a ‘Torre e Espada’.

Regressado a Lisboa em Março de 1970, assume as funções de Vice-Chefe (atrás de Andrade e Silva) e, ano e meio depois, as de Chefe do Estado-Maior do Exército (como General de 4 estrelas), que cessa em Março de 72 por ter passado à reserva, atingido pelo limite de idade.

Findo o serviço activo, foi ainda administrador da Siderurgia Nacional e, por ocasião do Congresso dos Combatentes em 1973, alertou o ministro Sá Viana para o descontentamento que grassava entre os oficiais de baixa patente.

Uma sociografia dos oficiais do Corpo de Estado-Maior do Exército Português (1938-1974)

Após o 25 de Abril, terá sido convidado por Spínola para presidir à Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS, função que não aceitou. Mas instruiu os processos judiciais intentados contra os ex-ministros Schultz e Luz Cunha, com o acordo deles. Depois – mantendo o seu espírito jovial de sempre – retirou-se para Alferrarede, ocupando-se ele próprio dos pequenos trabalhos agrícolas na propriedade que a família ali possuía. Era católico praticante e faleceu em 1996.

Arnaldo Schultz

Arnaldo Schultz nasceu em Tomar a 6 de Abril de 1910, de família de origem alemã que deu vários oficiais de Marinha. Alistou-se em 1930 na Escola Militar onde frequentou o curso de Infantaria, sendo promovido a alferes desta Arma em 1933.

Prestou serviço durante vários anos no Batalhão de Caçadores 5, em Lisboa (que sempre foi uma das unidades de maior confiança política do governo). Em 1938 integrou a Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha.

Depois de cumprir o curso de Estado-Maior, que concluiu com a classificação de Distinto, ingressou no CEM em 1946 com o posto de Capitão a que fora promovido em 43 (mas contando a antiguidade desde 1941, que era então um dos benefícios de que gozavam os oficiais deste Corpo).

Nos anos seguintes esteve colocado em simultâneo nas Repartições do Estado-Maior do Exército e no Instituto de Altos Estudos Militares, como professor do curso de Estado-Maior. Em 1951-53 frequentou a *École Supérieure de Guerre* de Paris no seguimento de Silva Freire, a quem também sucedeu como director do curso de Estado-Maior em 1955.

Nesta altura desempenha também as funções de Comandante da Milícia da Mocidade Portuguesa (1955-57), um agrupamento militarizado desta organização nacionalista composto por alunos dos últimos anos do liceu e estudantes universitários.

Com este tipo de envolvimento não-forçado, não causou especial estranheza a escolha de Salazar em finais de 1958, que o nomeou Ministro do Interior (com a tutela da PIDE, além da GNR, PSP e, em certa medida, da Legião Portuguesa), indo para chefe de gabinete o seu camarada do CEM João de Oliveira Marques. Mas talvez mais surpreendente tenha sido a sua despedida do cargo em Maio de 1961, no rescaldo da “abrilada”, embora tenha sido foi desde logo agradecido com um lugar de administrador na Empresa Termoelectrica Portuguesa.

Frequentou o Curso de Altos Comandos em 1961-62 mas só foi promovido a brigadeiro em Abril de 63 e logo despachado para Angola como Comandante de sector no norte (1963-64), o que parece indicar alguma forma de penalização por parte da instituição militar, ou a vontade do próprio de mostrar os seus méritos em tais circunstâncias.

Entre 1964 e 1968 exerce o cargo de governador da província e de Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné, numa situação de guerra já de grandes dificuldades para as autoridades portuguesas, onde «consegue um significativo reforço de meios e procede a um reajustamento funcional, com a criação de comandos de agrupamento e de companhias de milícia, mas a situação não deixa de se agravar, com o PAIGC a controlar já amplas zonas do território» (Rosas & Brito, II-1996: 889). Entretanto, fora promovido a General (em 1965) e no final do seu mandato é agraciado com a ‘Torre e Espada’.

Presidiu à Liga dos Combatentes mas o seu último cargo militar foi o de director do Instituto de Altos Estudos Militares, onde fizera boa parte da sua carreira, e do qual foi exonerado na sequência imediata do movimento de 25 de Abril de 1974, sendo passado à situação de reserva.

Este é mais um caso de um oficial do CEM com uma carreira militar significativa mas onde a temporária assunção de cargos políticos (no governo central e na Guiné) marcou decisivamente a sua imagem perante contemporâneos e vindouros.

Não era pessoa de convicções religiosas e ter-se-á casado apenas por conveniência social aquando do seu ingresso no CEM. Faleceu em 1993.

Kaúlza de Arriaga

Kaúlza de Oliveira Arriaga nasceu no Porto a 18 de Janeiro de 1915. Frequentou a faculdade de ciências da Universidade do Porto e ingressou no curso de Engenharia da Escola Militar em 1935, iniciando a sua carreira como alferes desta Arma em 1939, sempre com elevadas classificações.

Nos anos seguintes serve na Escola Prática de Engenharia em Tâncos, até que em 1945 vai efectuar o curso de Estado-Maior, em Caxias, que conclui em 1949 com a classificação de Distinto.

Entra em 1950 para o Gabinete do Ministro da Defesa Nacional (Santos Costa), de que se torna o chefe entre 1953 e 1955. Também data desta época a representação que faz deste ministério junto da Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa e da Junta de Energia Nuclear.

Nesse ano de 1955 é escolhido pelo ministro para Subsecretário de Estado da Aeronáutica e até ao início da década de 60 vai impulsionar vigorosamente a constituição da Força Aérea Portuguesa como ramo independente das Forças Armadas, transmitindo-lhe muito da sua especial idiosincrasia, como corpo. Também através deste despenho construiu cuidadosamente uma imagem pública de adesão forte ao regime mas, ao mesmo tempo, de dinamismo e modernização. Em particular, obteve a cedência das primeiras esquadras de aviões a jacto *Thunderjet* e *Sabre*, de caça e ataque ao solo, com a formação dos respectivos pilotos nos Estados Unidos, a montagem de um sistema de radares aéreos no continente, a constituição das Tropas Paraquedistas, a aquisição dos primeiros helicópteros em França e a criação de infraestruturas e organismos de comando em Angola e Moçambique, nas vésperas do início da guerra.

Em Abril de 1961, o Coronel Kaulza de Arriaga é o principal actor político que frustra os intentos de Botelho Moniz, Almeida Fernandes e parte do alto comando militar para afastar Salazar, ascendendo então a Secretário de Estado da Aeronáutica.

Contudo, com a passagem do Ministério da Defesa Nacional para as mãos de Gomes de Araújo e talvez porque quisesse agora realizar no generalato activo a última fase da sua carreira, sai do governo em 1962. Frequenta o Curso de Altos Comandos em 63-64 sendo logo promovido a brigadeiro e ficando como professor no Instituto de Altos Estudos Militares, onde desenvolve e defende (nas aulas, conferências e publicações) as suas ideias próprias nos domínios da táctica e da estratégia da guerra contra-subversiva, e da geoestratégia mundial do bloco ocidental.

Entre 1966 e 1969 é presidente da Junta de Energia Nuclear e também administrador da Sociedade de Exploração de Petróleos de Angola, funções que retomará em 1973-74.

Em 1969 parte para Moçambique, já como General, exercendo o cargo de Comandante Militar onde começa a aplicar nesse teatro de operações as suas referidas doutrinas, possivelmente influenciadas por aquilo que contemporaneamente os americanos estavam fazendo no Vietnam.

Quando do regresso a Lisboa de António Augusto dos Santos em 1970, passa a exercer o cargo de Comandante-Chefe das Forças Armadas de Moçambique dispondo então de maiores recursos de unidades de intervenção (incluindo tropas locais) e de logística para a realização de grandes operações. Segundo um analista, «no plano militar, a sua acção orientou-se por quatro vectores principais contra a FRELIMO: cortar as linhas de reabastecimento (Operação *Fronteira*); isolar a população através de uma política de

aldeamentos; atacar o coração do inimigo, no planalto dos Macondes (Operação *Nó Górdio*); e garantir a construção da barragem de Cahora-Bassa, aproveitando a sua albufeira para impedir a progressão para sul. Apesar dos relativos êxitos conseguidos – nomeadamente o transporte de cargas críticas para Cahora-Bassa e o andamento da construção da barragem – a estratégia montada não teve, de imediato, os êxitos esperados, designadamente pelos efeitos da Operação *Nó Górdio*. Kaulza viria a propor o reforço dos efectivos militares de Moçambique em cerca de dez mil homens e a criação de um comando-chefe unificado para Angola e Moçambique, que permitiria ‘deslocar tropas de uma província para outra, consoante as necessidades operacionais’, condições que foram recusadas pelo Conselho Superior de Defesa Nacional» (Soares, 2005: 20).

Terminada aquela comissão em Julho de 1973 e apercebendo-se das movimentações de capitães que se estavam a desenvolver, tenta uma manobra política de antecipação, visando a substituição de Marcelo Caetano à frente do governo. Foi passado compulsivamente à reserva logo em Maio de 1974 e preso após a jornada de 28 de Setembro, por mais de um ano. Em 1977 intentou uma acção judicial contra o Estado e fundou uma organização política, o Movimento Independente para a Reconstrução Nacional (MIRN), continuando nos anos seguintes uma acção crítica do regime democrático saído da revolução de 1974 e vindo a falecer em 2004.

Geralmente reconhecido como possuidor de uma superior inteligência e de grande tenacidade e coragem pessoal, era também visto por muitos dos seus pares como pessoa extremamente ambiciosa. Enquando oficial que pertenceu ao CEM, é claramente uma das figuras mais inequívocas do militar-político, interveniente activo na fase terminal do Estado Novo.

Louro de Sousa

Fernando Louro de Sousa nasceu em Lisboa a 29 de Agosto de 1911, filho de militar. Foi aluno do Colégio Militar, assentou praça em 1928, cursou as cadeiras preparatórias na Universidade de Lisboa e frequentou a Escola Militar a partir de 1931, saindo alferes de Infantaria em 1934 e prestando serviço nos anos seguintes como instrutor na Escola Prática de Infantaria, em Mafra.

Entre 1940 e 1943 frequenta o Curso de Estado-Maior no Instituto de Altos Estudos Militares, ingressando no respectivo quadro e cumprindo as funções que lhe correspondiam na 3ª Direcção-Geral do Ministério da Guerra (Estado-Maior do Exército) e no Quartel-General da 2ª Região Militar sediado

em Coimbra. Entre 1944 e 1958 passa a maior parte do tempo em Moçambique, nas funções de sub-chefe e de chefe do Estado-Maior do Comando Militar da província (também dirigindo durante dois anos a milícia da Mocidade Portuguesa local), com uma estadia de um trínio em Lisboa em estruturas do Ministério do Exército ligadas às questões militares africanas.

Em 1959, já Coronel, chefia a 4ª Repartição do Estado-Maior do Exército (Logística) e vai frequentar o Curso de Altos Comandos em 1961-62. Como Coronel tirocinado, comanda o Regimento de Infantaria 13, em Vila Real, até ser destacado para a Guiné em 1963, sendo pouco depois promovido a brigadeiro.

Assume o Comando Territorial Independente desta província e (sendo governador o Capitão-de-Fragata Vasco Rodrigues, sem patente para o poder fazer), cumulativamente, as funções de Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné, justamente no período em que se desenvolve consideravelmente a luta armada desencadeada pelo PAIGC. Por exemplo, é sob o seu comando superior que tem lugar a Operação *Tridente*, entre 15 de Janeiro e 23 de Março de 1964, «uma das grandes operações que as forças portuguesas realizaram nos teatros de operações de África. Em termos conceptuais, tratou-se de uma operação combinada de forças do Exército, Marinha e Força Aérea, que realizaram uma ofensiva convencional contra um objectivo determinado – a ilha do Como. [...] Tinha como finalidade ocupar as três ilhas que constituem a região do Como: Caiar, Como e Catunco, as quais, desde 1963, estavam controladas pelos guerrilheiros do PAIGC» (Afonso & Gomes, 2010: 224).

Talvez devido a dificuldades de entendimento entre a administração civil e as forças militares que provocaram atritos no relacionamento entre o governador e o Comandante-Chefe, os responsáveis de Lisboa decidiram fazer regressar ambos os oficiais (o primeiro em Abril, o segundo em Maio de 64), assumindo o brigadeiro Arnaldo Schultz, um homem da sua geração do CEM, ambas as funções.

O resto da sua carreira é cumprido com a Direcção do Serviço de Transportes do Exército (1964-68, em acumulação com a direcção do curso de promoção a oficial superior do IAEM) e, já com o posto de General, com o comando da então 3ª Região Militar, com sede em Évora (1969-71), e o alto cargo de Quartel-Mestre-General do Exército (1971-74). É passado à reserva na sequência imediata da revolução de Abril de 1974 e faleceu no ano de 1989. Era de religião católica, praticante.

Esta trajectória profissional de um oficial do CEM apresenta um perfil tipicamente militar, sendo dos raros que tinha experiência africana antes do rebenatar das guerras independentistas dos anos 60.

Joaquim Luz Cunha

Joaquim da Luz Cunha nasceu a 4 de Janeiro de 1914 em Faro. Frequenta os preparatórios na universidade e, em seguida, o curso de Engenharia da Escola Militar, sendo promovido a alferes desta Arma em 1938. Colocado na Escola Prática de Engenharia, em Tancos, aí permanece até 1944, quando é nomeado para frequentar o curso de Estado-Maior no Instituto de Altos Estudos Militares. Concluído este, ingressa no CEM com o posto de Capitão e fica a prestar serviço na 3ª Direcção-Geral do Ministério da Guerra (Estado-Maior do Exército), acumulando com o exercício de funções docentes no IAEM em Caxias, nomeadamente no curso de Estado-Maior, que exerceu durante muitos anos (e no qual os alunos o nomeavam pelo epíteto de “mão marota”). Nesta altura, fornece também uma colaboração ao General Cota Morais, Comandante-Geral da Legião Portuguesa, na organização deste corpo enquanto Defesa Civil do Território.

Em meados dos anos 50 é nomeado para frequentar a *École Supérieure de Guerre* de Paris (no seguimento de Freire e de Schultz, e contemporaneamente com Pinto Bessa e Mota de Oliveira, todos do CEM), tendo no final realizado estágios inter-ramos na Alemanha (operações aero-combinadas) e na Argélia (operações anfíbias).

Desempenha as funções de adido militar no Brasil em 1960-62 quando, em Dezembro deste último ano, é escolhido por Oliveira Salazar para Ministro do Exército. É apenas Coronel e vai exercer o cargo até 1968, colaborando estreitamente com o Ministro da Defesa Gomes de Araújo e o Chefe do Estado-Maior do Exército Câmara Pina no reforço dos meios para sustentar o incremento que a guerra estava sofrendo nos três teatros africanos. Largou o governo em Agosto de 1968 (juntamente com o Ministro da Marinha), ainda com o doutor Salazar em funções. Mas ter-se-á desentendido com o Ministro da Defesa seguinte, Sá Viana Rebelo.

Deixando a acção política, frequenta o Curso de Altos Comandos em Pedrouços no ano lectivo de 1968-69, é promovido logo em Agosto desse ano a brigadeiro, e a General um ano depois. Com este posto, assume inicialmente o cargo de Comandante Militar de Angola (1972) mas em breve substitui Costa Gomes na função maior de Comandante-Chefe, que exerce até ao início do ano de 1974.

Em Março deste ano, no seguimento da crise entre o chefe do governo Marcelo Caetano e os Generais Costa Gomes e Spínola, é chamado a Lisboa e, promovido a General de 4 estrelas, assume por um mês o cargo de Chefe do

Uma sociografia dos oficiais do Corpo de Estado-Maior do Exército Português (1938-1974)

Estado-Maior General das Forças Armadas, que o primeiro daqueles ocupava. Obviamente, foi destituído pelo movimento revolucionário que se seguiu.

Estamos aqui perante o caso de um percurso de oficial do CEM que, sendo basicamente militar, aceita contudo desempenhar uma função política de relevo no topo do Estado Novo, durante um período relativamente alongado. E ficou mais comprometido com a derradeira nomeação para um cargo que, naquelas circunstâncias, foi imediatamente envolvido na queda do regime. Segundo testemunha, terá ficado magoado com a acusação de incompetência que lhe foi feita pelos militares “abrilistas” acusadores, pondo uma acção em tribunal contra o Estado; e tinha consciência do carácter político envolvido no exercício de certos altos cargos militares, como o de Comandante-Chefe em Angola, que desempenhou.

Por casamento, foi cunhado de Kaulza de Arriaga, e era pessoa distante de preocupações religiosas. Faleceu em 1992.

Bettencourt Rodrigues

José Manuel Bettencourt Conceição Rodrigues nasceu a 5 de Junho de 1918 no Funchal (Madeira). Realizou os seus estudos secundários na capital, no liceu Pedro Nunes, e os preparatórios na faculdade de ciências da Universidade de Lisboa. Assentando praça em 1936, realizou o curso de Infantaria na Escola do Exército, que concluiu com a mais elevada classificação (e ganhou a alcunha de “Zé da Ilha” por que ficou conhecido entre os próximos). Foi promovido a alferes em 1939 e serviu em várias unidades da sua Arma.

Nomeado para a frequência do curso de Estado-Maior, concluiu este em 1951 com a classificação de Distinto. Em 1953 foi para os Estados Unidos onde obteve o diploma do *Command and General Staff College* em Leavenworth, Kansas, sendo dos raros oficiais do CEM da sua geração a adquirir tal formação, ganhando desde então entre os seus pares a reputação de “americano” (talvez por contraste com o maior número formado em França).

Durante vários anos foi professor nos cursos de Estado-Maior no Instituto de Altos Estudos Militares, primeiro em Caxias e depois em Pedrouços, vindo a ser director desse processo de formação de oficiais para o CEM. Também colaborou com Arnaldo Schultz quando este, em meados da década de 50, dirigia a instrução da Milícia da Mocidade Portuguesa. Prestou igualmente serviço no Estado-Maior do Exército e foi adido militar junto da embaixada de Portugal em Londres.

Em finais de 1961 vai para Angola exercer o cargo de Chefe de Estado-Maior da Região Militar (servindo sob as ordens dos Generais Holbeche Fino e Reverendo da Conceição).

No ano lectivo de 1967-68 frequenta o Curso de Altos Comandos, concluído com a classificação de Muito Apto. Logo em Agosto desse ano é promovido a brigadeiro e, simultaneamente, entra para o governo do doutor Salazar, substituindo Luz Cunha na pasta do Exército (e sendo reconduzido no mês seguinte pelo novo Presidente do Conselho Marcelo Caetano). Exerce o cargo até 1970, parece que sem muita felicidade, quando retorna a Angola para, sob as directizes superiores traçadas pelo Comandante-Chefe Costa Gomes, assumir o novo cargo de Comandante da Zona Militar Leste de Angola. Terá desempenhado com brilhantismo estas funções, com base em boas informações, iniciativa táctica e estratégica, discreta negociação com o IN para neutralizar a UNITA na zona, “acção psico-social” bem sucedida, reactivação da economia, etc., conseguindo uma apreciável pacificação do conflito nesta vasta região do interior de Angola. Os seus méritos foram reconhecidos com a atribuição rara – e única em oficiais do CEM – da medalha de Valor Militar.

Em Setembro de 1973 toma posse do cargo de Governador da Província e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné, em substituição de Spínola. A sucessão era obviamente difícil, a personalidade dos dois militares muito distinta, a situação militar tinha-se tornado periclitante e, por tudo isto, Bettencourt Rodrigues nada terá feito de notável nesse seu curtíssimo desempenho. De facto, a 25 de Abril de 1974, tendo-se recusado a aderir ao movimento revolucionário desencadeado em Lisboa, é preso no palácio em Bissau, enviado para Cabo Verde e passado à reserva por decisão da Junta de Salvação Nacional logo no dia 14 de Maio seguinte.

Segundo um alargado feixe de opiniões, foi um dos mais brilhantes chefes militares da sua época, gozando de grande prestígio no Exército, mas que terá sido particularmente infeliz nas duas intervenções que aceitou fazer na arena política, tanto no caso do governo central como nas funções político-militares que desempenhou na Guiné, no quadro de uma política ultramarina à beira do esgotamento.

Não consta que fosse pessoa de grandes preocupações religiosas. Faleceu em Lisboa no ano de 2012.

Paiva Brandão

João de Paiva de Faria Leite Brandão nasceu em Guimarães a 19 de Agosto de 1912, de pai oficial de Marinha e família de antiga nobreza. Foi aluno do Colégio Militar. Alistou-se em 1930 na Escola Militar, fez os preparatórios universitários e depois o curso de Artilharia (nas instalações do Paço da Rainha, a Gomes Freire, em Lisboa) sendo promovido a alferes em 1936. Entre os seus próximos, era por vezes tratado pelo epíteto de “De...De..” devido à aristocrática repetição da partícula no seu nome.

Serviu como oficial subalterno no Regimento de Artilharia Ligeira 5 (Penafiel) e no Regimento de Artilharia Pesada 2 (Serra do Pilar, em Gaia). Candidatou-se e realizou o Curso de Estado-Maior em Caxias, no Instituto de Altos Estudos Militares, que concluiu em 1945, ingressando no CEM no ano seguinte como Capitão.

Nos anos subsequentes prestou serviço na 3ª Direção-Geral do Ministério da Guerra (Estado-Maior do Exército), foi professor do curso de Estado-Maior no IAEM, esteve como adido militar em Washington (em 57-59), desempenhou várias funções no Secretariado-Geral da Defesa Nacional no período 1961-63 (entre elas a de chefe de gabinete do Ministro da Defesa Nacional) e realizou o seu “ano de comando” em 62-63 no Regimento de Artilharia de Costa, em Oeiras. Frequentou o Curso de Altos Comandos em 1962-63 sendo de imediato promovido a brigadeiro, em Agosto deste último ano.

Como oficial-general cumpriu uma comissão em Angola entre 1964 e 1966, primeiro como chefe do Estado-Maior da Região Militar, depois como seu 2º Comandante. Já promovido a General, é colocado no Estado-Maior do Exército; vai para Moçambique em 1967 como Comandante da respectiva Região Militar mas em breve é evacuado por razões de saúde, vindo ocupar o lugar de Secretário-Adjunto da Defesa Nacional (coadjuvando o General Deslandes, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas) no período 1968-72.

Em Março de 1972, como General de 4 estrelas, assume as funções de Chefe do Estado-Maior do Exército, de que só é desalojado em Abril de 1974 por decisão da Junta de Salvação Nacional. É como titular deste cargo que lhe cabe fazer o discurso de apoio da alta oficialidade das Forças Armadas ao chefe do governo Marcelo Caetano no dia 14 de Março de 74, na sequência do conflito entre este e os Generais Costa Gomes e Spínola. Tê-lo-á feito conscientemente, por dever de lealdade institucional (até porque os homens da sua tutela política directa, Andrade e Silva e Viana de Lemos, haviam desaconselhado a iniciativa) mas, segundo testemunho, “*la mort dans l’âme*”.

Refugiou-se então em funções de agricultor do património familiar, em Guimarães, com envolvimento em círculos regionalistas tradicionais. Era católico com prática religiosa, mas questionante. Respeitador das instituições do Estado Novo – tendo sido mesmo deputado à Assembleia Nacional em 1953-57 e procurador à Câmara Corporativa de 1965 até ao fim – revia-se sobretudo na vida política liberal-conservadora de um país como a Inglaterra. Faleceu em 1997.

Silvino Silvério Marques

Silvino Silvério Marques nasceu na Nazaré a 23 de Março de 1918. Frequentou na capital o liceu Camões, bem como cadeiras preparatórias na faculdade de ciências da Universidade de Lisboa, cumprindo depois o plano de estudos de Engenharia na Escola do Exército com elevadas classificações. Foi promovido a alferes em 1941.

Depois de prestar serviço em unidades da sua Arma, fez o Curso de Estado-Maior em Caxias e ingressou no CEM como Capitão em 1950, trabalhou na 3ª Direção-Geral do Ministério do Exército (1950-52), foi o primeiro chefe do Serviço de Cifra do Exército (1952) e foi professor catedrático na Escola do Exército entre 1953 e 1957.

Nesta altura, acabado de ser promovido a Tenente-Coronel, inicia uma nova orientação da sua carreira profissional ao ser convidado e aceitar o lugar de governador da província de Cabo Verde, que exerceu entre 1958 e 1962. Nesta função, empenhou-se na superação das “crises de fome” que, de tempos a tempos, assolavam a população, melhorando a produção agrícola, regularizando os abastecimentos e criando novas infraestruturas para um melhor desenvolvimento económico e social.

O balanço desta governação terá sido julgado positivo pelo governo de Lisboa, pois que o nomeou para governador-geral de Angola, após o afastamento de Venâncio Deslandes em 1962. Tendo então Silvério Marques ainda o posto de Tenente-Coronel (do CEM), impôs-se desde logo a separação deste cargo de administração civil (mas de responsabilidade global pelo que se passava no território) do comando-em-chefe das forças militares, então empenhadas em operações de guerra, voltando a colocar-se o problema da bi-cefalia do poder que nunca foi cabalmente resolvido em toda a moderna história colonial portuguesa. Com os condicionais impostos pela guerra, não deixou de se verificar neste período do seu governo (1962-1966) um surto importante de crescimento económico e algum esforço de desenvolvimento social, sobretudo

Uma sociografia dos oficiais do Corpo de Estado-Maior do Exército Português (1938-1974)

no capítulo da saúde e da alfabetização das populações rurais infantis, isto nas zonas abrigadas das acções violentas da guerrilha e dos militares portugueses.

No término desta função política, regressa a Lisboa e frequenta em Pedrouços o Curso de Altos Comandos no ano lectivo de 1967-68, sendo promovido a brigadeiro em 1969 e a General em 1973. Entretanto desempenhou sucessivos cargos militares, por períodos relativamente curtos, ao mesmo tempo que participava como vogal no Conselho Superior Ultramarino e assumia funções de administrador em grandes empresas financeiras e industriais como era o caso do Banco Nacional Ultramarino e da Siderurgia Nacional. Na esfera castrense, trabalhou então no Estado-Maior do Exército (1968-69), foi Director interino da Arma de Engenharia (1970-71), depois 2º Comandante da Região Militar de Moçambique (1971-73) e finalmente Director-Adjunto da Instrução (1973-74).

No Verão de 1974 é ainda nomeado pelo Presidente da República, General Spínola, para Governador-Geral de Angola, que só exerce durante um mês, acabando por passar à situação de reserva algum tempo depois.

Eis mais uma figura que ilustra o perfil de militar-político de vários destes oficiais da “super-elite” do CEM. No quadro do regime democrático saído da revolução de Abril de 74, Silvino Silvério Marques continuou durante muitos anos a defender, por conta própria, o essencial da antiga política ultramarina portuguesa (sem esconder os seus desacordos com alguns aspectos dessa política), colocando-se criticamente perante aqueles militares que foram responsáveis pela queda do regime e o abandono dos territórios africanos ao eclodir de novos conflitos e ao apetite de novos poderes, internos e externos.

Costa Gomes

Francisco da Costa Gomes nasceu em Chaves a 30 de Junho de 1914, filho de um oficial do Exército. Frequentou em Lisboa o Colégio Militar entre 1924 e 1931, onde era conhecido pela alcunha do “*Carré*” (vindo a ter outras mais tarde, como as de “*Rouco*” e “*Rolhas*”). Assentou praça em Julho de 1931 no Regimento de Cavalaria 6, no Porto, como 1º sargento-cadete (um procedimento habitual nessa época para os alunos saídos do Colégio Militar), frequentando em seguida o ano universitário preparatório para a entrada na Escola Militar. Após cumprir os dois anos de curso na Escola Militar, é promovido a alferes da Arma da Cavalaria em Novembro de 1935.

Como oficial subalterno, presta serviço no Regimento de Cavalaria 3, em Estremoz, e depois no Porto, na GNR, onde está entre 1938 e 1944, aproveitando

então para prosseguir estudos na faculdade de ciências da Universidade do Porto, onde acabou por se licenciar em matemática naquele último ano, o que constitui um facto raro, mas não único, entre os oficiais de Cavalaria.

Admitido ao curso de Estado-Maior no Instituto de Altos Estudos Militares, em Caxias, completa este em 1948, ficando a estagiar na 3ª Direcção-Geral do Ministério da Guerra (Estado-Maior do Exército) e sendo mobilizado no ano seguinte para integrar, já como oficial do CEM, uma força expedicionária que foi enviada para reforçar a guarnição de Macau, perante os receios de uma invasão por parte do exército comunista de Mao-Tse-Tung.

Volta para o Estado-Maior do Exército em 1951, sendo promovido a Major em 1952 e a Tenente-Coronel em 1955. Envolvido na participação do Exército no quadro militar da NATO, Costa Gomes passa os anos de 1954 e 1955 nos Estados Unidos, na missão militar portuguesa chefiada por Humberto Delgado em Washington, e o biénio seguinte em Lisboa, no Secretariado-Geral da Defesa Nacional onde, como adjunto do chefe de Repartição Andrade e Silva, participa em frequentes reuniões da NATO em diversos países.

Nesta oportunidade terá sido entrevisto pelo Ministro da Defesa Santos Costa (que tutela o SCDN) como um elemento capaz de ser chamado a funções governativas, a ponto de ter sido um dos nomes por ele recomendado a Salazar, que o nomeia, de facto, Subsecretário de Estado do Exército em Agosto de 1958, coadjuvando o responsável da pasta do Exército Almeida Fernandes.

Nesta função, Costa Gomes fez viagens às províncias de África em 1959 e à Índia em 1960 das quais resultaram um plano de reorganização do dispositivo militar ultramarino que foi aprovado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional⁵⁰ a 15 de Agosto de 1959. Os aspectos mais visíveis desse plano foram a redução das forças expedicionárias que estavam em Goa desde 1955 e uma centragem na melhoria das capacidades militares em Moçambique e Angola, onde se previa a possibilidade de ocorrência de conflitos a breve prazo.

Na sequência da “abrilada” em 1961, Costa Gomes partilha com os ministros Botelho Moniz e Almeida Fernandes o afastamento do poder, sendo colocado em Beja como chefe do Distrito de Recrutamento e Mobilização nº 3, um lugar sem qualquer relevância militar. Porém, verifica-se uma certa reviravolta quando em 1963-64 é chamado a frequentar o Curso de Altos Comandos (com algum empenho pessoal de Santos Costa, que então dirigia o IAEM) e, não

⁵⁰ De que então faziam parte o Presidente do Conselho (Salazar), os ministros da Defesa Nacional (Botelho Moniz), do Exército (Almeida Fernandes), da Marinha (Quintanilha e Mendonça Dias), da Presidência (Theotónio Pereira), do Interior (Arnaldo Schultz), das Finanças (Pinto Barbosa), dos Negócios Estrangeiros (Marcello Mathias) e do Ultramar (Lopes Alves), e o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (Beleza Ferraz).

apenas completa o curso como é promovido a brigadeiro logo em Setembro de 1964. Depois de um breve período na Direcção da Arma da Cavalaria, é enviado para Moçambique desempenhar o cargo de 2º Comandante da Região Militar (sob as ordens do General Emílio Moura dos Santos).

Este particular segmento de percurso profissional, com a “queda em desgraça” após um desempenho político seguida de uma “recuperação” em frente-de-campanha não foi inédito em outros oficiais do universo do CEM (vide Schultz), mas a singularidade do caso de Costa Gomes reside no facto de, nesta nova situação, ele ter podido fazer de novo uma ascensão convincente até às mais altas responsabilidades da hierarquia castrense e, a partir daí, aceder outra vez à esfera do poder político, ainda mais acima de onde anteriormente tinha chegado. Esse, é um percurso absolutamente ímpar.

Com efeito, mercê da sua visão, inteligência e capacidade de decisão, ascende a Comandante da Região Militar de Moçambique nos anos de 1968 e 1969 e, já com o posto de General, apresenta-se como um sério candidato à sucessão de António Augusto dos Santos no cargo de Comandante-Chefe quando este finda sua comissão e regressa a Lisboa em 1970. Diz-se que, por força das influências movidas e pelas posições políticas opostas do passado, Kaulza de Arriaga ganhou esta corrida, mas que ao vencido foi dada a oportunidade/desafio de mostrar a sua valia em idêntico cargo na contra-costa.

Com efeito, entre 1970 e 1972 Costa Gomes exerce as funções de Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola, reestruturando o seu Quartel-General, impulsionando mais fortemente a “africanização” das forças combatentes, melhorando a logística e o serviço de informações e, talvez sobretudo, promovendo uma reorientação estratégica no dispositivo militar instalado, virando-o agora sobretudo para o Leste com a criação de uma Zona Militar (cujo comando entregou a Bettencourt Rodrigues) que agrupava quatro sectores coincidentes com os distritos administrativos (da Lunda, Moxico, Bié e Cuando-Cubango), da responsabilidade de brigadeiros que assumiam também o cargo de governadores de distrito, numa espécie de retorno à época dos capitães-mores do princípio do século com poderes civis e militares. Apoiando-se em opiniões de generais credenciados, afirma um historiador que «quando Costa Gomes deixou Angola, tinha conseguido vencer a guerra sob o ponto de vista militar» referindo que Loureiro dos Santos o considerou «o melhor comandante de teatro de operações’ de que Portugal dispôs em toda a guerra colonial» (Rodrigues, 2008: 90). Por estas razões, é condecorado com a ‘Torre e Espada’.

Regressado a Lisboa, é nomeado em Setembro de 1972 Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, um General de 4 estrelas com posição hierárquica superior a todos os outros mas sem o comando directo de qualquer meio de força, nem autoridade sobre os ramos, funcionando mais como um conselheiro militar do governo e do Ministro da Defesa Nacional.

É nessa função – e tendo, a partir de Janeiro de 74, como “número dois”, o General Spínola, aureolado pelos seus feitos militares e de governo na Guiné – que Costa Gomes vai entrar em choque com o governo de Marcelo Caetano e os sectores mais irredutíveis no prosseguimento do “esforço de guerra ultramarina”. Tem Spínola a seu lado, a quem autoriza a publicação do livro Portugal e o Futuro, e o braço-de-ferro só se desfaz, provisoriamente, com a exoneração de ambos em Março e, em definitivo, com o desfecho do acto revolucionário de 25 de Abril.

O seguimento da história, com a sucessão de cada um deles na Presidência da República e as suas respectivas saídas-de-cena da vida política, mais as promoções ao posto honorífico de Marechal, já não cabe nesta breve síntese.

Mas fica patente que se tratou de personalidade de superior inteligência, uma figura de militar que demostra as suas eminentes qualidades de comando no terreno e um político com excepcional intuição, prudência e capacidade de sobrevivência.

Terá sido católico praticante e veio a falecer em Lisboa no ano de 2001.

Basto Machado

Tomaz José Basto Machado nasceu a 14 de Dezembro de 1913, na Ribeira Brava, ilha da Madeira. Veio estudar para o Colégio Militar, que frequentou entre 1924 e 1931, sendo condiscípulo de Costa Gomes.

Realiza os dois anos preparatórios na faculdade de ciências necessários para entrar no curso de Artilharia da Escola Militar, que completa em 1937, sendo então promovido a alferes desta Arma.

Depois de prestar serviço em unidades da sua especialidade, nomeadamente no Regimento de Artilharia de Costa, é nomeado, por escolha, para a frequência do Curso de Estado-Maior, que conclui no ano de 1947, ingressando depois no CEM e indo prestar serviço na 3ª Direcção-Geral do Ministério da Guerra (Estado-Maior do Exército).

Em 1949-50 é o ajudante-de-campo do General Comandante Militar de Angola, e em 1951-52 desempenha as mesmas funções junto do Chefe do

Estado-Maior General das Forças Armadas, assistindo à passagem do cargo de Aníbal Passos e Sousa para Ortins de Bettencourt. Prossegue a sua actividade no Secretariado-Geral da Defesa Nacional até 1955 e está em França, em comissão extraordinária do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na representação portuguesa junto da NATO até ao ano seguinte, participando depois (em 57-58) em inúmeras reuniões e comissões da Aliança Atlântica.

No período posterior, trabalha no Estado-Maior do Exército (chefiando a 4ª Repartição, de Logística, entre 61 e 63), ao mesmo tempo que desde 1958 dá aulas no Instituto de Altos Estudos Militares. Já como Coronel, comandou a Escola Militar de Electro-Mecânica, em Paço d'Arcos, em 1962-63, frequentando no ano lectivo seguinte o Curso de Altos Comandos. Promovido a brigadeiro em Setembro de 1964, fica durante três anos professor do mesmo curso no IAEM, em Pedrouços.

No biénio 1967-69 exerce as funções de 2º Comandante da Região Militar de Angola, a que se segue – já no posto de General – a Direcção da Arma de Artilharia, o comando da 2ª Região Militar (com sede em Tomar) e o cargo de Adjuncte-General do Exército, em 1972-73.

Em 1973, sucede a Kaulza de Arriaga como Comandante-Chefe das Forças Armadas de Moçambique. Regressado a Lisboa em finais de Maio de 1974, é nomeado Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, cargo que exerceu até à passagem à reserva, a seu pedido, no ano seguinte.

Praticou durante muitos anos alguns desportos e teve intervenção voluntária em várias agremiações associativas da sociedade civil. Faleceu em 2009.

Eis mais um caso exemplar, no universo do CEM, de uma trajectória essencialmente militar, no contexto do regime político de então e da guerra que se travava em África contra os independentistas locais.

Da análise conjunta destes 24 perfis biográficos, resultam, a nosso ver, as seguintes notas conclusivas:

- Curiosamente, numa corporação onde a reprodução da profissão paterna era muito frequente, com a existência de verdadeiras linhagens familiares, tal fenómeno observa-se pouco neste microcosmo do topo dos oficiais oriundos do CEM pois só 8, em 24, eram confirmadamente filhos de militares. Tudo se passa como se, tratando-se do resultado de uma severa selecção “dos melhores entre os melhores”, tais factores de influência educativa primária

tivessem afinal menor impacto. Em todo o caso, não deixa de ser significativo que vários destes homens se tenham iniciado nos rituais do meio militar logo em crianças, frequentando o Colégio Militar (casos de Barros Rodrigues, Botelho Moniz, Freire, Louro de Sousa, Paiva Brandão, Costa Gomes ou Basto Machado).

- Todos realizaram os seus cursos de Estado-Maior ainda em Caxias – então quase um “bairro militar” onde todos habitantes se conheciam –, fosse na antiga Escola Central de Oficiais, fosse no posterior Instituto de Altos Estudos Militares. Daqueles que completaram tais estudos com a frequência de escolas superiores militares no estrangeiro, evidenciavam-se os que o fizeram em França (Abranches Pinto, Araújo, Beleza Ferraz, Freire, Schultz, Cunha) contra apenas dois em Espanha (Sá Viana e Santos) e um nos EUA (Bettencourt Rodrigues).
- Regista-se, neste grupo, a novidade da entrada de oficiais de Engenharia no CEM, acrescentando maior pendor académico à formação militar. Com efeito, em 24, 8 eram provenientes desta Arma (Pina, Freire, Almeida Fernandes, Andrade e Silva, Sá Viana, Kaulza, Cunha e Silvério Marques) quando na fase anterior à reforma de 1937 (por exemplo, ainda em 1935), não existia qualquer oficial de Engenharia habilitado com o curso de Estado-Maior.
- Pelo teor geral dos seus itinerários profissionais, verifica-se uma aceitação geral do quadro político nacional (do Estado Novo e do salazarismo) e das missões confiadas pelo governo às Forças Armadas: uma “prevenção” perante o conflito armado em Espanha e a Segunda Guerra Mundial; um envolvimento modernizador na NATO; e um empenho na guerra contra-subversiva em África, a partir de 1961. A história não permitiu que uma eventual intervenção armada do Exército em conflito interno (como as que aconteceram entre 1927, 28 e 31, ou mais gravemente em Espanha em 1936) pudesse ter posto à prova, no período estudado, o comportamento da oficialidade em tais circunstâncias extremas.
- As grandes clivagens que terão cindido mais gravemente as opiniões fundamentadas destes vários membros da alta oficialidade do Exército ao longo de todo o período considerado surgiram sempre por desacordos quanto ao modo de exercício do poder político nacional e às suas orientações, internas e externas (como é evidente nos casos da “abrilada” de 61 e da revolução

de 1974), embora outras tivessem decerto existido no seio da instituição militar (porventura quanto às opções da reorganização e rearmamento de 1937-40, ao contingente a afectar à NATO ou à estratégia da condução da guerra contra-subversiva em África), estas porém acomodadas no interior dos processos normais de tomada de decisões e de discussão doutrinária, ou sob a forma de rivalidades inter-pessoais entre os principais protagonistas.

- A tentativa de afastamento de Salazar protagonizada por Botelho Moniz, Almeida Fernandes, Costa Gomes e uma parte dos altos comandos militares pode considerar-se um momento crucial de fissura nas relações entre as Forças Armadas e o poder político. Colocado no contexto da época – internamente, após as perturbações causadas pela candidatura presidencial do General Humberto Delgado (um ex-CEM), a euforia celebrativa do ano henriquino, o assalto ao paquete *Santa Maria* e o Programa para a Democratização da República; no plano internacional, com as independências de vários países africanos e sobretudo o processo tumultuoso do Congo Belga, e com a crise latente em França sobre a continuidade da guerra ou a independência da Argélia, culminando com o “*putch* dos generais, exacto contemporâneo da nossa “abrilada” – este acontecimento marca porventura também uma divisão de opiniões no interior do CEM que se exorçizará no curto/médio prazo com a “queda em desgraça” dos conspiradores e o reforço da unidade interna do grosso do corpo de militares profissionais perante as urgências de “defesa nacional” e “imposição da paz” nos territórios sob soberania portuguesa.
- Com uma excepção, nenhum destes oficiais aceitou desempenhar cargos de comando superior de forças militarizadas ou policiais dependentes de outro ministério, provavelmente porque os mesmos eram vistos como menos dignos da sua preparação e reputação. Porém, alguns foram os que, em fases intermédias das suas carreiras, aceitaram colaborar com a Legião Portuguesa ou na instrução da milícia da Mocidade Portuguesa. A interpretação deste comprometimento deverá, contudo, ser examinada com cuidado, caso a caso, entre a adesão plena e voluntária, a procura de uma pequena compensação financeira adicional e o desejo de não desagradar ao convidante.

- Observa-se a presença de traços da antiga aristocracia militar, em pelo menos cinco casos (Barros Rodrigues, Botelho Moniz, Pina, Almeida Fernandes e Paiva Brandão).
- Vários destes militares eram católicos praticantes e empenhados. Mas outros cumpriam apenas alguns preceitos religiosos por costume social e havia também pessoas indiferentes ou afastadas dessas preocupações.
- A questão de uma eventual divisão do alto-comando entre “germanófilos” e “aliadófilos” não encontrou ecos nas fontes aqui utilizadas. O rearmamento do Exército com material fornecido pela Itália e pela Alemanha pode ser entendido na sequência da antiga preocupação dos governos de Portugal de diversificarem essas dependências externas, embora à custa de maiores dificuldades de standardização e reabastecimento. Mas, se não se pode retirar significado político à decisão do envio de missões do CEM e de oficiais-alunos do curso de Estado-Maior (em 1941 e 42, respectivamente) à Alemanha e “frente leste”⁵¹, também é verdade que as relações militares com a Inglaterra foram sempre mantidas e que, a partir de 1941, algumas personalidades desta “super-elite” tiveram papel relevante na colaboração tida com os Aliados contra os regimes nazi-fascistas.
- Praticamente todos estes oficiais estiveram envolvidos na década de 1950 na participação do Exército português nas estruturas da NATO, com inúmeros contactos internacionais e visitas ao estrangeiro.
- Até 1961, verifica-se uma quase total ausência de oficiais com experiência militar do ultramar português (com as excepções de Abranches Pinto e Louro de Sousa); a partir daí, quase todos os que estavam em condições para tal, a fizeram, embora já em condições muito diferentes das anteriormente existentes.
- O desempenho de cargos governamentais isentou por vezes as condições (cursos, comandos ou antiguidades) para a promoção a postos imediatos (casos de Santos Costa, Abranches Pinto, Gomes de Araújo ou Botelho Moniz). Noutros casos os próprios fizeram

⁵¹ Ver a comunicação de João Neves “As visitas dos oficiais do Corpo de Estado-Maior à Alemanha e à Frente Leste durante a Segunda Guerra Mundial”, Seminário ‘Portugal e o Holocausto, Aprender com o Passado, Ensinar para o Futuro’, organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa, Lisboa, 29 e 30 de Outubro 2012.

questão de cumprir as formalidades exigidas para a progressão na carreira (também Santos Costa ou Araújo, e por outro lado Schultz, Almeida Fernandes ou Costa Gomes).

- As menções honoríficas têm um valor relativo e precisam de ser referidas ao contexto de cada época. Por exemplo, com excepção de alguns casos muito particulares (vide o piloto Nascimento Costa, morto no paquete *Santa Maria* quando da operação Dulcineia em 1961), a ‘Torre e Espada’ deixou de ser concedida por meras razões políticas depois da Segunda Guerra Mundial; e todos os casos da sua atribuição a partir de 1961 têm a ver com as campanhas militares em curso em Angola, Guiné e Moçambique. Os louvores, até àquele ano, eram também dados em muito menor número, sobretudo os publicados em Ordem de nível superior à unidade (e a *fortiori* em *Ordem do Exército*), sendo normal um destes biografados contar apenas dez louvores averbados na sua folha de serviços (caso de Lopes da Silva), outro atingir os dezanove (caso de António Augusto dos Santos) mas já excepcional tal número ultrapassar os trinta (casos de Freire, Schultz ou Louro de Sousa). E a medalha militar de prata de Serviços Distintos só podia ser concedida ao mesmo oficial duas vezes, no máximo, e a de ouro uma única vez. Por tudo isto, do ponto de vista da ética militar, deve ser especialmente enfatizada a atribuição da medalha de Valor Militar a Bettencourt Rodrigues, após a sua comissão no leste de Angola; e ponderadamente reconhecido o mérito da concessão da ordem da ‘Torre e Espada’ a alguns dos comandantes superiores da guerra de África (Freire, Andrade e Silva, António Augusto dos Santos e Costa Gomes).

- Todos estes oficiais se conheciam mutuamente e se assumiam como grupo de elite em relação à restante oficialidade do Exército; porém, isto verificava-se de modo segmentado, segundo vários patamares de idade/antiguidade. Até porque todos eles foram alunos dos que os antecederam. Os mais graduados (e necessariamente idosos/antigos) eram tratados pelos restantes com respeito e da forma protocolar exigida pela cultura castrense (“meu General”, etc.). Mas é entre os camaradas de curso ou geração que as rivalidades são mais acentuadas, pela melhor nota obtida no final da formação, pela antecipação na promoção ou pela nomeação para lugares mais apetecíveis ou prestigiosos – isto, a despeito de ser apenas entre

estes que se usa o tratamento por “tu” e de muitas vezes os unirem relações de amizade e convívio familiar. Neste sentido, podem descortinar-se três sucessivas vagas geracionais no interior deste grupo selecionado: os irmãos Passos e Sousa, Barros Rodrigues, Santos Costa, Botelho Moniz, Gomes de Araújo, Abranches Pinto e ainda Lopes da Silva e Beleza Ferraz compõem a *primeira*, geralmente participante ou adepta da intervenção do Exército na vida política da República; com Câmara Pina numa posição um pouco distanciada mas sobretudo com Freire, Almeida Fernandes, Andrade e Silva, Sá Viana, Schultz, Santos, Kaulza e Louro de Sousa, temos uma *segunda* geração de oficiais CEM, já formados e inseridos sob as reformas de 1937 (vários deles protagonizando a referida entrada no Corpo dos oficiais de Engenharia), que tomaram parte activa na modernização do Exército dos anos 50 e depois vieram a assumir altos cargos na condução da guerra colonial; e, como *terceira* vaga, essencialmente constituída por oficiais entrados no CEM no “período NATO” mas que depois têm de enfrentar as realidades diferentes da guerra africana, surgem as figuras de Paiva Brandão, Costa Gomes, Basto Machado, Bettencourt Rodrigues, Luz Cunha e Silvério Marques.

- A escolha de alguns destes oficiais para cargos governativos implicava, obviamente, um acordo geral com a orientação política do regime mas foi muitas vezes baseada no conhecimento pessoal que estes oficiais tinham uns dos outros, recomendando-os à decisão final do ministro ou do chefe do governo. Já o ajuizamento que possamos fazer da participação parlamentar (de 9, entre os 24 analisados) tem de ser escrutinado com mais cuidado porque algumas vezes foi encarada como um meio de defesa corporativa dos militares no seio do regime, e noutras (caso da Câmara Corporativa) tratava-se de uma inerência ou quase-inerência de estrita representação profissional.

- Finalmente, parece poderem descortinar-se cinco perfis de trajectórias profissionais diferenciadas no seio desta “super-elite” oriunda do CEM:

a) *essencialmente militares*, com 9 casos (Aníbal Passos e Sousa, Barros Rodrigues, Beleza Ferraz, Câmara Pina, Freire, António Augusto dos Santos, Louro de Sousa, Paiva Brandão e Basto Machado);

- b) *essencialmente de militares-políticos*, com 7 casos (Abílio Passos e Sousa, Santos Costa, Botelho Moniz, Gomes de Araújo, Sá Viana, Kaulza de Arriaga e Silvino Silvério Marques);
- c) militares com temporários desempenhos políticos, com 5 casos (Lopes da Silva, Schultz, Luz Cunha, Andrade e Silva e Bettencourt Rodrigues);
- d) dois casos singulares, com desempenhos políticos significativos mas temporalmente limitados, e outras ocupações profissionais ou afastamentos dos centros de poder prolongados no tempo (Almeida Fernandes e Abranches Pinto);
- e) finalmente, um caso excepcional de inteligência e sobrevivência política entrecruzada com a demonstração de grandes capacidades de comando militar (Costa Gomes).

b. Grupos, proximidades, tensões e clivagens: análise psico-sociológica

Como atrás se anunciou, esta última análise praticada no nosso estudo sociográfico dos oficiais do CEM consiste na exploração estatística dos resultados da aplicação de um questionário a 29 entrevistados – pessoas íntimas, geralmente filhos; e outros indivíduos próximos desta “super-elite” por nós seleccionada – relativo a traços de temperamento ou personalidade daqueles oficiais e às relações que terão existido entre eles.

O método consistiu na procura de *objectivar a subjectividade* com recurso à memória que pessoas muito próximas desses 24 oficiais tivessem deles, das suas relações mútuas e da visão avaliativa que os mesmos tinham sobre cada um dos seus pares.

Da lista dos 24 seleccionados, podemos obter os testemunhos e as respostas ao questionário (mais ou menos completas) relativos a 19 de entre eles. A estes acrescentámos mais 8 respostas de filhos de outros oficiais do CEM cujos pais não faziam parte da lista dos 24 mas que com eles tiveram intensa proximidade profissional e pessoal³² – mormente, no microcosmos social da povoação de Caxias, onde inicialmente se localizou a escola de formação dos oficiais do CEM –, completando assim com mais algumas avaliações a caracterização da referida “super-elite”.

³² Casos de familiares dos Generais Manuel Barreira Antunes, Henrique Santos Paiva, Fernando Viotti de Carvalho, André Pinto Bessa, Carlos Algóes Ayres e Orlando Barbosa, do Brigadeiro José Ferreira dos Reis e do Coronel António Faria Leal.

Concretamente, 4 variáveis foram aqui utilizadas:

- 1 pergunta (desdobrada em pares de atributos opostos) relativa à caracterização da pessoa avaliada no que respeita ao seu temperamento, atitude e postura pessoal – isto é, avaliação psicológica por alguém que conheceu de perto ou intimamente a pessoa em causa;
- 1 pergunta sobre quais dos restantes 24 eram visita de casa ou pessoa das suas relações de amizade – permitindo identificar objectivamente os mais intensos relacionamentos pessoais ou afectivos existentes entre alguns dos 24;
- 1 pergunta sobre o grau de admiração ou simpatia que a pessoa avaliada nutria por cada um dos outros 24;
- e, por último, inversamente, 1 pergunta sobre o grau de distanciamento ou antipatia que a mesma nutria por cada um dos outros da mesma lista de 24.

Uma pergunta prevista sobre o tratamento por “tu” nas relações interpessoais acabou por não ser utilizada porque previamente se percebeu que essa era uma forma de intimidade exclusivamente utilizada entre aqueles que tinham frequentado a escola militar inicial na mesma época.

Para além da explicação dos intuítos deste exercício e do apelo à maior objectividade possível nas respostas, procurando controlar as afectividades respectivas e a reprodução implícita das empatias e antipatias “deles”, a quantificação das avaliações (sempre com pontuações de 0 a 5) e a sua análise estatística deverão tender a reduzir esses efeitos de enviesamento.

Os dados quantitativos recolhidos, verificados por diversos testes, foram suficientes para permitir um tratamento estatístico sofisticado, o qual foi realizado por especialistas da área da psicologia social e das organizações⁵³ e consistiu numa análise estatística de redes sociais.

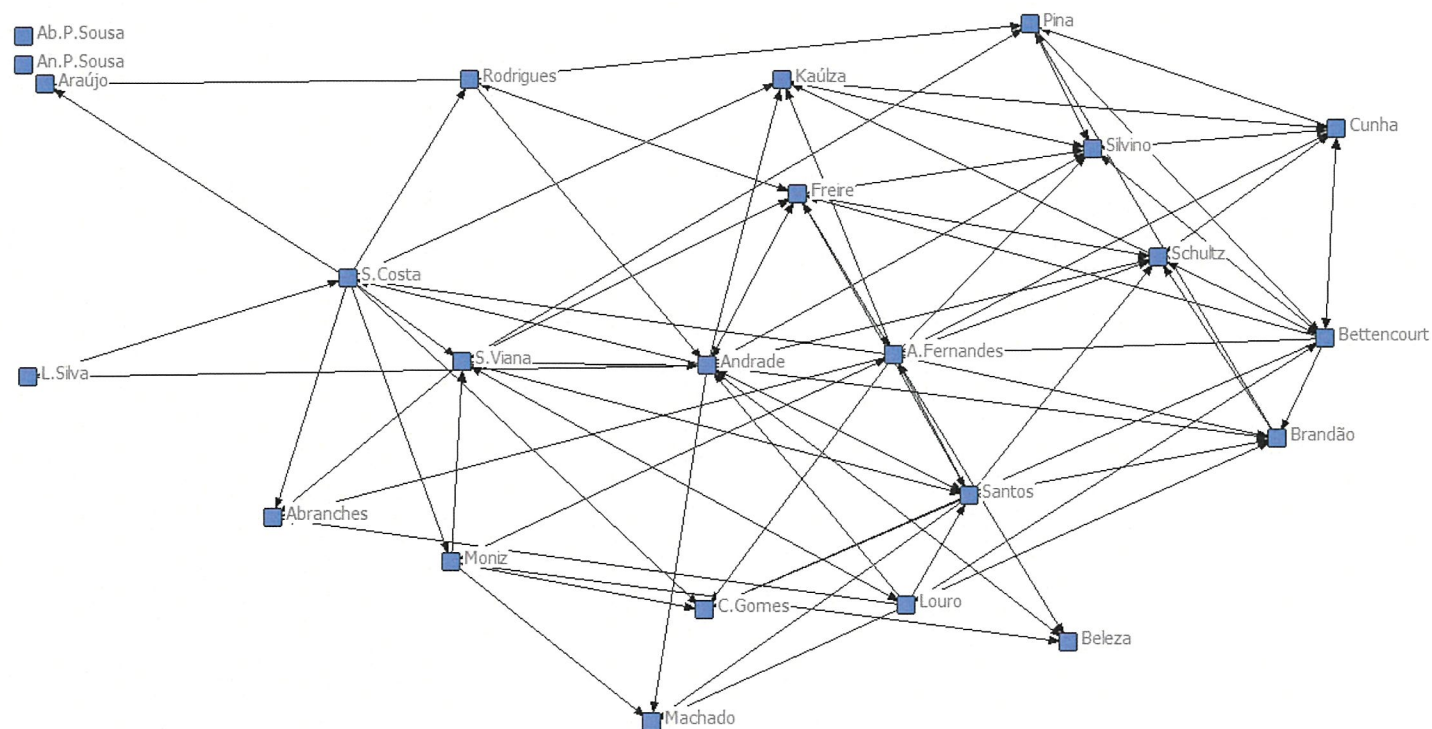
Em primeiro lugar, vejamos os resultados obtidos nesta análise quanto à caracterização psicológica – *temperamento, personalidade e atitude geral* – destes oficiais. Os 24 diagramas individuais figuram no Anexo I (Gráficos de caracterização). Mas podemos aqui referir os valores mais significativos que foram obtidos, indicando uma forte convergência de opiniões (de íntimos, de próximos e de pares) nessa caracterização pessoal. Assim, em Santos Costa e em Kaulza de Arriaga evidenciava-se o atributo “autoritário” (*versus* “liberal”);

⁵³ Aqui deixamos o nosso agradecimento à mestre Catarina Santos, bem como ao Professor doutor António Caetano, do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, que a supervisionou neste exercício.

em Botelho Moniz os atributos de “ponderado”, “decidido” e “extrovertido” (em contraste com os atributos seus contrários); em Barros Rodrigues os de “ponderado” e “analítico”; em Gomes de Araújo, Sá Viana, Louro de Sousa, Luz Cunha, Bettencourt Rodrigues e Silvino Silvério Marques o atributo de “decidido”; em Câmara Pina e em Silva Freire o de “analítico”; em António Augusto dos Santos o de “caloroso”; e em Arnaldo Schultz os de “autoritário” e “extrovertido”. Os restantes oficiais obtiveram *scores* avaliativos menos concludentes.

Em seguida, apresentamos no Diagrama 1 a representação gráfica das *relações de maior familiaridade* existente entre alguns destes oficiais. Estes resultados derivam das escolhas indicadas e do ordenamento dos *scores* obtidos por cada um dos oficiais, que inserimos no Anexo II.

Diagrama 1 – Representação espectral das relações de maior familiaridade existente entre alguns dos oficiais



Fonte: Projecto CEMEP/JF 2010-2013.

Embora a quantidade dos dados considerados nesta análise não seja ótima, permite-nos contudo perceber uma considerável densidade de relações interpessoais (quero dizer: extra-profissionais) entre estes oficiais, com diferenciações que têm alguma correspondência com os grupos geracionais que acima identificámos. Assim os valores mais altos obtidos (*in degree*, que indica que a pessoa é considerada amiga ou de relações familiares ou próximas por um maior número de outras pessoas deste universo) correspondem essencialmente aos que nós considerámos como pertencendo ao *segundo grupo geracional*⁵⁴, com algum afastamento de Louro de Sousa em relação aos restantes. Com valores mais baixos mais ainda consistentemente agrupados, figuram os oficiais correspondentes ao *terceiro grupo geracional*⁵⁵, com a notável excepção de Silvino Silvério Marques, que apresenta um *score* próximo do máximo. Finalmente, o *primeiro grupo geracional*, dos oficiais mais antigos⁵⁶, também muito consistentemente agrupados, é o que revela valores mais reduzidos nestes relacionamentos pessoais extra-profissionais, o que poderá ser explicado por uma cultura social mais fechada dominante na sua época, pelas características menos comunitárias do grupo (por exemplo, devido à sua formação) e decerto também pelo menor número de informantes que sobre eles opinaram nesta técnica de investigação⁵⁷. Por outro lado, Silva Freire destaca-se como o beneficiário da maior capacidade de “intermediação” na relação pessoal com os seus pares (*betweenness*, que significa ser capaz de estabelecer pontes com maior número de outros actores), conforme se pode ver no Anexo III.

Em terceiro lugar, observamos o resultado das *apreciações valorativas mais favoráveis* que os membros desta “super-elite” fariam acerca de cada um dos seus pares (vistas através da opinião formada pelos seus mais íntimos acerca deste assunto).

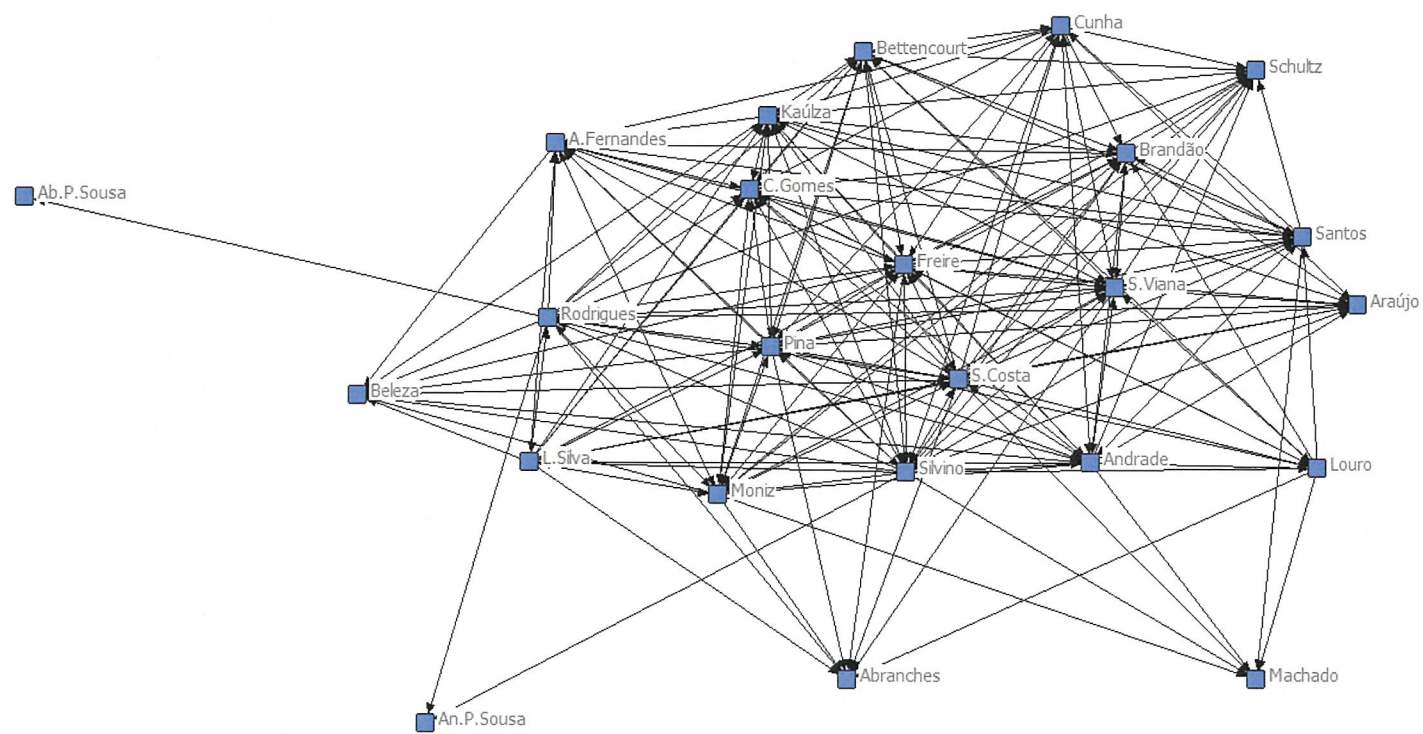
⁵⁴ Casos de Freire, Schultz, Sá Viana, Kaulza, Andrade e Silva, Pina, Almeida Fernandes e Santos.

⁵⁵ Paiva Brandão, Costa Gomes, Basto Machado, Bettencourt Rodrigues, Luz Cunha e Silvério Marques.

⁵⁶ Os irmãos Passos e Sousa, Barros Rodrigues, Santos Costa, Botelho Moniz, Gomes de Araújo, Abranches Pinto, Lopes da Silva e Beleza Ferraz.

⁵⁷ É eloquente que os dois oficiais mais antigos deste grupo, os irmãos Passos e Sousa, não tivessem registado qualquer referência da parte dos seus pares.

Diagrama 2 – Representação espectral das apreciações valorativas mais favoráveis dos oficiais relativamente aos seus pares

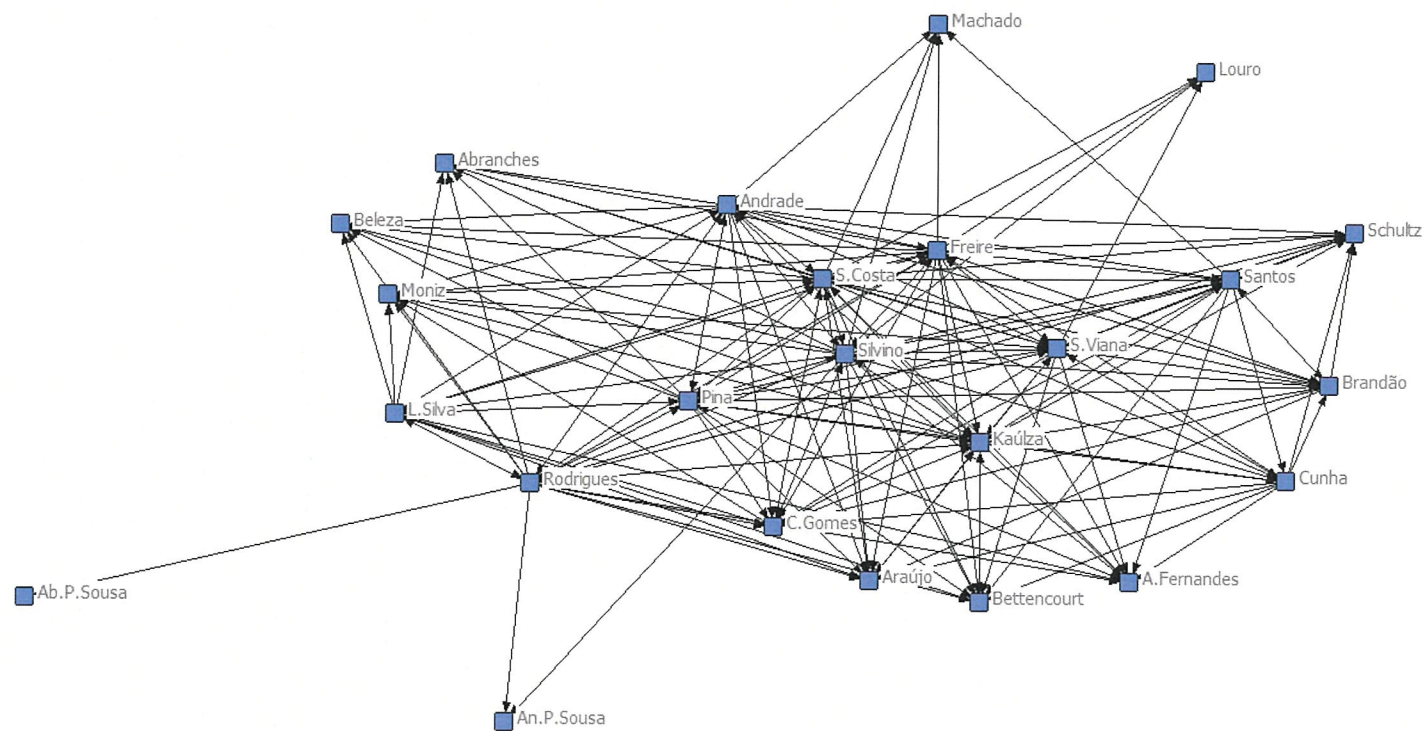


Fonte: Projecto CEMEP/JF 2010-2013.

Da rede de avaliações acerca dos oficiais que receberiam dos seus pares o maior reconhecimento e admiração, que nos é exibida neste diagrama (e nos scores e relações inter-individuais que o sustentam), pode o analista tirar as seguintes conclusões: Aníbal Passos e Sousa e sobretudo Abílio Passos e Sousa foram referidos muito escassamente, certamente pela razão acima evocada da sua maior antiguidade e distanciamento etário dos restantes; Silva Freire é a pessoa que suscita maior admiração por parte dos seus pares, logo seguido de Câmara Pina e, um pouco mais distantes e em paridade, Costa Gomes e Bettencourt Rodrigues, seguindo-se Paiva Brandão e outros; por outro lado, Costa Gomes é o militar referido admirativamente por maior número de pessoas seus pares. Os valores que suportam esta análise figuram no Anexo IV.

Finalmente, apresentamos o resultado das *apreciações valorativas mais desfavoráveis* que estes oficiais faziam acerca de cada um dos seus pares deste “super-elite” (sempre segundo a opinião formada pelos seus mais íntimos acerca deste tópico).

Diagrama 3 – Representação espectral das apreciações valorativas mais desfavoráveis dos oficiais relativamente aos seus pares



Fonte: Projecto CEMEP/JF 2010-2013.

Em termos semelhantes ao antecedente, este diagrama mostra de novo a escassez de dados relativamente aos irmãos Passos e Sousa, os mais idosos e antigos deste grupo do CEM, e mais substancialmente os seguintes pontos de análise: Santos Costa seria aquele que olhava criticamente para um maior número dos seus pares, seguido de Freire e de Sá Viana; um maior número de avaliadores referiu em termos negativos Kaulza de Arriaga, seguido de Câmara Pina e Costa Gomes (em igualdade entre si); e Kaulza de Arriaga seria o oficial visto pelos seus pares com maior grau de criticismo, seguido por Costa Gomes, Almeida Fernandes, Santos Costa e Botelho Moniz. Os dados quantitativos que sustentam esta análise figuram no Anexo V.

Deste conjunto de resultados da análise efectuada, podemos retirar as seguintes observações conclusivas:

- Dispostos de escassos dados sobre os irmãos Passos e Sousa, obviamente devido às diferenças de idade relativamente a quase todos os outros. Daí as suas posições periféricas nos diagramas e a maior fragilidade das cotações médias por eles obtidas.
- As redes de mais intensa *familiaridade* entre este conjunto de oficiais mostram algum tipo de correlação com os grupos etários ou geracionais aqui presentes.
- As maiores polarizações de opiniões *favoráveis* e *desfavoráveis* dos pares parecem ser sobretudo individuais e, em particular, não coincidem com a categorização que fizemos anteriormente entre oficiais “essencialmente militares” e “essencialmente militares-políticos”. Ainda assim, Costa Gomes parece ser a personalidade mais complexa deste universo, com altos valores registados em sentidos opostos.
- Os elevados *scores* obtidos por Silva Freire resultarão parcialmente dos efeitos produzidos nos seus pares pelas circunstâncias excepcionais do seu desaparecimento.
- Chama-se a atenção para as rupturas pessoais e/ou políticas que sobrevieram em 1947 e sobretudo em 1958 (entre Lopes da Silva e Santos Costa), em 1954 (entre Abranches Pinto e Santos Costa), a partir de 1958 (entre Botelho Moniz e Almeida Fernandes, por um lado; e Santos Costa, por outro) ou em 1961 (entre Botelho Moniz, Almeida Fernandes e Costa Gomes, por um lado; e Kaulza de Arriaga e Câmara Pina, por outro). Tais rupturas alteraram profundamente as avaliações sobre alguns destes oficiais feitas pelos seus pares,

entre o “antes” e o “depois” desses acontecimentos; porém, por estarem inseridas numa dinâmica de evolução temporal, não aparecem retratadas nestes resultados, antes afectando-os por um efeito de concentração em valores medianos.

Conclusões

Permitimo-nos terminar este trabalho com a extração das seguintes seis conclusões sintéticas:

Primeira – De todas as análises anteriormente feitas deve ressaltar a ideia de que os oficiais do Corpo de Estado-Maior, entre 1938 e 1974, constituíram um grupo profissional muito seleccionado, bem preparado e aberto às inovações provenientes do estrangeiro; mas também valorativamente auto-referenciado, beneficiário de privilégios, aspirando e obtendo situações de quase-monopólio em certas áreas do comando superior do Exército, com um certo número de entre eles a forjar uma determinada visão dos destinos nacionais, constituindo deste modo o que poderemos designar por *elite militar-política*³⁸.

Segunda – Pelos seus estudos, pareceres e planos que elaboravam, os oficiais do CEM estiveram sempre estreitamente associados às decisões mais importantes que foram tomadas pelos decisores finais quanto aos sucessivos momentos de modernização ou reorientação do Exército e das linhas políticas da defesa nacional.

Terceira – Mais de metade dos oficiais do CEM aqui identificados como a “super-elite” do Exército português no período considerado apresenta perfis biográficos que são, ou claramente de *militares-políticos*, ideologicamente imbuídos dos valores definidos por Oliveira Salazar para o regime por ele concebido e personificado, ou, pelo menos, que durante um período mais ou menos circunscrito das suas carreiras aceitaram voluntariamente ocupar cargos do mais alto nível na estrutura política do Estado.

Quarta – Em sentido inverso, quase todos os militares do Exército que serviram o regime do Estado Novo através da sua presença no respectivo governo foram oficiais oriundos do CEM.

Quinta – A existência do CEM dividiu muito as opiniões dentro do Exército. Este Corpo não apenas veio acrescentar-se à tradicional rivalidade micro-corporativa entre as Armas (desenvolvida desde os tempos de iniciação na escola militar do antigo Paço da Rainha) como criou uma nova rivalidade de

³⁸ Preferimos esta à formulação mais corrente de “elite político-militar”. No nosso caso, estamos perante um grupo de militares muito qualificados cujos estratos superiores desempenham papéis políticos significativos.

“todos contra o CEM”, sendo visto por muitos como um grupo de pedantes e privilegiados. Este sentimento subjectivo ter-se-á agravado durante a guerra colonial dos anos 60/70 por parte dos que faziam a campanha no mato, não apenas os tenentes e capitães que combatiam directamente, mas também os comandantes de batalhão da quadrícula ou os comandos das forças especiais de intervenção, que julgavam muitas vezes irrealistas ou inexequíveis os planos de operações desenhados nos quartéis-generais por oficiais do CEM e sempre insuficientes as condições logísticas que lhes eram oferecidas para o cumprimento das suas missões.

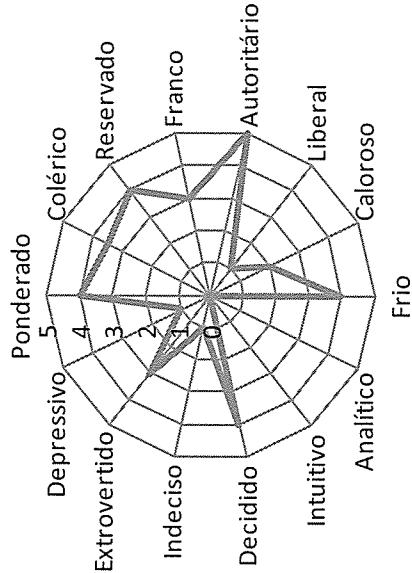
Sexta – As duas dúzias de nomes mais relevantes do CEM aqui analisados com maior detalhe não foram o “*quarteron de généraux au rencard*” com que de Gaule mimoseou os militares que não queriam abandonar a Argélia francesa, mas, apesar de tudo, com fidelidade militar e cultura patriótica, acabaram por selar o seu destino pessoal ao de um regime e de uma política colonial que foram condenados pelo seu tempo.

Anexos

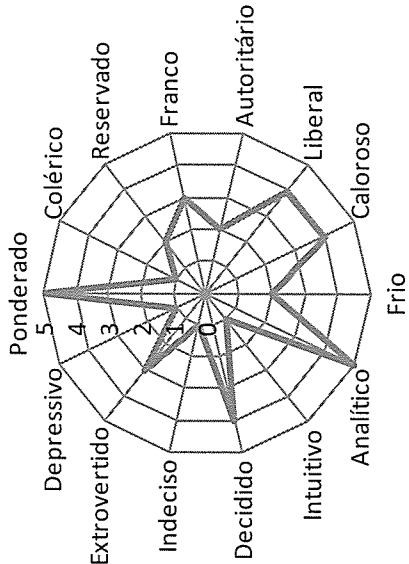
Anexo I

Gráficos 1 a 24 – Caracterização do temperamento psicológico dos oficiais

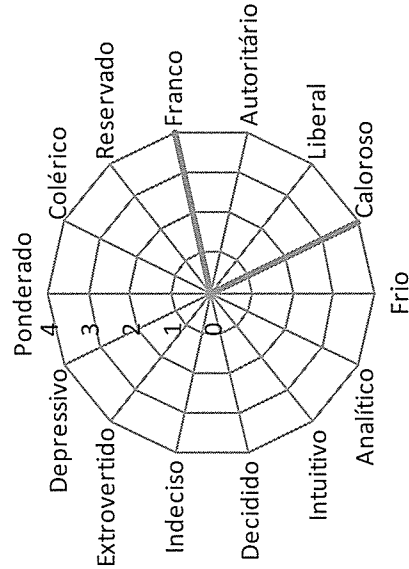
S.Costa



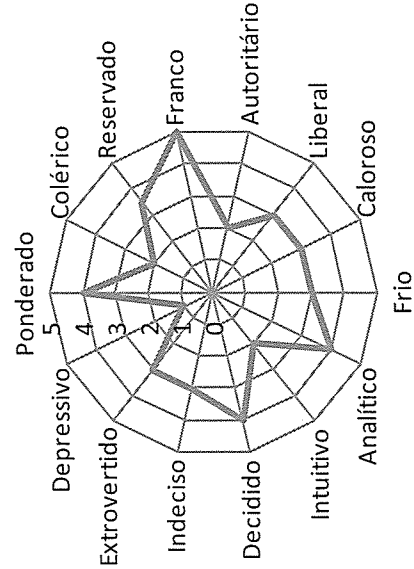
Rodrigues



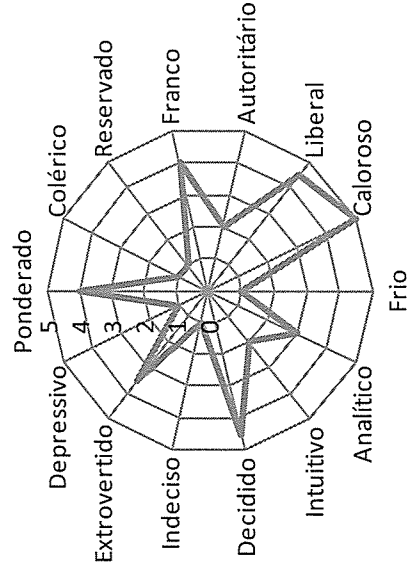
Beleza



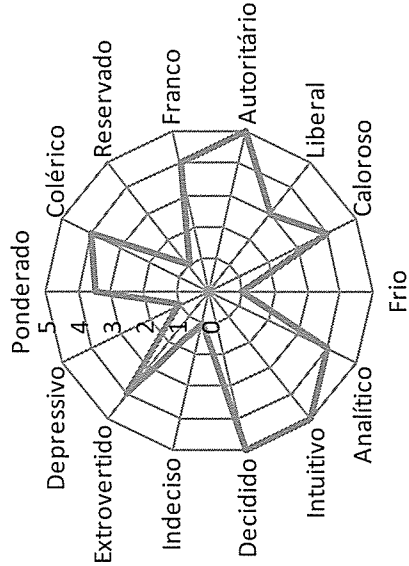
A.Fernandes



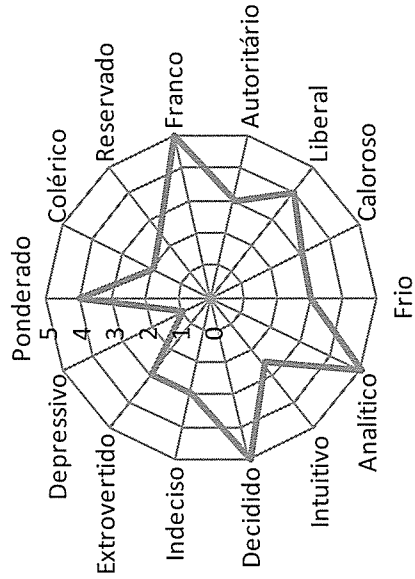
Santos



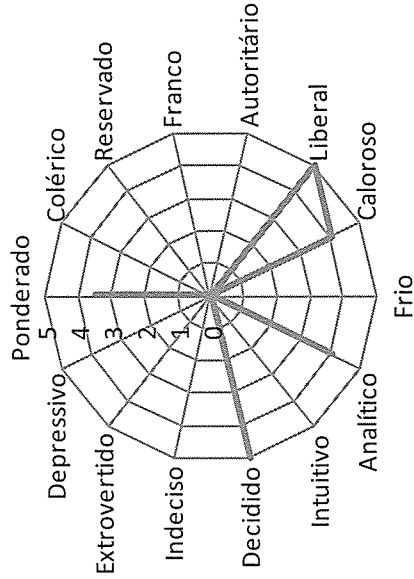
Louro



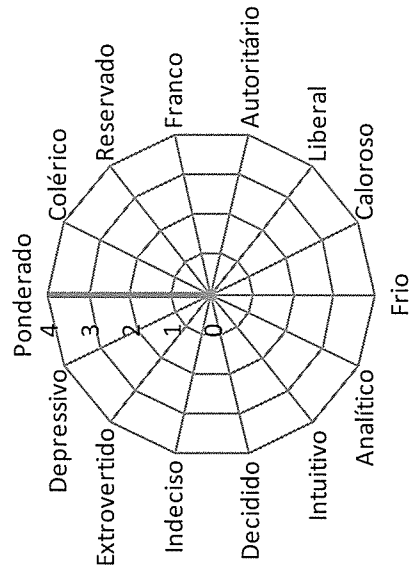
Brandão



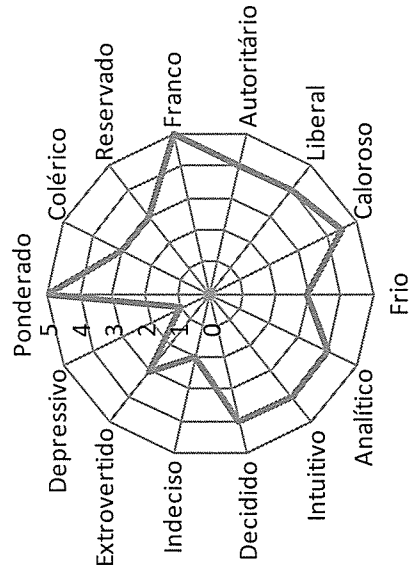
Machado



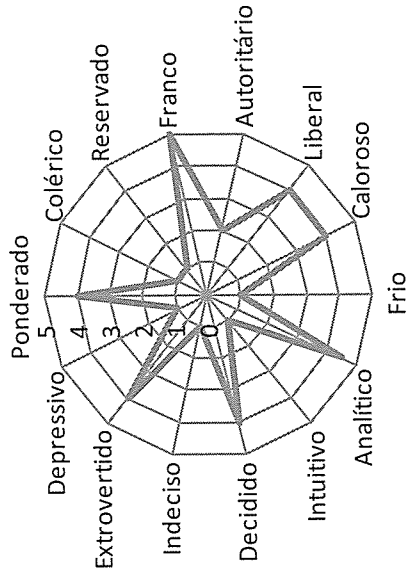
Abranches



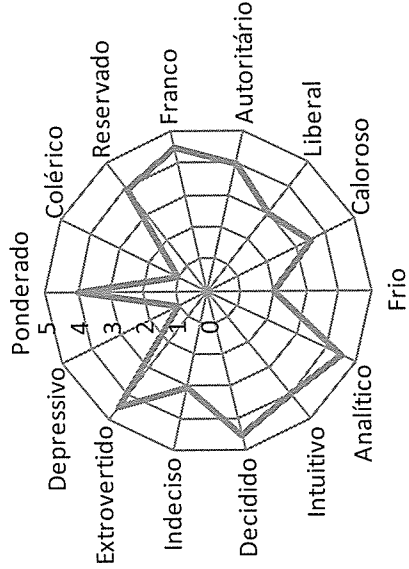
L.Silva



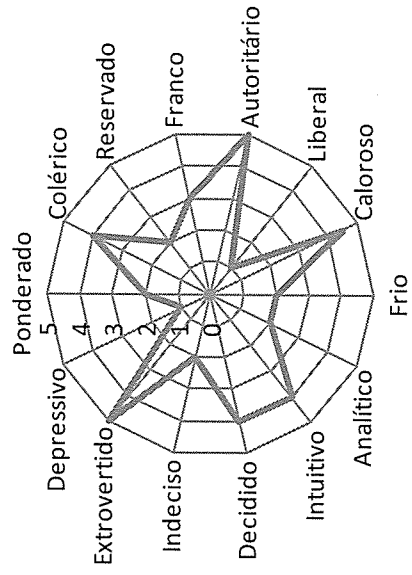
Pina



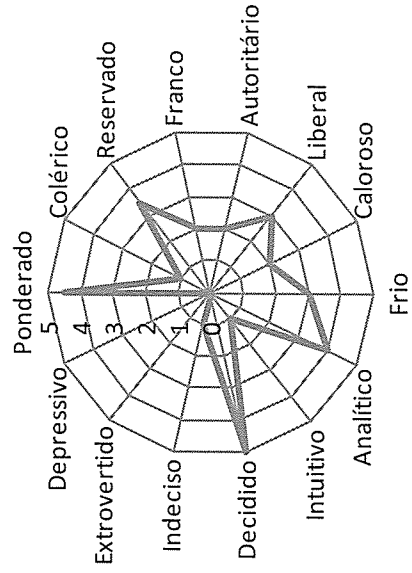
Andrade



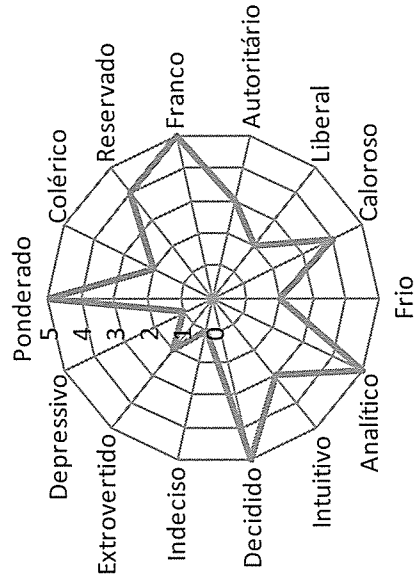
Schultz



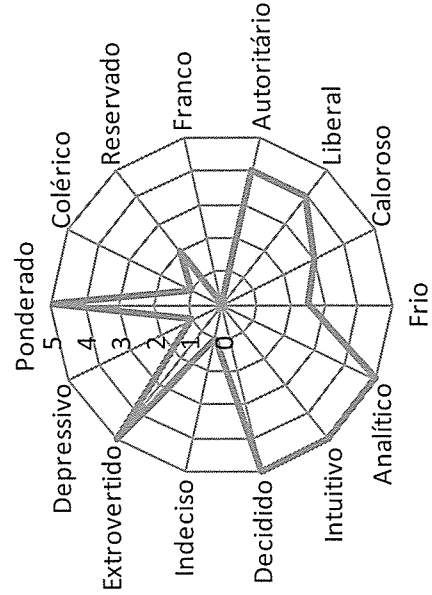
Cunha



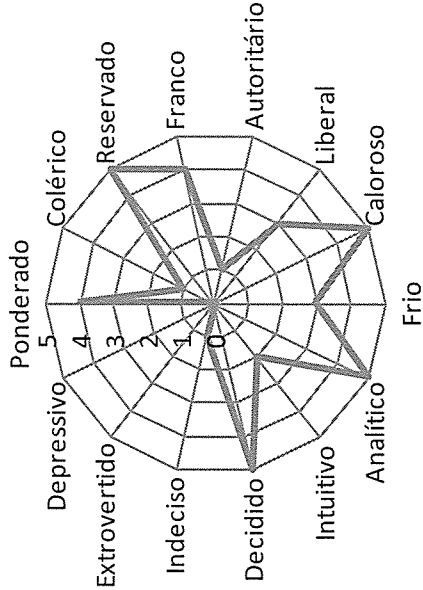
Silvino



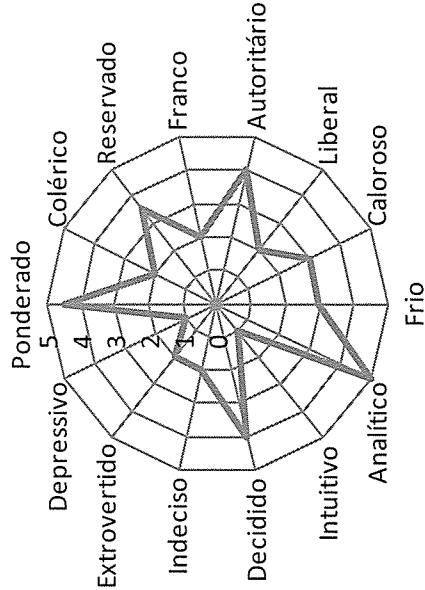
Moniz



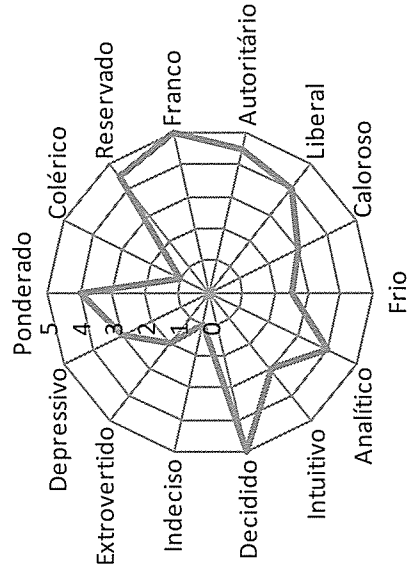
Araújo



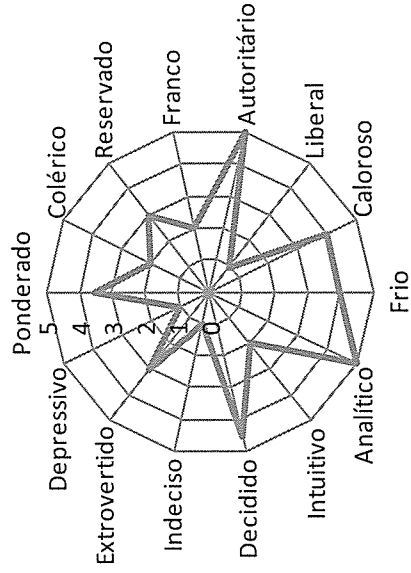
Freire



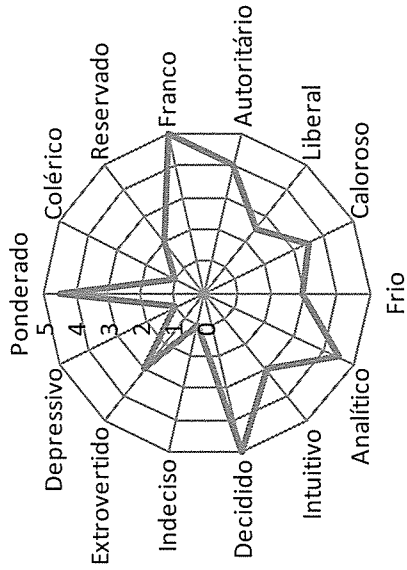
S.Viana



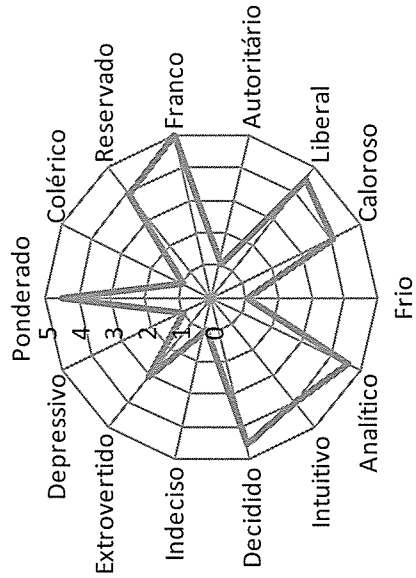
Kaúlza



Bettencourt



C.Gomes



Anexo II

Tabela – Grau de “Familiaridade/amizade”

(in degree: o valor mais elevado indica que a pessoa é considerada amiga por um maior número de outras pessoas)

Centralidade – “Familiaridade/amizade”

	InDegree	Média	InDegree
Andrade	5.000		3.958
A.Fernandes	4.000	Desvio-padrão	2.051
S.Costa	3.000	Mínimo	0.000
Bettencourt	4.000	Máximo	8.000
Santos	4.000	N.º observações	24
Freire	8.000		
Louro	2.000		
S.Viana	6.000		
Moniz	2.000		
Cunha	5.000		
Rodrigues	2.000		
Silvino	7.000		
Schultz	7.000		
Brandão	5.000		
Kaúlza	6.000		
Pina	5.000		
L.Silva	2.000		
Abranches	4.000		
An.P.Sousa	0.000		
Araújo	2.000		
Beleza	3.000		
Ab.P.Sousa	0.000		
C.Gomes	5.000		
Machado	4.000		

Nota: O valor mais elevado de InDegree indica a pessoa que é considerada amiga por um maior número de pessoas.

Anexo III

Tabela – Grau de “intermediação” (Betweenness) na
Familiaridade/amizade

Betweenness – “Familiaridade/amizade”				
	InDegree	Média	InDegree	
Freire	69.736		16.083	
Bettencourt	50.273	Desvio-padrão	18.904	
A.Fernandes	45.093	Mínimo	0.000	
Andrade	41.736	Máximo	69.736	
S.Costa	34.217	N.º observações	24	
S.Viana	26.274			
Schultz	23.089			
Silvino	20.098			
Cunha	13.686			
Louro	12.941			
Rodrigues	12.555			
Santos	10.334			
Pina	9.915			
Moniz	8.219			
Kaulza	5.585			
Brandão	2.250			
An.P.Sousa	0.000			
Abranches	0.000			
L.Silva	0.000			
Araújo	0.000			
Beleza	0.000			
Ab.P.Sousa	0.000			
C.Gomes	0.000			
Machado	0.000			

Nota: A medida de *betweenness* indica o número de vezes que uma pessoa “faz ponte” entre várias outras pessoas.

Anexo IV

Tabela – Apreciações valorativas favoráveis (ou “Admiração”)

	Centralidade - admiração		
	<i>InDegree</i>	Nº avaliações	Σ pontos
S.Costa	33.000	10	4
Freire	60.000	14	33
S.Viana	41.000	12	5
Andrade	42.000	11	27
Moniz	33.000	11	29
Silvino	43.000	11	18
Rodrigues	27.000	7	33
Louro	20.000	6	35
Santos	29.000	8	30
Kaulza	41.000	15	59
L.Silva	18.000	5	60
Bettencourt	53.000	12	36
Pina	59.000	14	42
Cunha	34.000	9	41
A.Fernandes	36.000	11	29
Brandão	48.000	12	46
C.Gomes	53.000	16	41
Schultz	46.000	12	20
Araújo	35.000	11	34
An.P.Sousa	5.000	2	53
Beleza	30.000	10	48
Ab.P.Sousa	4.000	1	43
Abranches	29.000	8	53
Machado	20.000	6	20

Notas:

O valor mais elevado de *InDegree* indica a pessoa que obteve maior soma de avaliações favoráveis.
O número mais elevado de avaliações corresponde a um leque mais alargado de referências favoráveis.

Anexo IV (Continuação)

Centralidade - admiração			
	<i>InDegree</i>	Nº avaliações	Σ pontos
Média	34.958	9,75	34,95833
Desvio-padrão	14.570	3,722119	14,57017
Mínimo	4.000	4.000	4
Máximo	60.000	16	60

Anexo V

Tabela – Apreciações valorativas desfavoráveis (ou “Distanciamento”)

	Centralidade - distanciamento		
	<i>OutDegree</i>	N.º avaliações	Σ pontos
S.Costa	75.000	10	27
Freire	73.000	9	12
S.Viana	69.000	10	23
Andrade	65.000	9	16
Moniz	64.000	10	26
Silvino	63.000	9	11
Rodrigues	57.000	6	8
Louro	48.000	4	6
Santos	46.000	7	9
Kaulza	45.000	14	37
L.Silva	43.000	5	8
Bettencourt	41.000	10	11
Pina	38.000	12	17
Cunha	35.000	7	11
A.Fernandes	31.000	10	29
Brandão	29.000	8	9
C.Gomes	11.000	12	31
Schultz	5.000	10	15
Araújo	1.000	11	21
An.P.Sousa	0.000	2	2
Beleza	0.000	8	21
Ab.P.Sousa	0.000	1	1
Abranches	0.000	8	13
Machado	0.000	5	6

Notas:

O valor mais elevado de *OutDegree* indica a pessoa que sente distanciamento em relação a um maior número de pessoas.

O número mais elevado de avaliações corresponde a um leque mais alargado de referências desfavoráveis.

O maior somatório (Σ) de pontuação obtida indica a maior intensidade de opiniões desfavoráveis.

Anexo V (Continuação)

Centralidade - distanciamento			
	<i>OutDegree</i>	Nº avaliações	Σ pontos
Média	34.958	8.21	15.42
Desvio-padrão	26.234	3.08	9.34
Mínimo	0.000	1	1
Máximo	75.000	14	37

Bibliografia e Fontes

- Abreu, Paradelade de, coord. (1994), *Os Últimos Governadores do Império*, Lisboa, Neptuno.
- Afonso, Aniceto & Gomes, Carlos Matos (2010), *Os Anos da Guerra Colonial: 1961-1975*, Matosinhos, QuidNovi.
- AHM, *Comandantes-Chefes* (Angola), 1ª Div., 10ª Sec., nº 18.044 (Fundo 110, série B2, Cx.P0, peça 50)
- AHU, Lista Cronológica dos Governadores do Ultramar Português
- AHU, Governadores do Ultramar Português, 1702-1958
- Barata, António Themudo & Teixeira, Nuno Severiano, dirs. (2003-2004), *Nova História Militar Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 5 v.
- [British Army] (1930), *Field Service Regulations – Vol. I: Organization and Administration*, London, HMSO.
- Cardeira, (Coronel) José Manuel de Elvas (1913), *Viagem do Serviço do Estado-Maior realizada no mês de Julho de 1906*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Costa, (Coronel) António José Pereira da, coord. (2008), *Os Generais do Exército Português*, III Volume, II Tomo, Lisboa, Biblioteca do Exército.
- Cruz, Manuel Braga da & PINTO, António Costa, dirs. (2004-2005), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*, Lisboa, Imprensa da Ciências Sociais, 2 v.
- Direcção Geral de Serviço de Estado-Maior, 2ª REPARTIÇÃO (1908), *Regulamento para o Serviço de Campanha – Segunda Parte – Instruções para o Serviço dos Quarteis Gerais em Campanha*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Duarte, António Paulo (2010), *A Política de Defesa Nacional, 1919-1958*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Faria, Telmo (2000), *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, Lisboa, Cosmos/Instituto de Defesa Nacional.
- Fernandes, António Horta (2004), “A estratégia entra na idade adulta: do pós-guerra à contra-subversão em África”, in BARATA, António Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severiano (dirs.), *Nova História Militar Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. IV, p. 551-574.
- Girardet, Raoul (1964), *La crise militaire française, 1945-1962: Aspects sociologiques et idéologiques*, Paris, A. Colin/Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

- Guimarães, Alberto Laplaine, e outros (2011), *Os Governos da República, 1910-2010*, Lisboa, Ed. autores.
- Henig, David P. (1970), *Colonial Governors from the Fifteenth Century to the Present: A Comprehensive List*, Milwaukee & London, Univ. Wisconsin Press.
- Lourenço, Eduardo (2013), *Os Militares e o Poder*, Lisboa, Gradiva.
- MARQUES, Fernando Pereira (1999), *Exército, Mudança e Modernização*, Lisboa, Cosmos/Instituto de Defesa Nacional.
- Martelo, David (1999), *A Espada de Dois Gumes: As Forças Armadas do Estado Novo (1926-1974)*, Mem-Martins, Europa-América.
- Matos, Luís Salgado de (2004), *O Estado de Ordens*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Matos, Luís Salgado de (2008), *Como Evitar Golpes Militares*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Ministério do Exército (1954 e 1955), *Quadros Orgânicos de Mobilização*, [Lisboa], Estado-Maior do Exército – 3ª Repartição (Organização).
- Mintzberg, Henry (1999), *Estrutura e Dinâmica das Organizações*, Lisboa, D. Quixote (ed. orig. ingl. 1979).
- Nunes, António Lopes Pires (2011), *General Silva Freire: Brilhante Estratega da Reocupação do Norte de Angola em 1961*, Lisboa, Caleidoscópio.
- Rodrigues, Luís Nuno, *Marechal Costa Gomes: No Centro da Tempestade - Biografia* (2008), Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Rosas, Fernando & BRITO, J. M. Brandão de, dirs. (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 v.
- Soares, Alberto Ribeiro (2005), “Recordando três chefes militares em África”, *Combatente*, (331), p. 16-27.
- Telles, Sebastião (2001), *Introdução ao Estudo dos Conhecimentos Militares* (3ª ed.), Lisboa, Cosmos/Instituto de Defesa Nacional.
- Valença, Fernando (1973), *As Forças Armadas e as Crises Nacionais: A Abrilada de 1961*, Mem-Martins, Europa-América.
- Valente, Vasco Pulido (2005), *Os Militares e a Política (1820-1856)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

O Corpo de Estado-Maior nos anos 1950: dinâmicas externas e 5. consequências internas¹

Daniel Marcos

A adesão de Portugal à NATO em 1949 teve consequências indiscutíveis para as Forças Armadas portuguesas. De acordo com a historiografia portuguesa, a participação na Aliança Atlântica chegou mesmo a provocar uma “revolução serena” na defesa nacional, incorporando neste grupo da sociedade portuguesa as técnicas, métodos e formas organizativas das principais Forças Armadas ocidentais². Essa modernização passou, também, pelo desenvolvimento das estruturas de formação e instrução das Forças Armadas portuguesas, em particular dos oficiais de Estado-Maior. O objectivo deste capítulo é analisar de que formas as dinâmicas externas onde Portugal se integrou na década de 1950, em particular a participação na NATO, contribuiu para moldar a formação dos oficiais de Estado-Maior. Posteriormente, numa segunda parte do capítulo, pretendemos analisar quais foram as consequências internas que os constrangimentos externos tiveram para o funcionamento do Corpo de Estado-Maior (CEM). No final, procuraremos compreender de que forma o CEM foi capaz de resistir e de se adaptar às enormes transformações

¹ O presente capítulo constitui a contribuição do autor para o projecto “O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: Apogeu e queda” (PTDC/HIS-HIS/102382/2008). Versões provisórias e parciais deste capítulo foram publicadas nas revistas *Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies*, em 2011, *Ler História*, 2013. Gostaria de agradecer aos colegas de projecto todo o apoio dado ao longo do projecto.

² Telo, António José – “Portugal e a OTAN: 1949-1976”. In Ministério da Defesa Nacional (ed.), *Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica. 1949-1999*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, 1999, 71-105.

que se verificaram nas forças armadas portuguesas, numa década de grande socialização da instituição militar.

1. O CEM entre a reforma de 1937 e a adesão de Portugal à NATO

Durante os primeiros anos do Estado Novo assistiu-se a um longo processo de subordinação política das Forças Armadas portuguesas ao novo regime³. Chegando ao poder pela mão dos militares, Oliveira Salazar dedicou grande parte dos primeiros anos do seu governo ao esforço político de levar, de novo, a *tropa* para os quartéis, tornando-a num instrumento politicamente fiel ao Estado Novo e relativamente eficaz, em termos militares. Em troca, o Presidente do Conselho prometeu a modernização das Forças Armadas portuguesas. No entanto, até 1935, estes esforços foram sendo adiados devido a constantes instabilidades que ameaçavam a ordem pública, numa frente de luta especialmente direccionada contra o Presidente do Conselho. Só a partir de meados da década de 1930 se criaram as condições ideais para que tal acontecesse. Em primeiro lugar, assistiu-se ao agravamento político da situação internacional, com o aumento da instabilidade na Europa, em particular na vizinha Espanha. Em segundo lugar, o esforço de saneamento financeiro tinha dado os seus resultados, criando condições para que a actividade governativa se debruçasse sobre reformas políticas de fundo. Finalmente, através de um complexo processo político de secundarização das principais chefias militares, Oliveira Salazar assumiu o controlo da pasta da Guerra, em Maio de 1936⁴.

Foi com este pano de fundo que em 1937 se procederam a profundas reformas legislativas no Exército, sob a égide do novo Ministro da Guerra, Oliveira Salazar e do sub-Secretário de Estado da Guerra, Capitão Santos Costa. A publicação das Leis 1960 e 1961 de 1 de Setembro, que reformularam a organização geral do Exército português e as bases do recrutamento e do serviço militar obrigatório, respectivamente, marcaram o início de uma profunda alteração do quadro normativo que regia esta instituição, estabelecendo conceitos e disposições que permaneceram em vigor até ao final do Estado Novo⁵. O objectivo era criar condições para melhorar a eficiência do exército português, ao mesmo tempo que se reduzia a despesa, com uma clara diminuição do número de efectivos permanentes, fortemente inflacionados desde a participação de Portugal na Primeira Guerra. No geral, foram alterações

³ Ferreira, José Medeiros – *O Comportamento Político dos Militares, Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, 154.

⁴ Faria, Telmo – *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-1941)*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 2000, 257-259.

⁵ Vieira, Belchior – “Exército”. In Barreto, António e Mónica, Maria Filomena (coord.). *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999, 691-692.

O Corpo de Estado-Maior nos anos 1950: dinâmicas externas e consequências internas

que diminuiriam, claramente, o peso e dimensão do Exército na sociedade portuguesa, que chocaram com interesses instalados e direitos adquiridos do meio castrense⁶. Tratou-se, no fundo, de uma longo processo de “fragilização política” do Exército, sob uma honrosa figura de “modernização militar”⁷.

No caso específico do Estado-Maior, as reformas de 1937 deram um novo impulso à ideia de corpo de oficiais para servirem nestas funções. Na verdade, a Lei 1960 era clara quando afirmava que a organização territorial do exército português dependia, em primeiro lugar, de um corpo de generais, seguindo-se, imediatamente, o Corpo de Estado-Maior, antes mesmo das várias armas e restantes serviços gerais que garantiam a estrutura desta instituição castrense⁸.

No final deste ano, o Decreto-Lei 28401, que se debruçava especificamente sobre a reorganização dos quadros e efectivos, acabou por concretizar a filosofia de criação de um corpo restrito e fechado de oficiais do Estado-Maior. Ao contrário do que defendiam algumas altas chefias do Exército, optou-se por implementar a existência de um quadro fechado, mas alargado a oitenta e quatro oficiais, onde ingressariam os oficiais mais “idóneos” das diferentes armas que compunham o Exército. Estes eram escolhidos por uma comissão composta pelo Major-General do Exército, Chefe e sub-Chefe do Estado-Maior e, mais tarde, aprovados pelo governo⁹.

Torna-se evidente que o Corpo de Estado-Maior adquiriu um estatuto de verdadeira elite restrita por duas razões principais. Em primeiro lugar, porque a escolha dos oficiais que podiam ingressar no corpo estava sujeita a homologação ministerial, isto é, a última palavra na gestão deste restrito grupo de oficiais cabia ao Ministro e ao sub-Secretário de Estado da Guerra, Oliveira Salazar e Santos Costa, respectivamente. Em segundo lugar, porque o Corpo de Estado-Maior viu a sua importante função de planeamento e assessoria dos comandos das grandes unidades a ser valorizado, com uma distinção em relação aos vencimentos auferidos pelos restantes oficiais das várias armas e serviços. Assim, um oficial do Corpo de Estado-Maior tinha uma bonificação de aproximadamente 10% no seu salário, situação que contribuiu para diminuir

⁶ Como assinalou José Medeiros Ferreira, estas reformas tiveram na reorganização do quadro de oficiais um dos seus problemas mais sensíveis, já que procurava racionalizar os meios de uma instituição que se caracterizava pela existência de “enormes efectivos”, cujas pequenas esperanças de promoção e carreiras e “deficiente preparação” fomentavam a constituição de uma forte “capacidade corporativa para defender os interesses” do seu grupo social. Conferir Ferreira – *O Comportamento Político dos Militares*, op. cit., 194.

⁷ Faria – *Debaixo de fogo*, op. cit., 163-165.

⁸ Lei n.º 1960 de 1 de Setembro de 1937.

⁹ Estes oitenta e quatro oficiais dividiam-se por 12 coronéis, 12 tenentes-coronéis, 20 majores e 40 capitães. Conferir Decreto-Lei n.º 28401 de 31 de Dezembro de 1937.

as situações de conflitualidade desta restrita elite militar com o regime político que, no fundo, os favorecia. Retribuição económica que, naturalmente, era paga com “uma maior lealdade política perante o regime”¹⁰.

O impacto das reformas militares de 1937 no Corpo de Estado-Maior apenas terminou em 1940, ano em que foi aprovada a legislação que definiu as regras que orientavam o recrutamento e a preparação dos oficiais destinados ao serviço de Estado-Maior. A formação destes quadros do exército português era feita no Instituto de Altos Estudos Militares. As alterações legislativas ao Curso de Estado-Maior não produziram grandes modificações nos regulamentos que estavam em vigor desde 1928, já que os responsáveis políticos consideravam que o sistema tinha “correspondido às exigências da boa preparação de oficiais destinados” a um serviço considerado “primordial” para toda a organização militar. Assim, a nova lei procurava “definir melhor alguns aspectos particulares” da instrução desses oficiais, garantindo a “regular frequência” do curso de forma a serem satisfeitas as necessidades do exército¹¹.

Em termos da organização geral do curso, ao longo de três anos os alunos recebiam formação, teórica e prática, que se podia dividir em dois grupos: um dedicado à tática geral das várias armas e serviços, outro destinado à organização militar e estratégia. No tocante ao primeiro conjunto de disciplinas, os futuros oficiais de Estado-Maior eram instruídos sobre técnicas e táticas das diferentes armas e do serviço de transmissões, funcionamento e emprego dos serviços, tática das grandes unidades e funcionamento do Estado-Maior em geral, bem como dos quartéis-generais em campanha. Já em relação ao segundo conjunto de disciplinas, focavam temas mais gerais, com um forte pendor de temas das ciências sociais e humanas. Neste sentido, debruçavam-se sobre a geografia militar da Europa e de África, com um enfoque sobre a estrutura política, económica e social, exclusivamente dos estados europeus. O programa de estudos dedicava, ainda, especial atenção a temas vários da história militar, com particular atenção para a estratégia e crítica aplicada à Península Ibérica e aos domínios ultramarinos. Finalmente, os oficiais tinham, ainda, treino na prática de equitação e de “conhecimentos de hipologia indispensáveis ao desempenho do serviço de Estado-Maior”, bem como treinos de preparação física. Esta formação era ministrada por um corpo docente de doze professores, proposta do Conselho de Instrução do curso. Por pertencerem ao corpo, os professores do curso não tinham uma dedicação exclusiva à instrução, sendo

¹⁰ Faria – *Debaixo de fogo!*, op. cit., 170-171.

¹¹ Decreto-Lei n.º 30 264 de 10 de Janeiro de 1940.

O Corpo de Estado-Maior nos anos 1950: dinâmicas externas e consequências internas

obrigados a dar esta formação, ao mesmo tempo que desempenhavam funções de Estado-Maior¹².

Já no que dizia respeito às condições de admissão de oficiais para o curso, podemos dizer que a preparação era longa e exigente. Os alunos, num total de 8 a 12 por ano, deviam ter menos de 33 anos de idade, estando a candidatura aberta a tenentes e capitães com, no mínimo, dois anos de serviço com tropas. Era uma prerrogativa que todos os oficiais tivessem “bom comportamento militar, comprovada idoneidade moral e boa informação do comandante ou chefe sobre a sua competência profissional e dedicação pelo serviço”. Além do mais, pedia-se que os candidatos tivessem feito estágios em escolas práticas de outras armas e serviços de onde provinham. Era também necessário que os jovens oficiais tivessem a frequência universitária. Esta formação preparatória para o Curso de Estado-Maior implicava a aprovação em cadeiras tão variadas como álgebra superior, geometria descritiva, física, química, desenho, cálculo infinitesimal e economia política. Finalmente, os candidatos eram sujeitos a um exame de admissão que versava sobre história global e conhecimentos militares gerais, numa prova de dactilografia e numa prova de equitação. Após a realização do Curso de Estado-Maior, onde, para além dos aspectos técnicos e militares, os alunos eram avaliados pela sua “firmeza de carácter, espírito de sacrifício, e outras qualidades morais”, os finalistas aprovados realizavam um ano de tirocínio, seis meses em várias repartições de Estado-Maior, outros seis em quartéis-generais de grandes unidades. As informações recolhidas ao longo do curso e durante o ano de tirocínio acabavam por ter um peso fundamental para a proposta de entrada dos oficiais no Corpo de Estado-Maior¹³.

Estava encerrado, assim, um ciclo de reformas na estrutura orgânica do exército português, de forma a torná-lo mais eficiente e eficaz mas, também, mais leal ao novo regime político. A evolução que atrás descrevemos provocou uma considerável reforma do sistema de Estado-Maior português, já que conduziu ao reforço do Corpo de Estado-Maior, um organismo com um século de tradição na instituição castrense portuguesa.

2. O impacto da NATO nas Forças Armadas portuguesas

Para Portugal, a presença como membro fundador no restrito lote de países que assinaram o Tratado de Washington a 4 de Abril de 1949, teve consequências fundamentais para a sua política externa e de defesa. A entrada de Portugal na NATO deu legitimidade internacional a um regime político que

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

fugia à normalidade dos sistemas da Europa Ocidental do pós-guerra, mesmo que contra a vontade do Presidente do Conselho¹⁴. Paralelamente, os primeiros anos da NATO foram de busca de um consenso entre os aliados no sentido de se decidir qual a melhor forma de fazer frente à ameaça soviética, isto porque, desde finais de 1949 até Junho de 1950, um conjunto de acontecimentos obrigaram os Estados Unidos e seus aliados a reforçarem a sua posição militar em relação à URSS. Nestes primeiros anos, a Aliança avançou no sentido de se transformar numa organização de defesa colectiva que cobria toda a área do Atlântico Norte¹⁵.

Esta evolução foi, acima de tudo, um processo político com fortes consequências ao nível militar a que Portugal não ficou imune. Logo a partir de 1950 deram-se os primeiros passos para a implementação de um programa de reequipamento das Forças Armadas Portuguesas, que implicou a construção de novas infra-estruturas e a recepção de largas quantidades de material que, em regra geral, significou um grande melhoramento tecnológico das Forças Armadas nacionais. Adicionalmente, iniciou-se um processo de reciclagem, formação e especialização dos quadros militares portugueses que se arrastou ao longo de toda a década de 1950. Estas mudanças visavam claramente a prossecução de dois objectivos. Por um lado, aproximar e integrar as estruturas e procedimento militares de todas as forças armadas dos países do Pacto. Por outro lado, garantir que os membros da Aliança cumpriram os compromissos assumidos na NATO para a defesa da Europa Ocidental. No caso particular português, esses compromissos passavam pela constituição de uma divisão independente que, em caso de guerra, seria destacada em operações na Europa Central. Adicionalmente, implicava a preparação da Marinha e da Força Aérea nacional para missões de luta anti-submarina e patrulhamento no espaço do Atlântico Norte. Foi neste âmbito que se operou, a partir de Setembro de 1950, uma “revolução serena” nas instituições militares portuguesas, no sentido de se adaptarem às exigências inerentes à nova forma de fazer a guerra¹⁶.

¹⁴ Teixeira, Nuno Severiano – “Da neutralidade ao alinhamento. Portugal na Fundação do Pacto do Atlântico”. In *Análise Social*, XXVIII (120), 1993, 55-80.

¹⁵ Carlos Gaspar – “A aliança e os métodos dos alargamentos”. In *Nação e Defesa*, 102, 2002, 45-63.

¹⁶ Conferir Teixeira – “Portugal e a NATO: 1949-1989”. op. cit. 803-818; Telo, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. Lisboa: Edições Cosmos 1996, 201-205; Duarte, António Paulo – *A Política de Defesa Nacional, 1919-1958*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010; Estado-Maior do Exército – *Subsídios para o estudo do esforço militar português na década de 50. Os compromissos com a OTAN*. Volume I e II. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1988. A expressão “revolução serena” é da autoria de António José Telo, que descreveu exaustivamente o impacto que os Estados Unidos tiveram na modernização das forças armadas portuguesas. Ver Telo – Portugal e a NATO. op. cit, 201-288.

O Corpo de Estado-Maior nos anos 1950: dinâmicas externas e consequências internas

Após a visita a Portugal de uma missão militar que fez um primeiro levantamento das necessidades das Forças Armadas, os Estados Unidos e Portugal iniciaram, em finais de 1950, as negociações para a assinatura de um acordo de assistência mútua, que estabelecesse as bases para o início da cooperação entre os dois países. Esse acordo pressupunha a abertura de uma missão norte-americana em Lisboa, o *Military Assistance Advisory Group*, que tinha como objectivo coordenar a ajuda militar norte-americana e servir de ponto de contacto com as autoridades nacionais. A 5 de Janeiro de 1951, os dois países assinaram um acordo que estipulava a obrigação de os Estados Unidos prestarem a Portugal uma assistência económica e militar que se traduzia no fornecimento de “equipamento, materiais, serviços e assistência militar para a defesa da área do Atlântico Norte”, de acordo com o estipulado nos planos conjunto de defesa da NATO¹⁷.

Este apoio a Portugal era mais premente tendo em vista o nível de preparação das suas Forças Armadas. Do ponto de vista militar, a avaliação que os EUA faziam das Forças Armadas portuguesas era francamente negativa. O Exército, com apenas 30 mil homens no quadro permanente e contando com cerca de 31 mil recrutas mobilizáveis, estava a formular planos para organizar uma divisão de infantaria, do tipo americano (ou seja, idêntica a uma divisão norte-americana de infantaria), ao mesmo tempo que acreditava ser possível formar mais três divisões para defesa do território nacional. Para todas estas divisões existia “equipamento suficiente” mas que, na sua maioria, estava “obsoleto”. Desta forma, a “eficácia” das Forças Armadas portuguesas era, àquela época, “praticamente nula para as operações militares normais”, apenas sendo capaz de garantir a segurança interna do Estado. Também a Marinha e a Força Aérea, que na altura estava dividida pelo Exército e pela Marinha, sofriam de problemas estruturais que limitavam a sua eficácia e prontidão. Já do ponto de vista económico e financeiro, o relatório enfatizava o facto de a economia portuguesa ser “muito subdesenvolvida”, sujeita a fortes pressões demográficas e com poucos recursos disponíveis. Assim, o nível de vida das populações não podia baixar, sob a pena de “ameaçar a estabilidade económica e política” do país¹⁸. Esta visão era, também, partilhada pelo Reino Unido. A caracterização geral feita pelos adidos militares britânicos era a de que o exército português

¹⁷ “O Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa entre Portugal e os Estados Unidos”, 25 de Junho de 1952. Arquivo Histórico Diplomático-Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD-MNE), Lisboa – RQE, A. 51, M. 21. Ver: também, Marcos, Daniel – *Uma Aliança Circunstancial: Portugal e os Estados Unidos nos Anos 1950*. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Tese de Doutoramento, 2011, 118-142.

¹⁸ Memorando sobre o progresso do Esforço de Defesa português, 5 de Junho de 1951. *National Archives and Record Administration (NARA)*, Washington, dc – RG59, CDF 753.5MAP (1950-1955).

tinha muito pouco valor para acções de guerra moderna. O seu equipamento era desactualizado, e o pessoal mal treinado, apesar de bastante voluntarioso¹⁹.

Contudo, em poucos anos assistiu-se a uma profunda melhoria nas capacidades de organização e combate das Forças Armadas Portuguesas. Num relatório elaborado em 1954, os EUA consideravam que, desde 1951, o Exército português tinha evoluído de “um grupo de pequenas unidades independentes, equipadas com material obsoleto”, para a constituição de uma “moderna divisão de infantaria” destinada ao SHAPE (*Supreme Headquarters of Allied Powers in Europe*). Do ponto de vista de treino e logística, os desenvolvimentos assistidos desde esse ano tinham sido “excelentes”, levando a que o Exército estivesse em condições de “receber, armazenar, utilizar e manter” todo o material programado no âmbito do MDAP²⁰.

A participação de Portugal nas estruturas militares da NATO logo nos primeiros anos demonstrou que, mais importante do que as funções desempenhadas pelo exército português em caso de ataque da União Soviética, cabia à Marinha e à Força Aérea portuguesas a contribuição imediata no esforço transatlântico de manter abertas as linhas de comunicação entre a América do Norte e a Europa. Desta forma, estes dois ramos das Forças Armadas viram, graças à planificação NATO, as suas funções reforçadas junto das autoridades militares portuguesas, tradicionalmente controladas pelo Exército. Assim, na primeira metade da década de 1950, a Marinha foi lentamente emergindo, de uma Armada composta por um conjunto de pequenos navios de todos os tipos, “que na sua maioria precisava de modernização”, para uma moderna força naval, capaz de contribuir para assegurar a manutenção das linhas de comunicação nas águas territoriais de Portugal metropolitano. Em 1954, dezanove navios, na sua maioria fragatas e draga-minas, estavam à disposição da Marinha portuguesa, sendo que mais cinco estavam a ser modernizadas com o apoio do MDAP²¹.

Por fim, em relação à Força Aérea, os trabalhos de modernização estavam menos desenvolvidos, já que apenas em Maio de 1952 se criou este terceiro ramo das Forças Armadas portuguesas. Mais do que qualquer um dos outros ramos, a Força Aérea Portuguesa foi uma criação do compromisso internacional de Portugal com a NATO, beneficiando em grande medida das “técnicas, formação e equipamento” recebidos no âmbito do MDAP. Entre 1951 e 1954, este novo

¹⁹ “Relatório Anual sobre o Exército Português – 1950”. National Archives (NA), Reino Unido – FO/371/117766. Conferir, ainda, Telo – *Portugal e a NATO*. op. cit, 231-232.

²⁰ Briefing Paper sobre assistência militar a Portugal, 15 de Março de 1954. NARA – RG59, Lot File 59D108, Cx. 2.

²¹ Idem.

O Corpo de Estado-Maior nos anos 1950: dinâmicas externas e consequências internas

ramo das Forças Armadas tinha crescido de um grupo de poucos oficiais que pilotavam aviões britânicos, para uma “moderna força” com unidades caça de defesa do espaço metropolitano português e de aviões bombardeiros de apoio à Marinha portuguesa na defesa das linhas de comunicação euro-atlânticas²².

Em conclusão, as Forças Armadas portuguesas tinham feito um longo percurso, tornando-se numa força com um potencial bélico menor, ajustado às suas potenciais capacidades económicas e técnico-militares, mas “equilibrada, balanceada e eficiente”. Nisto, a NATO e o auxílio técnico e militar norte-americano tiveram uma função preponderante, capaz de transmitir às Forças Armadas Portuguesas uma acção comum, “fornecendo-lhes uma lógica agregadora”²³. Como, mais tarde, o Ministro do Exército, Coronel Afonso de Almeida Fernandes reconheceu numa discussão do Conselho Superior de Defesa Nacional, a participação de Portugal no Pacto do Atlântico permitiu, para além da defesa avançada do território metropolitano contra a ameaça soviética, a melhoria da posição política do país no concerto das Nações. Mas, acima de tudo, foi uma “oportunidade excepcional de conhecer e adquirir preparação sobre os mais aperfeiçoados métodos de guerra”, bem como o fornecimento de materiais e equipamentos que de outra forma seria “inacessível” aos portugueses obter²⁴.

3. Os constrangimentos externos ao nível do recrutamento e formação dos oficiais do CEM

Um dos níveis onde o impacto do aperfeiçoamento da NATO nas Forças Armadas portuguesas foi o do recrutamento e formação dos oficiais do CEM. Desde os primeiros momentos da preparação das Forças Armadas portuguesas para o esforço de defesa da Europa Ocidental se percebeu que um dos problemas do Exército português, entre muitos outros, se prendia com a demora e a desadequação da formação dos oficiais de Estado-Maior. De acordo com a Embaixada britânica em Lisboa, o Instituto de Altos Estudos Militares demorava três anos a formar um oficial de Estado-Maior, em instalações completamente desadequadas (Caxias) para essa aprendizagem e com métodos e teorias ultrapassados. Desta forma, os oficiais de Estado-Maior não serviam, de acordo com observadores das principais nações aliadas de Portugal na NATO, para cumprir missões em “condições de guerra modernas”²⁵.

²² Idem.

²³ Duarte – *A Política de Defesa Nacional*. op. cit. 271-272.

²⁴ Acta nº 1 da Reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional, 13 de Abril de 1959. Arquivo da Defesa Nacional (AHD) – F1/SR.20.2/Cx.91/Pt.11.

²⁵ Relatório sobre o Exército português em 1952. NA – FO/371/107646.

Particularmente para a embaixada britânica, esta percepção vinha já de longe. Na verdade, uma das melhores leituras feitas sobre o Corpo de Estado-Maior e a sua instrução no princípio da década de 1950 proveio da avaliação feita pelos adidos militares britânicos destacados em Lisboa. De acordo com estes observadores, o Corpo de Estado-Maior era, claramente, um “corpo de elite” bastante “orgulhoso da sua tradição e treino” cujos oficiais, ao contrário da maioria dos membros do Exército português tinham uma dedicação completa à actividade castrense²⁶. Contudo, a sua “fraqueza” residia no facto dos seus oficiais se formarem longe das tropas. Esta percepção acentuava a sua “pouca abertura mental”, reforçando a noção de que os membros do CEM eram uma “casta separada”, que fornecia grande parte dos oficiais generais do exército português. Assim, ainda que os oficiais do Corpo representassem o “mais perspicaz e eficientemente treinado grupo do Exército português, tinham falta de experiência operacional”. A sua grande maioria eram novos demais para terem participado na Primeira Guerra Mundial enquanto que outros, ainda que não a maioria, tinham tido a oportunidade de participar na Guerra Civil Espanhola, visitando frequentemente a frente de combate. Já em termos de doutrina militar, o Corpo de Estado-Maior era “modelado nas tradições francesas”, mantendo “uma grande rigidez”, aumentada por uma característica tradicional do oficial português de ser extremamente “cauteloso, indeciso e com pouca auto-confiança”. O exemplo claro disto era o sistema burocrático que envolvia a decisão no âmbito do Estado-Maior, em que os oficiais de patente menor reportavam sempre aos seus superiores, criando uma “capa” nos oficiais mais inexperientes com o objectivo de mascarar a sua capacidade de iniciativa ou a sua “indecisão”²⁷.

Parte destas características reflectia-se na estrutura curricular do próprio Curso de Estado-Maior. Até finais de 1952, a formação dos oficiais de Estado-Maior incidia, sobretudo, na preparação destes militares para desempenharem missões junto de grandes quartéis-generais e do Ministério da Defesa Nacional e do Exército, quase sempre em Lisboa²⁸. Porém, com a entrada de Portugal na NATO, este paradigma tinha sofrido alterações. A grande missão do Exército português deveria passar pela capacidade em formar militares que servissem

²⁶ De acordo com um relatório de 1950 elaborado pela Embaixada britânica em Lisboa, a maior parte dos oficiais do Exército tinham possibilidade de acumular o serviço com actividades fora das Forças Armadas, situação feita com o objectivo de complementar o seu salário enquanto oficiais do Exército português. Conferir “*Value For War – Portuguese Army*”, 1950. Arquivo Histórico Militar (AHM), Lisboa – DIV/1/38/66/04.

²⁷ “*Value For War – Portuguese Army*”, 1950. AHM – DIV/1/38/66/04.

²⁸ Relatório da Missão SHAPE em Portugal, 11 de Agosto de 1953. Arquivo da Defesa Nacional (AHD), Lisboa – Sr. 01.500.01.

O Corpo de Estado-Maior nos anos 1950: dinâmicas externas e consequências internas

o esforço militar europeu na defesa da Europa e que, por essa razão, fossem destacados com as divisões portuguesas para missões fora do território nacional. Assim, o oficial de Estado-Maior, mais do que ter capacidade para cumprir a sua missão junto dos ministérios e quartéis-generais, tinha de ter capacidade para executar tarefas junto dos Estados Maiores de divisão, efectuando missões em campanha²⁹. Neste sentido, era preciso mais rapidez e uma maior quantidade na formação dos oficiais de Estado-Maior.

Por essa razão, em finais de 1952, o Ministério do Exército reformulou os fins e a organização do Curso de Estado-Maior. Ainda que realçando que o método de formação dos oficiais portugueses com funções de Estado-Maior tinha “dado inteira satisfação” ao longo dos últimos doze anos, as “necessidades presentes derivadas de compromissos internacionais” exigiam “um maior número de oficiais de Estado-Maior e a sua mais rápida preparação”. Assim, o antigo Curso de Estado-Maior foi dividido em dois, um curso geral, com dois anos, e um curso complementar, de um ano. Após estes três anos, os oficiais de Estado-Maior estavam aptos a entrar para o quadro do Corpo de Estado-Maior. No entanto, os oficiais que completassem o curso geral podiam executar imediatamente funções de Estado-Maior nos quartéis-gerais dos comandos divisionários, ou seja, junto da 3.ª Divisão que Portugal estava a preparar em Santa Margarida³⁰.

Apesar desta alteração, os principais problemas dos oficiais de Estado-Maior portugueses mantiveram-se. No rescaldo da alteração legislativa aplicada à formação dos oficiais de Estado-Maior em 1952, os oficiais do SHAPE em Portugal continuavam a realçar que a formação era, ainda, muito teórica e com uma relevância muito pequena dada aos aspectos técnicos da carreira militar. Em contrapartida, havia um grande enfoque para as disciplinas ligadas às ciências sociais e humanas, como a história, geografia, economia política, psicologia e sociologia³¹. Adicionalmente, tornava-se imperativo que a instrução dos oficiais de Estado-Maior fosse feita por oficiais com dedicação exclusiva às funções de instrução, alterando-se aquilo que era a tradição de muitos professores do Instituto de Altos Estudos Militares: o sistema de acumulação de funções dos oficiais do CEM, em que a docência era partilhada com o desempenho de tarefas no Estado-Maior do Exército. O tirocínio de dois anos dos oficiais que completassem o Curso Geral do Estado-Maior em unidades de pequeno escalão era visto, também, como uma vantagem, potenciando a experiência

²⁹ Relatório sobre o Exército português em 1952. NA – FO/371/107646.

³⁰ Conferir Decreto-Lei n.º 39053 de 26 de Dezembro de 1952 e Decreto n.º 39054 de 26 de Dezembro de 1952.

³¹ Relatório da Missão SHAPE em Portugal, 11 de Agosto de 1953. AHD – Sr. 01.500.01.

prática destes jovens oficiais. Finalmente, a principal alteração desejada pelos observadores do SHAPE em Portugal prendia-se com a diminuição do Curso Geral³². Reflectindo a perspectiva já anteriormente expressa às autoridades militares portuguesas, o grande número de matérias ensinadas era de “importância indiscutível” para os oficiais que integrariam o Corpo de Estado-Maior e desempenhassem funções ao nível dos ministérios ou do Estado-Maior General. Contudo, tratavam-se de matérias “questionáveis” em termos de valor para oficiais que prestassem serviço ao quartéis-generais divisionários³³.

De todas as sugestões propostas pelos membros do SHAPE, a que levantou mais celeuma acabou por ser a redução do Curso Geral de dois anos para, apenas, um ano. Esta diminuição acarretava a eliminação completa das cadeiras de cultura geral e redução substancial das matérias ligadas à história e geografia. Desta forma, quer a comissão técnica do Estado-Maior que exarou um parecer em relação ao relatório dos oficiais do SHAPE, quer o Chefe de Estado-Maior do Exército, General Barros Rodrigues, quer o Ministro do Exército, General Abranches Pinto, se posicionaram contra esta alteração concreta. Em primeiro lugar, porque a última alteração legislativa de monta tinha sido feita apenas dois anos antes. Em segundo lugar, porque um oficial de Estado-Maior deveria ter “prestígio e ser suficientemente qualificado para entrar no Corpo de Estado-Maior, tão bom como aqueles que o antecederam no mesmo Corpo”. O relator deste parecer terminava com a seguinte questão: “num país como o nosso, em que as elites repousam essencialmente nos seus graus académicos e universitários, que categoria passariam a ter os futuros oficiais do E.M. exclusivamente preparados com a técnica restrita equivalente ao simples desempenho da sua função mecânica de oficiais de Estado-Maior?”³⁴.

Esta posição era, aliás, partilhada pelo General Álvaro Teles Ferreira dos Passos, Director do Instituto de Altos Estudos Militares. Logo na abertura do ano lectivo de 1951-1952, este oficial expressou a sua oposição de se converter o Curso de Estado-Maior num simples curso de técnica de Estado-Maior. Na sua oposição, a formação de oficiais de Estado-Maior em Portugal seguia a tradição da Escola Superior de Guerra francesa, em que os alunos eram vistos como os futuros generais do Exército português³⁵. No ano seguinte, o mesmo oficial foi

³² Relatório da Missão SHAPE em Portugal, 15 de Outubro de 1953. AHM – F6/G/20/Cx206/4/1953.

³³ Relatório da Missão SHAPE em Portugal, 11 de Agosto de 1953. AHD – Sr. 01.500.01.

³⁴ Parecer da Comissão Técnica do Estado-Maior do Exército, 22 de Março de 1954. AHM – F6/G/20/Cx206/4/1953.

³⁵ “Conferência de Abertura do Ano Lectivo 1951-1952 pelo General Álvaro Teles Ferreira de Passos” In Instituto de Altos Estudos Militares, *Conferências Realizadas no IAEM nas Sessões Solenes de Abertura dos Anos Escolares de 1950 a 1955* pelo Exmo. Senhor General Álvaro Teles Ferreira de Passos. Caxias: IAEM, 12-13.

O Corpo de Estado-Maior nos anos 1950: dinâmicas externas e consequências internas

mais longe nas críticas, opondo-se claramente contra a “americanização” das doutrinas e métodos do Exército português, que passava pela simplificação das funções militares³⁶.

Porém, se esta era a posição de alguns sectores do Exército português, Fernando Santos Costa, Ministro da Defesa Nacional, não estava completamente convencido da inoperância das propostas dos observadores do SHAPE. Em final de 1954, em face do parecer da Comissão Técnica do Estado-Maior, o ministro considerou que o assunto não estava “esgotado”, sendo que o Curso de Estado-Maior deveria passar por uma nova “readaptação”³⁷.

Adicionalmente, a pressão do SHAPE sobre o ministro português acentuou-se. Durante as primeiras manobras do exército português levadas a cabo em Santa Margarida, a questão da instrução dos oficiais de Estado-Maior foi abordada na conversa do ministro português com o Major-General britânico Napier White, Vice-Chefe de Estado-Maior do SHAPE. Compreendendo ser um “assunto nacional” e “delicado”, o General britânico considerava que as características do Estado-Maior português punham em causa o objectivo de “criar uma autêntica e digna divisão de combate”. Na sua opinião, os portugueses achavam que o Estado-Maior era composto “por uns poucos” que ingressavam no Instituto de Altos Estudos Militares para frequentarem um terceiro ano de estudos, um verdadeiro Curso Complementar. Ora, após completarem este ano lectivo, os oficiais entravam “ao serviço contínuo de Estado-Maior nos níveis mais elevados de Quartel-General”. Para o General britânico e para o SHAPE, esta situação tendia a tirar os “melhores oficiais e a mantê-los afastados das tropas combatentes durante a maior parte do seu serviço”, o que acabava por criar uma “*trade union* militar ou uma *Casta Superior* dentro do Exército”, situação que nunca podia ter um bom resultado³⁸.

Nem mesmo as alterações efectuadas em finais de 1952 eram suficientes para aliviar estes problemas. Ainda que o governo português tivesse decidido recentemente que os “poucos escolhidos” deveriam prestar um ano de serviço com as tropas entre o Curso Geral de Estado-Maior e o Curso Complementar, o que era “um passo no bom caminho”, não encontrava porém solução para o “erro” de todo o sistema, que se centrava na visão global sobre a função de Estado-Maior. De acordo com White, os portugueses estavam “enganados” ao acreditarem que o emprego de oficiais de Estado-Maior aos níveis divisionário

³⁶ “Conferência de Abertura do Ano Académico de 1952-1953 pelo General Álvaro Teles Ferreira de Passos” In Instituto de Altos Estudos Militares, *Conferências Realizadas no IAEM*. op. cit.11-12.

³⁷ Despacho de Santos Costa de 30 de Abril de 1954. AHM – F6/G/20/Cx206/4/1953.

³⁸ Nota do General do SHAPE Napier White para o Ministro da Defesa Nacional, 11 de Maio de 1954. AHM – Repartição do Gabinete, PAN, F6G/34/12/258/137, 1953.

e regimental eram “missões inferiores e de menor importância”. Pelo contrário, nos exércitos britânico, francês e norte-americano, a função preferencial dos oficiais de Estado-Maior eram as aquelas praticadas junto das unidades de baixo escalão, isto é, as missões em que estes militares estavam em contacto com a *tropa*³⁹.

As observações do SHAPE, com o apoio do ministro Santos Costa, deram origem a uma nova revisão da formação dos oficiais de Estado-Maior. Em finais de Novembro de 1954 foi aprovado um novo regulamento do Curso de Estado-Maior, apenas dois anos após a última alteração. Desta vez o objectivo era assegurar uma “rápida preparação de oficiais de Estado-Maior para os escalões divisionários e das pequenas unidades de campanha”. No fundo, tratava-se de uma mudança de paradigma das funções típicas exigidas aos oficiais de Estado-Maior em Portugal, desempenhadas junto do Ministério do Exército e nos grandes quartéis-generais⁴⁰.

Assim, o Curso Geral ficou com apenas um ano de duração, com a instrução a incidir sobre “táctica e os deveres do Estado-Maior, tendo em vista preparar oficiais para a função que decorre das suas responsabilidades nas pequenas unidades, em grupos independentes e ao nível de divisão”. Todos os diplomados com o Curso Geral eram obrigados a fazer dois anos de serviço com tropas ou nos Estados Maiores de Quartéis Gerais regimentais, regionais, ou divisionários, quer fossem, ou não, escolhidos para prosseguirem a sua formação para o Curso Complementar. Este curso passou a ter a duração de dois anos durante os quais se daria uma “instrução muito mais vasta, incluindo assuntos não militares, de modo a preparar oficiais seleccionados do Curso Geral para trabalho de Estado-Maior num escalão mais elevado”. Apenas aqueles oficiais que completassem com êxito o Curso Complementar seriam admitidos no quadro do Corpo de Estado-Maior, situação que, no fundo, acabou por reforçar a excepcionalidade dos membros do corpo⁴¹.

Em termos curriculares, se antes os alunos do Curso Geral tinham cadeiras relacionadas com a educação geral militar, incluindo geografia, história, economia política, fisiologia e sociologia, agora debruçavam-se, apenas, sobre temas relacionados com táctica, trabalho de Estado-Maior e instrução puramente militar até ao nível de divisão. Em termos de requisitos mínimos para ingressarem no curso, a grande diferença passava pela maior exigência ao nível da experiência militar dos alunos. Dantes bastava ser Tenente

³⁹ Idem.

⁴⁰ Decreto-Lei n.º 39941 de 25 de Novembro de 1954.

⁴¹ Relatório Periódico n.º 6 do Tenente-Coronel Jennings, 8 de Janeiro de 1955. AHM – Repartição do Gabinete, PAN, F6G/34/12/258/135.

O Corpo de Estado-Maior nos anos 1950: dinâmicas externas e consequências internas

ou Capitão com 2 anos de experiência enquanto que após 1954, era necessário ser Capitão há 3 anos ou Tenente há 8 anos, em comando de tropas. Além do mais, após a conclusão do curso era necessário um tirocínio de 2 anos ao serviço com tropa ou em serviço de Estado-Maior de uma pequena unidade. Quanto ao Curso Complementar, passou a integrar todo o conteúdo que o Curso Geral tinha perdido, ainda para mais porque de um ano passou a ter dois. Também aqui a grande mudança foi a obrigação de comando de tropas para a frequência no curso⁴².

Em conclusão, o Curso Geral simplificou-se, aumentando um foco mais militar e menos dado à cultura geral, enquanto que o Curso Complementar se tornou mais especializado, incorporando as características mais elitistas que davam forma ao Corpo de Estado-Maior. A maior parte dos oficiais ficou mais técnico e menos sensível às ciências sociais e humanas, característica que se tornou ainda mais restritiva e para um núcleo mais fechado⁴³.

Assim, as autoridades militares portuguesas acabaram por, perante as pressões da NATO e o apoio do Ministro da Defesa Nacional, adaptar a formação dos oficiais de Estado-Maior às necessidades provocadas pela preparação do exército português para os compromissos de defesa da Europa. De acordo com a leitura da embaixada britânica às alterações legislativas de Novembro de 1954, “depois de dois anos de gentil persuasão”, o governo português “aceitou a totalidade das recomendações” do SHAPE. Assim, parecia assegurado o “fluxo constante de jovens oficiais capazes de assumir o seu lugar no comando de pequenas unidades de divisão”. No entanto, o único conselho a não ser seguido prendeu-se com a extinção do Corpo de Estado-Maior, cujos “males” continuavam a afectar o exército português, de acordo com os observadores estrangeiros. Ou seja, apesar de reformularem a formação ao nível do Estado-Maior, as autoridades militares portuguesas recusaram-se a anuir na extinção do corpo protegendo, desta forma, a existência daquilo que os membros do SHAPE afirmavam ser uma *casta superior*⁴⁴.

4. As alterações legislativas e as consequências para o Quadro do CEM

Se as autoridades portuguesas acreditavam que a manutenção do Corpo de Estado-Maior significava a preservação da identidade do Exército português, com o trabalho de Estado-Maior a ser executado e controlado nas mãos de uma pequena elite bem formada do ponto de vista técnico e político, as rápidas

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Relatório sobre o Exército português no ano de 1954. NA – FO/371/117766.

alterações verificadas entre 1952 e 1954 vieram criar grandes constrangimentos ao funcionamento do corpo. Como vimos atrás, as mudanças verificadas neste período não se restringiram, apenas, ao aumento ou diminuição do Curso Geral. Tiveram impacto no sistema de promoções que, com o passar dos anos, contribuíram para alimentar críticas veladas à existência do CEM enquanto corpo semi-fechado.

Uma análise mais pormenorizada mostra-nos que, até à legislação aprovada em 1952, o Curso de Estado-Maior completava-se ao fim de três anos, altura em que os candidatos eram considerados aptos a entrarem no CEM. Para a admissão ao curso, era exigido a todos os candidatos a frequência de, pelo menos, um ano de estudos preparatórios na universidade bem como de estágios em várias unidades do exército. Os candidatos tinham de ter uma idade inferior a 32 anos e submeter-se a exames de Geografia, História e Conhecimentos Militares para se habilitarem ao curso. Em face da exigência de todo o processo e de forma a incentivar os oficiais a habilitarem-se ao Curso de Estado-Maior, os candidatos viam a sua posição na lista de antiguidades a ser antecipada em dois anos, no posto de Tenente⁴⁵.

Com a aprovação da legislação de 1952, assistiu-se a uma diminuição das exigências verificadas para a admissão ao curso. Em particular, dispensou-se a exigência de preparatórios e estágios para a admissão dos oficiais e elevou-se o limite de idade para 33 anos. Adicionalmente, dividiu-se a concessão das benesses relativas à antecipação no posto de Tenente, dividindo-as pelo final do Curso Geral e do Curso Complementar⁴⁶.

Como vimos atrás, em 1954 o Ministério do Exército e da Defesa Nacional, por pressão dos observadores da NATO em Portugal, alterou, novamente, as regras de admissão aos Cursos de Estado-Maior. A nova alteração na legislação trouxe mudanças ao nível do aumento do limite de idade (36 anos) para os candidatos se poderem habilitar ao Curso de Estado-Maior e uma diminuição da regalia quanto à questão das antiguidades. Assim, esta vantagem passou a ser apenas de um ano no posto de Tenente, no final do Curso Complementar. Ou seja, apenas antes da admissão ao CEM é que os oficiais recebiam uma regalia pelo longo percurso de formação que, recorde-se, incluía a frequência do Curso Geral, de um tirocínio de dois anos em comando de tropas e a realização do Curso Complementar de dois anos⁴⁷.

⁴⁵ Estudo da Comissão Técnica do Serviço de Estado-Maior, elaborada pelos Coronel do CEM Carlos Silva Freire e pelo Tenente-Coronel do CEM Arnaldo Schulz, de 16 de Março de 1956. AHM, F7/A/Série-87/Cx128/N.º1, 1952-1958.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

O Corpo de Estado-Maior nos anos 1950: dinâmicas externas e consequências internas

Em resultado desta mudança, verificou-se um conjunto de ultrapassagens na lista de antiguidades dos oficiais que “tendo frequentado o Curso Geral de Estado-Maior em 1953-55 e sendo mais antigos do que alguns que tinham frequentado o Curso Geral em 1952-54, foram ultrapassado por estes”. Assim, nos anos a seguir à aprovação da legislação de 1954 verificou-se a existência de um problema que urgia resolver e que resultava “do facto de se terem alterado as regalias de antecipação na antiguidade de Tenente aos oficiais habilitados com os Cursos de Estado-Maior”⁴⁸.

Procurando obviar este problema, foi aprovado o decreto-lei 41312 de 10 de Outubro de 1957, visto existir a “conveniência em reajustar as disposições relativas à antecipação de antiguidade a conceder aos oficiais habilitados com o Curso Complementar do Estado-Maior”⁴⁹. De acordo com a nova legislação, os oficiais das diferentes armas que completassem o Curso de Estado-Maior e fossem considerados idóneos para o serviço voltavam a antecipar em dois anos a sua antiguidade no posto de Tenente, “indo ocupar entre os oficiais do curso correspondente o lugar imediatamente à esquerda daquele que tenha classificação igual ou imediatamente superior à sua e que não haja beneficiado do acesso devido à promoção por escolha ou distinção”. Contudo, os oficiais “a quem for aplicada a doutrina deste artigo não podem, porém, ficar colocados à direita de outro que, também habilitados com o Curso de Estado-Maior e julgado idóneo para o serviço respectivo, fosse primitivamente mais antigo na escala da sua arma”⁵⁰.

Mas estes não foram os únicos problemas que a rápida mudança legislativa de 1952 e 1954 originou. Ao longo da década de 1950 as alterações nos cursos do CEM mantiveram a enorme duração da formação dos oficiais de Estado-Maior. Este facto, ao mesmo tempo que se verificou uma aceleração da promoção dos oficiais de outras Armas, nomeadamente de Infantaria, nos postos de capitães e majores, fez com que o Corpo de Estado-Maior padecesse de um triplo problema: por um lado, um desinteresse generalizado dos oficiais do Exército em frequentarem o Curso de Estado-Maior. Este desinteresse era resolvido com a imposição de oficiais para frequentarem o curso – por “imposição de serviço”, como se dizia. Por outro lado, acentuava a existência de inversões de antiguidade entre os oficiais que passavam para o quadro do corpo e os seus colegas de curso que se mantinham nos quadros de Arma. Finalmente, emergiu o seguinte problema: como a duração do curso era de seis anos e só ao final deste tempo é que os oficiais entravam no quadro do CEM,

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Decreto-Lei n.º 41312 de 10 de Outubro de 1957.

⁵⁰ Decreto-Lei n.º 36304 de 24 de Maio de 1947.

muitos oficiais que realizavam o curso acabavam por ser promovidos a Major durante a sua formação⁵¹. Ora, de acordo com a lei que regulava a admissão no Corpo, apenas os oficiais com o posto de Capitão podiam ingressar no corpo. Estes problemas faziam com que existisse um esvaziamento de capitães no quadro do corpo e muitos majores, com o Curso Complementar de Estado-Maior, a fazerem serviço de Estado-Maior mas sem pertencerem ao corpo e sem poderem prestar serviço nas suas armas.

Na verdade, ao longo da década de 1950, verificou-se um conjunto de alterações nas progressões dos oficiais do exército, que acelerou a promoção dos oficiais nos vários quadros das armas, em particular na Infantaria. Ora, num Corpo cujo Quadro tinha apenas 84 lugares, no final da década de 1950 assistiu-se a uma diminuição do interesse dos oficiais do Exército em ingressarem no corpo, apenas colmatada com a nomeação destes por “imposição de serviço”. Fruto desta obrigação, aumentaram os requerimentos destes oficiais para não ingressarem no corpo, permitindo-lhes ficarem ligados aos quadros de cada uma das suas armas. Por exemplo, em meados de 1958 os Capitães Vaz Pinto, de engenharia, Barros e Cunha (Cavalaria) e Augusto Lopes (Artilharia), após finalizarem o Curso Complementar de Estado-Maior requereram ao Ministro do Exército para não ingressarem no Corpo de Estado-Maior porque ambos tinham “muito mais fácil acesso nos quadros das suas armas” à promoção a Major do que no quadro do corpo. Este problema era agravado pelo facto de existirem, em 1958, 22 oficiais de infantaria do corpo “que na sua arma de origem teriam já sido promovidos ao posto imediato”, sendo que destes 22, “7 encontram-se já prejudicados em relação ao curso de origem”. Apesar da legislação não impor “taxativamente” que os oficiais com CCEM considerados idóneos para ingressar no corpo eram obrigados a entrar no mesmo, tal tinha sido a prática até 1957, quebrada por algumas excepções. O problema é que se previa que a muito breve prazo, cerca de “40% dos oficiais que actualmente frequentavam o CCEM” pudessem estar em situação de desvantagem no tocante à sua promoção caso entrassem para o quadro do CCEM⁵².

Estes problemas de organização do exército português não podiam deixar de ser vistos à luz dos problemas gerais do Corpo de Estado-Maior: como o Major Bettencourt Rodrigues reconheceu, existia “uma função em tempo de paz e de campanha perfeitamente definida” que era a função de Estado-Maior, para a qual se exigia oficiais “especialmente habilitados e de que se possa

⁵¹ Memorando “Normalização do Quadro do Corpo de Estado-Maior”, elaborado pelo Tenente-Coronel do CEM Oliveira Marques a 22 de Abril de 1957. AHM – F7/A/Série95/Cx.157/N.3/1956-1957.

⁵² Informação de Serviço do Major do CEM Bettencourt Rodrigues, de 30 de Outubro de 1958. AHM – F7/A/Série95/Cx.157/Nº4/1958.

O Corpo de Estado-Maior nos anos 1950: dinâmicas externas e consequências internas

dispor imediatamente em caso de mobilização”. Ora, “os oficiais preparados para a função de EM têm, para o desempenho dessa função, de estar referidos a um sistema de antiguidade” por forma a que a “hierarquização seja possível adentro de unidades mobilizadas ou de uma estrutura em tempo de paz”. No caso do Exército português, “estas bases têm sido respeitadas com a existência de um quadro próprio”, sendo que a solução corpo aberto, preconizada, em particular, pelos observadores militares da NATO que colaboravam com o processo de modernização do Exército português, só parecia possível desde que se assegurasse a condição de não existirem “inversões de hierarquia”⁵³.

Fica claro que os problemas originados pela rápida alteração da legislação do Curso de Estado-Maior e pela alteração da legislação de promoção dos oficiais do Exército estavam a pôr em causa a própria forma como o quadro do CEM era organizado. Em face destes problemas, pelo menos duas linhas surgiram: uns defendiam que estavam criadas as condições ideais para se promover a abertura do Corpo de Estado-Maior seguindo as aspirações veiculadas pelos observadores estrangeiros desde o início da participação de Portugal na NATO. Outros, defendiam que a manutenção de um quadro fechado, ou semi-fechado, dos oficiais de Estado-Maior continuava a servir os interesses do Exército português. Neste sentido, a partir de 1957 começou-se a estudar, no Estado-Maior do Exército, quais as melhores soluções para sanar o problema da promoção dos oficiais do Exército, em particular no caso dos oficiais do CEM.

De acordo com um memorando elaborado pelo Tenente-Coronel do CEM Oliveira Marques, desde 1954 tinha-se verificado que a “relativa rapidez com que na Arma de Infantaria” acedia aos postos de Major e Tenente-Coronel tinha “dado origem a mal estar entre os oficiais do Corpo de Estado-Maior” oriundos daquela arma e que tinham os postos de Capitão e Major. Estes oficiais estavam atrasados nas suas promoções, nalguns casos até em relação a oficiais de infantaria dos mesmos cursos da Escola do Exército. Verificavam-se, portanto, “inversões de antiguidades” com muitos oficiais a ultrapassarem colegas mais antigos. Por essa razão, se multiplicaram a criação da posição de adidos nos vários quadros das armas, com o objectivo de “adoptar medidas de emergência” para solucionar casos particulares. Este procedimento permitiu promover a Major alguns oficiais de Infantaria do CEM mas sem remediar completamente o atraso de promoções generalizado. Acrescia ainda que, como a duração da formação de Estado-Maior era de seis anos e só ao final deste tempo é que os oficiais entravam no quadro do Corpo, muitos oficiais que realizavam o curso

⁵³ Idem. Sublinhado no original.

acabavam por ser promovidos a Major durante a sua formação. Ora, de acordo com a lei que regulava a admissão no CEM, apenas os oficiais com o posto de Capitão podiam ingressar no corpo. Estes problemas faziam com que existisse um esvaziamento de capitães no quadro do CEM e muitos majores, com o Curso Complementar de Estado-Maior, a fazerem serviço de Estado-Maior mas sem pertencerem ao corpo e sem prestarem serviço nas suas armas⁵⁴.

Perante isto, o estudo feito pelo Tenente-Coronel Oliveira Marques apontava para várias soluções. Em primeiro lugar, podia optar-se por abrir o Corpo de Estado-Maior a todos os oficiais do Exército, fazendo regressar os oficiais do quadro do CEM às suas armas de origem. Com esta solução, o corpo desapareceria dando lugar ao Serviço de Estado-Maior, desempenhado em comissão por oficiais das armas habilitados com o respectivo curso. Era uma solução que “não é nova no nosso país” e que expunha o novo serviço a “flutuações nas várias armas” que “criavam inconvenientes para a coesão e disciplina daquele serviço, por serem relativamente frequentes as inversões de funções e de posições dentro das mesmas secções e repartições dos QG e Estados Maiores”. Em segundo lugar podia-se manter o CEM e promover os seus oficiais por arrastamento. Tal podia ser feito tomando como base a Arma que estivesse mais acelerada, com o problema de que esse procedimento fizesse chegar de forma facilitada aos postos superiores os oficiais do corpo. Ou então, através da promoção dos oficiais do corpo cuja arma de origem esteja mais acelerada, “mantendo estes oficiais supranumerários no quadro do corpo até serem promovidos pelas vagas do corpo de oficiais os oficiais do corpo mais antigos cuja arma de origem seja diferente”. Esta solução tinha sido “encarada”, em tempos, mas não foi posta em execução, certamente porque “contribuía para a coesão e espírito do Corpo de Estado-Maior”. Finalmente, existia uma terceira solução que passava por manter o CEM e facultar o regresso à arma de origem dos oficiais que sejam ou pudessem vir a ser ultrapassados. Esta solução acarretava dois problemas graves. Por um lado, punha em causa a “ética militar”, já que se partia do princípio que os oficiais tinham liberdade para, “ao sabor das suas conveniências”, escolher o quadro que mais lhes convinha. Por outro lado, aceitava-se que a composição do Corpo de Estado-Maior ficava “subordinada a flutuações das diversas armas e perderia em parte o carácter de ecletismo que é uma das suas vantagens”⁵⁵.

Esta situação manteve-se inalterada após a remodelação governativa verificada em Agosto de 1958 e que afastou o Coronel Santos Costa da chefia do

⁵⁴ Memorando “Normalização do Quadro do Corpo de Estado-Maior”, elaborado pelo Tenente-Coronel do CEM, Oliveira Marques a 22 de Abril de 1957. AHM – F7/A/Série95/Cx.157/N.3/1956-1957.

⁵⁵ Idem.

O Corpo de Estado-Maior nos anos 1950: dinâmicas externas e consequências internas

Ministério do Exército e da Defesa Nacional. Para o seu lugar, Oliveira Salazar nomeou o General Júlio Botelho Moniz para a pasta da Defesa Nacional e o Coronel Almeida Fernandes para o Ministério do Exército. Esta mudança tinha, claramente, o objectivo de sanar algumas divergências no seio do regime e que se traduziam pela diferença entre uma facção defensora de uma maior abertura do regime, encabeçada por Marcelo Caetano, e um sector mais conservador, cuja figura de proa era Santos Costa. A nova equipa procurava traduzir o sentido geral da remodelação ministerial e considerava “essencial a adopção de um conjunto de reformas no seio das Forças Armadas portuguesas”, em todos os campos. Para o nosso tema em particular, há que referir a leitura da nova equipa ministerial em relação à existência de “graves deficiências de enquadramento” no tocante ao pessoal e à organização, cuja essência, “pouco dada a mudanças e corporativa”, punham em causa a reforma das Forças Armadas⁵⁶. Esta nova equipa, composta por oficiais pertencentes à “geração NATO”, como lhe apelidou o historiador António Telo, defendiam a implementação e “valorização da qualidade, a alteração dos factores de promoção, a mudança dos esquemas de carreira (...) tudo factores pouco compatíveis com a orgânica portuguesa tradicional”⁵⁷.

Com a renovação ministerial e em face do problema da promoção dos oficiais do CEM, a partir de 1958 começaram a surgir vozes, maioritariamente ligadas ao Ministério do Exército, à época dirigido pelo Coronel Almeida Fernandes, que partindo da questão da necessidade de harmonização das promoções dos oficiais do Exército, em particular os do CEM, eram favoráveis à extinção do Corpo de Estado-Maior. Entre elas, saliente-se a do Coronel Fernando Valença, membro do gabinete do Ministro do Exército entre 1957 e 1961, que se posicionou claramente contra a manutenção deste corpo. De acordo com este oficial, os problemas que se verificavam no quadro do CEM podiam ser resolvidos com a supressão do mesmo já que a sua visão era, em finais da década de 1950, desadequada em termos do que seria a missão futura do Exército português (combater as contra-insurreições nos territórios ultramarinos). Para Valença, os oficiais de Estado-Maior tinham conhecimentos maioritariamente centrados nos problemas do conflito leste-oeste na Europa Continental, fazendo com que muitos se transformassem em forças de bloqueio das reformas propostas pela equipa de Almeida Fernandes, já que o seu pensamento se adequava ao tipo de guerra convencional⁵⁸.

⁵⁶ Rodrigues, Luís Nuno – *Marechal Costa Gomes. No centro da tempestade*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008, pp. 42-44.

⁵⁷ Telo, António – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996, pp. 329-330.

⁵⁸ Valença, Fernando – *A Abrilada de 1961. As Forças Armadas e as Crises Nacionais*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d., p. 84-90.

Esta posição era contrariada pelo Estado-Maior do Exército que, em face da reforma iniciada em 1958 com o objectivo de preparar as Forças Armadas para uma eventual necessidade militar nas colónias, considerava totalmente desaconselhada uma alteração profunda no âmbito do funcionamento das funções de Estado-Maior. Isto porque, como defendia o Major do CEM Bettencourt Rodrigues, seriam sobre os elementos do corpo que pesaria “a responsabilidade de lançamento de toda a reorganização que se prevê, mediante uma vigilância cerrada e uma acção oportuna”⁵⁹.

Esta opinião representava, grosso modo, o Estado-Maior do Exército. Em resposta a uma informação da Repartição do Gabinete do Ministro do Exército de meados de 1960, que apontava para a extinção do Corpo de Estado-Maior como uma solução para o problema da promoção dos oficiais do CEM, o EME opôs-se à possibilidade de alterar profundamente o funcionamento do corpo⁶⁰. Se a revisão do sistema de promoções era considerado uma “medida imperiosa” e que devia “receber alta prioridade nos estudos de reorganização”, restavam “sérias dúvidas quanto à supressão ou “asfixia” do Corpo de Estado-Maior”⁶¹.

Para o Estado-Maior do Exército, os pressupostos elencados pelo gabinete do Ministro não eram “inteiramente fundamentados”. Este organismo considerava que, tal como a informação parecia subentender, a importação, para Portugal, do “exemplo estrangeiro” não se devia aplicar. Ao contrário do que se passava nos modernos exércitos do Atlântico Norte, o sistema de instrução fazia passar pelos Cursos de Estado-Maior “todos os oficiais capazes ou com ambições na sua carreira militar, impondo rigorosas condições de admissão àqueles cursos”. Já em Portugal, era do “domínio geral o desinteresse dos oficiais pela frequência do Curso de Estado-Maior e a resistência que oferecem e influências que movem para obstar à sua nomeação”, o que contribuía para que o efectivo de cada curso não ultrapassasse, “normalmente”, os 12 alunos. Adicionalmente, se no meio castrense estrangeiro se vivia “em intenso sistema de competição” e os militares tinham “condições materiais” que asseguravam um nível de vida “adequado”, as idiossincrasias do exército português levavam a

⁵⁹ Informação de Serviço do Major do CEM Bettencourt Rodrigues de 30 de Outubro de 1958. AHM – F7/A/Série95/Cx.157/Nº4/1958.

⁶⁰ Note-se que, apesar de não nos ter sido possível consultar a informação de serviço emanada do gabinete de Almeida Fernandes, os pontos debatidos pelo Estado-Maior do Exército tocam, sem excepção, naquilo que havia sido a argumentação dos observadores militares da NATO que em meados da década de 1950 procuraram persuadir o governo português a promover a abertura do Corpo de Estado-Maior. Assim, em finais da década de 1950, o gabinete do ministro do Exército recuperou a argumentação dos observadores NATO tendo em vista a alteração orgânica do funcionamento do Estado-Maior em Portugal.

⁶¹ Informação do Estado-Maior do Exército de 30 de Setembro de 1960. AHM – F7/A/Série95/Cx.158/N.8/1960.

O Corpo de Estado-Maior nos anos 1950: dinâmicas externas e consequências internas

que “poucos [fossem] os oficiais que [pudessem] consagrar toda a sua actividade ao desempenho” da função militar. Isto contribuía para que “a valorização da folha de serviços” não fosse “normalmente preocupação que [conduzisse] à procura de sacrifícios”. Assim, em regra geral, os oficiais que se candidatavam ao Curso de Estado-Maior tinham “fraca preparação” o que limitava “o rendimento dos nossos cursos ao compará-los com padrões estrangeiros”. Esta situação reforçava a necessidade de garantir a idoneidade dos poucos que chegavam a pertencer ao corpo, garantindo um “reconhecimento da força e do valor que um núcleo seleccionado de oficiais, ligados por um esclarecido espírito de corpo”, desempenhava “no quadro nacional”⁶².

O EME abordava, também, a alegada existência de uma “animadversão” dos oficiais do exército em relação aos seus camaradas do CEM. A resposta era peremptória: tais atitudes eram, sobretudo, contra os que tinham coragem de se proporem a estudos exigentes e não contra a existência de um corpo semi-fechado de oficiais. Tal enquadrava-se na “irresistível tendência para a mediocridade, cómoda, niveladora, seguro penhor de uma vida fácil e serena, quando é reacção derivada de incapacidade própria para vencer as dificuldades do Curso ou a coragem ou determinação para a eles se sujeitar”. Em conclusão, enquanto se verificasse “a falta de oficiais qualificados para o desempenho de funções de Estado-Maior”, julgava-se “inadequado, inoperante ou imprudente encerrar a supressão do Corpo de Estado-Maior, a curto ou a longo prazo”⁶³.

Esta diferença de opiniões, entre o Gabinete do Ministro e o Estado-Maior do Exército acabaram por ficar em aberto até 1961, altura em que a *Abrilada* e a subsequente mudança das estruturas militares, bem como o início dos conflitos nas colónias, bloquearam completamente a mudança ao nível dos quadros do Exército português. A necessidade de garantir a mobilização suficiente de oficiais para funções de Estado-Maior em África e o trabalho executado pelo corpo na rápida mobilização de efectivos para Angola demonstrava a utilidade e eficiência do corpo tal e qual funcionava. A partir desse momento, o principal problema deixou de ser a supressão do corpo mas sim a adopção de uma legislação apropriada que permitisse a promoção adequada dos oficiais do CEM bem como o preenchimento total do seu quadro, numa altura em que a aceleração verificada na promoção dos oficiais das Armas tinha já provocado um evidente esvaziamento dos capitães do CEM.

Neste sentido, o Chefe de Estado-Maior do Exército, General Câmara Pina, propôs ao novo Ministro do Exército, Brigadeiro Mário Silva, uma

⁶² Idem.

⁶³ Idem.

alteração legislativa que mantivesse o Corpo de Estado-Maior. Esta proposta defendia ajustamentos ao nível das promoções, atenuando “a repercussão consequente do desequilíbrio das promoções nas diferentes Armas”, através da unificação do quadro de capitães e majores do CEM. Tal permitia que os oficiais que terminassem o Curso de Estado-Maior com o posto de Major pudessem ingressar no corpo. Assim, garantia-se a manutenção do serviço de Estado-Maior tal qual tinha sido implementado desde meados da década de 1930, ou seja, produzindo “um trabalho notável” na mobilização de efectivos, na sua instrução e no seu equipamento. Exemplo disso tinha sido a recente “mobilização e o transporte de milhares de homens para as terras mais distantes do nosso Ultramar” e que tinha obrigado à constituição de comandos, à organização de serviços, à aquisição de material de toda a ordem. Esta acção, feita em “curtíssimo prazo” pressupôs, ainda, a uniformização de métodos e processos de trabalho, bem como à elaboração de planos de operações e de planos para o emprego de serviços. O início da guerra em Angola dava, portanto, “a medida das possibilidades do Corpo de Estado-Maior na resolução dos problemas” e permitia “avaliar a tarefa” que sobre ele recaía. Câmara Pina rematava: “tudo se processou em poucos meses – e sem grandes estremecimentos da Nação”, com o Corpo de Estado-Maior a criar, de facto, “uma doutrina e espírito de servir”⁶⁴.

Apesar de tudo, Mário Silva não foi sensível aos pedidos do Chefe de Estado-Maior, já que não considerou “oportuna a publicação de diploma atinente a resolver a carência de oficiais para o serviço de Estado-Maior”. Até ordem em contrário, os majores com o Curso de EM, “embora ingressando nas suas armas de origem, ficam hipotecados ao serviço de EM, como se pertencessem ao corpo”⁶⁵. Apenas em 1965, a questão ficou resolvida, com o Ministério do Exército, já com Joaquim da Luz Cunha como Ministro, a aceitar as propostas do Chefe de Estado-Maior do Exército.

De acordo com o decreto-lei 46326, “os conditionalismos estabelecidos em 1952 e 1954 para o recrutamento e formação dos oficiais do Estado-Maior, decorrentes de várias circunstâncias, aliados aos diferentes ritmos de promoção nos quadros das armas, provocaram o aparecimento de oficiais superiores habilitados com o Curso Complementar de Estado-Maior, cujo ingresso no quadro do corpo não está previsto na legislação em vigor”. Esta situação, criava “inconvenientes para o serviço” e não permitia que os oficiais habilitados com o Curso Complementar satisfizessem a “legítima aspiração

⁶⁴ Informação do Chefe de Estado-Maior do Exército, General Luís da Câmara Pina, de 13 de outubro de 1961. AHM – F7/A/Série95/Cx.158/N.10/1961-1962.

⁶⁵ Despacho de 22 de fevereiro de 1962 do Ministro do Exército, Brigadeiro Mário Silva. AHM – F7/A/Série95/Cx.158/N.10/1961-1962.

O Corpo de Estado-Maior nos anos 1950: dinâmicas externas e consequências internas

de ingressarem no Corpo de Estado-Maior, embora possuí[ssem] idoneidade e qualificações idênticas às dos oficiais, alguns do mesmo curso na arma de origem, que pertenc[iam] actualmente àquele corpo”. Estes problemas eram agravados pelas “exigências” da actual conjuntura da organização territorial em África. Assim, passava a ser possível o ingresso no Quadro do Corpo de maiores das diferentes armas habilitados com o Curso Complementar de Estado-Maior. Para tal, o Quadro do Corpo era alterado, apesar de manter o mesmo número. A diferença passava a ser a definição de 60 vagas quer para capitães quer para majores⁶⁶. Ficava, assim, resolvido o problema criado pela alteração das legislações em 1952 e 1954 e pela alteração das promoções dos oficiais do Exército ao longo da década de 1950.

Conclusão: constrangimentos externos e resistência à mudança

Nos anos 1950 as Forças Armadas portuguesas passaram por um processo de modernização profunda, fomentado pela adesão de Portugal à NATO em 1949. A modernização que ocorreu nas Forças Armadas da Europa Ocidental no início da Guerra Fria foi vista como um desafio para o Exército português, cujas características idiossincráticas e conservadoras serviam os interesses do regime autoritário do Estado Novo. Como tivemos oportunidade de ver, nos primeiros anos de consolidação do regime, Oliveira Salazar procurou ligar os oficiais do exército a um compromisso político. Em troca da modernização e do desenvolvimento de uma elite militar, em torno do Corpo de Estado-Maior, o regime esperava lealdade política e eficiência militar.

A profundidade da modernização verificada nas Forças Armadas portuguesas após 1949 abalou este acordo tácito. A necessidade de Portugal assegurar os seus compromissos internacionais e preparar-se para uma possível missão militar na Europa Central contra uma invasão soviética, a par da penetração da doutrina militar norte-americana, forçaram o regime a adaptar a sua instrução ao nível da elite militar. Isto foi particularmente visível ao nível da formação dos oficiais do Corpo de Estado-Maior. Duas reformas legislativas no espaço de dois anos provocaram uma alteração significativa na forma como estes oficiais eram formados, abrindo espaço para o aparecimento de divisões internas no exército português. Porém, se o governo português estava na disposição de alterar a maneira como os oficiais do CEM eram formados, fomentando a modernização do seu ensino de acordo com os moldes da doutrina norte-americana, o seu limite foi sempre claro: o Corpo de Estado-Maior; enquanto *casta superior* do Exército português, era para se manter.

⁶⁶ Decreto-Lei n.º 46326 de 7 de maio de 1965.

A profundidade destas alterações, fomentada por constrangimentos externos que exigiam a rápida transformação da instituição militar em Portugal, teve consequências internas ao nível da estabilidade dos quadros do Exército português. As sucessivas e profundas alterações legislativas desorganizaram o sistema militar português, no tocante à promoção dos oficiais do CEM. À medida que a década se aproximou do final diminuiu progressivamente o interesse dos oficiais do exército para a frequência do Curso de Estado-Maior e posterior integração no quadro do corpo. Ao mesmo tempo, assistiu-se a um processo de aceleração das promoções noutros quadros das várias armas.

A conjugação destes problemas levou a que surgissem críticas à manutenção do quadro do CEM, tal e qual ele tinha sido estabelecido em 1937. Ora, numa época em que o exército português se preparava para uma nova reorganização militar, antevendo o processo de resistência armada ao domínio colonial português, rapidamente se levantaram vozes que propunham a extinção ou supressão do quadro do CEM. A este grupo, próximo do gabinete do Ministro do Exército, Coronel Almeida Fernandes, opôs-se a estrutura do Estado-Maior do Exército que via na manutenção da estrutura do CEM uma mais valia para o Exército português. A mobilização das forças militares portuguesas para África em 1961 veio dar razão ao Estado-Maior português, permitindo que o CEM se mantivesse como originalmente tinha sido organizado em 1937, ainda que com pequenas alterações legislativas aprovadas em 1965. Assim, ao longo da década de 1950, as pressões externas não foram suficientes para pôr em causa a *Casta Superior* do CEM, ainda que tivessem provocado uma desorganização profunda do quadro do corpo.

O Corpo de Estado-Maior e a doutrina de contra subversão

6. portuguesa, 1958-1963

Jorge Ribeiro

Introdução

A partir de 1961, ano de início do conflito em Angola, as Forças Armadas Portuguesas (FAP) combateram em África durante treze anos, conduzindo operações de contra subversão¹. Principalmente no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM)² e no Estado-Maior do Exército (EME) que um conjunto de oficiais, membros do Corpo de Estado-Maior (CEM), estudaram e desenvolveram a doutrina militar para este tipo de guerra, baseada inicialmente em experiências externas e, posteriormente, na conduta e necessária adaptação que as unidades do Exército desenvolveram no Teatro de Operações de Angola.

O produto final destes trabalhos materializou-se numa obra intitulada “O Exército na Guerra Subversiva”, aprovada e publicada pelo Ministro do Exército Joaquim da Luz Cunha, em 28 de fevereiro de 1963. Este “guia” foi o culminar de um processo que conseguiu alcançar um feito notável na

¹ Nas operações de contra subversão, as forças militares têm essencialmente três missões principais: conduzir operações militares defensivas e ofensivas contra os bandos armados, as guerrilhas e as forças pseudo-regulares; exercer uma ação psicológica sobre o adversário e, principalmente, sobre a população; dar apoio às autoridades civis. Exército, Estado-Maior do (1963), *O Exército na guerra subversiva, vol I*, Lisboa, Edições EME, cap II, p. 15.

² Com a publicação do decreto-lei n.º 30 264 de 10 de janeiro de 1940, nasce o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), sucessor da Escola Central de Oficiais (ECO), fundada em 26 de maio de 1911. O IAEM fica na dependência direta do Estado-Maior do Exército. O IAEM deveria, ainda, servir como centro de estudos práticos e de ensaio do EME, no campo da tática e dos serviços.

história do Exército Português. De facto, pela primeira vez, este detinha uma doutrina militar própria escrita e adaptada ao tipo de conflito que iria enfrentar. Marcando deste modo uma diferença em relação à participação do Exército Português não só noutros conflitos, como também com outros países, que se debateram com problemas semelhantes, como a França, os Estados Unidos da América e o Reino Unido, dado que, no início das operações, não dispunham de um manual com estas características³.

Este contributo que agora se apresenta, integrado no projeto “O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: Apogeu e queda”, teve como “farol” ou objetivo principal descrever as origens e a metodologia do esforço que o Exército Português desenvolveu na elaboração da sua doutrina de contra subversão⁴. Pretendeu-se perceber qual o papel desempenhado pelos oficiais do Corpo de Estado-Maior nos diversos órgãos e estabelecimentos do Exército Português, nomeadamente no Instituto de Altos Estudos Militares e no Estado-Maior do Exército, na construção desta doutrina, que John P. Cann designou de “o modo português de fazer a guerra.”⁵

1. A construção do “modo português”

a. A geração NATO

No verão de 1958, o Presidente da República Américo Deus Rodrigues Thomaz aceita a proposta do Presidente do Conselho António de Oliveira Salazar e exonera a 14 de agosto de 1958 o Ministro da Defesa Nacional e interino do Exército Coronel do Corpo de Estado-Maior Fernando dos Santos Costa. É mais um ponto de rutura entre o Ministro da Defesa e o Exército, distinguindo-se dos outros pelo facto de António Salazar desta vez preferir afastar o seu Capitão que, durante vinte e dois anos, foi o braço direito e principal interlocutor com as Forças Armadas.

Esta data é geralmente considerada como o momento em que se dá a viragem estratégica de Portugal da Organização do Tratado do Atlântico Norte

³ Cann, John (1998), *Contra-insurreição em África – O modo português de fazer a guerra*, S. Pedro

⁴ A Comissão para o Estudo das Campanhas de África (CECA) identificou quatro períodos na evolução e desenvolvimento da doutrina de contra subversão do Exército Português. O 1º período que decorreu entre 1958 e 1960, em que houve o contacto com as doutrinas francesa e inglesa; o 2º período que decorreu entre 1961 e 1963, com a aplicação experimental da doutrina em Angola; o 3º período de 1964 até 1966, com o aperfeiçoamento da doutrina; o 4º período de consolidação da doutrina que decorreu entre 1967 e 74. Este trabalho compreende o estudo do 1º período e parte do 2º período, nomeadamente até à publicação do guia “O Exército na Guerra Subversiva” em 9 de fevereiro de 1963. EME, CECA (1990), *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-74)*, EME, Lisboa, p. 138.

⁵ Cann, John P. (1998), *Contra-insurreição em África – O modo português de fazer a guerra*, S. Pedro do Estoril, Ed. Atena, p. 89.

(NATO) para África, uma vez que coloca na hierarquia mais elevada da Defesa Nacional a chamada “geração NATO”⁶. Com esta remodelação, à frente do Ministério da Defesa Nacional, fica o General do CEM Botelho Moniz, como Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, o General do CEM Beleza Ferraz, como Ministro do Exército, o Coronel do CEM Almeida Fernandes, na Subsecretaria de Estado do Exército, o Tenente-Coronel do CEM Costa Gomes⁷ e, como Chefe de Estado-Maior do Exército, o General do CEM, Luís da Câmara Pina. Apesar da forte ligação destes oficiais à Aliança Atlântica e aos problemas da defesa da Europa, esta não será a linha de atuação mais importante da sua governação.

Como refere Luís Rodrigues citando Costa Gomes, ao chegarem ao governo, constatam a “total ineficiência em que se encontrava o Exército, em todos os campos”. Nas questões de pessoal, de material, nas finanças e, nomeadamente, na organização “desde o próprio Ministério do Exército à organização territorial do Exército da Metrópole e no Ultramar, cujos conceitos se achavam inteiramente desatualizados, primando pela ausência de “medidas a tomar para fazer face às ameaças de uma guerra subversiva.”⁸

O centro de gravidade português começa a transferir-se para o hemisfério Sul. Torna-se primordial adequar e preparar as Forças Armadas Portuguesas para lidar com uma tipologia de conflito bastante diferente das preconizadas pelo pacto de defesa do Atlântico Norte – as independências em África, é neste contexto que urge atuar. Não se pode deixar de assinalar que estes homens já estavam em lugares de destaque antes de agosto de 1958, o General Botelho Moniz era o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, o Coronel Almeida Fernandes Subsecretário do Exército, o General Beleza Ferraz como CEME e o Tenente-Coronel Costa Gomes trabalhava no Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN).

Apesar de estarem na equipa de Santos Costa, existiam duas visões diferentes para as Forças Armadas. Paulo Duarte refere que, em 1956, sendo Botelho Moniz CEMGFA, “enquanto Santos Costa preparava a 3ª Guerra Mundial, Botelho Moniz estava mais preocupado com os acontecimentos em África e a possibilidade de uma guerra subversiva.”⁹ No entanto, os “ventos eram de mudança” e a segunda situação era aquela que necessitava de uma

⁶ A “geração NATO” é referida como os oficiais que durante a década de 50 ocuparam lugares nos Quartéis-Generais, ou frequentaram ações de formação no âmbito da NATO. Telo, António José (1996), *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, p. 324.

⁷ Ordem do Exército, n.º10, 2ª série, de 1 de setembro de 1958, pp. 767 a 769.

⁸ Rodrigues, Luís Nuno (2004), *Costa Gomes, no epicentro do furacão*, Lisboa, Prefácio, pág. 43.

⁹ Duarte, António Paulo (2010), *A Política de Defesa Nacional 1919-1958*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, p. 261.

resposta rápida, por parte dos recém-nomeados. Era fundamental “colocar o exército à altura das circunstâncias que, já então, se previa viriam a exigir dele, em particular no Ultramar, largos esforços e a necessária eficiência.”¹⁰

Sentia-se que a solidariedade de Portugal para com a Aliança Atlântica, materializada por compromissos militares para a sua estrutura militar integrada, sendo a mais significativa a 3ª Divisão Nun’Alvares (que treinava no Campo de Santa Margarida) e que, nesse ano de 1958, participava no primeiro exercício de defesa coletiva da Aliança na Alemanha, o exercício *Lion Noir* “não era a resposta adequada e suficiente para a defesa dos interesses próprios da nação que se jogavam nos território do Ultramar.”¹¹

Deste modo, planeou-se uma reorganização do Exército a todos os níveis, desde a organização passando pelas infraestruturas e pelos aspetos legais e doutrinários. Em 24 de novembro de 1958¹², o Ministro do Exército Almeida Fernandes difunde através de uma diretiva “o programa geral de aperfeiçoamento do Exército a executar até final de 1962.”¹³ Num dos eixos desta reorganização encontra-se a intenção de dotar o Exército de um completo conhecimento dos conceitos e das técnicas da guerra subversiva, que, de acordo com Almeida Fernandes, toda esta estrutura estaria concluída em 1962, senão fossem os acontecimentos de 1961 (a abrilada).¹⁴

b. As fontes de doutrina

“Fui eu que mandei, quando era Subsecretário de Estado do Exército, a primeira missão militar de observação à Argélia.”¹⁵ Pode considerar-se que esta ordem, como afirma Costa Gomes, terá marcado o início das missões específicas de estudo ao estrangeiro por parte de oficiais portugueses sobre a problemática da subversão. No entanto, já anteriormente tinham sido enviados oficiais ao estrangeiro para frequentarem cursos sobre a luta de guerrilha. No ano de 1957, são enviados os Capitães de infantaria António Vaz Antunes e Rogério Augusto

¹⁰ Fernandes, Almeida. (1995), No Centro da Crise, in Antunes, José Freire, *A Guerra de África (1961-1974)*, vol I, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 166.

¹¹ Santo, Gabriel Espírito (2004), No centenário do nascimento do General Luís Maria da Câmara Pina, *Revista Militar* 56º volume, n.º12, p. 1273.

¹² Aniceto, Afonso e Carlos Matos Gomes (2010), *Os Anos da Guerra Colonial*, Lisboa, Quidnovi, p. 14.

¹³ AHM, FO 71A/27147/1.

¹⁴ Fernandes, Almeida. (1995), No Centro da Crise, in Antunes, José Freire, *A Guerra de África (1961-1974)*, vol I, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 166.

¹⁵ Costa, Gomes, (1995), General Paradoxo, in Antunes, José Freire, *A Guerra de África (1961-1974)*, vol I, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 114.

O Corpo de Estado-Maior e a doutrina de contra subversão portuguesa, 1958-1963

Garret da Silva e Castro¹⁶, para frequentarem entre 14 de maio e 5 de julho¹⁷ o curso de anti-guerrilha (operações especiais) no *Centre d'Entraînement de Commandos* em *Marche-les-dames* na Bélgica.¹⁸ Contudo, o envio destes oficiais a este centro não aparece ancorado num propósito continuado ou integrado num plano mais vasto de desenvolvimento do conhecimento que originasse a produção de doutrina ou de adequação das estruturas de pessoal e material para este tipo de conflito.

Pese embora o facto de Portugal, neste período, se encontrar ao abrigo do programa de auxílio militar americano – *Military Assistance Advisory Group* (MAAG)¹⁹, a opção passa obrigatoriamente por frequentar ações em países europeus, uma vez que os Estados Unidos da América (EUA), por um lado, não apoiavam estas iniciativas²⁰, por outro lado, debatiam-se com problemas de definição de uma doutrina própria para agir em conflitos desta natureza.

Quando em janeiro de 1961, no início do seu mandato como Presidente dos EUA John Fitzgerald Kennedy faz a seguinte pergunta ao seu *staff*: *What are we doing about guerrilla warfare?* (o que é que estamos a fazer em relação à guerra de guerrilhas?), porque estava convencido que este seria o género de conflito que os EUA teriam que enfrentar nos próximos anos. Porém, desde a segunda guerra mundial que a política de defesa americana estava preocupada e concentrada em guerras como a da Coreia, ou no uso de armas nucleares, decorrente da Guerra Fria e da política do *Containment*. Para as Forças Armadas Americanas, o inimigo estava perfeitamente declarado. Analisavam-se os cenários de invasão pelas forças do Pacto de Varsóvia e preparavam-se os homens e os meios para um conflito convencional com ameaça de uso de meios nucleares. As *small wars*, como eram conhecidas as “guerras de guerrilha”, pertenciam a um domínio de conflito com que a força militar americana não se tinha que preocupar. Uma vez que se a força estava preparada para um conflito de alta intensidade, claramente também

¹⁶ Em 1960 são colocados no Centro de Instrução de Operações Especiais, como 2º comandante e instrutor respetivamente. OE, 2ª série, n.º 8 de 1 de junho de 1960, p. 730.

¹⁷ Nota de assentos do Coronel Vaz Antunes, gentilmente cedida pelo seu filho Tenente-General Vaz Antunes.

¹⁸ Ordem do Exército, n.º 7, 2ª série, de 16 de abril de 1959, pp. 576 e 604.

¹⁹ Esta cooperação materializou-se em 2 de fevereiro de 1951 com a colocação em Lisboa do *Military Assistance Advisory Group* (MAAG), grupo constituído por militares americanos, chefiado a partir de 26 de agosto de 1951 pelo Brigadeiro Frank Camm. A missão tinha como finalidade coordenar a ajuda militar americana com Portugal. Pretendia não só garantir que as Forças Armadas Portuguesas se incorporassem nos planos de defesa da NATO, mas sobretudo que ficassem integradas no sistema ocidental, na zona de influência dos EUA.

²⁰ Telo, António José (1996), *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, p. 327.

estaria preparada para lidar com as pequenas guerras. Demonstrativo desta linha de pensamento são os escassos trabalhos de investigação realizados por exemplo no *Army War College*. Como refere Brian Linn²¹, durante o período que decorreu o conflito na Malásia, nenhum aluno escolheu escrever sobre o assunto, nem os mais altos comandos do Exército Americano, nem a direção da escola deu diretivas para incorporar nos currículos dos cursos e fomentar o debate e estudo sobre os temas da subversão. Também nas publicações militares americanas, entre 1950 e 1961, a análise destes temas circunscreve-se a algumas notas de seção, como no caso da Malásia, os artigos são a maior parte das vezes da autoria de veteranos Britânicos.²²

Afigurava-se deste modo que a escolha de países que pudessem facultar conhecimento sobre a subversão recairia necessariamente na Europa, uma vez que eram as potências europeias que se debatiam com este tipo de guerra.

c. As missões de estudo à Argélia

No período de 17 de agosto a 19 de outubro de 1958²³, o Major do CEM Hermes de Oliveira frequenta um estágio no Centro de Instrução Psicológica e de Contraguerrilha (*Centre d'Instruction de Pacification et Contre-Guerrille*) em *Arzew-Oran*, na Argélia naquela que foi a primeira missão de um oficial português a este teatro de operações francês. Hermes de Oliveira estava colocado no SGMN, curiosamente no mesmo gabinete onde trabalhava Costa Gomes e desempenhava o cargo de CEMGFA Botelho Moniz. Para além destas funções, Hermes de Oliveira era professor na Escola do Exército e desde cedo que se dedicava ao estudo da subversão. Publicou cerca de 29 obras, tendo sido laureado por cinco vezes com os prémios “Barrento de Oliveira” e “Moçambique” da Revista Militar.²⁴

Contudo, num dos seus primeiros trabalhos publicado em 1949, intitulado “A guerrilha na guerra moderna”, o contexto tinha outro significado, pois “a guerra de guerrilha” apresentava a resistência e defesa que um pequeno país podia conduzir num conflito convencional, perante a invasão do seu território por parte de uma potência externa. As suas forças não tinham capacidade de lutar de igual para igual com as forças adversárias e passam

²¹ Linn, Brian McAllister (2010), *An American Way of Irregular Warfare*, in *Insurgency and Counterinsurgency: Irregular warfare from 1800 to the present*, International Commission of Military History, Amsterdam. p. 51.

²² Birtle, Andrew J. (2006), *U.S. Army Counterinsurgency and Contingency Operations Doctrine 1942-1976*, Center of Military History, United States Army, Washington D:C, p. 162.

²³ Ordem do Exército n.º 1, 2ª Série de 1 de janeiro de 1959.

²⁴ Oliveira, Hermes de Araújo (1966), *Guerra revolucionária*, Lisboa, 5 Ed, p. 12.

O Corpo de Estado-Maior e a doutrina de contra subversão portuguesa, 1958-1963

a conduzir as operações militares de uma outra forma, utilizando a guerrilha para derrotar essa potência, ou seja, a utilização da subversão.²⁵

Para além da publicação destes trabalhos, também terá contribuído para a escolha de Hermes de Oliveira para visitar e frequentar o estágio na Argélia, o facto de ter regressado de uma comissão na Índia, tendo sido louvado e condecorado em 4 de maio de 1958, pelo Ministro da Defesa Nacional “pela maneira excepcionalmente brilhante e eficiente como, durante cerca de três anos, exerceu o cargo de chefe de Estado-Maior das Forças Armadas da Índia. Tendo-se oferecido para servir como expedicionário na guarnição militar daquela província ultramarina num momento em que muito grave ameaça pendia sobre a integridade dos territórios de Goa, Damão e Diu.”²⁶

Ainda no decorrer do ano de 1958, intensifica-se o envio de oficiais portugueses para frequentarem cursos no estrangeiro: o Capitão do CEM Pedro Cardoso frequenta com outro oficial no *Intelligence Corps Center*, em Inglaterra, o *Field Security (Counter-Intelligence)*²⁷ e os Capitães paraquedistas Soares Cunha e Curado Leitão frequentam o curso de comandos, também em Inglaterra, entre 1 de setembro e 10 de outubro.²⁸

No entanto, é no início de 1959 que, por proposta do Chefe de Estado-Maior do Exército General Câmara Pina e despacho do Tenente-Coronel Costa Gomes, Subsecretário de Estado do Exército, é determinado o envio ao *Centre d’Instruction de Pacification et Contre-Guerrille* em *Arzew-Oran*, na Argélia de seis oficiais chefiados pelo Major do CEM Joaquim António Franco Pinheiro.²⁹ Faziam também parte da delegação o Capitão do CEM Carlos Augusto Pereira da Costa Matos, o Capitão de artilharia com o Curso Geral de Estado-Maior Nuno Bessa de Almeida Frazão, os Capitães de infantaria com o Curso Geral de Estado-Maior Emiliano Quinhones de Magalhães, José António Fonseca Ferreira Pinto Basto Carreira e José Luís Almiro Canelhas.³⁰ Todos eles, com exceção de Basto Carreira, estavam colocados na 3ª Divisão do Estado-Maior do Exército, que tinha por responsabilidade trabalhar a doutrina. Alguns

²⁵ Guerra subversiva “ é uma luta conduzida no interior de um território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controle desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua ação.” Exército, Estado-Maior do (1963), *O Exército na guerra subversiva, vol I*, Lisboa, Edições EME, cap 1, p. 1.

²⁶ Ordem de Serviço do SGDN, n.º 9 31 de dezembro de 1957. ADN/F1/SR12/50.

²⁷ Mais tarde designado de *Counter-Intelligence*. Cardoso, Pedro, (1995), Poder de saber, in Antunes, José Freire, *A Guerra de África (1961-1974), vol II*, Lisboa, Circulo de Leitores, pág. 829.

²⁸ Ordem do Exército, n.º 7, 2ª série, 3 de junho de 1961, p. 971.

²⁹ Aniceto, Afonso e Carlos Matos Gomes (2010), *Os Anos da Guerra Colonial*, Lisboa, Quidnovi, p.13.

³⁰ Ordem do Exército, n.º 16, 2ª série, de 16 de setembro de 1959, p. 1309.

destes oficiais encontrá-los-emos posteriormente como professores ou alunos a frequentar o curso complementar de Estado-Maior de 1961-62, em cujos trabalhos assentou o manual de guerra subversiva.

A missão decorreu entre 10 de março e 20 de abril de 1959 e, no final da visita, foi redigido um relatório³¹, que detalhava as fases da missão à Argélia. Inicialmente, os oficiais portugueses frequentaram um estágio de pacificação e contra-guerrilha em Arzew. O estágio teve a duração de 15 dias, com 8 a 9 horas de instrução diárias, tendo participado 240 oficiais franceses e 6 portugueses. No final, foram distribuídos por grupos de 2 oficiais pelos três Corpos de Exército (CE) franceses na Argélia. Posteriormente, foi proporcionada uma visita ao Saará³² e uma visita à Escola de Guerra Psicológica, ao Estado-Maior do Exército Francês e à 5ª Repartição da Defesa Nacional em Paris, correspondendo a uma permanência de 31 dias na Argélia e 10 dias em Paris.

Nas conclusões, os relatores fazem a necessária ressalva da diferença existente entre “a França, que se encontra a combater numa guerra revolucionária e Portugal, em que o problema é especialmente de prevenir essa guerra.”³³ Deste modo, referem que algumas das soluções a adotar possam ou devam ser diferentes das soluções francesas.

Após estas considerações iniciais, “para facilitar a exposição, agruparemos as nossas considerações e conclusões nas seguintes rubricas: Os efetivos militares no Ultramar; adaptação dos comandos à nova modalidade de ação no Ultramar; articulação e zonas de ação das forças ultramarinas; as tropas de quadrícula e as tropas de intervenção; o papel do Exército na substituição ou prolongamento da ação da autoridade civil; a orgânica das unidades no Ultramar; a instrução dos quadros; e a instrução das tropas.”³⁴

Em relação aos efetivos militares no ultramar, é apresentada a importância de desenvolver a ação psicológica sobre as populações, como meio eficaz de contrariar a guerra psicológica do adversário que trabalha física e moralmente as populações. Sendo fundamental conhecer e entrar em contacto com as populações, isto só se consegue com uma ocupação dispersa de unidades na superfície. Defendem inclusive a prestação do serviço obrigatório após a recruta nas unidades no ultramar e até a mudança de unidades metropolitanas para o ultramar. A “solução proposta é sem dúvida dispendiosa, mas não tanto quanto à primeira vista se pode afigurar, se tivermos em conta um benefício a

³¹ Relatório da Missão à Argélia, AHM/FO/39/11/592/354.

³² Visita ao setor de TOUGORT, que se estendia até à fronteira com a Tunísia, correspondendo a uma área semelhante ao território metropolitano português.

³³ Relatório da Missão à Argélia, pág. 169. AHM/FO/39/11/592/354.

³⁴ Relatório da Missão à Argélia, pág. 171. AHM/FO/39/11/592/354.

longo prazo: alguns milhares de jovens tomaram, eles próprios, ou farão nascer nos seus familiares e amigos o desejo de se instalarem nas nossas Províncias Ultramarinas.”³⁵

Outro aspeto referido no relatório relaciona-se com a adaptação que os comandos militares necessitam de fazer à nova modalidade de ação no ultramar para a condução da ação psicológica: neste sentido, apelam à necessidade de colocar em cada comando militar ultramarino uma repartição ou no mínimo uma secção para a ação psicológica em íntimo contacto com o gabinete do governador da respetiva província. Os relatores propõem que os oficiais que frequentaram o estágio na Argélia poderiam ser os iniciadores desta ação.

Nas conclusões, é observada a articulação e zonas de ação das forças ultramarinas. A Argélia foi dividida em três CE, cada CE em zonas de comando de General (efetivos na ordem de divisão), podendo corresponder às atuais regiões militares portuguesas e coincidindo quanto possível com as divisões administrativas. As zonas foram divididas em sectores de comando de Coronel (equivalente a regimento) em um ou mais distritos. Os sectores em subsectores “*quartiers*” (batalhão), sob comando de Major ou Tenente-Coronel com uma ou mais circunscrições administrativas. E estes últimos divididos em “*subquartiers*” (companhia), comandados por capitães, com um ou mais postos administrativos, podendo chegar até pelotão ou secção.

O relatório também refere a necessidade de dispor de tropas da quadrícula e de tropas de intervenção. Para a quadrícula, seriam destinadas a maioria dos efetivos, constituído fundamentalmente por unidades de infantaria, cavalaria e artilharia. Para as forças de intervenção seriam utilizadas unidades paraquedistas. No entanto, devido à escassez de efetivos e uma vez que não existia conflito e não se previa, naquele momento, a utilização de paraquedistas ou cavalaria para tropa de intervenção, é sugerido no relatório que todas as unidades tivessem treino e a capacidade de ser empregues também em unidades de quadrícula.

A orgânica das unidades no ultramar também é abordada neste relatório, chamando-se a atenção para a adaptação nos seguintes pontos: aligeiramento das unidades; reforço dos meios auto; atribuição de meios de transmissões; aquisição de armas que permitam alto poder de fogo (distribuir um pistola metralhadora por cada três combatentes); atribuição de equipamento apropriado (sacos de dormir individuais, tendas de nylon, utensílios para refeições ligeiras). Para além do dispositivo e meios, os relatores apontam para o papel que o Exército tem que ter na substituição ou prolongamento da ação

³⁵ Ibidem.

da autoridade civil no terreno, propondo por exemplo que, na Academia Militar e no Instituto de Altos Estudos Militares fossem abordados os aspetos do fomento e de administração para que houvesse um maior entendimento destes aspetos não só pelos militares mas também pelos civis.

Relativamente à instrução de quadros, sugerem que “no mínimo, todos os oficiais que fossem servir no ultramar frequentassem esse estágio na metrópole.”³⁶, caso fosse difícil organizar um estágio de pacificação e contraguerrilha em cada uma das províncias ultramarinas, o que poderia conduzir à dispersão do esforço. Propõem, por isso, a oportunidade de organizar um centro de instrução de pacificação e contraguerrilha, baseado no francês, mas devidamente adaptado à realidade portuguesa, recomendando ainda que o estágio tivesse uma duração de 17 dias, sendo de frequência obrigatória para todos os oficiais que fossem servir no ultramar. Quanto ao corpo de instrutores, estes deveriam recair sobretudo no pessoal que frequentou o estágio na Argélia e o diretor do curso deveria ter experiência nos territórios ultramarinos. Apresentam o exemplo francês, cujo diretor era um Tenente-Coronel com cinco anos de experiência da Indochina onde esteve em cativeiro. Quanto às instalações do centro, foi referido que não necessitava de um quartel específico, afirmando-se a Escola Prática de Infantaria (EPI) em Mafra como a adequada,³⁷ ficando a dependência técnica do centro do EME, “dado que os oficiais instruendos poderão ser de várias Armas.”³⁸

Ainda nas considerações iniciais do relatório, é mencionado que estes aspetos, no entender da delegação, deveriam ser implementados, uma vez que “a lição fundamental recolhida nesta missão: é necessário, é indispensável, é urgente tomar disposições adequadas para que o nosso Exército se coloque em condições de combater a guerra revolucionária.”³⁹

Após a missão, todos os oficiais participantes foram colocados nas Províncias Ultramarinas, o Tenente-Coronel do CEM Joaquim António Franco Pinheiro, como subchefe do Estado-Maior do comando militar de Angola⁴⁰, os Capitães Quinhones de Magalhães e Basto Carreira são também colocados em Angola, o Capitão de infantaria José Luís Almiro Canelhas,

³⁶ Relatório da Missão à Argélia, pág. 176, AHM/FO/39/11/592/354.

³⁷ Após um estudo conduzido pelo EME, seria Lamego a cidade escolhida em vez de Mafra, Covilhã e Lagos, que também se apresentavam com condições para receber o centro. Serrão, Hélder da Silva (2011). *CIOE/CTOE Operações Especiais-50 anos*, Lamego, Edições Esgotadas, p. 41.

³⁸ Relatório da Missão à Argélia, pág. 178, AHM/FO/39/11/592/354.

³⁹ O sublinhado é da autoria dos relatores. Relatório da Missão à Argélia, p. 2, AHM/FO/39/11/592/354.

⁴⁰ Ordem do Exército, n.º 16, 2ª série de 16 de setembro de 1959, p. 1240.

O Corpo de Estado-Maior e a doutrina de contra subversão portuguesa, 1958-1963

colocado nas forças expedicionárias ao Estado da Índia⁴¹ e Costa Matos em Moçambique.⁴²

Ainda no decurso de 1959, são enviadas outras missões à Argélia – “Eu fui no último grupo”⁴³, conta Lemos Pires, que juntamente com os Capitães Vaz Antunes, Aquilino Miranda e Luz Almeida frequentam entre 1 de agosto a 20 de setembro o curso de contraguerrilha em *Arzew*. Da missão, também fazia parte o Major do CEM Nunes Egreja⁴⁴ que tinha frequentado de 6 de janeiro a 22 de maio desse ano, na *École Militaire* em Paris, o Curso de Operações Psicológicas.⁴⁵ Este curso foi frequentado por 48 oficiais, entre os quais 5 estrangeiros, para além do português, estavam 1 alemão, 1 belga, 1 iraniano e 1 norte-americano. Para além dos conhecimentos de operações psicológicas, que foram retirados da frequência de outros cursos por parte de oficiais portugueses, constata-se que este foi o primeiro curso frequentado por um português, especificamente sobre a temática das operações psicológicas, ou como era designado na época de “guerra psicológica” e que foi implementado posteriormente nos teatros de operações.

O tempo de estudo estava a chegar ao fim, as fontes de conhecimento, que podiam ser consultadas, já tinham sido exploradas. Era agora necessário implementar um conjunto de ideias e dar-lhe forma. Deste modo, com o Decreto-Lei n.º 42926 de 16 de abril de 1960, é criado o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE) em Lamego, “considerando a necessidade imperiosa de intensificar e, até certo ponto, centralizar a instrução dos quadros e forças do Exército nas várias modalidades de operações especiais”.⁴⁶

Os primeiros oficiais, nomeados para dar corpo a esta nova unidade em Lamego, estavam relacionados com os cursos e estágios na Bélgica e Argélia. Como 2º comandante do CIOE é nomeado o Capitão de infantaria Vaz Antunes (posteriormente seria substituído pelo Major do CEM Nunes Egreja, em virtude de Vaz Antunes ter sido embarcado para Angola em 18 de julho de 1961)⁴⁷, como instrutores foram escolhidos os Capitães José António Luz de Almeida e Mário Lemos Pires⁴⁸ (Argélia), também o Capitão de engenharia Aquilino Gil

⁴¹ Ordem do Exército, n.º 12, 2ª série de 16 de junho de 1959, pág. 981.

⁴² Matos Costa, (1995), *De Arzew ao Niassa*, in Antunes, José Freire, *A Guerra de África (1961-1974)*, vol I, Lisboa, Círculo de Leitores, pág. 185.

⁴³ Pires, Mário Lemos, (1995), *Doutrina e prática*, in Antunes, José Freire, *A Guerra de África (1961-1974)*, vol II, Lisboa, Círculo de Leitores, pág. 809.

⁴⁴ Considerado idóneo para ingresso no Corpo de Estado-Maior pela comissão técnica do serviço de Estado-Maior. Ordem do Exército, n.º 15, 2ª série de 16 de dezembro de 1958, p. 1284.

⁴⁵ Ordem do Exército, n.º 17, 2ª série de 1 de outubro de 1959, p. 1400.

⁴⁶ Decreto-Lei n.º 42 926, de 16 de abril de 1960, I série, p. 918.

⁴⁷ Nota de assentos do Coronel Vaz Antunes.

⁴⁸ Ordem do Exército, n.º 7, 2ª série, de 1 de maio de 1960, p. 586.

O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: Apogeu e Queda

Miranda⁴⁹ (Argélia) e o Capitão de infantaria Garret da Silva e Castro, tendo este último frequentado o curso de anti-guerrilha na Bélgica e regressado de uma comissão na Índia.

Ainda no ano de 1960, realiza-se o primeiro curso de guerra subversiva, com duração de 12 semanas, entre 5 de outubro e 26 de novembro. Cumpriam-se as finalidades das visitas à Argélia: ter um centro de instrução relacionado com a contra guerrilha e ter pessoal qualificado neste tipo de conflito.

Como refere o General Pedro Cardoso, “não fomos surpreendidos pelo início da guerra. O que faltou foram os meios financeiros para uma reconversão das Forças Armadas.”⁵⁰

2. Os Manuais Azuis

a. Os Cursos no IAEM

O diretor do IAEM era um General ou Brigadeiro do Corpo do Estado-Maior, nomeado pelo Ministro da Guerra (posteriormente Ministro do Exército). No período entre 1957 e 1965, foram diretores do IAEM oficiais gerais que ocuparam posteriormente funções destacadas na estrutura de defesa do país, como Luís da Câmara Pina (CEME), Manuel Gomes de Araújo (Ministro da Defesa), Alberto Andrade e Silva (Ministro do Exército) e Fernando dos Santos Costa (Ministro da Defesa e Exército).

No IAEM, lecionavam-se sobretudo três cursos: O Curso de Altos Comandos (CAC), cujo diretor de curso era o próprio diretor do IAEM, contando com cinco oficiais gerais, brigadeiros ou coronéis tirocinados como professores; os Cursos de Estado-Maior Geral e Complementar; respetivamente CGEM e CCEM; e o Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS).

Analisando em concreto o Curso Complementar de Estado-Maior⁵¹, o plano de estudos estava organizado em dois grupos: o 1º designava-se de tática geral das armas e serviços e aprofundava os conhecimentos dos alunos

⁴⁹ Ordem do Exército, n.º 8, 2ª série, de 1 de junho de 1960, p. 730.

⁵⁰ Cardoso, Pedro, (1995), Poder de Saber, in Antunes, José Freire, *A Guerra de África (1961-1974)*, vol I, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 828.

⁵¹ Decorrente das considerações e pressões dos oficiais da MAAG e da NATO para que houvesse um incremento do número de oficiais de Estado-Maior nas pequenas unidades (batalhões), em 1954 revê-se novamente a organização e funcionamento dos cursos: O CGEM fica com a duração de um ano e ministra os conhecimentos correspondentes em especial, às funções de Estado-Maior nos escalões das pequenas unidades, destacamentos mistos e divisão. O CCEM fica com a duração de dois anos e destina-se a preparar os oficiais nas funções de Estado-Maior nos escalões das grandes unidades de ordem superior à divisão, Estados Maiores combinados e interaliados e organismos superiores de defesa nacional. Decreto-Lei n.º 39941 de 25 de novembro de 1954, p. 1402.

nas possibilidades técnicas e táticas das diferentes armas e serviços, tática de grandes unidades e funcionamento do serviço de Estado-Maior em quartéis-generais em geral e em campanha. O ensino seria de índole prática, ministrado com base em trabalhos de aplicação, resolvendo casos concretos nas cartas topográficas e no terreno. Para a tática geral, os casos concretos assumiam carácter de um tema de resolução individual ou coletiva, comportando sempre uma apresentação verbal ou escrita da solução decidida pelo aluno. No 2º grupo, denominado de organização militar e estratégia, as matérias versadas englobavam-se em quatro cadeiras: a geografia militar da Europa e de África (estrutura política, económica e social dos estados e seu potencial de guerra); a história militar (os grandes capitães da história e a evolução das instituições militares e história contemporânea); Organização militar (princípios gerais de organização, recrutamento e mobilização dos exércitos, convenções internacionais) e a estratégia geral crítica de operações (estratégia aplicada à Península Ibérica e aos domínios ultramarinos).

O diretor de curso era um Coronel do Corpo de Estado-Maior, apoiado por doze professores, oficiais superiores ou capitães do mesmo corpo. O diretor era proposto pelo diretor do IAEM e do CEME e nomeado pelo Ministro da Guerra (Ministro do Exército), os professores do CEM eram propostos pelo conselho de instrução do curso e submetidos à sanção do diretor do IAEM e CEME, sendo nomeados por escolha também pelo Ministro da Guerra (Ministro do Exército).

Para além das aulas ministradas aos cursos, o ensino incluía conferências como “complemento da cultura geral e técnica, (estas conferências) colocam os oficiais a par dos problemas da atualidade, nos aspetos político, económico, social, ultramarino, científico e técnico”, que representavam nas palavras do General Manuel Gomes de Araújo, diretor do IAEM em 1959 “este conjunto de cursos, pelo seu equilíbrio e unidade têm correspondido às exigências do papel do chefe e dos Estados Maiores.”⁵²

⁵² Araújo Gomes, General (1959), conferência inaugural do ano letivo 59/60, IAEM, p. 9. Biblioteca IESM.

b. A inversão de doutrina⁵³

No período de 1958 a 1961, o IAEM fez um esforço para acompanhar e ter uma visão prospetiva do papel de Portugal e das suas Forças Armadas nos “ventos de mudança”. A preparação dos oficiais superiores, e mais concretamente do Curso de Estado-Maior, passou por uma reformulação na década de cinquenta para se adequar às exigências de trabalho em estados maiores tipo americano. Nas palavras do General Álvaro Telles Ferreira de Passos, diretor do IAEM (entre 2 de novembro de 1948 e 21 de outubro de 1957) “o fenómeno não é novo, conhecemos a imitação e cópia do inglês e a correspondente reação dos que se tinham educado na escola alemã; conhecemos a imitação e a cópia do francês; vimos o regresso à cópia do alemão e estamos assistindo à imitação e cópia do americano.”⁵⁴ Com a crise do Suez e sobretudo da guerra na Argélia, verificou-se a necessidade de adequar novamente a doutrina para outros parâmetros. Registou-se, deste modo, uma dupla inversão da doutrina de referência: da francesa para a norte-americana e agora novamente para a corrente francesa e inglesa.

Nos Cursos de Estado-Maior, são desenvolvidos trabalhos sobre a guerra subversiva: A Guerra Subversiva, CEM 1959/60; Instruções para o emprego das Forças Armadas em apoio da Autoridade Civil, CEM 1960/61. Este trabalho foi desenvolvido em conjunto com os Capitães do CEM Pedro Cardoso⁵⁵, Marques Pinto e Remígio dos Santos resultante da adaptação do regulamento britânico “*Keeping the peace – Duties in Support of the Civil Power*” de 1957; Técnica de Estado-Maior em Guerra Subversiva, CEM 1960/61; Estudos Históricos sobre a Guerra Subversiva, CEM 1960/61, elaborados no âmbito da cadeira de História Militar e que versaram, entre outros assuntos, o estudo dos movimentos emancipalistas em África (Egito, Marrocos, Republica da Guiné, Congo Ex-Belga, Federação da Rodésia e Niassalandes, União Sul Africana); as guerrilhas na guerra de independência espanhola; a evolução política dos territórios africanos administrados pela França; os anos decisivos: Osvlado Spengler; a conquista da China pelos comunistas de Mao-Tse-Tung.

⁵³ A doutrina é entendida no meio militar, como os princípios, regras e processos táticos ou teóricos fixados em textos regulamentares ou em documentos dimanados de entidades, organismos ou órgãos militares qualificados e que se destinam a estabelecer unidade de interpretação, de difusão e de procedimentos. Soares, Vicente Henrique Varela *et al.*, (1962-63), Dicionário da Terminologia Militar, Edição dos autores, pp. 507 e 508.

⁵⁴ Passos, Álvaro Telles Ferreira de, Sobre o Futuro do IAEM, discurso na sessão solene de abertura do ano escolar de 1952-53, IAEM, pp. 13. Biblioteca IESM.

⁵⁵ Pedro Cardoso frequentou o *Counter-Intelligence Course* em Inglaterra cujas lições tiveram por base o teatro de operações na Malásia, desse curso veio a publicação *Keeping the Peace*. Antunes, José Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, vol I, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 829.

A par da execução destes trabalhos realizaram-se um conjunto de conferências no IAEM de personalidades nacionais e internacionais. Analisando os anos letivos anteriores ao início do conflito em Angola, constata-se que, no ano de 58/59⁵⁶, foram proferidas conferências no âmbito da conjuntura internacional, de que se destacam as seguintes alocações: A política externa portuguesa e a defesa nacional pelo Dr. Paulo Cunha; A África e o Ultramar português na conjuntura internacional pelo Dr. Adriano Moreira; Portugal ultramarino perante a ONU do Dr. Franco Nogueira. No âmbito mais militar, as conferências proferidas pelo Tenente-Coronel inglês Montgomery sobre a “campanha dos Mau-mau no Quénia” e a “guerra subversiva na Malásia” e o comandante francês Francis Boulnois⁵⁷ que abordou “a guerra subversiva”.

No decorrer do ano letivo de 1959/60, surgem ainda com mais ênfase as conferências sobre a temática da subversão. O Tenente-Coronel francês Pierre Clostermann explica “o papel da aviação na guerra subversiva”, enquanto o Tenente-Coronel Ronald E.H Waring⁵⁸ profere uma alocação sobre o “estado de emergência da Mau-Mau no Quénia”. Por sua vez, o Tenente-Coronel do CEM Hermes de Araújo Oliveira apresenta a publicação “Guerra Revolucionária” que, por muitos anos, serve de referência para o estudo desta problemática. Na elaboração da publicação, Hermes de Araújo afirma na bibliografia, que “teve por base os ensinamentos colhidos por ele nos estágios que realizou, (como vimos em 1958), tanto na França metropolitana – nos diversos organismos especializados na Defesa Nacional e no Centro de tropas de Choque da Córsega – como no Departamento da Argélia – Na Delegação do Governo, no Comando-Chefe das Forças Armadas, nos vários Quartéis-Generais, em Centros de Instrução, em numerosas unidades e nos Comandos de Caça.”⁵⁹

No ano letivo de 1960/61, são proferidas conferências sobre: “Angola – o seu presente e o seu futuro”, do Brigadeiro Horácio José de Sá Viana Rebelo⁶⁰ e a “Guiné – o seu presente e seu futuro” do Capitão-Tenente Avelino Teixeira da

⁵⁶ Relação das conferências no IAEM ano letivo 58/59. Biblioteca IESM.

⁵⁷ Em 14 de outubro de 1959 foi condecorado pelo Ministro do Exército, com a 2ª classe da medalha de mérito militar. OE, 2ª série, n.º 18 de 16 de outubro de 1959, p. 1430.

⁵⁸ Ronald Waring, Tenente-Coronel da reserva do Exército do Reino Unido, serviu no *King's Royal Rifle Corps* e durante a 2ª GM no *Royal Hampshire Regiment*. Foi professor de inglês dos Cursos de Estado-Maior, para além das conferências que ministrou no IAEM, visitou Angola no período inicial da guerra tendo sido incumbido pelo Ministério da Defesa e do Exército (tendo em conta a sua experiência) de fornecer pareceres e relatórios sobre a situação. Esteve em Portugal entre 1956 e 1974. Após o que regressou a Londres com o posto de Coronel, foi agraciado com o título nobiliárquico de Duque de Valderano. Em 26 de junho de 1962 é louvado por portaria do Ministro do Exército “pelos excelentes serviços que na qualidade de especialista de assuntos ligados à guerra subversiva tem prestado ao nosso exército”. OE, n.º 7, 2ª série, de 1 de julho de 1962, p. 1044.

⁵⁹ Oliveira, Hermes de Araújo (1961), *Guerra Revolucionária*, Lisboa, S Ed, p. 316.

⁶⁰ Governador de Angola entre 1957 e 1960.

Mota. Por sua vez, o General francês Marcel Carpentier conduz duas preleções: “A conjuntura Internacional no começo de 1961” e “a Defesa da Europa”.

No entanto, nos programas dos cursos, a par destas conferências e trabalhos sobre a temática da guerra subversiva, operações de guerra psicológica e operações no Ultramar, são também mantidos os trabalhos de técnica de Estado-Maior e as aulas sobre as operações convencionais, como a caracterização e emprego de armas atômicas e termonucleares.

Esta conjugação da aplicação da técnica de Estado-Maior americana com a doutrina de contra subversão foi uma combinação extraordinária que potenciou a preparação, o desenvolvimento da doutrina e, posteriormente, a aplicação no terreno, constituindo-se um caso de sucesso e uma organização que, só mais tarde, outros países a conseguem acompanhar.

Como refere Lemos Pires, “os cursos de Estado-Maior pegaram na doutrina (de contra subversão) e deram-lhes forma em termos conceptuais, para a direção e execução da guerra. Aqui tivemos uma ajuda muito grande: os cursos de Estado-Maior desde a adesão à NATO, foram adotando a doutrina NATO, a chamada doutrina americana, os seus aspetos táticos mas também de administração e de logística, e aprendemos a apoiar forças em combate [...] Não demorámos seis meses a montar a administração e a logística, o que foi uma coisa notável. Isto porque veio primeiro do fator vontade política, mas os quadros tinham instrução para, no âmbito da administração e da logística, irem buscar ajuda ao sistema NATO.”⁶¹

c. O Curso de Estado-Maior de 1961/62

Nas páginas iniciais do guia “O Exército na Guerra Subversiva”, aprovado pelo Ministro do Exército Joaquim da Luz Cunha em 28 de fevereiro de 1963, pode ler-se o seguinte: “Os volumes deste guia tiveram por base os apontamentos sobre o emprego das forças militares em guerra subversiva, elaborados no Instituto de Altos Estudos Militares pelo Curso de Estado-Maior no ano letivo de 1961/62.”⁶²

Reconhece-se, deste modo, o trabalho desenvolvido pelos alunos do referido curso na elaboração destes volumes, que ficaram para sempre conhecidos como os “livros azuis” ou de “capa azul” e aceites como leitura fundamental por diversos autores como John P. Cann, que refere que “o

⁶¹ Pires, Mário Lemos, (1995), Do princípio ao fim, in Antunes, José Freire, *A Guerra de África (1961-1974)*, vol I, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 103.

⁶² Exército, Estado-Maior do (1963), *O Exército na guerra subversiva*, vol I, Lisboa, Edições EME, pág.III.

O Corpo de Estado-Maior e a doutrina de contra subversão portuguesa, 1958-1963

Exército na guerra subversiva é uma doutrina de contrainsurreição apropriada quer aos meios quer às circunstâncias enfrentadas em África, e foi distribuída a tempo do conflito. Os princípios básicos desta doutrina e pensamentos anteriores à guerra continuaram válidos durante as campanhas, e como veremos, esses princípios influenciaram e guiaram todo o esforço de guerra português.”⁶³

Os alunos do Curso de Estado-Maior de 1961/62, que contribuíram para a elaboração do guia, encontravam-se no segundo ano, o que correspondia ao Curso Complementar de Estado-Maior e era constituído por 23 oficiais, sendo 20 oficiais do Exército (3 majores e 17 capitães) e 2 majores da Força Aérea⁶⁴, do curso também fazia parte um oficial do Exército Espanhol. Os alunos tinham frequentado o Curso Geral de Estado-Maior em anos diferentes, sendo 6 oficiais no ano letivo 57/58, 7 no ano letivo de 58/59 e 7 no ano letivo de 59/60.

Nesse ano, não houve curso de promoção a oficial superior, “devido à situação subversiva criada nas nossas províncias ultramarinas.”⁶⁵ Nem houve a habitual conferência inaugural do diretor do IAEM, uma vez que o General Manuel Gomes de Araújo foi nomeado para Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, substituindo o General Beleza Ferraz, entretanto destituído do cargo por Oliveira Salazar em virtude da sua participação no Golpe de Botelho Moniz. Ficou como diretor interino, até 1 de setembro de 1962, o General João Carlos Guedes Quinhones de Portugal da Silveira⁶⁶, altura em que foi nomeado como diretor o General Alberto Andrade e Silva.

O diretor de curso era o Brigadeiro António Augusto dos Santos (que desempenhou funções de segundo comandante da Região Militar de Moçambique e comandante-chefe entre 1963 e 1970, posteriormente entre 1971 e 72 foi Chefe de Estado-Maior do Exército).

Como professores do curso, encontram-se oficiais que frequentaram o curso da Escola Superior de Guerra em Paris, como o caso do Tenente-Coronel do CEM Artur Henrique Nunes da Silva; do Major do CEM Silvério Marques que frequentou o curso de defesa no Colégio de Defesa da NATO em França (1 de setembro 58 a 6 fevereiro de 1959)⁶⁷; do Tenente-Coronel do CEM Joaquim Pinheiro, que tinha regressado a 7 de setembro de 1961 de Subchefe de Estado-

⁶³ Cann, John (1998), *Contra-insurreição em África – O modo português de fazer a guerra*, S. Pedro do Estoril, Ed. Atena, p. 89.

⁶⁴ Ordem do Exército, n.º 11, 2ª Série, de 1 de novembro de 1962, p. 1718.

⁶⁵ Silva, General Alberto Andrade, locução da sessão solene de abertura do ano letivo 1962/63.

⁶⁶ O general Portugal da Silveira passou à reserva em 1 de março de 1962, continuando como diretor interino até setembro desse ano. OE, n.º 3, 2ª Série, de 1 de março de 1962, p. 511.

⁶⁷ Ordem do Exército, n.º 6, 2ª Série, de 1 de abril de 1959, p. 449.

-Maior da 3^a Região Militar em Angola⁶⁸ e que tinha estado em 1959 numa das missões na Argélia e do Major do CEM Malho Ilharco.⁶⁹ É de destacar um dos professores que esteve bastante ligado ao curso, principalmente durante o primeiro ano: o Tenente-Coronel do CEM Bettencourt Rodrigues que, por ser chefe da repartição do gabinete do CEME e professor do curso⁷⁰, acompanhou o Curso de Estado-Maior na visita de estudo a Angola em 1960.

Durante o curso, foram realizados diversos trabalhos da aplicação acerca da subversão. Cumprindo deste modo o que tinha sido estipulado nas atas do conselho de curso de 1961, de que “no ano letivo de 1961-62 se desse mais ênfase aos trabalhos sobre subversão.”⁷¹ Na cadeia de estratégia, o curso foi dividido por grupos, cabendo a cada um fazer uma análise geoestratégica das três principais províncias ultramarinas, Angola, Moçambique e Guiné.⁷² Na cadeia de História, sob o título de “estudos históricos sobre a guerra subversiva”, os alunos desenvolveram diversos trabalhos de análise de algumas conferências internacionais relevantes para o estudo da evolução política em África: o congresso dos povos afro-asiáticos no Cairo, a 2^a conferência de Acra, a conferência de Conakry e Casablanca e a conferência de Belgrado.

O curso terminou no dia 31 de julho, após o que “marcharam” para se apresentarem no EME no dia 1 de agosto, de acordo com o que estava estipulado por despacho do CEME, “os oficiais com o Curso de Estado-Maior são considerados na dependência do chefe de Estado-Maior, para efeitos de distribuição ou atribuição (inclusive a mobilização), e destinam-se ao preenchimento de lugares fixados nos quadros orgânicos de mobilização.”⁷³ Posteriormente, todos os oficiais deste curso foram considerados idóneos e admitidos no Corpo de Estado-Maior; o que nem sempre aconteceu ao longo dos anos. No período de 1955 a 1962, de 75 oficiais preparados para a função de Estado-Maior, só ingressaram no corpo 46 (menos de 2/3).⁷⁴

⁶⁸ Louvado pelo Ministro do Exército pela “forma dedicada e brilhante como desempenhou as funções, em especial no período crítico da eclosão dos incidentes terroristas na província [...] devotou-se inteiramente à orientação da ação psicossocial, divulgando os conhecimentos que possui [...]” OE, 2^a série, n.º 10, de 1 de outubro de 1962, p. 1520.

⁶⁹ Ordem do Exército, n.º 11, 2^a série, de 2 de dezembro de 1961, p. 1941.

⁷⁰ Rodrigues, Bethencourt, (1995), Do princípio ao fim, in Antunes, José Freire, *A Guerra de África (1961-1974)*, vol I, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 103.

⁷¹ Livro de atas dos Cursos de Estado-Maior, 1961/62, Biblioteca IESM.

⁷² IAEM, *Trabalhos de Aplicação de Estratégia*, Ano letivo 1961/62. Biblioteca IESM.

⁷³ Ordem do Exército, n.º 7, 2^a Série de 16 de abril de 1959, p. 570.

⁷⁴ Para além do parecer da comissão técnica de Estado-Maior sobre a idoneidade do oficial para entrar no corpo, existiam outros impedimentos, como a questão das Armas de não querem abrir mão destes oficiais e a questão das promoções no Corpo serem mais lentas. Pina, Câmara, *Informação do CEME de 12 de fevereiro de 1962. Projeto de diploma sobre problemas relativos ao Corpo de Estado-Maior*. p. 2. AHM FO 7/A/95/158/10.

Por último, é de referir que, no ano letivo de 1961/62, houve uma combinação de fatores que concorreram para que este trabalho resultasse. Para além da necessidade clara e urgente de dotar o exército com uma doutrina apropriada devido aos acontecimentos em Angola, outros dois fatores são de realçar: o primeiro tem a ver com a composição do Curso de Estado-Maior onde se encontravam oficiais com experiência no âmbito da contra subversão, uns estiveram nas visitas da Argélia, outros tinham estado colocados nas Províncias Ultramarinas. O segundo tem a ver com o corpo docente, que incluía professores que tinham frequentado o curso da Escola Superior de Guerra em Paris, ou que tinham estado nas vistas de estuda à Argélia ou com experiência nas Províncias Ultramarinas. Era o caso do Tenente-Coronel do CEM Joaquim Pinheiro, que tinha regressado a 7 de setembro de 1961 de Subchefe de Estado-Maior da 3ª Região Militar em Angola e que tinha estado em 1959 numa das missões na Argélia.

Em 3 de novembro de 1962, na sessão solene de abertura do ano letivo 1962/63, o diretor do IAEM Andrade e Silva conclui “estes cursos têm uma longa tradição e são já, podemos com segurança dizê-lo, conhecidos de toda a Nação pela ótima preparação que facultam, demonstrada ainda através das informações obtidas, pelos oficiais que os possuem, em cursos similares estrangeiros e nos Quartéis-generais da NATO.”⁷⁵

Conclusão

Durante este período de construção e de primeira aplicação da doutrina, os oficiais do Corpo de Estado-Maior encontravam-se colocados nas funções fulcrais para a edificação do “modo português” de fazer a guerra. Encontramos os oficiais do Corpo de Estado-Maior na chefia das missões de estudo realizadas à Argélia, fonte fundamental de aprendizagem e de desenvolvimento de conhecimento, quer da doutrina, quer de organização. Em funções na 3ª Divisão do Estado-Maior do Exército, que tinha a responsabilidade de fazer “o estudo e definição das bases em que deve assentar a doutrina táctica a utilizar pelas forças terrestres”⁷⁶, divisão na qual os oficiais do Corpo tinham uma colocação exclusiva.⁷⁷ Por último, no IAEM onde se formavam os futuros oficiais de Estado-Maior do Exército, os oficiais nomeados para professores do Curso de Estado-Maior tinham que pertencer obrigatoriamente ao Corpo de Estado-Maior.

⁷⁵ Silva, Alberto Andrade e (1962), Sessão solene de abertura do ano letivo de 1962/63, IAEM, p. 5. Biblioteca IESM.

⁷⁶ AHM, FO 6/L/6/703/76.

⁷⁷ A título de exemplo, do CEM 1961/62 que analisámos, dos vinte alunos que terminaram, doze deles foram colocados nesta divisão. Lista de antiguidades dos oficiais do Exército de 1961 a 1963.

Para que se concretizasse a publicação deste guia, considerava-se também fundamental a acumulação de funções que existia nos professores do IAEM com o trabalho nas divisões do EME. Embora estivesse determinado que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 39941 de 25 de novembro de 1954, os professores do CEM não podiam ser nomeados para o desempenho “em regime de acumulações, de outras comissões de serviço”, tendo em conta que “face às exigências urgentes de preparação que as atuais circunstâncias reclamam promover que os professores do Curso de Estado-Maior sejam o menos possível distraídos das suas funções docentes”⁷⁸, na realidade, constata-se que a aplicação deste decreto foi sempre retardada. A própria comissão técnica de Estado-Maior, encarregue de analisar este problema, manifesta a “concordância da comissão técnica ao princípio defendido dum quadro de professores exclusivamente dedicado à função escolar embora se reconheça as dificuldades de momento da sua realização.”⁷⁹ Estes impedimentos na aplicação do decreto permitiram contudo que houvesse uma grande articulação entre o estudo no IAEM e a necessidade de aplicação num caso concreto por parte do EME, uma vez que os oficiais do CEM que se encontravam a conduzir estes estudos estavam colocados no IAEM e no EME.

O Chefe de Estado-Maior do Exército, no período em análise, General Câmara Pina (foi CEME desde 1958 a 1969), contava que esse trabalho fosse realizado pelos seus melhores homens. Em 13 de outubro de 1961, o General Câmara Pina, confrontado com a utilidade de manter o Corpo afirmava que “este sistema dotou o Exército nos últimos 25 anos com um serviço de Estado Maior que não me cabe elogiar mas mal parecia esquecer. No período da última guerra mundial 1939-45, produziu um trabalho notável com a mobilização de efetivos muito importantes, a sua instrução, o seu equipamento e a ocupação de posições-chave do território português.” Mais recentemente, reforça Câmara Pina “a mobilização e o transporte de milhares de homens para as terras mais distantes do nosso Ultramar [...] dão a medida das possibilidades do Corpo de Estado-Maior na resolução de problemas e permitem avaliar a tarefa que sobre ele recai”. Em ambos os casos adianta o General que “tudo se processou em poucos meses – e sem grande estremecimento da Nação”. Conclui o CEME que “o Corpo de Estado-Maior criou já de facto uma unidade de doutrina e espírito de bem servir.”⁸⁰

⁷⁸ Decreto-Lei n.º 39941 de 25 de novembro de 1954, p. 1412.

⁷⁹ AHM FO/06/06/20/206/04.

⁸⁰ Pina, Câmara, Memorando do CEME de 13 de outubro de 1961, sobre o Corpo de Estado-Maior, AHM FO 71A/95/158/10.

Entendia o General Câmara Pina que “o bem mais precioso do exército era o CEM e por isso ele não podia autorizar que a generosidade dos seus membros pusesse em perigo o conjunto.”⁸¹ Por conseguinte, ia preservando e adiando a participação dos oficiais do CEM na guerra como comandantes de companhias. No entanto, depois de muitas pressões, acabaria por autorizar que os oficiais do CEM para além das colocações normais e obrigatórias em funções de Estado-Maior das Regiões Militares fossem também autorizados a servir como oficiais de Estado-Maior dos agrupamentos. Por detrás desta conceção, para além da mais-valia que constituía a formação académica e as provas prestadas pelos oficiais durante o Curso de Estado-Maior e da reconhecida necessidade destes estarem colocados nos órgãos de decisão, estava também uma razão numérica. Nos anos de 1961, 62 e 63, a composição do CEM oscilou entre 114 e 128 membros,⁸² dos quais 44 a 58 estavam em funções fora do Exército e destes cerca de 20 estavam mobilizados nas Províncias Ultramarinas.⁸³

Restavam, por isso, poucos efetivos para guarnecer todas as funções que estavam destinadas aos oficiais do CEM: “Estados Maiores de Grandes Unidades, nos Estados Maiores Centrais e nos das Províncias Ultramarinas, no SGDN, ou nos Estados Maiores dos altos organismos da Defesa Nacional e até nos Estados Maiores Conjuntos e Integrados.”⁸⁴, para além da Academia Militar e do Instituto de Altos Estudos Militares. Estas são as funções inerentes aos oficiais do CEM, em todos os “Exércitos à escala internacional”⁸⁵, como considera e intitula o General Câmara Pina o Exército Português:

O problema já não era novo, como vimos anteriormente, desde a década de cinquenta que sucessivas iniciativas tentaram alargar, quer o número de oficiais, quer a duração dos Cursos de Estado-Maior. Já no Decreto-Lei n.º 39 941 de 25 de novembro de 1954, é referido no início, “a conveniência de ser assegurado uma mais rápida preparação de oficiais do Estado-Maior para os escalões divisionários e das pequenas unidades de campanha aconselha uma adequada revisão do que acerca da organização e funcionamento do curso de Estado-Maior”. É a constatação da dificuldade em colmatar a falta de oficiais com

⁸¹ Afirmção de Câmara Pina a propósito dos pedidos feitos por elementos do CEM para comandarem companhias no Ultramar. Telo, António José (2004), *A prioridade a África* (1959-1974), em Manuel T. Barata, et al. *Nova História Militar de Portugal, volume 4*. 1ª Ed. Lisboa, Circulo de Leitores, p. 169.

⁸² Embora o número estipulado por lei fosse de 84, houve repetidamente um número superior de supranumerários.

⁸³ Lista de antiguidades dos oficiais do Exército de 1961 a 1963.

⁸⁴ Pina, Câmara, Memorando do CEME de 13 de outubro de 1961, sobre o Corpo de Estado-Maior. pág. 5 a 6. AHM FO 7/A/95/158/10.

⁸⁵ *Ibidem*.

preparação para o serviço nos estados maiores, não só em grandes unidades, como também nas pequenas unidades. Nas palavras do próprio CEME, “a experiência portuguesa mostra que nunca se prepararam oficiais com o curso de Estado-Maior em número suficiente – a sua falta é agora avolumada ainda com a situação nas Províncias do Ultramar.”⁸⁶

A situação, anteriormente identificada pelo CEME, exigiria novas nomeações, já para o ano de 1962 de mais 9 maiores ou capitães para Angola. Além disso, perspetivava-se a redução do pessoal dos Quartéis-Generais (Q.G) do Ultramar e dos respetivos reforços, “considerando que a atual situação se prolongará e haverá necessidade de manter esse reforço”. O CEME previa já a criação de mais “5 novas nomeações de maiores ou capitães, correspondendo a um possível alargamento do Q.G de Moçambique e da Criação de um Gabinete de Comando-Chefe nesta Província.”⁸⁷

Como consequência destas medidas do CEME, salienta-se, por exemplo, o facto de encontrarmos oficiais do CEM nos primeiros momentos da aplicação dos conhecimentos no teatro de operações em Angola, uma vez que era importante ter nos locais de decisão os oficiais do CEM.

Em 6 de junho de 1961, na primeira fase de intervenção em Angola, desembarcou em Luanda o General Silva Freire para Comandante-Chefe Interino de Angola e “organizou o seu Quartel-General como o de uma grande unidade em operações”, faziam parte do seu Estado-Maior, entre outros o Tenente-Coronel do CEM Oliveira Marques, professor do Curso de Estado-Maior no IAEM e do curso de Altos Comandos, os Majores do CEM Castro Ascensão, Monteiro Figueiredo e Carlos Mota de Oliveira. Pouco tempo após a chegada de Silva Freire a Angola, o Quartel-General emite a diretiva n.º 2, explicitando de uma forma bastante concreta e detalhada como se deveria atuar para lidar com a subversão.⁸⁸

Como consequência do acidente do Chitado⁸⁹, em que perdeu a vida o General Silva Freire e grande parte do seu Estado-Maior, o General Holbeche Fino chega em dezembro de 1961 a Luanda, para assumir o comando da Região Militar de Angola, acompanham-no como chefe de Estado-Maior, o Tenente-Coronel do CEM Bettencourt Rodrigues, que tinha servido no gabinete do

⁸⁶ Ibidem, p. 3.

⁸⁷ Pina, Câmara, Informação do CEME de 12 de fevereiro de 1962. Projeto de diploma sobre problemas relativos ao Corpo de Estado-Maior, pág. 5. AHM FO 7/A/95/158/10.

⁸⁸ Nunes, António Pires (2011), *General Silva Freire, Brilhante Estratega da Reocupação do Norte de Angola em 1961*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, p. 167.

⁸⁹ Chitado, situado perto da fronteira com a Namíbia. O avião Dakota C-47 despenha-se ao efetuar as manobras de aterragem. Faleceram para além do General Silva Freire, mais 14 militares do Exército e da Força Aérea.

O Corpo de Estado-Maior e a doutrina de contra subversão portuguesa, 1958-1963

CEME, General Câmara Pina⁹⁰ em acumulação como professor no IAEM e também os Majores do CEM Amadeu Silva Carvalho e António Soares Tavares da Costa que, juntamente com o Major do CEM Joaquim Moreira Rebelo e o Major do CEM Jorge da Costa Salazar Braga, constituíram os oficiais de Estado-Maior da Região Militar de Angola até 1964.

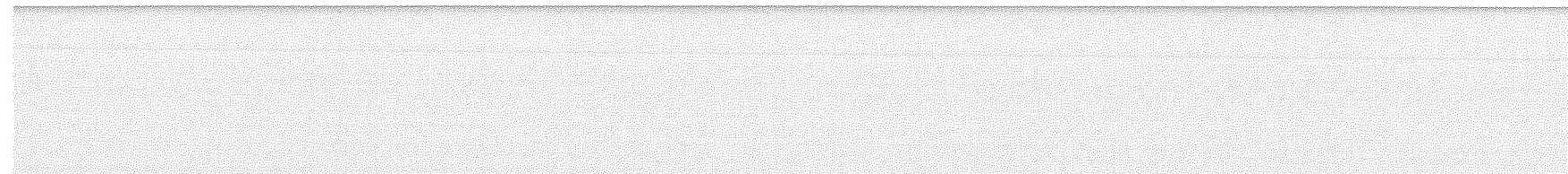
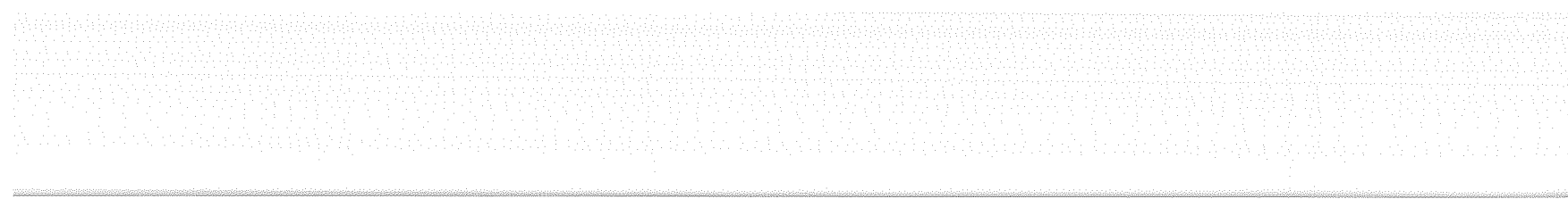
Por último, pese embora não houvesse uma orientação, uma diretiva ou uma ordem direta para o Corpo de Estado-Maior para o desenvolvimento da doutrina, o conhecimento que havia por parte das mais altas chefias sobre a capacidade dos oficiais de Estado-Maior, permitiram, como se observou, que pela primeira vez na história do Exército Português do século XX, este detivesse uma doutrina própria em relação a um conflito. Nas palavras do Chefe de Estado-Maior do Exército e por inerência de funções Comandante do Corpo, “o Corpo de Estado-Maior correspondeu em Portugal, a épocas de crise em que foi necessário acionar eficazmente o Exército ou pô-lo à altura das suas responsabilidades.”⁹¹

Deste modo, como destaca António Telo, “A grande capacidade de inovação e adaptação portuguesa nas guerras de África não se dá no campo da técnica, mas sim no da doutrina, táticas e orgânica. Tudo muda nestas vertentes e apesar de uma inspiração francesa e de outras origens, a incorporação de pensamento nacional é substancial, a ponto de se poder falar de uma maneira portuguesa de fazer a guerra [...] mas é necessário referir que ela (doutrina) foi a principal vertente de inovação nacional nestes anos.”⁹²

⁹⁰ Rodrigues, Bethencourt, (1995), Do princípio ao fim, in Antunes, José Freire, *A Guerra de África (1961-1974)*, vol I, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 104.

⁹¹ Pina, Câmara, Memorando do CEME de 13 de outubro de 1961, sobre o Corpo de Estado-Maior. pág. 5 a 6. AHM FO 7/A/95/158/10.

⁹² Telo, António José (2004), *A prioridade a África (1959-1974)*, em Manuel T. Barata, et al. *Nova História Militar de Portugal, Volume 4*. 1ª Ed, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 478.



Militares e Política: a Abrilada de 1961 e a 7. Resistência do Salazarismo¹

Luís Nuno Rodrigues

Introdução

Na noite de 13 de Abril de 1961, a programação normal da televisão portuguesa viu-se interrompida pela transmissão de uma mensagem ao país de Oliveira Salazar, o chefe do governo português há praticamente três décadas. Salazar surgiu perante as câmaras para anunciar e justificar aos portugueses uma remodelação governamental e também algumas mudanças ocorridas ao nível das chefias das Forças Armadas. O Presidente do Conselho de Ministros assumia, ele próprio, a pasta da Defesa, adiantando: “se é precisa uma explicação para o facto de assumir a pasta da Defesa Nacional [...] a explicação concretiza-se numa palavra e essa é Angola [...] Andar rapidamente e em força é o objectivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão [...] a fim de defender Angola e com ela a integridade da Nação”².

As palavras de Salazar ecoavam o início da guerra colonial em Angola nos meses anteriores, com os ataques do MPLA em Luanda, a 4 de Fevereiro, e a ofensiva da UNITA no Norte de Angola, a 15 de Março. A situação em

¹ Artigo elaborado no âmbito do projecto “O Corpo do Estado-Maior do Exército Português: apogeu e queda” (PTDC/HIS-HIS/102382/2008), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e desenvolvido no Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

² Cit. por Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1984, pp. 244-245.

Angola, a necessidade de tomar medidas rápidas e eficazes para sustentar a ofensiva nacionalista, eram as razões apontadas por Salazar para a remodelação governamental e a assunção da pasta da Defesa Nacional. Na realidade, porém, as mudanças em curso tinham causas bem mais profundas. Nesse dia, Oliveira Salazar demitiu o ministro da Defesa Nacional, General Júlio Botelho Moniz, o ministro do Exército, Coronel Almeida Fernandes e o subsecretário de Estado do Exército, Tenente-Coronel Costa Gomes. Nas Forças Armadas, o afastamento mais significativo fora o do Chefe do Estado-Maior-General (CEMGFA), General Bezeza Ferraz. Mas as razões que motivavam esta série de demissões apenas indirectamente estavam ligadas à situação em Angola. Os homens agora afastados tinham acabado de protagonizar uma tentativa de golpe de Estado que implicava a demissão não só do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, como do próprio Presidente da República, Américo Tomás. Fora a chamada “Abrilada de 1961”, isto é, a última grande tentativa de afastar Oliveira Salazar da chefia do governo e de modificar o regime do Estado Novo antes do 25 de Abril de 1974.

1. Os Reformistas do Corpo de Estado-Maior no Governo

a. A remodelação governamental de 1958

As eleições presidenciais de 1958 representaram um ponto de viragem na história política do Estado Novo e mesmo na história política portuguesa do século XX. Não apenas pelo que significaram em termos da forte adesão popular à candidatura e à campanha do célebre “General sem medo” Humberto Delgado mas, também, pela marca profunda que deixariam no próprio regime e nas suas elites políticas e militares. Como demonstrou já o historiador Fernando Rosas, com as eleições de 1958 algo mudou, em definitivo, no regime salazarista, uma vez que, daqui em diante, este não logrará recompor-se verdadeiramente do abalo sofrido: “era o princípio do fim, de um longo fim que a eclosão da guerra colonial em 1961, num primeiro momento, adiaria, para depois vir a precipitar”³.

Também no que diz respeito à temática que aqui se aborda, as eleições a que concorreu Humberto Delgado funcionaram como um verdadeiro “detonador” de um conjunto de desenvolvimentos que, de forma directa ou indirecta, culminariam na tentativa de golpe de estado de Abril de 1961. A 14 de Agosto de 1958, na sequência do sobressalto provocado pelas eleições, Oliveira Salazar anunciou uma remodelação governamental. Procurava o

³ Fernando Rosas, “A oportunidade perdida”, in, Iva Delgado, Carlos Pacheco and Telmo Faria (coord.), *Humberto Delgado. As Eleições de 58*, Lisboa, Vega, 1998, p. XXXI.

chefe do governo sanar as divergências entretanto surgidas no seio do próprio regime, nomeadamente a rivalidade entre a “facção” representada por Marcello Caetano, defensora de uma maior abertura e “liberalização” do regime, e o sector mais conservador, no qual se destacava a figura de Santos Costa⁴. Afastando do governo os dois putativos líderes destas facções – Marcello Caetano e Santos Costa – Salazar chama ao Executivo alguns homens de sua extrema confiança (o caso de Pedro Theotónio Pereira), mas também não hesita em atribuir a pasta da Defesa ao “reformista” Botelho Moniz, na altura Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

No âmbito mais estrito da instituição militar, a chamada de Botelho Moniz teria como objectivo essencial “acalmar e integrar” aqueles que se opunham à posição hegemónica exercida nas últimas décadas por Santos Costa e seus seguidores. Como o próprio Salazar sabia, Moniz era um homem com “ligações” quer ao antigo Presidente da República, Craveiro Lopes, quer àquilo a que Franco Nogueira chamou os “meandros conspiratórios dos altos comandos”, particularmente agitados nos anos antecedentes, em virtude da oposição de Salazar à recandidatura presidencial de Craveiro Lopes⁵. A presença de Botelho Moniz no governo representaria uma tentativa de apaziguar esta “tendência” no seio das Forças Armadas. O próprio Santos Costa reconhece este intento relativamente à nomeação de Botelho Moniz para o governo. Não negando a existência de divergências entre si e o novo ministro da Defesa Nacional, Santos Costa diz ter defendido esta solução junto de Salazar por lhe parecer “aconselhável [...] a inclusão no futuro Governo do General Botelho Moniz, pois assim se lhe demonstraria o bom conceito em que são tidos os seus serviços e que nenhuma prevenção política ou de qualquer outro teor existia contra a sua pessoa”⁶.

No entanto, a remodelação governamental de 1958, como rapidamente se percebeu, acabou por desagradar a ambos os sectores. Os militares da linha Santos Costa “reagem vivamente” ao seu afastamento e à nomeação de Botelho Moniz, “considerando o regime em perigo, pela entrega da direcção das Forças Armadas aos amigos de Craveiro Lopes”⁷. Alguns deles chegam, inclusivamente, a planear um golpe de força contra as mudanças em curso⁸.

⁴ Fernando Rosas, *História de Portugal. Volume VII. O Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1994, pp. 529-530.

⁵ Franco Nogueira, *Salazar: Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, p. 15.

⁶ Fernando dos Santos Costa, “As eleições presidenciais de 1958”, in Manuel Braga da Cruz (org.), *Correspondência de Santos Costa, 1936-1982*, Lisboa, Verbo, 1994, p. 424.

⁷ Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1976, p. 34.

⁸ Ver sobre isto Viana de Lemos, *Duas Crises, 1961 e 1974*, Lisboa, Edições Nova Gente, 1977, p. 20 e Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, pp. 36-37.

Já os “reformistas”, adianta Fernando Rosas, ficaram “feridos, descontentes e alarmados com o futuro”, não apenas pelo sentido da remodelação governamental mas, sobretudo, pelo resultado do acto eleitoral de 1958 e pela eleição de Américo Tomás que, tal como sugeriu o próprio Marcello Caetano, implicava o predomínio da “extrema-direita” nas estruturas políticas e militares do regime⁹. Assim, a despeito da remodelação governamental (ou mesmo em virtude dela), as facções “ultras” e as que pugnavam por uma “liberalização” do regime, mantiveram-se, nos anos seguintes, “em antagonismo crescente”¹⁰.

b. Os reformistas e a situação das Forças Armadas

Porém, é um facto indiscutível que o sentido geral da remodelação governamental de Agosto de 1958 acabara por conferir um novo peso na estrutura política e militar da nação portuguesa a um grupo de militares que considerava essencial a adopção de um conjunto de reformas no seio das Forças Armadas. Ao chegarem ao governo, Botelho Moniz, Almeida Fernandes e Costa Gomes constataram, de imediato, aquilo que Almeida Fernandes definiu como o estado de “total ineficiência em que se encontrava o nosso Exército”. Essa ineficiência, adiantava o novo ministro, “traduzia-se em todos os campos”. Desde logo, a nível do pessoal, “onde se registavam graves deficiências de enquadramento, no que respeita a oficiais – principalmente subalternos –, graduados e especialistas de toda a natureza, em particular dos de mais complexa e demorada formação”. Depois, no que dizia respeito à instrução, “onde, à falta de instrutores se juntava um exíguo número de tempos de instrução individual ou de combate e de preparação de especialistas” e ainda “a falta de materiais de instrução, tais como viaturas de instrução, combustíveis, lubrificantes, sobressalentes de toda a ordem, munições, etc.”. Quanto ao material ao dispôr do Exército, adianta ainda o novo ministro, “era grande a falta de viaturas de transporte, de meios de transmissão, de armas automáticas e respectivas munições, material de bivaque, material sanitário, sobressalentes, etc.”. A nível financeiro, “a estrutura e a mecânica orçamental das forças terrestres da Metrópole e do Ultramar e a carência de verbas exigiam uma profunda remodelação de conceitos e rotinas”. Por fim, eram imperiosas reformas “no campo da organização, desde o próprio Ministério do Exército à organização territorial do exército na Metrópole e no Ultramar, cujos conceitos se achavam inteiramente desactualizados”, primando ainda, pela ausência, as “medidas a tomar para fazer face às ameaças de uma guerra subversiva”¹¹.

⁹ Fernando Rosas, *História de Portugal. Volume VII. O Estado Novo (1926-1974)*, pp. 529-530.

¹⁰ Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilhada de 1961*, p. 34.

¹¹ Almeida Fernandes, “Razão de uma atitude”, depoimento reproduzido em José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974), Volume I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 162.

Era, no fundo, um conjunto de situações que, muito naturalmente, chocava homens como Botelho Moniz, Almeida Fernandes e Costa Gomes, oficiais do Corpo de Estado-Maior, que havia sido reorganizado em 1937, aquando da promulgação das leis de reorganização do Exército, e que constituía uma espécie de “escol” ou de “élite pensante” do Exército português. Para além disso, ao longo da sua carreira, tinham tomado contacto com modelos organizativos e de funcionamento de Forças Armadas de diferentes países. Como chamou à atenção o historiador António Telo, tratavam-se, na verdade, de representantes de “uma nova geração de oficiais” que contava no seu currículo quase sempre com uma passagem mais ou menos longa pelos Estados Unidos da América ou com “um estágio nos órgãos da NATO”, instâncias que não só lhes inculcavam uma “mentalidade bastante mais tecnológica do que a anterior e com um culto anormal da eficácia”, como também lhes permitem confirmar “na prática o abismo que existe em relação a Portugal”. Ainda de acordo com António Telo, a “procura de eficácia” que se torna premente para estes homens acaba por ser “o elemento mais dissolvente e subversivo de todos”, minando a “orgânica tradicional” das Forças Armadas, “pouco dada a mudanças e corporativa”. O novo quadro mental que os oficiais foram encontrar nas estruturas da NATO implicava, por exemplo, “a valorização da qualidade, a alteração dos factores de promoção, a mudança dos esquemas de carreira, a multiplicação das acções de formação, a concentração dos recursos nos organismos que produzem, tudo factores pouco compatíveis com a orgânica portuguesa tradicional”¹².

c. As reformas

Não surpreende, assim, que uma vez chegados ao governo, estes militares tenham posto em acção um vasto plano de reformas tendentes, na sua opinião, a solucionar os problemas encontrados e a dotar as Forças Armadas portuguesas dos meios, da organização e da eficácia que se pretendia. No período compreendido entre 1958 e 1961 são lançadas várias reformas fundamentais, incidindo sobretudo no Exército. Fernando Valença, na altura no gabinete do ministro do Exército, não hesita em considerar as reformas deste período como “as mais completas e de maior alcance desde as praticadas nos primeiros anos da República”¹³. Houve, desde logo, a “preocupação de colocar o Exército à altura de circunstâncias que, já então se previa viriam a exigir dele, em particular no Ultramar, largos esforços e a necessária eficiência”. Os novos responsáveis do Ministério consideravam que “seria fundamental dotá-lo de

¹² António José Telo, *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996, p. 329

¹³ Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, 82.

adequada infra-estrutura orgânica, legal e doutrinária”. Desenvolveu-se assim, “um esforço premente de reorganização do Exército [...] que só não se completou inteiramente por se haverem precipitado, repentinamente, os acontecimentos em África”¹⁴. Neste âmbito incluem-se quer a “reformulação das funções gerais do Exército e das suas estruturas, inclusive do funcionamento do Ministério do Exército e dos órgãos dele dependentes”, concretizada através do Decreto-Lei 42564, de 7 de Setembro de 1959, quer as “profundas alterações introduzidas na organização territorial do Exército” consagradas no Decreto-Lei 43351, de 24 de Novembro de 1960¹⁵. Estas reformas foram completadas por um conjunto de decretos que incidiram noutras áreas fundamentais como a formação dos quadros (com a reorganização da Academia Militar), a introdução em Portugal de instrução relativa às técnicas da guerra contra-subversiva (com os frequentes estágios realizados no estrangeiro) e o necessário rearmamento das Forças Armadas.

A principal área de actuação foi, no entanto, a da reorganização das chamadas forças ultramarinas. Como reconheceu Almeida Fernandes, a principal razão pela qual os novos responsáveis governamentais consideravam absolutamente inadequada a organização das forças armadas em Portugal era a situação nas “províncias ultramarinas”. Era o Ultramar que, “não só prendia nesse momento o melhor da nossa atenção, como polarizava todos os estudos, planos e medidas em curso no Exército”¹⁶. Francisco Costa Gomes, o novo subsecretário de Estado do Exército, recorda que a ideia predominante quando a nova equipa chegou ao governo era a de que estaria iminente uma terceira Guerra Mundial centrada na Europa. Esta opinião era partilhada, por exemplo, pelo anterior ministro da Defesa, Santos Costa que, após uma curta visita a Angola e a Moçambique, tinha promovido uma reorganização das “forças coloniais” na qual “estava prevista a possibilidade de as províncias de Angola e Moçambique mandarem uma divisão cada uma para combater na Europa, nessa previsível Terceira Guerra Mundial”. Ora, os novos responsáveis governativos não concordavam com os princípios que enformavam a legislação de Santos Costa. A evolução do panorama internacional, marcada pelo conflito do Suez e, acima de tudo, pelo deflagrar da guerra na Argélia, tinha contribuído para “alterar essa mentalidade dominante, mostrando que o Terceiro Mundo era o palco da guerra fria”¹⁷.

¹⁴ Almeida Fernandes, “Razão de uma atitude”, pp. 166-167.

¹⁵ Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, pp. 120-121.

¹⁶ Almeida Fernandes, “Razão de uma atitude”, p. 166.

¹⁷ Francisco da Costa Gomes, Testemunho Oral reproduzido em José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974), Volume I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995*, pp. 114-115.

A tarefa de substituir o plano de Santos Costa relativo ao dispositivo militar nos “territórios ultramarinos” iria recair sobre os ombros de Costa Gomes. Neste sentido, o subsecretário de Estado do Exército empreendeu, no Verão de 1959, um périplo pelas várias colónias portuguesas em África. A missão, conforme divulgado na própria nota à imprensa, tinha como objectivo cimeiro estudar “*in loco*” os “principais problemas relacionados com a instalação, composição, localização e situação das forças do Exército”¹⁸. A observação feita no terreno deixou os responsáveis portugueses profundamente preocupados. Viana de Lemos, que viajou com Costa Gomes, destaca o estado de “impreparação militar”, resultante, em grande parte, “da falta de meios que haviam sido repetidas vezes pedidos”¹⁹.

A situação em Angola suscitava preocupações especiais. Como nota Fernando Valença, até meados de 1959, a disposição das forças portuguesas em Angola “assentava em concepções francamente obsoletas”. Essas concepções “mantiveram-se”, sendo especialmente favorecidas “pelo quase completo alheamento a que eram votados os problemas da defesa do ultramar na preparação dos oficiais do quadro permanente, no Instituto de Altos Estudos Militares e nos estados maiores, dominados pelos academismos e ortodoxias das doutrinas das grandes guerras”. Para ser mais preciso, o dispositivo militar no território angolano assentava “na organização de uma divisão de infantaria, constituindo três agrupamentos com tropas de infantaria, artilharia, cavalaria, engenharia e serviços, concentrados fundamentalmente em três principais cidades”. Deste modo, “a quase totalidade das outras povoações não dispunham de guarnição militar, prevendo-se que, em caso de guerra [...] caberia àqueles agrupamentos acorrerem onde fosse necessário”. Só que, recorda ainda Valença, “por essa altura não existia nem aviação militar, nem comunicações terrestres que permitissem fáceis transportes, nem meios de comunicação de relação satisfatórios”²⁰.

O relatório produzido por Costa Gomes após a sua visita àquele território, afirmava que, apesar de a situação ser “calma”, existia um “perigo real” proveniente da “independência dos territórios vizinhos”. Neste caso, “as zonas mais directamente atingidas seriam as de Cabinda, Congo e os centros urbanos em especial Luanda”. Em consequência, todo o “dispositivo militar” da colónia deveria prever “maior densidade de ocupação no Norte e a colocação de unidades metropolitanas nessas zonas nevrálgicas”, precisamente os locais onde, meses depois, surgiram os primeiros incidentes. A zona Norte

¹⁸ “Notícia para os jornais”, Arquivo Histórico-Militar (AHM), 39/23/626/736.

¹⁹ Viana de Lemos, *Duas Crises, 1961 e 1974*, Lisboa, Edições Nova Gente, 1977, p. 26-27.

²⁰ Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, pp. 118-119.

de Angola, incluindo “Luanda, distritos a Norte e Cabinda”, era a mais preocupante. De acordo com o relatório da missão, “em Luanda e no Congo Belga vários grupos, inicialmente só negros mas hoje aglutinando brancos, procuraram realizar uma campanha de propaganda de inspiração comunista sob a designação de Movimento de Libertação Nacional de Angola”. Devido à acção da PIDE, “foram presos grande parte dos seus dirigentes”. O distrito do Congo, por seu turno, era considerado como a região na qual “mais se fará sentir a influência dos movimentos de independência dos territórios vizinhos”. O relatório reconhecia que o chamado Congo Belga viria, por certo, a “representar um papel extremamente importante no futuro de Angola” e que a sua “evolução política” viria ter a “maior repercussão” em Angola²¹.

d. Uma nova política de Defesa

Após o regresso de Costa Gomes e na sequência de duas reuniões particularmente importantes, o Conselho Superior de Defesa Nacional aprovou, a 15 de Agosto de 1959, um plano de reorganização das forças militares ultramarinas. A ideia fundamental deste novo normativo era a de que Portugal deveria “intensificar o esforço militar no Ultramar, procedendo à remodelação da orgânica militar na Guiné, Angola e Moçambique, de forma a torná-la adequada à guerra subversiva, e atribuindo meios mais apropriados e melhor dotados, em particular, algumas novas unidades militares ou de segurança [...] consideradas indispensáveis nas regiões fronteiriças ou mais penetráveis”²².

Este processo deveria ser iniciado na Guiné, continuado em Angola e estendido, depois, a Moçambique. Na Guiné, Portugal deveria preparar-se para “uma agressão de forças organizadas decidida pela Nova República da Guiné”; em Angola e em Moçambique a “ameaça a enfrentar” era a de “sedições indígenas de carácter subversivo, alimentadas do exterior”. Quanto a Índia, Macau e Timor, o plano considerava que Portugal deveria apenas manter “as forças que bastem para assegurar os limitados objectivos que ali temos, realizando as economias, que adequados ajustamentos orgânicos tornem possíveis”. Relativamente aos arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe considerava-se que de momento não existiam “problemas especiais a enfrentar, havendo que considerar apenas aqueles que decorram da sua própria segurança interna, mantendo ali as forças indispensáveis”²³.

²¹ “Análise da situação na Província de Angola”, AHM, 39/23/626/732.

²² Carta de Júlio Botelho Moniz aos ministros do Exército, da Marinha, dos Negócios Estrangeiros e do Ultramar e aos subsecretários de Estado da Aeronáutica e do Exército, 15 de Agosto de 1959, Espólio de Francisco da Costa Gomes, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

²³ Carta de Júlio Botelho Moniz [...].

Fundamental para a obtenção dos objectivos definidos para os territórios coloniais seria “intensificar a contribuição da Força Aérea na defesa do Ultramar pela atribuição de unidades de defesa aérea e aviação de transporte”. Para além disso, todo o esforço militar deveria ser complementado, a nível diplomático, pela intensificação da “política de colaboração diplomática com os países amigos e aliados vizinhos em África, a fim de se evitar ou limitar a acção de infiltração e de premente ameaça que procura subverter as nações ocidentais, estabelecendo os contactos e as alianças necessárias para a defesa dos interesses comuns no Ultramar”. Portugal deveria, contudo, “evitar, cuidadosamente, novos compromissos com a NATO que envolvam mais encargos financeiros, mas honrar os compromissos já assumidos”²⁴.

Na sequência da aprovação deste documento pelo Conselho Superior de Defesa Nacional, surge uma directiva do Estado-Maior do Exército, datada de 12 de Outubro de 1959, concretizando um conjunto de alterações relativas à organização das forças militares ultramarinas. Determinava-se, entre outras medidas, o reforço significativo das forças existentes na Guiné, em Angola e em Moçambique. Para Angola, por exemplo, preconizava-se a criação de três companhias de “caçadores de assalto”, de um “grupo de reconhecimento”, de um “centro de instrução de guerra contra-revolucionária e de operações no Ultramar; a integrar na Escola de Aplicação Militar da província ou a instalar em Luanda” e de dois “depósitos de material, destinados às forças de intervenção imediata que possam chegar à província, rapidamente, por via aérea”²⁵.

Como salientou o historiador António José Telo, os planos agora aprovados representavam uma “mudança oficial da política de defesa, a terceira grande inversão desde a Segunda Guerra Mundial”. Após este conflito, “tinha-se colocado a tónica numa força terrestre virada principalmente para a defesa estática dos Pirinéus e a manutenção dos regimes ibéricos”. Depois da adesão à NATO, “passou a ser privilegiada, de forma quase imperceptível e algo relutante, uma força essencialmente aeronaval na defesa da Europa além-Pirinéus”. Agora, passava “a ser colocada de forma clara a tónica na defesa do império, muito especialmente da Guiné, Angola e Moçambique”²⁶.

²⁴ Carta de Júlio Botelho Moniz [...].

²⁵ Almeida Fernandes, “Razão de uma atitude”, p. 170.

²⁶ António José Telo, “A Mudança. 1959”, in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p. 33.

e. Resistências

O problema maior para os “reformistas” foi o facto de estes novos planos suscitarem reacções e resistências diversas que obstaram à sua plena aplicação. Fernando Valença identifica várias “resistências e dificuldades” à implementação das reformas. Desde logo, as “fobias” suscitadas pelo esforço reformista entre a “classe intelectual e socialmente mais responsável” em Portugal; depois, “a não entusiástica, mas antes displicente, colaboração, se não mesmo a má vontade do Estado-Maior [...] nos laboriosos estudos e na execução das medidas correspondentes às soluções preconizadas”. Ainda segundo Fernando Valença, “outro factor de resistência e de dificuldade à acção reformista residiu nas heterodoxias que ela veio introduzir, chocando-se com as ortodoxias inculcadas e arreigadas nos círculos responsáveis pelo nosso ensino superior militar, com particular responsabilidade no IAEM”. Estas “heterodoxias fizeram tremer o monopólio do duto saber militar, radicado no seu professorado, e as doutrinas por ele ministradas e difundidas nos cursos, frequentados pelos oficiais ao longo das carreiras”²⁷.

Mas, acima de tudo, para implantar as reformas previstas nos decretos entretanto aprovados, faltavam os meios financeiros e a vontade política para os dispendir. Os principais obstáculos vinham quer do ministro das Finanças, quer do próprio chefe do governo, Oliveira Salazar. Este não só “protelou sistematicamente a instituição dos mecanismos indispensáveis para o efeito” como “deu apoio à pertinaz resistência do Ministério das Finanças em consignar as verbas necessárias”, acabando por colocar “as maiores barreiras para concretizar aquelas medidas”²⁸. Francisco da Costa Gomes recorda que, ainda em 1959, solicitou a Oliveira Salazar cinco milhões de contos para a reorganização das Forças Armadas portuguesas. Oliveira Salazar perguntou a Costa Gomes se este “sabia o que significava todo esse dinheiro”. O subsecretário de Estado do Exército respondeu que conhecia antes “as razões por que eles eram precisos” e mostrou ao Presidente do Conselho “os mapas da reorganização, sobretudo de Angola, Moçambique e Guiné, justificando o material com a necessidade de as Forças Armadas conseguirem uma certa paz naqueles territórios”. Salazar reconheceu que Costa Gomes tinha justificado “muito bem a necessidade dos cinco milhões de contos”, mas afirmou não haver “possibilidade de lhe dar tudo imediatamente”. Prometeu, assim, “cinco milhões de contos, mas em três anos” sendo que, em 1959 iria adiantar “um milhão e 500 mil contos”. Costa Gomes, porém, lamenta que nesse ano só tenham sido disponibilizados 900 mil contos e “nos anos seguintes nada”²⁹.

²⁷ Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, pp. 83-85.

²⁸ Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, p. 122.

²⁹ Maria Manuela Cruzeiro, Costa Gomes. *O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 67.

2. Da questão militar às questões políticas

A frustração entre os militares começou a crescer. Apesar de todos os esforços desenvolvidos, Costa Gomes reconhece que, entre 1958 e 1961, “não se tomaram quaisquer medidas importantes para prevenir uma guerra no Ultramar, antes pelo contrário”³⁰. Este estado de descontentamento agravou-se de sobremaneira devido a um conjunto de acontecimentos que tiveram lugar no início de 1961 e que, aos olhos dos militares envolvidos na Abriada, apenas vinham dar razão aos seus motivos de queixa. Entrava-se assim numa nova fase da Abriada, que podemos situar nos meses de Janeiro e Fevereiro de 1961. Nesta fase, um conjunto de desenvolvimentos em Portugal, nas Colónias e na cena internacional vem acrescentar um sentido de “urgência” às reformas e às transformações pretendidas pelos chefes militares; mas faz também surgir a consciência de que se impunham mudanças mais consideráveis, para além da própria instituição militar. Para que as reformas de cariz militar que defendiam pudessem ser postas em prática era necessário “clarificar o ambiente político”. Assim, os militares envolvidos na Abriada irão procurar convencer directamente o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, da necessidade de efectuar e de concretizar o conjunto de reformas por eles defendidas mas onde se incluem já não apenas a reestruturação das Forças Armadas, mas também algumas medidas que permitissem uma certa abertura do regime e também a sua “moralização”.

a. Os “acontecimentos” em Angola

Os problemas começaram em Angola. Logo no início de 1961, na primeira quinzena de Janeiro, tiveram lugar motins no Nordeste de Angola, na Baixa do Cassange, com ataques a colonos e a postos administrativos portugueses. Depois, a 4 de Fevereiro registaram-se os primeiros incidentes em Luanda, com ataques de grupos nacionalistas angolanos às prisões civis e militares da cidade, ao quartel da Companhia Móvel da PSP e também a um carro de patrulha da mesma força. Nos dias seguintes, os incidentes em Luanda continuaram, chegando a registar-se um total de 24 mortos. Fernando Valença não hesita em classificar os “graves acontecimentos verificados nesse período” em Angola como “o mais directo e influente factor nos eventos da Abriada de 1961”³¹.

³⁰ Francisco da Costa Gomes, Testemunho Oral reproduzido em José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974), Volume I*, p. 114.

³¹ Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abriada de 1961*, pp. 115 e 107.

Na sequência destes acontecimentos, as autoridades militares portuguesas em Angola transmitiram para Lisboa uma análise muito pessimista. Preparava-se, sem sombra de dúvida, “um movimento insurreccional de muito maior envergadura, concertado e apoiado por forças políticas à escala internacional, sendo muito grave ignorá-lo”. Face a estas ameaças, com “forte possibilidade de, abrupta e sucessivamente, se concretizar”, “os meios disponíveis eram manifestamente escassos” e os “sucessos” até ao momento obtidos “não deveriam justificar a diminuição de vigilância”. O relatório enviado de Luanda suscitou em Lisboa “reações diversas”, embora tenha fornecido argumentos suplementares ao grupo “reformista” para “insistir nas propostas cuja concretização se encontrava protelada por falta de apoio institucional e financeiro e tentar acelerar aquelas medidas de reforço dos efectivos do ultramar”³².

Não surpreende, assim, que a hierarquia militar tenha começado a reagir à sucessão de acontecimentos. No dia 7 de Fevereiro, numa reunião de Conselho Ministros, o ministro da Defesa, Botelho Moniz, manifestou sérias preocupações em relação ao rumo dos acontecimentos em Angola e, em conversa posterior com o embaixador norte-americano em Lisboa, afirmou que considerava seriamente a hipótese de apresentar um “ultimato” ao governo exigindo uma “mudança radical” na política portuguesa em África. Afirmou, igualmente que, caso essa mudança não fosse efectuada, era bem provável que o governo português deixasse de contar com o apoio das Forças Armadas. Moniz emergia agora, no dizer do embaixador norte-americano em Lisboa, como defensor de “amplas mudanças” e representante do sector “liberal” do espectro político português³³.

Também o ministro do Exército, Almeida Fernandes, se recorda de ter falado pessoalmente com Salazar a 18 de Fevereiro de 1961, tendo alertado o chefe do governo para o “ambiente geral do país” e recomendando um conjunto de “medidas que, a meu ver, se tornava urgente tomar para enfrentar a situação”. Fernandes não se conformava com o facto de ter “assistido, ao longo de muitos meses, à indecisão, à lentidão, direi mesmo ao completo imobilismo do presidente do Conselho, perante os instantes apelos que lhe fizera – por mais de uma vez – para que fossem por ele tomadas com urgência as medidas de ordem política e de ordem militar que o progressivo agravamento da situação interna e do próprio Ultramar impunham há muito”³⁴.

³² Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, pp. 129-130.

³³ “Lisbon 484, February 10, 1961”. National Archives (NA), SDCF, 1960-63, Caixa 1813.

³⁴ Almeida Fernandes, “Razão de uma atitude”, pp. 160 e 171-172.

Acrescente-se ainda que, no final de Janeiro, ocorrera um outro acontecimento que teria um profundo impacto, sobretudo a nível internacional, e que contribuiria igualmente para acentuar a sensação de desconforto dos militares. Tratou-se do célebre assalto ao paquete *Santa Maria*, na madrugada de 22 de Janeiro, nos mares da América Central, uma operação desencadeada por um grupo de oposicionistas liderados por Henrique Galvão e membros do chamado Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL). A intenção era a de conduzir o navio para a costa ocidental africana e eventualmente para Angola, para aí servir de detonador a uma revolta contra o regime vigente em Portugal³⁵. Apesar de toda a manobra fracassar, a verdade é que o episódio do *Santa Maria* constituiu, nas palavras do historiador Fernando Rosas, um marco na “internacionalização do impacto da luta política contra o regime”³⁶. Na verdade, ainda antes do episódio estar concluído, já o embaixador americano em Lisboa, Charles Burke Elbrick, relatava para Washington que, em Portugal, tanto os membros do governo como os da oposição consideravam que Galvão tinha sido bem sucedido num dos seus maiores objectivos: “dramatizar a existência de uma oposição activa ao regime de Salazar”³⁷.

b. No Conselho Superior Militar

No final de Fevereiro, ocorreu uma importante reunião do Conselho Superior Militar onde o “ambiente de crise” foi discutido pelos intervenientes. Estiveram presentes, para além dos militares membros do governo, os chefes de Estado-Maior, os comandantes das regiões militares e os comandantes da GNR, Guarda Fiscal e PSP. O ministro do Exército, Almeida Fernandes, expressou, desde logo, as suas preocupações com a evolução da situação, destacando, em primeiro lugar, o “clima internacional” nada propício ao regime, devido à “incompreensão patenteadas por nações nossas amigas e aliadas, como os Estados Unidos, a Inglaterra, a França e o Brasil”. Depois, voltando as suas atenções para a situação a nível interno, Almeida Fernandes afirmou que a existência da “censura” era também um problema, sendo de toda a conveniência “acabar, pelo menos externamente, com o aspecto da violência ou prepotência que reveste” a sua actuação. Por fim, deixou um alerta para a questão das “influências pessoais”. Na sua opinião existiam demasiadas “pessoas ligadas à actuação política do governo” e, simultaneamente, “ligadas a empresas que afectam os interesses económicos da Nação”³⁸.

³⁵ Henrique Galvão, *O Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfos, 1974, p. 164.

³⁶ Fernando Rosas, *História de Portugal. Volume VII. O Estado Novo (1926-1974)*, pp. 531-532.

³⁷ “Joint Weeka n° 4, January 27, 1961”. NA, SDCE, 1960-63, Caixa 1814.

³⁸ Acta de reunião Conselho de Estado, Espólio de Francisco da Costa Gomes, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

Logo de seguida, usou da palavra o chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Albuquerque de Freitas, dizendo estar de acordo com o que Almeida Fernandes havia dito. Apresentou, depois, um memorando que ele próprio havia preparado. Neste memorando, considerava existirem três questões prementes, sobre as quais as Forças Armadas se deviam debruçar: o “valor real da nossa posição internacional”, sobretudo após o episódio do *Santa Maria*, o “prestígio interno do regime vigente” e a “continuação da vida política em Portugal para além do desaparecimento do actual chefe do Governo”. Alertava para os perigos provenientes da situação em Angola e considerava ser possível que “a coesão dos militares”, verdadeiro sustentáculo do regime, se viesse a “desfazer” sobretudo devido ao “facto de já haver vítimas nos que em África se batem com galhardia e convicção pela causa da Pátria”. Albuquerque de Freitas considerava que a rebelião em Angola se devia, acima de tudo, à acção nefasta de “figuras” e “grupos cujos interesses económicos privados colidem, em vários casos, com os superiores interesses da Nação”. Por fim, aludia ao “desalento” e “descrença” que começavam a surgir nos meios militares e afirmava que as Forças Armadas teriam certamente “uma palavra a dizer” quanto ao futuro político do país³⁹.

A intervenção de Albuquerque de Freitas foi marcante. Como sintetizou Costa Gomes, no seu relatório dizia-se, entre outras coisas, que a política colonial não era a mais conveniente para o País, além de se criticar, com veemência, os “abusos” de poder, as fraudes e os escândalos que estavam a provocar um mal-estar geral entre a população”. Especificando, Costa Gomes refere que aos militares preocupava sobretudo a “enorme influência do almirante Tenreiro, que, não beneficiando embora directamente das suas organizações, permitia, no entanto, que muita gente o fizesse à sua custa”. Aliás, o próprio Tenreiro se “gabava” frequentemente deste facto. Tanto na metrópole como nas colónias, “tinha, de facto, na mão grande parte da Marinha”, bem como “os pescadores, as organizações de pesca (sobretudo do bacalhau) e os frigoríficos”. Esta rede tinha permitido a que “muitos amigos e correligionários políticos tenham enriquecido muito rapidamente e por processos menos conformes à moral e à justiça”⁴⁰.

O ministro da Defesa, por seu turno, disse aos presentes que tinha já, por diversas vezes, transmitido a Oliveira Salazar “as razões do descontentamento no campo administrativo” e que este lhe respondera que “mandou já estudar o assunto tanto pelo Ministério do Ultramar como pelo Departamento da Defesa”.

³⁹ Memorando do General Albuquerque de Freitas, reproduzido em Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, pp. 241-245.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, pp. 90-91.

Constatava, porém, que o Conselho Superior Militar estava “na disposição de fazer sentir que as coisas – quanto à nossa administração – se devem modificar” e dizia-se “na disposição de o fazer sentir mais uma vez”⁴¹. Moniz esclareceu também que, no caso do assalto ao *Santa Maria*, a intervenção dos aliados – Estados Unidos e Reino Unido – tinha sido favorável a Portugal pelo que lhe parecia “conveniente que os oficiais-generais chamem os comandos das unidades, esclarecendo-os, inclusive sobre que não duvidem da lealdade dos nossos aliados, pois seria injustiça perigosa supor-se que não nos apoiam”. Refira-se ainda que uma outra decisão importante tomada nesta reunião foi a de enviar a Angola o CEMGFA, General Beleza Ferraz, e o CEME, General Câmara Pina, para avaliarem, no terreno, a situação naquela colónia⁴².

De acordo com o testemunho de Costa Gomes, foi nesta reunião, sobretudo devido à intervenção de Albuquerque de Freitas, que “começou a tomar corpo a ideia da necessidade de se proceder, com urgência, à reforma de alguns organismos e entidades”. Por outras palavras, os “comandos de todas as forças militares e militarizadas existentes acordaram na necessidade de fazer qualquer coisa para modificar a situação. Foi aí que começou a ideia que, mais tarde, nos levou a avançar”⁴³.

c. A posição americana

No início de Março as piores expectativas pareciam confirmar-se. Por um lado, na manhã 4 de Março, Viana de Lemos manteve uma conversa com um Adido da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa na qual este o informou dispor de informações, “que classificava de muito seguras”, de que a UPA de Holden Roberto “havia decidido provocar mais incidentes violentos em Angola para chamar a atenção das Nações Unidas onde se iria realizar um debate sobre o problema angolano”. Este movimento tinha planeado um “levantamento no Distrito do Congo, no Norte de Angola, cuja população constituía a base de recrutamento da UPA”. Na noite de 15 de Março seriam desencadeados vários ataques “contra objectivos isolados nessa área”. Viana de Lemos, “plenamente convencido da gravidade das informações de que havia tomado conhecimento”, comunicou, de imediato, estas informações a Botelho Moniz. Este determinou que se enviasse um telegrama ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Beleza Ferraz que se

⁴¹ Acta de reunião Conselho de Estado, Espólio de Francisco da Costa Gomes, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

⁴² Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, pp. 159-160

⁴³ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes. O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, pp. 90-91.

encontrava precisamente em Angola, para avaliar a situação. O telegrama, porém, nunca chegaria ao seu destinatário⁴⁴.

Nesse mesmo dia, 4 de Março, o embaixador Elbrick recebeu instruções do Departamento de Estado para se encontrar com Oliveira Salazar. A sua missão era comunicar-lhe que os Estados Unidos iam, doravante, alterar a sua relativa “tolerância” para com o colonialismo português. Muito concretamente, o embaixador devia avisar Salazar que os Estados Unidos tencionavam votar favoravelmente uma proposta de resolução sobre Angola em agenda no Conselho de Segurança das Nações Unidas⁴⁵. Ora, logo após receber estas instruções, Elbrick foi convidado por Botelho Moniz para almoçar. O embaixador aceitou o convite e comunicou para Washington que, a menos que o Departamento de Estado lhe desse instruções em contrário, tencionava informar Moniz do conteúdo da diligência que se preparava para efectuar junto de Salazar. Elbrick explicou para Washington que tencionava discutir estes temas com Moniz pois sabia que ele “não estava de acordo” com a política seguida pelo governo português e que iria receber estes “conselhos” de forma “compreensiva”. Elbrick apenas se interrogava quanto à capacidade de Moniz em “forçar o governo a tomar as medidas necessárias”. No entanto, adiantava que a embaixada soubera recentemente que Moniz tinha informado Salazar “por escrito” que o governo não podia continuar a contar com as forças armadas para “apoiar as suas acções repressivas contra os nativos angolanos”. No mesmo dia, Elbrick recebeu um telegrama de Washington autorizando-o oficialmente a transmitir a Moniz as instruções que havia recebido quanto à *démarche* junto de Salazar⁴⁶.

A conversa entre Elbrick e Moniz teve lugar no dia 6 de Março – ou seja, na véspera do encontro de Elbrick com Salazar – e prolongou-se por três horas. Elbrick explicou a Moniz as dificuldades que os Estados Unidos começavam a sentir em apoiar a política ultramarina portuguesa, referindo-se em particular a uma proposta de resolução sobre Angola que estava agendada para a próxima reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas. De seguida, transmitiu-lhe o conteúdo das instruções que tinha recebido do Departamento de Estado para conversar com Salazar⁴⁷. O embaixador norte-americano insistiu particularmente no facto de os Estados Unidos não pedirem a Portugal “uma declaração de concessão de independência ou de auto-determinação imediata”,

⁴⁴ Viana de Lenos, *Duas Crises, 1961 e 1974*, pp. 33-34.

⁴⁵ FRUS, 1961-1963, Volume XIII, pp. 895-897.

⁴⁶ “Lisbon 558, March 4, 1961” e “Outgoing Telegram 2300, March 4, 1961”. NA, SDCF, 1960-63, Caixa 1819.

⁴⁷ “Lisbon 564, March 6, 1961”. NA, SDCF, 1960-63, Caixa 1819.

mas apenas “que declarássemos nas Nações Unidas que estávamos envidando esforços para assegurar o progresso desses territórios aos quais iríamos conceder uma autonomia progressiva no sentido de, num futuro indeterminado, poderem escolher o seu destino”. Não era necessário, para já, “falar em prazos” mas o plano poderia desenvolver-se em “dez, vinte ou trinta anos”. Os Estados Unidos, por seu turno, “estavam dispostos a conceder auxílio económico generoso para o desenvolvimento de Portugal metropolitano permitindo assim que verbas portuguesas fossem libertadas para o desenvolvimento do Ultramar, visto que com essa solução os Estados Unidos poderiam defender-se da acusação de estarem a ter uma ingerência directa em África”⁴⁸.

Na sua resposta, o ministro da Defesa reconheceu a necessidade de “mudanças” na política colonial portuguesa e disse ter pensado longamente sobre o assunto. A solução que lhe parecia mais aconselhável implicava mudanças na estrutura política portuguesa, através da formação de um governo com uma larga base de apoio e com inclusão de “elementos da oposição não-comunista”. Estas mudanças deveriam ser acompanhadas pela adopção de “reformas drásticas” na política ultramarina. O resultado destas reformas seria “o estabelecimento de províncias autónomas, multirraciais, ligadas a Portugal numa relação de tipo *commonwealth*”. Porém, Botelho Moniz reconhecia também que Portugal não poderia efectuar “mudanças abruptas” na sua política ultramarina e que seria preciso algum tempo para instituir as mencionadas “reformas”. Muito menos poderia agir e instituir as reformas se transpirasse para o mundo que o estava fazendo sob pressão dos Estados Unidos ou das Nações Unidas. Por conseguinte, Moniz lamentava profundamente que os Estados Unidos se preparassem para votar favoravelmente a inscrição de Angola na agenda da próxima reunião do Conselho de Segurança. Tal medida serviria para “retardar” e não para “acelerar o progresso”. Elbrick terminou a conversa algo desiludido: “a discussão foi franca e amigável mas não tão produtiva como eu tinha esperado”⁴⁹.

Ao contrário do que muita vezes é dito, as palavras de Elbrick não representavam uma proposta concreta ao grupo de Moniz, nem sequer uma promessa de apoio. No fundo, o embaixador limitou-se a transmitir ao ministro da Defesa o teor da conversa que iria ter no dia seguinte com Oliveira Salazar. O que Elbrick deixava antever, embora não o dissesse explicitamente, era que os norte-americanos estavam dispostos a apoiar o governo português que promovesse as reformas pretendidas, fosse ele chefiado por Oliveira Salazar ou

⁴⁸ Viana de Lemos, *Duas Crises, 1961 e 1974*, Lisboa, Edições Nova Gente, 1977, p. 29.

⁴⁹ “Lisbon 564, March 6, 1961”. NA, SDCF, 1960-63, Caixa 1819.

por Botelho Moniz. No fundo, foi o que Costa Gomes admitiu ao afirmar que “apoio concreto [dos americanos à Abrilada] não houve, houve conversações, tendo-se eles comprometido a auxiliar-nos económica e politicamente através, designadamente, das Nações Unidas e seus aliados, visando, no espaço de 12 anos a realização de um referendo nas colónias, admitindo a autodeterminação e a independência”. Seria durante esse período de 12 anos que os norte-americanos dariam a Portugal “apoio económico, político e até militar, que bem precisávamos”⁵⁰.

Dias depois, a 7 de Março, teve lugar a conversa entre Elbrick e Salazar. O embaixador explicou ao Presidente do Conselho que os Estados Unidos tinham alterado a sua política africana e, consequentemente, o seu posicionamento relativamente à política colonial portuguesa. De acordo com as instruções recebidas, Elbrick afirmou que os Estados Unidos pretendiam “influenciar Portugal para empreender ajustamentos de vulto nas suas políticas que, tal como presentemente formuladas, nos parecem ser conducentes a problemas muito sérios”. Esses ajustamentos consistiam numa série de reformas “imperativas para o progresso político, económico e social de todos os habitantes das províncias africanas portuguesas em direcção à sua completa auto-determinação dentro de um prazo realista”. Os Estados Unidos estavam, é certo, plenamente conscientes da “importância económica das províncias ultramarinas para Portugal” e por isso estavam dispostos a conceder a Portugal e aos seus territórios “importante ajuda” tendo em vista o seu desenvolvimento. Caso Portugal não desse passos neste sentido, os Estados Unidos não podiam mais apoiar Portugal na sua política colonial e teriam de votar a favor de eventuais resoluções apresentadas no seio das Nações Unidas. Aliás, a sua delegação nas Nações Unidas iria ser instruída para votar favoravelmente a proposta da Libéria no sentido de agendar a questão de Angola para a próxima reunião do Conselho de Segurança⁵¹.

No relato desta conversa enviado para Washington, Elbrick contou que Salazar, “depois de ouvir sem interrupção a minha exposição” afirmou que era “manifestamente impossível” para os Estados Unidos serem “um aliado de Portugal na Europa e um inimigo em África”. Elbrick referiu que Salazar esteve “calmo e muito autoconfiante durante a audiência e não foi inamistoso”. No entanto, era “óbvio”, para o embaixador, que Salazar rejeitava “qualquer hipótese de Portugal aceitar a sugestão dos Estados Unidos”⁵².

⁵⁰ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes. O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 110.

⁵¹ *Foreign Relations of the United States* (doravante FRUS), 1961-1963, Vol. XIII, pp. 895-897.

⁵² “Lisbon 572, March 7, 1961”. NA, SDCF, 1960-63, Caixa 1813.

De acordo com o testemunho de Costa Gomes, a reacção negativa de Oliveira Salazar às propostas de Elbrick representou um outro ponto de viragem na estratégia do grupo. Segundo as suas palavras, “a situação alterou-se a partir do momento em que [Salazar] recusou qualquer auxílio americano à descolonização”. Foi nesse momento, que “aconteceu, de facto, a passagem da legalidade para a ilegalidade”⁵³. Por outro lado, através desta *démarche* de Elbrick estava consumada oficialmente a nova política da administração Kennedy em relação a Portugal e às suas colónias. A 15 de Março de 1961, no mesmo dia em que a UPA lançava a sua ofensiva no norte de Angola, os Estados Unidos avançaram com o ameaçado e votaram favoravelmente uma resolução relativa à política portuguesa em Angola que havia sido introduzida no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

3. Após o “15 de Março”

Os ataques da UPA no norte de Angola, a partir de 15 de Março, tiveram um profundo impacto em Portugal. Várias centenas de africanos armados atravessaram a fronteira entre o Congo e Angola e atacaram postos administrativos, povoações, lojas e fazendas, acabando por se registar várias centenas de mortos. Os ataques ocorreram ao longo da fronteira com o Congo Belga e também na região dos “Dembos” e caracterizaram-se, de acordo com as palavras do consul norte-americano em Luanda por uma “ferocidade sem precedentes, matando famílias brancas, famílias mulatas e africanos nativos” com idêntica “brutalidade”⁵⁴.

Após o “15 de Março”, instalou-se, no seio do regime, a desorientação. Como recorda Franco Nogueira, “nos meios ligados ao governo e ao regime, muitos sentem-se em vésperas de naufrágio [...] no parlamento, é a aflição”. Mas, acima de tudo, “é grave o embate do ambiente mundial em sectores das Forças Armadas portuguesas. Nos quartéis, nas instalações para oficiais, em suas casas particulares, são frequentes as reuniões, e exprimem-se dúvidas, formulam-se críticas, há desalento, há descrença. Mesmo no âmbito dos Estados Maiores do Exército, da Força Aérea e da Armada, não deixam de se interrogar”⁵⁵. No fundo, uma “grande confusão dominou as pessoas mais directamente afectadas pelos acontecimentos, bem como os diversos níveis de responsabilidade: desde a chefia do Governo, na metrópole, aos vários

⁵³ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes. O Último Marechal*, p. 91.

⁵⁴ “Insurrection in Angola Beginning March 15, 1961, Luanda, Desp. 252, April 12, 1961.” NA, SDCF, 1960-63, Box 1821.

⁵⁵ Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, p. 223.

escalões da administração de Angola, passando pelos departamentos nacionais com clara intervenção na problemática ultramarina”. E foi justamente nesta “confusão” que, como reconhece Fernando Valença, “se desenvolveu, de 15 de Março a 13 de Abril de 1961, o que designamos por Abrilada”⁵⁶.

No final do mês de Março, o General Botelho Moniz decidiu convocar uma reunião do Conselho Superior do Exército que viria a ter uma importância decisiva no evoluir da Abrilada. A ideia de Moniz era continuar a discutir a situação política do país e decidir sobre eventuais medidas a tomar. Ao convocar uma reunião do Exército, conseguia evitar a presença de uma das vozes que se previa discordante: o subsecretário de Estado da Aeronáutica, Kaulza de Arriaga. Por outro lado, Moniz contava que a reunião se realizasse antes do regresso a Lisboa do General Câmara Pina, ausente em Angola. Conhecidas as suas posições mais “conservadoras”, Moniz julgava não poder contar com o chefe do Estado-Maior do Exército, na eventualidade de uma tomada de posição mais arrojada por parte das Forças Armadas. No entanto, o ministro da Defesa parece ter sido colhido de surpresa com o regresso a Lisboa da missão militar a Angola no dia 25 de Março, um dia depois da chegada a Angola do ministro do Ultramar, almirante Lopes Alves⁵⁷.

Estiveram presentes na reunião de 27 de Março, para além de Botelho Moniz, Almeida Fernandes e Costa Gomes, o CEMGFA, General Beleza Ferraz, “os mais altos dirigentes do Ministério do Exército, os comandantes das regiões militares e, como observadores, o chefe do Estado-Maior Naval, almirante Sousa e Uva”, o CEMFA, General Albuquerque de Freitas, e os comandantes-gerais da Guarda Nacional Republicana, da Guarda Fiscal e da Polícia de Segurança Pública. Kaulza de Arriaga, sabendo que Albuquerque de Freitas tinha sido convocado, decidiu comparecer, mas Botelho Moniz negou-lhe a entrada, “com a indicação de que não fora convocado e de se tratar de uma reunião ao nível do Exército”. Esta atitude espelhava a crescente desconfiança entre os dois homens e, como aponta Fernando Valença, “ainda mais acicatou a oposição entre ambos, agravando ressentimentos e desconfianças da parte do Coronel Kaulza de Arriaga”

Nesta reunião, Botelho Moniz pôs em destaque “as dificuldades e as resistências encontradas no sentido de se concretizarem as teses sobre a necessidade de modificações profundas na política nacional”. Anunciou então “que já enviara ao presidente do Conselho uma carta, de que distribuiu exemplares aos assistentes, onde expressava, com a maior clareza e firmeza

⁵⁶ Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, pp. 116-117.

⁵⁷ Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, pp. 159-160.

possíveis, os seus pontos de vista e os dos militares”. Essa carta tinha seguido acompanhada do memorando que Albuquerque de Freitas apresentara na reunião do Conselho Superior Militar de 29 de Fevereiro, bem como da acta dessa mesma reunião⁵⁸.

a. A carta a Salazar

Na verdade, perante o agravamento da situação, Botelho Moniz decidira enviar a Oliveira Salazar uma carta sobre a situação política no país. Nesta missiva, o ministro da Defesa chamava a atenção do Presidente do Conselho para “a gravidade do actual momento político internacional” que “enche de preocupações o país” e ao qual as forças armadas “não podem ser indiferentes”, sentindo, “antes pelo contrário”, de forma intensa as “dificuldades que de todos os lados surgem”. Moniz recordava que, por diversas vezes, tinha já exposto a Salazar “a difícil conjuntura actual” e apontado “medidas pertinentes para se desanuviar a situação” e, inclusivamente, que num recente Conselho de Ministros tinha sugerido uma reunião do Conselho Superior da Defesa Nacional, “dada a gravidade da situação que se advinhava, sendo necessário definir responsabilidades que poderiam representar o aniquilamento total ou a sobrevivência das Forças Armadas, uma vez que a acção política do Governo parecia incapaz de poder fazer face aos acontecimentos”.

Nos últimos dias, a situação “tem-se agravado e deteriorado”, pelo que se tornava indispensável “um choque psicológico de envergadura” com o intuito de “desanuviar o ambiente político nacional e o pesado clima internacional”. Em termos políticos, o ministro da Defesa julgava que “o quadro político da actual situação” era “muito estreito” e que se tinha “sucessivamente apertado, estando hoje confinado a valores políticos gastos e, em muitos casos, sem idoneidade moral bastante que se imponha”. Era necessário alargar “o âmbito da cooperação ao maior número dos que acima de tudo querem servir o país [...] tornando-se assim necessário encontrar um vasto campo de entendimento comum que nos não separe por razões mesquinhas”. Impunha-se, por conseguinte, “chamar ao tablado político valores novos e outros, experimentados sim, mas indiferentes ou mesmo inconformistas por terem perdido a fé”. Anunciava-se já uma “modificação actual do elenco ministerial” mas Moniz alertava para o facto de que “modificar um governo por outro igual não tem hoje significado político e, até pelo contrário, poderá representar em tão difícil emergência que nada já há a esperar”. Esta “renovação e valorização

⁵⁸ Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abriada de 1961*, pp. 169-170.

dos valores políticos impõe-se tanto na Metrópole como no Ultramar e talvez mais ainda no Ultramar”. Para que “produza choque psicológico indispensável afigura-se-me que só uma mutação profunda de pessoas, de método, de orgânica e de saneamento poderá atingir o fim que se pretende”.

Todas estas alterações produziriam um “reforço da unidade nacional” e contribuiriam para uma “melhoria da situação internacional”. Deixariam assim de existir “as razões que nos fazem considerar um país onde as liberdades essenciais não existem e, onde, com pequenas modificações, mais de aparência do que de forma, essas queixas poderão deixar de nos ser imputadas”. Moniz criticava também o modo como tinha vindo a ser conduzida a diplomacia portuguesa, cuja “acção política [...] desde há muito tempo se revela inadequada e que os factos demonstram não ter estado à altura da sua missão histórica”.

No caso específico das Forças Armadas, como já se referiu atrás, o ministro considerava que “a situação destas é angustiosa” caminhando-se para “uma situação insustentável, onde poderemos ficar à mercê de um ataque frontal, com forças dispersas por quatro continentes, sem meios bastantes e com uma missão de suicídio da qual não seremos capazes de sair, uma vez que a política lhe não encontra solução nem parece capaz de a procurar”. Botelho Moniz anexava a esta missiva uma parte da acta da última reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional, contendo a exposição de Almeida Fernandes, bem como o memorando entregue na altura pelo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Terminava a carta dizendo perfilhar “inteiramente” dos “pontos de vista” expressos nesses documentos e salientando, uma vez mais, a “gravidade da situação”. Era necessário agora tomar as medidas adequadas para que “se não desagregue a coesão das forças armadas, a última força que pode impedir que a Nação caia no caos e na irresponsabilidade”⁵⁹.

A cermos nas palavras de Franco Nogueira, Salazar não ficou particularmente surpreendido com a extensa carta enviada por Botelho Moniz. Não compreendendo o real alcance das palavras de Moniz, o presidente do Conselho considerava-as “na linha de pensamento que já vem de trás, e a que o ministro parece cada vez mais aferrado: traduz a atmosfera criada pela propaganda anticolonialista, exprime um estado de espírito que reflecte os contactos assíduos do ministro com o embaixador dos Estados Unidos”⁶⁰. Após receber a carta, decidiu encontrar-se com Botelho Moniz, o que sucedeu nos dias 28 e 29 de Março. A carta do ministro da Defesa foi o tema dominante das

⁵⁹ Carta de Botelho Moniz a Oliveira Salazar, Espólio de Francisco da Costa Gomes, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

⁶⁰ Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, p. 228.

conversas. Viana de Lemos recorda-se que Botelho Moniz regressou da primeira reunião “cansado mas sorridente”, julgando ter “convencido” Oliveira Salazar da gravidade da situação. Porém, Moniz e Lemos souberam nessa mesma noite que “alguns partidários mais influentes do regime ‘assaltaram’ o Presidente do Conselho”. Consequentemente, “no dia seguinte, a conversa [...] foi mais dura” e Botelho Moniz considerava que “a porta se estava fechando novamente”⁶¹. Salazar quisera saber como via o ministro que “um choque psicológico em Portugal, entre portugueses e para portugueses” pudesse desanuviar “o pesado clima internacional” e, ao mesmo tempo, sustentar “os debates nas Nações Unidas”, modificar “a política americana” e suspender “os assaltos e morticínios terroristas”. “Como é que, sem abandono do Ultramar, se altera o ambiente externo? Que política preconiza exactamente?”, perguntou Salazar a Botelho Moniz. De acordo com Franco Nogueira, “a nenhuma destas interrogações [Salazar] encontra resposta clara por parte de Moniz”. Este parece, aos olhos do presidente do Conselho, “muito preocupado pela atitude americana, que receia acima de tudo e que, na essência, constitui para o ministro o factor decisivo de perturbação”. De acordo com Salazar, o ministro da Defesa sustentara a tese de que “não se deve abandonar o Ultramar: e apenas importa *pintar a fachada* com outra cor, imaginar uma qualquer construção que apazigue os afro-asiáticos e satisfaça os Estados Unidos”. Salazar terminou a conversa dizendo que “pensará, ponderará o teor da carta” mas que, “de momento, todavia, não lhe dará resposta escrita”⁶².

4. Golpe de Estado!

Era uma porta que se fechava. Os militares não conseguiam persuadir Oliveira Salazar da necessidade de mudanças a nível militar mas, também, político. A “Abrilada” entrava assim na sua última fase, em o grupo militar “reformista” decide avançar, num primeiro momento, para um verdadeiro “golpe de estado constitucional” com o intuito de convencer o Presidente da República a afastar Oliveira Salazar e, num segundo momento, quando se tornou claro que Américo Tomás não o fará, para um “pronunciamento militar” que conduza ao afastamento dos dois governantes. Na verdade, os envolvidos começam a aperceber-se que Oliveira Salazar não tomará nenhuma atitude na sequência da carta e das conversas com Moniz. O ministro do Exército, Almeida Fernandes, recorda: “decorreu todo o mês de Março e iniciou-se o mês de Abril sem nada se ter feito, de concreto, por parte do presidente do Conselho, para enfrentar a

⁶¹ Viana de Lemos, *Duas Crises, 1961 e 1974*, Lisboa, Edições Nova Gente, 1977, p. 44.

⁶² Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, pp. 228-229.

situação que se ia, infelizmente, agravando cada vez mais". Ao mesmo Almeida Fernandes, Botelho Moniz confidenciara que, na sua opinião, Oliveira Salazar "não estava já em condições físicas para continuar à frente do Governo". O modo como o Presidente do Conselho reagira durante as conversas com o ministro da Defesa, "deixava-o profundamente desanimado". Na opinião de Botelho Moniz, "a estagnação e o imobilismo do presidente do Conselho provavam que ele se achava incapaz de tomar as medidas que se impunham, e então a sua política só poderia conduzir ao colapso das Forças Armadas em África"⁶³. Assim, para retomar as palavras de Franco Nogueira, é justamente nos primeiros dias de Abril que os "oficiais responsáveis" retiram uma conclusão essencial: "de um plano estritamente militar, tudo está transferido para um plano político. Com o progresso das reuniões, e sua repetição, alguns oficiais põem com nitidez o problema: deve ser mantido ou afastado o chefe do governo? Deve essa imposição, se for resolvido o afastamento, ser feita ao Presidente da República? Se este se não conformar, deve também ser afastado?"⁶⁴.

a. A intervenção de Santos Costa

A seguir à entrevista com Salazar, Botelho Moniz retirara-se por uns dias para o Algarve. O Presidente do Conselho tinha procurado ganhar tempo, prometendo reflectir nas palavras de Moniz. Mas o ministro da Defesa, como notou o historiador Fernando Rosas, "fosse por ainda não estar completamente decidido a derrubar o chefe do Governo, fosse por sobrestimar a invencibilidade do 'excesso de força' de que dispunha ou por subestimar a capacidade de reacção do outro campo", acabou por abandonar a capital do país, perdendo assim "um tempo precioso"⁶⁵.

Foi justamente nesta altura que, em torno de Salazar, se começaram a exercer "pressões" para resolver a crise e o caso-Botelho Moniz. Neste contexto, assumiu especial relevo o papel desempenhado pelo antigo ministro da Defesa, Santos Costa. Numa carta enviada a Salazar a 3 de Abril de 1961, Santos Costa alertou o Presidente do Conselho para a gravidade da situação em Angola, acusando os actuais responsáveis governativos de "inépcia", "inconsciência" e "irresponsabilidade", acabando por conduzir o país a uma "catástrofe". Recomendou-lhe, depois, um reforço em larga escala do pessoal militar em Angola e também em Moçambique. Era chegada a altura de se deixar de "brincar aos militares, como nestes últimos tempos se tem feito". De

⁶³ Almeida Fernandes, "Razão de uma atitude", pp. 174-175.

⁶⁴ Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, p. 237.

⁶⁵ Fernando Rosas, *História de Portugal, Volume. VII, O Estado Novo (1926-1974)*, pp. 535.

nada serviam “os homens que às pinguinhas vamos pondo em Luanda por via aérea”. Era necessário, “urgentemente”, colocar em Angola “10 000 homens devidamente organizados, armados e comandados” e “ainda ter prontos aqui para seguirem para Moçambique à primeira voz, outros 10 000”. Só assim seria possível “salvar Portugal”⁶⁶.

Três dias depois, Santos Costa enviou uma segunda missiva a Salazar. O tom era semelhante. De novo surgiam as críticas à “maldade” e à “inépcia” daqueles que faziam com que “se afunde uma Pátria”. Mas Santos Costa vai mais longe e acusa Salazar de, após a sua saída do governo, ter deixado “esfrangalhar” a “reorganização militar de 1958”, com o “magnífico resultado que se está vendo”. Ora, eram os conceitos presentes nessa reorganização militar que importava retomar, pois era “um perigo praticar em África a disseminação dos efectivos militares, pulverizar e reduzir a nada em áreas imensas e a centenas de quilómetros de distância, as forças da defesa”. Em África, acrescentava Santos Costa, era necessário “bater do forte ao fraco” e “fazer uma guerra de massas e não uma guerra técnica”. Por isso, Salazar não podia “pactuar com os negativistas, com os incompetentes, com os pusilânimes, quem sabe se com os vendilhões do templo”. Dirigindo-se directamente a Salazar, Santos Costa afirmava:

“Vossa Excelência tem que assumir as suas responsabilidades plenas, tem que determinar, tem que exigir, tem que forçar o imediato envio para Angola de 10 a 12 000 homens que constituam um corpo seriamente organizado em todos os graus da hierarquia e dotado dos elementos de combate indispensáveis que não nos faltam porque os possuímos [...] Não tem que se contentar com ‘sugerir’, mas sim que ordenar; ‘eu quero’, ‘eu exigo’, ‘eu determino’. Tudo em nome da Nação”⁶⁷.

b. Primeira audiência com Américo Tomás

Perante a ausência de qualquer resposta por parte de Salazar, Botelho Moniz solicitou uma audiência com o Presidente da República, Américo Tomás. A 5 de Abril de 1961, o ministro da Defesa teve oportunidade de expor a Américo Tomás os argumentos anteriormente apresentados ao chefe do governo e de lhe manifestar a opinião de que, provavelmente, Oliveira Salazar teria de ser

⁶⁶ Carta de Santos Costa a Oliveira Salazar, 3 de Abril de 1961, in Manuel Braga da Cruz (org.), *Correspondência de Santos Costa, 1936-1982*, Lisboa, Verbo, 1994, p. 81.

⁶⁷ Carta de Santos Costa a Oliveira Salazar, 6 de Abril de 1961, in Manuel Braga da Cruz (org.), *Correspondência de Santos Costa, 1936-1982*, p. 84.

afastado da presidência do Conselho. Mas a reacção do Presidente às propostas de Moniz esteve também longe de satisfazer as suas expectativas. Conforme Viana de Lemos confidenciou a um elemento da embaixada americana em Lisboa, depois da conversa com Tomás, Moniz acabara por se aperceber que era necessário passar à acção. A estratégia a seguir passava por uma segunda entrevista com Américo Tomás, na qual se procuraria convencer o Presidente da República que ele deveria “neutralizar” ou “demitir” Salazar e nomear um novo Presidente do Conselho. Se esta aproximação falhasse, Moniz estava preparado para informar Tomás que as Forças Armadas iriam assumir o controlo do país, apoiando um novo governo, com uma base política de apoio “alargada”, chefiado por Marcello Caetano ou por Pinto Barbosa. À embaixada americana, o ministro da Defesa vinha também pedir apoio no sentido de convencer o governo dos Estados Unidos a não efectuar qualquer declaração pública sobre Portugal nos próximos dias. Moniz receava que qualquer atitude do governo americano, ou mesmo da embaixada, relacionada com o problema colonial português pudesse dar azo a manifestações “antiamericanas” que só beneficiariam Salazar e que poderiam dificultar o golpe de Estado que estava em preparação⁶⁸.

c. Reuniões “conspiratórias”

A 9 de Abril, Botelho Moniz, Almeida Fernandes e Costa Gomes reuniram-se com o Comandante e o 2º Comandante da Região Militar de Lisboa, para uma “troca de impressões” que, de acordo com Fernandes, “teve apenas o objectivo de pôr estes oficiais inteiramente ao corrente da situação”. Ao mesmo tempo, enviaram ao comando da 2ª Região Militar “instruções para ir pondo directamente os comandos das respectivas unidades ao corrente da situação”⁶⁹. No dia seguinte, 10 de Abril, é o General Silva Domingues, governador militar de Lisboa, que reúne com os seus “subordinados”, sendo “claramente posto o problema da sucessão e da substituição de Oliveira Salazar”⁷⁰.

Nessa noite de 10 para 11 de Abril, recorda Franco Nogueira, “correm já abertamente nos meios políticos os ecos do que se está passando”. Deste modo, “amigos pessoais e políticos” de Salazar “acoram pressurosos e assustados”⁷¹. Paralelamente, “diversos militares”, entre os quais Santos Costa,

⁶⁸ “Lisbon 729, April 9, 1961”. NA, SDCF, 1960-63, Caixa 1819.

⁶⁹ Almeida Fernandes, “Razão de uma atitude”, p. 176.

⁷⁰ Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, p. 237.

⁷¹ Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, pp. 237-238.

telefonaram a Kaulza de Arriaga, dando-lhe conta da reunião convocada pelo governador militar de Lisboa para discutir a possibilidade de Salazar ser “exonerado compulsivamente” das suas funções devido, sobretudo, à sua “incapacidade para resolução do problema da África Portuguesa”⁷².

No dia seguinte, 11 de Abril, Santos Costa transmite igualmente a Oliveira Salazar “indicações alarmistas sobre os actos rebeldes e conspiratórios do Quartel da Cova da Moura, e traça-lhe um plano de ‘limpeza’ na hierarquia militar”. Na opinião de Santos Costa, “em face do que se passou ontem no Quartel-General do Governo Militar, eu, na posição de V. Ex.^a importaria ao Ministro do Exército a imediata substituição do Governador Militar”. Caso o ministro do Exército não concordasse, “substituí-lo também imediatamente pelo General Gomes de Araújo, dando-lhe como Subsecretário de Estado o Brigadeiro Mário Silva, o Tenente-Coronel Jaime Filipe da Fonseca, ou outro que de acordo com ele o Araújo preferisse”. Santos Costa sugeria ainda “a demissão compulsiva de outros militares, como o Comandante da 3.^a Região Militar (Tomar) e o Comandante da GNR” e apelava a uma “observação cuidadosa dos movimentos do Comandante da Guarda Fiscal”⁷³.

Nessa mesma manhã, Kaulza Arriaga desloca-se ao Ministério do Exército e confronta Almeida Fernandes com as informações que recebera na véspera relativamente à reunião convocada pelo governador militar de Lisboa. Este “respondeu nada mais saber”, mas prometeu averiguar. Kaulza insistiu e Almeida Fernandes acabou por lhe confessar que Botelho Moniz “se encontrava ora muito deprimido ora sobre-excitado” e que ele, ministro do Exército, “era uma das poucas pessoas capazes de o acalmar”. Acrescentou ainda que “esperava que nada sucedesse, mas que o estado de espírito do Ministro da Defesa Nacional poderia conduzi-lo a tentar um golpe de força contra o Presidente do Conselho de Ministros”. Kaulza perguntou então qual seria a posição de Almeida Fernandes perante tal possibilidade. Este respondeu que, “embora lhe custasse muito, pois tinha o maior respeito e amizade pelo Ministro da Defesa Nacional, não o poderia acompanhar” e esperava também que, perante tal eventualidade, “o Exército lhe obedecesse”. Kaulza perguntou então se seria possível “a eclosão de uma guerra civil, seguindo algumas unidades o Ministro da Defesa Nacional e outras o Ministro do Exército”. Almeida Fernandes admitiu que “assim realmente poderia suceder”⁷⁴.

⁷² Kaulza de Arriaga, *Guerra e Política. Em nome da verdade, os anos decisivos*, Lisboa, Edições Referendo, 1987, pp. 205-206.

⁷³ Telmo Faria, “golpe de Botelho Moniz”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica, *Dicionário de História de Portugal, Volume 8*, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 105.

⁷⁴ Kaulza de Arriaga, *Guerra e Política. Em nome da verdade, os anos decisivos*, pp. 206-207.

d. Mais conversas com Américo Tomás

Na noite de 11 de Abril, Botelho Moniz e Almeida Fernandes solicitaram a Américo Tomás uma nova audiência com carácter urgente. O Presidente acedeu, mas antes encontrou-se com Oliveira Salazar na sua residência no Restelo. Américo Tomás informou Salazar “de todos os pormenores”, explicando-lhe “os motivos da audiência” que se preparava para conceder a Moniz e, ao mesmo tempo, reiterando-lhe “a sua confiança” e avisando-o da “atitude de firmeza que se propõe assumir perante o que prevê serem as exigências do ministro da Defesa”. Por último, acentuou-lhe “a necessidade de acção rápida e drástica nos dias, mesmo nas horas que se seguem”⁷⁵.

Depois de colocar Salazar ao corrente das suas intenções, Américo Tomás informou Kaúlza de Arriaga que “talvez fosse conveniente tomarem-se, na Força Aérea, algumas medidas de segurança”. De imediato, Kaúlza chamou à sua residência o General Mira Delgado que, na altura, substituíra o CEMFA Albuquerque de Freitas, ausente nos Estados Unidos, e outros generais da Força Aérea. A todos expôs a situação e ordenou que a Força Aérea entrasse de prevenção, sendo a ordem “prontamente executada”⁷⁶.

Perto das 23 horas, Botelho Moniz e Almeida Fernandes encontraram-se finalmente com o Presidente da República a quem tornaram a salientar que “se impunha proceder com urgência a uma ampla remodelação ministerial” e que existia “o dever de analisar [...] se não teria chegado o momento daquela remodelação abrange também a pessoa do presidente do Conselho” cujas “qualidades” se achavam “muito enfraquecidas”. “Infelizmente”, acrescentou o ministro do Exército, Salazar não estava já “em condições de poder dar à acção governativa o impulso forte que era exigido pela actual conjuntura nacional e internacional”⁷⁷. Moniz garantiu ainda a Tomás que “esse é o sentir, se não unânime, pelo menos da esmagadora maioria das Forças Armadas, além de corresponder aos desejos da opinião pública”⁷⁸.

Américo Tomás ficou impressionado com a “espécie de ultimato que indirectamente lhe era posto” e respondeu não estar convencido de que essa fosse “a única solução, nem sequer a solução a dar à situação a que se tinha chegado”. Afirmou ainda que a Força Aérea e a Marinha não se tinham “manifestado nesse sentido” e que, mesmo da parte do Exército, “sabia por informações recebidas, não estar todo ele de acordo com tal solução”. Botelho

⁷⁵ Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, pp. 238-239.

⁷⁶ Kaúlza de Arriaga, *Guerra e Política. Em nome da verdade, os anos decisivos*, Lisboa, Edições Referendo, 1987, p. 208.

⁷⁷ Almeida Fernandes, “Razão de uma atitude”, p. 179.

⁷⁸ Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, p. 239.

Moniz, “visivelmente enervado”, perguntou a Tomás de quem recebera as “informações” relativas á atitude do Exército. O Presidente informou que tinha sido o próprio Almeida Fernandes a admiti-lo. Moniz desentendeu-se então com Almeida Fernandes, “exasperou-se [...] vivamente com esse ministro e investiu-o, dizendo-lhe que ele afirmava coisas opostas, a ele, ministro da Defesa, e ao chefe do Estado”⁷⁹. Tomás escutou em silêncio e, no fim, prometeu reflectir sobre o que lhe foi apresentado.

e. Confronto com Arriaga

No dia seguinte, já com a Força Aérea e também a GNR de prevenção, Almeida Fernandes voltou a encontrar-se com Américo Tomás numa visita à Manutenção Militar, há muito agendada. O ministro do Exército insistiu, uma vez mais, na urgência de se proceder a uma remodelação ministerial. O chefe de Estado respondeu que “admitia perfeitamente que, dada a gravidade dos ataques que nos eram dirigidos, as circunstâncias viessem a aconselhar a substituição do presidente do Conselho”. Entendia, porém, que “nunca o deveria fazer nesta altura, pois uma tal decisão seria agora tomada, em face da campanha de boatos lançada, como uma cedência sua a uma imposição que lhe fora feita”. Não deixaria, no entanto, de “falar nessa tarde com o presidente do Conselho, pois concordava que era extremamente urgente solucionar a presente crise”⁸⁰.

Na tarde de dia 12, Botelho Moniz e Almeida Fernandes, apesar do desacordo manifestado na véspera, desenvolveram uma série de diligências. A mais importante foi o encontro com Kaulza de Arriaga para esclarecer a posição da Força Aérea face à crise vivida. O ministro da Defesa pretendia saber se era verdade estar a Força Aérea de prevenção e, perante a resposta afirmativa de Kaulza, perguntou quem lhe tinha dado tal ordem. Kaulza de Arriaga respondeu ter sido uma decisão sua, uma vez que se considerava “com autoridade para tomar na Força Aérea as medidas de segurança que entendesse”. Botelho Moniz discordou, afirmando que “só ele, Ministro, tinha autoridade para o fazer e que, em consequência o Subsecretário tinha exorbitado”. Perguntou ainda “porque estavam forças pára-quedistas em Lisboa”, tendo Arriaga respondido que “a prevenção na Força Aérea abrangia o deslocamento de forças pára-quedistas para as suas unidades de Lisboa”⁸¹. Os dois homens exaltaram-se e a conversa tornou-se ríspida. Moniz ordenou a Arriaga que se retirasse de imediato, uma

⁷⁹ Américo Thomaz, *Últimas Décadas de Portugal, Volume III*, Lisboa, Edições Fernando Pereira, s.d., p. 91.

⁸⁰ Almeida Fernandes, “Razão de uma atitude”, p. 180.

⁸¹ Kaulza de Arriaga, *Guerra e Política. Em nome da verdade, os anos decisivos*, p. 210.

vez que a sua atitude “denotava que ele havia sido desleal para com o ministro, pondo as tropas da Força Aérea de prevenção sem seu conhecimento”⁸².

Kaúlza de Arriaga, porém, prosseguiu nas suas diligências: contactou o ministro do Interior, Coronel Arnaldo Schulz, que garantiu que “as forças de segurança mantinham a sua fidelidade” ao governo; desenvolveu diligências junto das unidades da Região Militar de Lisboa que permitiram concluir “ser limitado” o apoio ao ministro da Defesa; recebeu confirmação de apoios do subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Adriano Moreira, e do embaixador de Portugal em Madrid, General Venâncio Deslandes⁸³. Paralelamente, o General Câmara Pina “faz sondagens telefónicas junto das principais unidades dispersas pelo país, e recolhe a convicção de que na sua maioria não estão com Botelho Moniz”⁸⁴. Tinha começado a contagem de espingardas.

f. Salazar prepara-se para o embate

No seguimento da sua discussão com Kaúlza de Arriaga, Botelho Moniz, parecendo “deveras irritado”, solicitou ao Presidente nova audiência “urgentíssima”. Razão do pedido, segundo Américo Tomás: o subsecretário de Estado da Aeronáutica “tinha posto a Força Aérea de prevenção, sem prévia consulta ao ministro da Defesa e este, furioso com a decisão, pretendia que o chefe do Estado o demitisse imediatamente”. O Presidente da República, uma vez mais, não se negou a receber Moniz mas comunicou-lhe que não o podia fazer “imediatamente” pois o chefe do Governo também lhe tinha solicitado uma audiência e “essa solicitação tinha, evidentemente, prioridade”. Por conseguinte, Américo Tomás encontrou-se com Oliveira Salazar, numa reunião que durou mais de duas horas. Salazar tinha agora concluído que “urgia tomar, sem demora, uma resolução, antes da possível eclosão do movimento militar em curso e que parecia iminente”. Apresentou então ao Presidente da República um conjunto de mudanças que se propunha efectuar ao nível político e militar, comunicando-lhe que pretendia assumir a pasta da Defesa. Tomás mostrou-se de acordo e ficou decidido que, na manhã seguinte, seriam publicadas em *Diário do Governo* as exonerações dos ministros da Defesa e do Exército e do subsecretário de Estado do Exército⁸⁵.

⁸² Almeida Fernandes, “Razão de uma atitude”, pp. 180-181.

⁸³ Kaúlza de Arriaga, *Guerra e Política. Em nome da verdade, os anos decisivos*, p. 211.

⁸⁴ Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, p. 238.

⁸⁵ Américo Thomaz, *Últimas Décadas de Portugal, Volume III*, Lisboa, Edições Fernando Pereira, s.d., pp. 92-93.

Oliveira Salazar preocupou-se também em assegurar a nomeação do General Gomes de Araújo para o cargo de CEMGFA. Antigo subsecretário da Guerra de Santos Costa entre 1944 e 1947 e depois ministro das Comunicações até à remodelação governamental de Agosto de 1958, Gomes de Araújo foi contactado por Costa Leite e, nessa mesma noite, aceitou desempenhar as funções de CEMGFA. Ao mesmo tempo, foram escolhidos o Brigadeiro Mário Silva e o Tenente-Coronel Jaime da Fonseca para ministro e subsecretário do Exército. Aproveitando a remodelação, Salazar decide igualmente substituir o ministro do Ultramar Vasco Alves por Adriano Moreira. Por fim, em São Bento, Salazar recebe o ministro da Marinha, Quintanilha Dias, e “expõe-lhe a delicadeza do momento”. Quintanilha encontra-se então com o almirante Sousa Uva, chefe do Estado-Maior da Armada, e a Marinha é colocada em “prevenção rigorosa”. Depois, relata Franco Nogueira, “como a noite de 12 para 13 de Abril está serena e tépida, Salazar, antes de se deitar, resolve descer ao parque da residência, e entrega-se a um longo, lento passeio”⁸⁶.

5. 13 de Abril: “os senhores andam para aí a conspirar”...

O dia 13 de Abril de 1961 seria decisivo em todo o processo que vimos analisando. Pelas 7 da manhã regressou dos Estados Unidos, o CEMFA, General Albuquerque de Freitas. De imediato, reuniu-se com Botelho Moniz. Este relatou-lhe os acontecimentos dos últimos dias e manifestou-lhe “a sua posição política quanto à demissão de Salazar”. Informou-o igualmente de que, nessa mesma tarde, às 17 horas, se realizaria uma reunião decisiva dos comandos militares na qual contava com a sua presença⁸⁷. Impressionado, Freitas deslocou-se de pronto ao gabinete de Kaulza de Arriaga e decidiu colocá-lo ao corrente das intenções de Moniz afirmando que nessa tarde “teria lugar uma reunião no Departamento da Defesa Nacional ou em casa do respectivo ministro, à qual compareceriam, além deste e dos Ministro e Subsecretário de Estado do Exército, os Chefes dos Estados Maiores dos três ramos das Forças Armadas e alguns outros chefes militares”. Nesta reunião se iria ponderar se o Presidente do Conselho “deveria ou não ser demitido e, no caso de unanimemente se decidir pela demissão, seria esta imposta ao Presidente da República que a aceitaria ou seria, também, afastado do seu cargo”⁸⁸.

Presentindo o perigo e o desenlace da conspiração, os defensores do regime passam à acção. De pronto, Kaulza de Arriaga chamou ao seu

⁸⁶ Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, pp. 241-242.

⁸⁷ Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, p. 244.

⁸⁸ Kaulza de Arriaga, *Guerra e Política. Em nome da verdade, os anos decisivos*, p. 212.

gabinete o chefe da Casa Militar do Presidente da República e também Sollari Allegro, da presidência do Conselho. A ambos expôs a situação e solicitou que “transmitissem urgentemente” a Américo Tomás e a Oliveira Salazar que se tornava “imperioso” agir logo ao “começo da tarde” e demitir de Botelho Moniz, Almeida Fernandes, Costa Gomes e Bezeza Ferraz. Se tal não sucedesse existiria “a maior probabilidade de, após as 17 horas, estarem presos os Presidentes da República e do Conselho de Ministros ou se estar em guerra civil”. Kaulza reuniu-se ainda com o General Gomes de Araújo. Explicou-lhe rapidamente a situação, pedindo para que este, assim que fosse nomeado CEMGFA, se dispusesse a “intervir junto dos chefes militares do Exército no sentido de evitar que estes comparecessem na reunião das 17 horas com o General Botelho Moniz, que, então, já não deveria ser Ministro da Defesa Nacional”⁸⁹.

Conforme planeado por Américo Tomás e Oliveira Salazar, ainda durante a manhã de 13 de Abril, chegou à residência particular do General Botelho Moniz uma carta do Presidente da República, na qual este afirmava que, “depois de ter ponderado demorada e angustiadamente” nos pedidos que lhe haviam sido endereçados para afastar Oliveira Salazar, decidira, antes pelo contrário, “reiterar” a sua “confiança” no Presidente do Conselho. Tomás pedia a Moniz para transmitir o conteúdo da missiva ao Ministro do Exército, Almeida Fernandes⁹⁰.

Pouco depois, Botelho Moniz recebeu a sua carta de demissão, assinada por Oliveira Salazar. O Presidente do Conselho afirmava ser “a segunda vez que, com pesar meu, nos vemos obrigados a interromper a nossa colaboração no Governo”. No entanto, “os factos dos últimos dias não parece poderem levar a outras conclusões”. Salazar não pretendia agora “discutir as ideias” de Moniz, reconhecendo que “com muitas concordiei”. Porém, tinha sido encarregado pelo Presidente da República de “remodelar o governo e de continuar à sua frente”. Ora, depois das insistências de Botelho Moniz e Almeida Fernandes junto de Américo Tomás, não existia “dignamente outra solução do que propor a exoneração de V. Ex.^a e do Col. Almeida Fernandes”. Salazar dispunha-se, “durante algum tempo”, a fazer “o sacrifício de tomar conta da Defesa Nacional” e esperava poder contar com o auxílio de “todos [...] sobretudo no que respeita a Angola, único problema que no momento me interessa e aflige”⁹¹.

O ministro do Exército recebeu também uma carta de teor idêntico. Salazar informava Almeida Fernandes que o Presidente da República “entendeu

⁸⁹ Kaulza de Arriaga, *Guerra e Política. Em nome da verdade, os anos decisivos*, p. 213.

⁹⁰ Viana de Lemos, *Duas Crises, 1961 e 1974*, Lisboa, Edições Nova Gente, 1977, p. 143.

⁹¹ Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, pp. 241-242.

não dever adoptar a sugestão apresentada pelo Sr. Ministro da Defesa e por V. Exa. para a substituição do Ministério” e que, pelo contrário, o havia encarregado de “remodelar o actual Governo sob a minha presidência”. Devido aos “factos recentemente verificados e as conversações havidas com o Chefe de Estado, é impossível não propor a substituição de V. Ex.³ neste momento”. Além disso, “como, segundo as nossas leis, o subsecretário acompanha o Ministro na exoneração”, Salazar solicitava a Almeida Fernandes “o favor de comunicar ao Coronel Costa Gomes este facto”, transmitindo-lhe, porém, “os agradecimentos que lhe devo pelos esforços realizados no subsecretariado quanto ao Ultramar e o apreço em que fiquei tendo o seu trabalho”⁹².

O regime tinha, por conseguinte, actuado de forma rápida e decisiva. Sabendo de antemão da reunião planeada para a tarde de 13 de Abril e com as principais decisões tomadas na véspera, Salazar antecipou-se e, de manhã, comunicou aos principais responsáveis pela Abrilada a sua demissão. O General Botelho Moniz, porém, persistiu no seu plano. Era a hora de passar a acção. Como recorda Costa Gomes, uma vez que Américo Tomás não tinha “aceite as recomendações” de Botelho Moniz “e como estávamos convencidos de que tínhamos todas as forças a nosso favor (excepção feita à Aviação e à Marinha, mas essas não faziam falta nenhuma)” foi convocada uma reunião, “preparatória de um golpe militar onde se destituía o presidente do Conselho e, talvez também, o Presidente da República”, chegando mesmo a estar preparado um avião para conduzir Oliveira Salazar à Suíça⁹³.

Esta reunião teve lugar no Palácio da Cova da Moura, sendo dirigida pelo próprio ministro da Defesa Nacional, General Júlio Botelho Moniz. Presente estava o antigo Presidente da República, marechal Craveiro Lopes que, segundo Costa Gomes, “estava de alma e coração conosco”⁹⁴. Era com a figura de Craveiro Lopes que os “abrilistas” contavam para substituir Américo Tomás. Para além disso, escreve Franco Nogueira, “sabe-se por Lisboa, em meios políticos restritos, a notícia de que Moniz, para o caso de ser obtida a demissão de Salazar, conta com a convívência e a cooperação de Marcello Caetano; mas este apenas passaria a intervir publicamente quando triunfante o golpe militar”. Por outro lado, estavam ainda presentes na reunião Almeida Fernandes, Costa Gomes, Albuquerque de Freitas, Silva Domingues, governador militar de Lisboa, o General Valadares Tavares, Comandante da 1ª Região Militar, com Quartel-General no Porto, o General Meira e Cruz e o Brigadeiro Pires Barata, primeiro

⁹² Franco Nogueira, *Salazar: Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, pp. 242-243.

⁹³ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes. O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 96.

⁹⁴ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes. O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 96.

e segundo comandantes da Região Militar de Tomar⁹⁵ e ainda o “ajudante de campo” do General Câmara Pina, Chefe do Estado-Maior do Exército. Ausentes, o CEMGFA, Bezeza Ferraz, que se encontrava nos Estados Unidos, o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Sousa Uva, e os “comandantes da GNR e da PSP” que, não comparecendo, “fizeram saber que as suas corporações não interviriam contra o Exército”⁹⁶.

Uma vez mais, o governo tomou a iniciativa. Logo às 15 horas, a Emissora Nacional suspende a sua programação e anuncia as demissões do ministro da Defesa, do ministro e subsecretário de Estado do Exército e do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, bem como a nomeação para os respectivos cargos de Oliveira Salazar, do Brigadeiro Mário Silva, do Tenente-Coronel Jaime da Fonseca e do General Gomes de Araújo. Este último, conforme combinado previamente com Kaulza de Arriaga, “actuou junto dos chefes militares do Exército, tendo, em consequência, a maioria destes desistido de comparecer na reunião das 17 horas”. Também o ministro da Marinha tinha proibido os “chefes militares da Armada de comparecerem”. Kaulza não conseguiu evitar que o General Albuquerque Freitas participasse na reunião, mas logo lhe adiantou que “desta nada poderia resultar, dado já não terem qualquer autoridade as pessoas que a ela presidiam”⁹⁷.

Como é óbvio, a partir do momento em que as demissões são anunciadas é quebrada a cadeia de comando e a reunião que se desenrola constitui uma “assembleia formalmente ilegítima e sediciosa”⁹⁸. Por outras palavras, uma verdadeira conspiração para promover um golpe de Estado e o derrube do Presidente da República e do Presidente do Conselho. As chefias militares apercebem-se que a cadeia de comando estava alterada e que o passo seguinte implicava entrar na “ilegalidade”. E é justamente aqui que se manifestam as hesitações e que surgem os recuos. Neste sentido, Albuquerque de Freitas teve, uma vez mais, uma intervenção decisiva. Perante os participantes na reunião, recordou que, “dentro da legalidade”, Botelho Moniz já não era o ministro da Defesa, e Almeida Fernandes e Costa Gomes haviam igualmente sido demitidos. Por outro lado, o novo CEMGFA tinha já tomado uma série de providências, não sendo possível contar “com o Estado-Maior do Exército nem com o da Armada; nem tão-pouco com qualquer oficial-general da Força Aérea, salvo ele próprio”. Mais do que isso, “não é possível contar com a maioria das unidades; estão

⁹⁵ Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, pp. 244-245.

⁹⁶ Viana de Lemos, *Duas Crises, 1961 e 1974*, Lisboa, Edições Nova Gente, 1977, pp. 46-47.

⁹⁷ Kaulza de Arriaga, *Guerra e Política. Em nome da verdade, os anos decisivos*, p. 213.

⁹⁸ Fernando Rosas, *História de Portugal, Volume. VII, O Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 535.

firmemente ao lado do governo as corporações militarizadas [...] se se quiser prosseguir no projecto que ali os juntou, haverá que usar a força". O problema maior era que "essa decisão", de recorrer ao uso da força, "está para além de todos os planos" e, "se tomada, teria resultados mais que duvidosos". Por tudo isto, "sem embargo de pessoalmente ter assumido atitude ao lado dos ministros demitidos", Albuquerque de Freitas entende ser seu dever "renunciar". Na verdade, "não se pretendia um acto de força mas uma ameaça tão esmagadora que por si seria bastante, e isso já não era possível"⁹⁹.

A posição de Albuquerque de Freitas é prontamente secundada pelo Comandante da Primeira Região Militar, General Valadares Tavares. Este, a partir da Cova da Moura, deu ordens expressas à sua região "para apenas obedecer ao seu comando" e não ao do Quartel-General organizado na Defesa Nacional¹⁰⁰. Viana de Lemos recorda esta decisão de forma particularmente impressiva: a dado momento da reunião, "a abertura da porta do Gabinete do Ministro, onde se realizava a reunião, nos fez estremecer a todos. Era o General Valadares Tavares, Comandante da Região Militar do Porto que pedia uma chamada para o seu 2º Comandante. E recorde-me da frase que repetiu, com insistência, ao telefone: 'Continuamos na legalidade'. Era a derrota"¹⁰¹.

O dia terminaria, entretanto, com a aparição televisiva de Oliveira Salazar. Este surgiu perante as câmaras para anunciar ao país as mudanças ocorridas no governo e nas estruturas militares. O novo ministro da Defesa fez uma declaração ao país na qual proferiu as palavras citadas no início deste trabalho e que viriam a ficar célebres: "se é precisa uma explicação para o facto de assumir a pasta da Defesa Nacional [...] a explicação concretiza-se numa palavra e essa é Angola. Pareceu-me que a concentração de poderes da Presidência do Conselho e da Defesa Nacional, bem como a alteração de alguns altos postos noutros sectores das forças armadas, facilitaria e abreviaria as providências necessárias para a defesa eficaz da Província e a garantia da vida, do trabalho e do sossego das populações. Andar rapidamente e em força é o objectivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão. Como um só dia pode poupar sacrifícios e vidas, é necessário não desperdiçar desse dia uma só hora, para que Portugal faça todo o esforço que lhe é exigido a fim de defender Angola e com ela a integridade da Nação". Conforme interpreta Franco Nogueira, Salazar vinha deste modo atribuir a "terceiros o pouco cuidado até agora tido na defesa

⁹⁹ Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, p. 246.

¹⁰⁰ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes. O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 96.

¹⁰¹ Viana de Lemos, p. 47.

de Angola” e assumir “pessoalmente doravante a responsabilidade suprema por essa defesa”. Simultaneamente, reafirmava “a política de integridade nacional”. Em poucas horas, opina Nogueira, “andar rapidamente e em força transforma-se [...] num grito de alarme, numa vibração de clarim, num apelo empolgante à cruzada”. Sobreretudo entre “os partidários do regime, há uma nova afirmação de apoio, um novo arranque de entusiasmo: cerram-se fileiras em torno do chefe que se impõe com arrojo”¹⁰².

Ao fim do dia Salazar recebeu Kaulza de Arriaga a quem atribuiu um “aspecto de cansado”. Kaulza respondeu que tinha “dormido pouco nas noites anteriores”. Salazar replicou: “É natural, os senhores andam para aí a conspirar”¹⁰³.

Conclusões

O fracasso da Abrilada hipotecou as possibilidades de uma mudança de regime e de uma alteração significativa da política colonial portuguesa, numa altura em que tal teria ainda sido possível. Porque falhou então a Abrilada? Como em tudo na história, não houve uma causa única que justificasse o fracasso da Abrilada. Existiu, na nossa opinião um conjunto de factores que explicam que uma conspiração para derrubar Américo Tomás e Oliveira Salazar, liderada pelo ministro da Defesa, pelo ministro do Exército, pelo subsecretário de Estado do Exército e contando, à partida, com o apoio da generalidade dos comandos militares, não tenha resultado.

O primeiro parece ser, sem sombra de dúvida, a falta de vontade e de decisão em avançar para um golpe de força, não-palaciano, que envolvesse deslocação de tropas e, quiçá, eventuais confrontos com unidades que permanecessem fiéis ao governo. Na verdade, para a maioria das chefias militares presentes na reunião decisiva de 13 de Abril, o objectivo era promover uma espécie de “pronunciamento” militar que convencesse o Presidente da República a demitir Oliveira Salazar. Era um “golpe de Estado constitucional”, não um golpe de força. Vale a pena recordar a este respeito as palavras de Albuquerque de Freitas. Para o CEMFA, uma vez conhecidas as demissões dos ministros, para levar a cabo o golpe “era já necessário vir para a rua com tropa e durante algumas horas é natural que viesse a dar-se confusão”. Assim, “achei que era de renunciar, pois não era um acto de força que se pretendia nesta altura, mas sim apenas a ameaça fatal”¹⁰⁴. Outra posição fundamental, neste

¹⁰² Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, pp. 244-248.

¹⁰³ Kaulza de Arriaga, *Guerra e Política. Em nome da verdade, os anos decisivos*, p. 214.

¹⁰⁴ Carta de Albuquerque de Freitas para Pinto Resende, 16 de Abril de 1961, reproduzida em Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, p. 247.

sentido, foi a do ministro do Exército, Almeida Fernandes. A sua alteração com Botelho Moniz na presença da Presidente da República foi, afinal, a confirmação daquilo que, na véspera, tinha garantido a Kaulza de Arriaga: “se Botelho Moniz tentasse um golpe de força [...] não o acompanharia”¹⁰⁵. Não foi por acaso que, logo no próprio dia 13 de Abril, o chefe da repartição do gabinete do ministro do Exército, Coronel Araújo e Silva afirmou, ainda no edifício do ministério, que Almeida Fernandes era um dos responsáveis do fracasso da Abrilada: “como quem mostrava conhecimento íntimo dos antecedentes imediatos da Abrilada, afirmou que a vitória dos ultras se teria devido ao ministro Almeida Fernandes não ter anuído a um golpe de força, o qual teria simplesmente varrido toda aquela gente ‘de alto a baixo’”¹⁰⁶. As posições de Albuquerque de Freitas e de Almeida Fernandes são bem exemplificativas do modo como raciocinava a maioria dos chefes militares. Acrescente-se, ainda, o pensamento de Costa Gomes: “não queríamos iniciar um movimento que não contasse com a totalidade das Forças Armadas”, caso contrário a Guerra Civil tornava-se uma possibilidade. E a Guerra Civil, considera Costa Gomes, é “o processo militar mais cruel e mais duro que conheço”. Caso houvesse “qualquer hipótese de o golpe militar degenerar em guerra civil eu não me metia nele” e essa hipótese colocava-se, de facto, uma vez desfeita a “unanimidade inicialmente existente”¹⁰⁷.

Acresce ainda que, como se viu, a fase verdadeiramente decisiva da conspiração ocorreu já em plena guerra colonial em Angola, ou seja, depois dos incidentes de Fevereiro, em Luanda, e de Março, no Norte do território. Havia já soldados portugueses no terreno e este não era um factor dispendioso se levarmos em linha de conta a mentalidade militar e se pensarmos que estamos em presença de chefes militares a quem, certamente, não agradaria transmitir aos seus “homens” um sinal de desorientação, de divisão e até de dúvida sobre a campanha que estava já em curso. Uma vez mais, o pensamento de Albuquerque de Freitas é revelador: “o uso da força e a confusão que se estabelecesse durante os primeiros dias poderiam levar a acções nas províncias ultramarinas [...] com novas vítimas, que seriam debitadas aos que tivessem tomado a responsabilidade do acto de força”. Numa carta que dirigiu ao Brigadeiro Pinto Resende, Comandante da Região Militar de Angola, a 16 de Abril de 1961, Albuquerque escreveu: “fique bem esclarecido, Resende: a razão da substituição dos ministros não foi Angola, como anunciou o chefe, mas uma depuração perante a iminência de um golpe de Estado, que não foi por

¹⁰⁵ Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, p. 238.

¹⁰⁶ Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d., p. 38.

¹⁰⁷ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes. O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, pp. 99-100.

diante [...] só porque os responsáveis pelo uso da força entenderam não o fazer, pensando em vocês, em Moçambique, Guiné, etc.”¹⁰⁸.

Do lado dos defensores do regime, há que destacar a importância decisiva em todo este processo do Presidente da República, Américo Tomás. O historiador Medeiros Ferreira salientou já o “papel fundamental” que, na sua opinião, Américo Tomás desempenhou, “anulando, pela sua acção, toda a decisão política tomada pela instituição militar através dos seus órgãos de definição estratégica”. Com efeito, é Tomás “quem aceita os primeiros pedidos de entrevista dos chefes militares [...] quem convoca o Subsecretário de Estado da Aeronáutica, Kaulza de Arriaga, e quem permite que este coloque de prevenção a Força Aérea sem nada referir ao Ministro da Defesa, quem fecha a porta a novos contactos com os chefes militares que pretendem a demissão de Salazar, e é, por fim, quem convoca este para lhe reiterar a confiança como Presidente do Conselho”. A crer na versão de Franco Nogueira, foi também a atitude resoluta de Américo Tomás que acabou por fazer com que Salazar, que se mostrara inactivo e até apático durante a fase inicial do episódio, acabasse por mudar de atitude, por “promulgar os decretos de demissão dos Ministros militares” e por se dirigir, na tarde de 13 de Abril, “directamente aos portugueses, através da rádio e da televisão”. Recorrendo, uma vez mais, à interpretação de Medeiros Ferreira, o desfecho da Abrilada e o papel desempenhado por Américo Tomás, vêm chamar a atenção para a importância política e constitucional da figura do Presidente da República. Mais do que isso, para a importância de a chefia do Estado ser preenchida “por um militar que obrigasse os seus antagonistas a colocarem-se de fora da lei”. Por aqui passava, sem sombra de dúvida, “o essencial da estratégia salazarista nas suas relações com as Forças Armadas” e é seguramente esta estratégia que explica a “permanente recusa de Salazar em aceitar ser candidato à Presidência da República”¹⁰⁹.

Em termos operacionais, como também se viu, foi crucial a atitude do subsecretário de Estado da Aeronáutica, Kaulza de Arriaga. Atrás foram descritos em pormenor os passos dados por Kaulza de Arriaga para garantir que, em caso de confronto, as forças leais ao governo estivessem preparadas para intervir. Acrescente-se aqui que Botelho Moniz e Kaulza tinham, também, uma relação pessoal complicada. Segundo o testemunho de Fernando Valença, “as iniciativas e desinibições do Coronel Kaulza de Arriaga, ao tratar vários problemas, ao estabelecer relações com entidades nacionais e estrangeiras,

¹⁰⁸ Carta de Albuquerque de Freitas para Pinto Resende, 16 de Abril de 1961, reproduzida em Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, p. 247.

¹⁰⁹ José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX*. Lisboa, Editorial Estampa, 1992, p. 270.

ao dar opiniões que também afectavam os órgãos pelos quais o General Botelho Moniz era responsável directo [...] irritavam o General, caracterizado também por notória susceptibilidade a atitudes de real ou suposta exorbitância, de pedantismo e de atropelo das vias e responsabilidades hierárquicas”¹¹⁰. Não surpreende assim que Kaulza de Arriaga tenha sido um dos principais conselheiros de Oliveira Salazar ao longo do episódio e que tivesse acabado por “minar” todo o plano colocando-se contra Botelho Moniz. Para Costa Gomes, Kaulza teve um “comportamento ambíguo”, uma vez que começou por “concordar” com as reivindicações iniciais dos reformistas e acabou por “denunciar o que se estava a passar junto do Presidente da República e do chefe do Governo, a quem aconselhou a destituir os então ministros militares e a substituí-los por outros da sua confiança”¹¹¹.

Por fim, saliente-se a postura do antigo ministro da Defesa, Santos Costa, afastado do governo em 1958, mas ainda extremamente influente nos círculos militares e, sobretudo, junto de Salazar. As duas missivas enviadas por Santos Costa a Salazar no início de Abril constituíram uma espécie de “campainha de alarme”. Por um lado, as palavras de Santos Costa são fortemente críticas em relação ao comportamento dos seus sucessores, acusados de “inépcia”, “inconsciência” e “irresponsabilidade”; depois, alertam o Presidente do Conselho para a necessidade de colocar “urgentemente”, em Angola uma dezena de milhar de soldados, “devidamente organizados, armados e comandados”, preparados, enfim, para uma verdadeira “guerra de massa”; por fim, constituem um apelo directo à capacidade de intervenção e de liderança de Salazar. O chefe do governo devia “assumir as suas responsabilidades plenas”, não se podendo contentar com “sugerir” mas devendo antes “ordenar”: “eu quero, ‘eu exigo’, ‘eu determino’. Tudo em nome da Nação”, concluía Santos Costa¹¹².

Uma palavra também, nestes comentários finais, para as consequências, de curto e médio prazo, da Abrilada. No seu relato dos eventos, Fernando Valença, na altura prestando serviço no gabinete do ministro do Exército, recorda que por volta das 16 horas do dia 13 de Abril, chegou ao edifício do ministério o Brigadeiro Mário Silva, “ovante e decidido, naquele jeito que lhe era peculiar de querer levar todos à sua frente”. Mário Silva vinha acompanhado do novo subsecretário de Estado do Exército, Jaime da Fonseca, e de “uma dúzia e

¹¹⁰ Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, p. 77.

¹¹¹ Maria Manuela Cruzeiro, Costa Gomes. *O Último Marechal*, Lisboa. Editoria Notícias, 1998, pp. 95-96.

¹¹² Cartas de Santos Costa a Oliveira Salazar, 3 e 6 de Abril de 1961, in Manuel Braga da Cruz (org.), *Correspondência de Santos Costa, 1936-1982*, Lisboa. Verbo, 1994, pp. 81 e 84.

meia de indivíduos”. Mais tarde, ainda de acordo com o testemunho de Valença, “foram aparecendo outros personagens, pressurosos de marcar a presença de simpatizantes e de concordantes com a nova vaga”. Surgiu ainda “uma força da Polícia Militar, comandada por um sargento”, que se apressou a “guardar as entradas do Ministério” de “pistola-metralhadora aperrada”¹¹³.

Este episódio chama-nos a atenção para aquela que foi a consequência mais notória da Abrilada: uma ampla remodelação ao nível das estruturas militares e políticas do país, que implicou o afastamento dos seus cargos de todos os principais responsáveis pela tentativa de golpe. O General Botelho Moniz passou à situação de reserva e Almeida Fernandes foi colocado no Estado-Maior do Exército, embora sem funções especificamente atribuídas. Já Costa Gomes foi colocado como Comandante militar de Beja, dirigindo, na prática, o Distrito de Recrutamento e Mobilização, um lugar geralmente atribuído a um Coronel da reserva. Albuquerque de Freitas também solicitou a sua passagem à reserva. Por outro lado, foram nomeados, para os substituir, “alguns dos fiéis” que, dias antes, Santos Costa havia indicado a Salazar. Foi o caso de Mário Silva, Jaime da Fonseca e Gomes Araújo, “os novos titulares, que conjuntamente com Kaulza de Arriaga constituirão a primeira geração de chefes que iniciará uma nova fase na política de defesa portuguesa, assente numa guerra que só terminará treze anos depois”¹¹⁴. Como salientou já o historiador Fernando Rosas, decapitando as forças armadas, Salazar conseguia impor a guerra em África, “mas com isso não viabilizou só a sua política colonial – assegurou a fidelidade dos novos comandos ao Estado Novo (e à política de guerra)”¹¹⁵.

Deste modo, foi também após o desfecho da Abrilada que se começou a assistir à deslocação em larga escala de forças militares portuguesas para Angola. É importante precisar, porém, que os “derrotados” em Abril de 1961 não tinham defendido, nos anos anteriores, um “desinvestimento” no esforço de defesa das colónias. Muito pelo contrário, parte das suas frustrações provinha da oposição sistemática de Salazar aos seus planos de reorganização – e reforço! – do dispositivo militar ultramarino. Multiplicaram-se então as diligências junto de Salazar, tanto por parte de Botelho Moniz, como por parte de outros responsáveis pelos assuntos militares. A resposta do Presidente foi invariavelmente negativa, esbarrando sempre os argumentos dos militares com as limitações financeiras que Salazar evocava para não disponibilizar as verbas necessárias. Essas limitações foram afirmadas, por exemplo, quando o subsecretário de Estado do Exército, Francisco da Costa Gomes solicitou

¹¹³ Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*.

¹¹⁴ Telmo Faria, “golpe de Botelho Moniz”, p. 105.

¹¹⁵ Fernando Rosas, *História de Portugal. Volume VII. O Estado Novo (1926-1974)*, p. 536.

a Salazar, ainda em 1959, cinco milhões de contos, mostrando-lhe ao mesmo tempo “os mapas da reorganização, sobretudo de Angola, Moçambique e Guiné, justificando o material com a necessidade de as Forças Armadas conseguirem uma certa paz naqueles territórios”. Salazar perguntou-lhe se sabia “o que significava todo esse dinheiro”¹¹⁶.

A revolta dos homens que protagonizaram a “Abrilada” deve ter sido ainda maior quando, no próprio dia em que conheceram a sua demissão, ouviram Oliveira Salazar, que tantas vezes lhes negara os meios para reforçar com rapidez a presença militar portuguesa em Angola e nas restantes colónias, afirmar na televisão que a sua assunção da pasta da Defesa se justificava pela necessidade de andar “rapidamente e em força” para Angola. Para culminar, poucos dias depois saíram efectivamente de Lisboa os primeiros contingentes, em larga escala, destinados a Luanda: a 19 de Abril, por via aérea, e a 21 de Abril, por via marítima. No primeiro dia de Maio, chegou a Luanda o *Niassa* com o “primeiro grande contingente militar”. E em meados deste mês, “as colunas militares destas forças, constituídas por unidades do tipo batalhão e companhia de caçadores, começaram a deslocar-se para Nordeste”¹¹⁷. Obviamente, para que estas forças estivessem em estado de prontidão seis dias depois do desfecho “Abrilada” todo o esforço de organização, treino e equipamento tinha sido feito durante os meses anteriores. Como notou Fernando Valença, sem as reformas operadas entre 1958 e 1961, o exército português “estaria totalmente incapacitado para o desempenho das difíceis missões que a cega e obstinada política ultramarina dos ‘ultras’ lhe passou a exigir”. Mais ainda, muitos dos que agora defendiam a defesa à *outrance* do império colonial ultramar pareciam viver, nos anos anteriores, “alheados ou resistentes, denegrindo tudo o que se procurou então fazer no sentido de dar justificação autêntica ao Exército e aos fortes encargos que ele constituía para o País”¹¹⁸.

Por outro lado, este ênfase colocado nas questões militares não significa que, na fase final de todo este processo, a posição de fundo dos “abrilistas” não fosse já algo diferente. Sob o impacto dos acontecimentos do começo de 1961, apesar de continuarem a defender a necessidade de reforço da presença militar portuguesa nas colónias africanas, alguns dos envolvidos começaram também a reconhecer que essa forte presença militar deveria ter como objectivo último permitir às Forças Armadas conquistar o espaço necessário, a janela de oportunidade, para o poder político negociar ou pelo menos

¹¹⁶ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes. O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 67.

¹¹⁷ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 40-41.

¹¹⁸ Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, pp. 82-83.

anunciar uma alteração da situação política nas colónias. O início da guerra em Angola e, sobretudo, a pressão internacional e os frequentes contactos com as autoridades americanas em Lisboa fazem com que Botelho Moniz, Costa Gomes e outros comecem a encarar a solução militar como apenas provisória. O caso do subsecretário de Estado do Exército é bem exemplificativo. Costa Gomes reconheceu, *a posteriori*, que os militares envolvidos na tentativa de golpe pretendiam um reforço dos meios militares para que, “depois de conseguida, nos diferentes territórios ultramarinos, uma posição que não fosse de inferioridade em relação às populações locais, [...] elas pudessem, num determinado espaço de tempo, chegar à autodeterminação”¹¹⁹.

Costa Gomes foi, aliás, o único dos responsáveis pela Abrilada que ainda esboçou uma reacção pública aos eventos de 13 de Abril, respondendo, alguns dias depois, a um editorial do *Diário Popular*. Numa carta publicada neste jornal, Costa Gomes refutava críticas vindas a lume de que as medidas militares tomadas para acudir ao problema angolano tinham sido insuficientes. Evocando as suas responsabilidades governativas, considerava que “nunca em época alguma da nossa história se mudou com tanta rapidez, e de forma tão eficiente, a direcção do nosso esforço militar, desviando-a da Europa para o Ultramar”. Mais importante ainda, salientava que o “problema angolano, como, aliás, o de todas as províncias africanas, não é um problema simples mas um complexo de problemas do qual o militar é uma das partes, que está longe de ser a mais importante”¹²⁰. Era a primeira vez que se afirmava publicamente que o problema colonial português não teria uma solução exclusivamente militar.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

1.1. Arquivos Consultados

Arquivo Histórico-Militar, Lisboa.

Arquivo Oliveira Salazar, IANTT, Lisboa.

Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

National Archives, Washington D.C. Estados Unidos da América.

¹¹⁹ Maria Manuela Cruzeiro, Costa Gomes. *O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 66.

¹²⁰ Francisco da Costa Gomes, *Sobre Portugal: diálogos com Alexandre Manuel*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, pp. 120-121.

1.2. Fontes Impressas

Foreign Relations of the United States, 1961-1963, Volume XIII, Washington D.C.

1.3. Memórias e Testemunhos contemporâneos

Arriaga, Kauliza de, *Guerra e Política. Em nome da verdade. Os anos decisivos, Lisboa*, Edições Referendo, 1987.

Cruz, Manuel Braga da (org.), *Correspondência de Santos Costa, 1936-1982*, Lisboa, Verbo, 1994.

Cruzeiro, Maria Manuela, *Costa Gomes. O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

Fernandes, Almeida, “Razão de uma atitude”, depoimento reproduzido em José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974)*, Volume I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 159-182.

Galvão, Henrique, *O Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfos, 1974.

Gomes, Francisco da Costa, *Sobre Portugal: diálogos com Alexandre Manuel*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

Gomes, Francisco da Costa, Testemunho Oral reproduzido em José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974)*, Volume I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 113-122.

Lemos, Viana de, *Duas Crises, 1961 e 1974*, Lisboa, Edições Nova Gente, 1977.

Moniz, Júlio Botelho, *Visões Estratégicas no Final do Império*, Lisboa, Tribuna, 2007.

Nogueira, Franco, *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1984.

Thomaz, Américo, *Últimas Décadas de Portugal*, Volume III, Lisboa, Edições Fernando Pereira, s.d.

Valença, Fernando, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1976.

2. Bibliografia

Afonso, Aniceto e Gomes, Carlos de Matos, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

Telo, António José, *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996

Antunes, José Freire, *Kennedy e Salazar. O Leão e a Raposa*, Lisboa, Difusão Cultural, 1991.

O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: Apogeu e Queda

- Carrilho, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- Correia, Pedro Pizarat, “Moniz, Júlio Carlos Alves Dias Botelho”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, Volume II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 620-621.
- Faria, Telmo Faria, “golpe de Botelho Moniz”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica, *Dicionário de História de Portugal*, Volume 8, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 103-105.
- Ferreira, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.
- Magalhães, José Calvet de, *Portugal e as Nações Unidas. A Questão Colonial (1955-1974)*, Lisboa, IEEI, 1996.
- Martins, Susana, *Américo Tomás. Fotobiografia*, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006.
- Morais, João & Violante, Luís, *Contribuição para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais. Portugal, 1926-1985*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
- Nogueira, Franco, *História de Portugal 1933-1974* (II Suplemento), Porto, Livraria Civilização Editora, 1981, pp. 248 e 254.
- Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 5, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.
- Rodrigues, Luís N., *Salazar-Kennedy: a crise de uma Aliança. As relações Luso-Americanas entre 1961 e 1963*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.
- Rosas, Fernando, “O Marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo”, in J. M. Brandão de Brito (Coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, pp. 15-59.
- Rosas, Fernando, “A oportunidade perdida”, in, Iva Delgado, Carlos Pacheco and Telmo Faria (coord.), *Humberto Delgado. As Eleições de 58*, Lisboa, Vega, 1998, pp. IX-XXXI.
- Rosas, Fernando, *História de Portugal, Volume. VII, O Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- Stocker, Maria Manuel, *Xeque-Mate a Goa*, Lisboa, Temas e Debates, 2005.



A extinção do Corpo 8. de Estado-Maior em 1974

Ana Mónica Fonseca

O Corpo de Estado-Maior do Exército Português foi, como se verifica pelos textos precedentes, um elemento característico da organização do Exército nacional, ao longo de todo o Estado Novo. Porém, talvez precisamente por causa dessa estreita ligação ao regime que o tutelava, o CEM não sobreviveu ao derrube do regime autoritário português, sendo extinto logo no final do ano de 1974.

O objectivo central deste capítulo é, assim, analisar o processo de extinção do Corpo de Estado-Maior ocorrido logo após a revolução de 25 de Abril de 1974. Uma das questões principais que se pretende ver respondida é precisamente a de tentar compreender quais as razões que estariam por detrás de uma decisão tão drástica e imediata, tomada em Novembro de 1974 pelas novas instâncias militares. Para tal, iremos desenvolver essa análise contextualizando-a com a evolução político-militar dos meses imediatamente após o 25 de Abril de 1974, nomeadamente ao nível da reorganização das estruturas militares e do processo decisório que tutelava essas instituições.

Nesse sentido, este capítulo irá desenvolver-se em duas partes distintas. Em primeiro lugar, será feita uma breve descrição dos elementos que pertenciam ao CEM aquando da sua extinção. O seu número, carreira pós-25 de Abril de 1974 e o cargo atingido no final de carreira dar-nos-ão informações acerca do percurso destes homens na vida militar e política

portuguesa. Em segundo lugar, será analisado em mais detalhe o processo de extinção do Corpo de Estado-Maior do Exército português, desde que foi dada essa instrução, até à publicação do decreto-lei 634/74, de 20 de Novembro, que oficializa a extinção do Corpo de Estado-Maior do Exército Português.

1. Composição e percurso dos Oficiais do CEM

O Corpo de Estado-Maior sofreu, como seria de esperar, uma evolução significativa dos elementos que o compunham. Uma vez que o objectivo central deste texto é a análise do processo de extinção do CEM, interessa-nos, neste primeiro ponto, perceber quais os elementos que compunham o CEM à data da sua extinção, nomeadamente para tentarmos perceber essencialmente qual o percurso feito pelos seus quadros ao longo dos anos subsequentes. Este ponto será desenvolvido tendo como base o aturado levantamento dos homens que pertenceram ao Corpo de Estado-Maior, feito no âmbito do projecto desenvolvido nestes últimos três anos¹.

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que o grupo de oficiais do CEM que será o objecto desta análise foi seleccionado tendo como base no critério de pertencerem ao CEM à data da extinção do mesmo. Ou seja, os elementos que constam da nossa base de dados como tendo como causa de saída do Corpo de Estado-Maior a extinção do Corpo (por oposição aos que saíram por promoção a generalato ou passagem à reserva, por exemplo) são o universo desta nossa análise do Corpo nas vésperas da sua extinção.

Em segundo lugar, apesar de tentarmos ser o mais exaustivos possível no levantamento dos dados destes homens, a verdade é que não foi possível, por questões relacionadas com limitações de tempo e de acesso às fontes, realizar um perfil pessoal e profissional exaustivo para cada um deles. De qualquer modo, possuímos os dados suficientes para podermos realizar uma caracterização generalista deste grupo e daí tirarmos algumas conclusões.

Deste modo e com base nestes critérios, obtemos um universo de 159 homens que faziam parte do CEM e que saíram do Corpo devido à sua extinção em Novembro de 1974. Um dos primeiros aspectos que nos poderá transmitir o impacto da pertença ao CEM é o posto máximo atingido no final da sua carreira (tabela 1).

¹ Projecto “O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: apogeu e queda”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/HIS-HIS/102382/2008), coordenado pelo Prof. Doutor Luis Nuno Rodrigues.

Tabela 1 - Posto alcançado no final da carreira pelos oficiais do CEM à data da sua extinção

Posto	N	%
General	53	33,1
Brigadeiro	14	9,4
Coronel	80	50,0
Tenente-Coronel	12	7,5
TOTAL	159	100

Fonte: Base de dados do Projecto “O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: apogeu e queda”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/HIS-HIS/102382/2008), coordenado pelo Prof. Doutor Luis Nuno Rodrigues.

Assim, percebemos que, tal como o trabalho desenvolvido pelo Prof. João Freire demonstra², existe no seio dos oficiais do CEM uma elevada percentagem de oficiais que ascenderam ao topo hierárquico da carreira, nomeadamente ao posto de General, o que era algo que não se reflectia na generalidade dos quadros do exército. Esse mesmo fenómeno continuou a verificar-se mesmo após a extinção do CEM, ou seja, podemos concluir que tal formação terá sido importante para a posterior carreira militar destes homens. Um pouco mais de metade destes efectivos ficou pelo posto de Coronel, percentagem claramente superior ao que aconteceu com os oficiais do CEM até 1974 (portanto, que saíram do Corpo antes da sua extinção), em que apenas um terço atingiu este posto no final da carreira – se bem que não temos os dados comparativos relativamente aos oficiais que atingiram esta patente e que não tinham o Curso de Estado-Maior³. Do mesmo modo, o próprio desenvolvimento da carreira militar no período democrático pode ajudar a explicar uma diferente evolução das promoções nas Forças Armadas portuguesas, algo que aqui não exploraremos.

De entre estes homens, encontramos pessoas com percursos bastante distintos. Do ponto de vista militar, apenas dois oficiais do Corpo de Estado-Maior atingiram o cargo máximo de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas após o 25 de Abril, nomeadamente o General Nuno Melo Egídio (1981-1984) e o General Gabriel Espírito Santo (1998-2000). O General

² Ver capítulo de sua autoria neste mesmo volume.

³ João Freire, “Uma sociografia dos oficiais do Corpo de Estado-Maior do Exército Português (1938-1974)”, a publicar, 2013, p. 24.

Francisco da Costa Gomes poderá ser igualmente inserido neste pequeno grupo, apesar de ter saído do Corpo de Estado-Maior antes da sua extinção, por ter atingido o posto de General. Quando nos debruçamos sobre o posto de Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME), chegamos a um panorama distinto. Aliás, foram vários os elementos do CEM que chegaram ao posto Chefe de Estado-Maior do Exército, de um modo quase contínuo nas duas décadas e meia imediatamente a seguir ao golpe de 25 de Abril de 1974⁴. Na verdade, até ao final da década de 1990, apenas os CEME em 1974-1975 (Carlos Fabião), 1975-1976 (Ramalho Eanes) e 1981-1983 (Garcia dos Santos) não pertenceram ao CEM⁵. Este aspecto poderá indicar que a formação enquanto oficiais do Corpo de Estado-Maior poderá ter sido importante para a prossecução da sua carreira militar e para alcançarem este cargo importante no ramo do Exército.

Do ponto de vista político, e tendo em consideração que o período imediatamente após o 25 de Abril de 1974 foi de intensa actividade e participação política por parte dos elementos das Forças Armadas portuguesas, podemos referir algumas considerações: em primeiro lugar, no que diz respeito à ocupação de cargos ministeriais, nomeadamente da tutela da Defesa, temos apenas dois oficiais do CEM que ocuparam este cargo: Mário Firmino Miguel (que o fez, contudo, em diversas ocasiões, como no I e II Governos Provisórios, 1974-1975 e posteriormente, de 1976 a 1978, I, II e III Governos Constitucionais) e José Loureiro dos Santos (no IV Governo Constitucional, 1978-1979). Relativamente a outros ministérios, por exemplo, António Carlos Magalhães Arnão Metelo, que foi Ministro da Administração Interna do IV Governo Provisório (26/03 a 8/08/1975) e também Vice-Primeiro Ministro do V Governo Provisório (08/08 a 19/09/1975). Existem ainda vários elementos que ocuparam lugares de destaque no Movimento das Forças Armadas (MFA), desempenhando assim funções importantes ao nível político, como por exemplo Franco Charais, que se distinguiu como membro da Comissão Coordenadora do MFA, do Conselho de Estado e, posteriormente, do Conselho da Revolução.

Assim, temos que, de entre os homens que compunham o CEM à data da sua extinção, Novembro de 1974, não encontramos um número demasiado destacado que seja reflexo de uma grande influência na vida político-militar portuguesa. Ou seja, apesar de alguns destes oficiais serem figuras destacadas do MFA ou terem desempenhado elevados cargos, como Ministro da Defesa

⁴ Jaime Silvério Marques (CEME em 1974), Vasco Rocha Vieira (1976-78), Pedro Gomes Cardoso (1978-1981), Jorge Salazar Braga (1983-86), Mário Firmino Miguel (1987-1991), José Loureiro dos Santos (1991-92), Octávio Cerqueira Rocha (1992-97) e Gabriel Espírito Santo (1997-98).

⁵ Dados citados por João Freire, *op. cit.*, p. 26.

Nacional, Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas ou Chefe de Estado-Maior do Exército, a verdade é que a maior parte deles desenvolveu a sua carreira dentro dos parâmetros normais, parecendo que não terão sido nem penalizados nem particularmente beneficiados pela sua passagem pelo CEM. Dentro deste percurso que consideramos «normal» encontra-se o comando de várias unidades militares e das Escolas Práticas das Armas, por exemplo.

Esta é uma caracterização muito generalista dos elementos que constituíam o CEM à data da sua extinção, em particular da evolução das suas carreiras após a publicação do decreto-lei 634/74, que oficializou a extinção do Corpo de Estado-Maior do Exército português. Porém, o principal elemento desta nossa investigação prende-se diretamente com o desenvolvimento deste processo, algo que será o objeto de análise nas próximas páginas.

2. O processo de extinção do CEM

O processo de extinção do CEM iniciou-se logo em finais de Maio de 1974, quando o Chefe de Estado-Maior do Exército incumbiu o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) de preparar uma proposta de legislação que levasse à extinção do Corpo de Estado-Maior do Exército. O processo demorou cerca de cinco meses a ser concluído, com várias fases e com várias propostas a serem discutidas.

Porém, antes de entrarmos na análise detalhada do que foi a decisão de se extinguir o CEM, julgamos pertinente uma breve descrição acerca da mudança institucional que se viveu em Portugal após o derrube da ditadura, em particular ao nível das instituições que tutelavam a hierarquia militar.

a. A nova organização militar pós-25 de Abril de 1974

Um dos primeiros aspetos que devemos salientar do processo de extinção do CEM é que foi despoletado pelas instâncias militares responsáveis pela tutela das Forças Armadas portuguesas, estabelecidas ao longo do primeiro mês após o golpe de 25 de Abril de 1974. Ou seja, foi através da via institucional, com uma base legal definida, que foi decidida a extinção do Corpo de Estado-Maior. Tal como afirmou o historiador José Medeiros Ferreira, este é um sinal claro da “formalização” das decisões militares, feita através “de decretos-lei, diretivas e despachos emanados das linhas

O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: Apogeu e Queda

hierárquicas competentes”⁶. Mas qual foi o novo panorama institucional saído da revolução e como é que afetou diretamente a organização das Forças Armadas Portuguesas?

Tendo sido um golpe despoletado por uma parte significativa dos oficiais intermédios das Forças Armadas portuguesas, congregados no Movimento das Forças Armadas (MFA), o impacto da revolução de 25 de Abril de 1974 fez-se sentir também ao nível da hierarquia militar.

Os princípios base da nova estrutura da soberania nacional estão plasmados na Lei 3/74, de 14 de Maio, que “define a estrutura constitucional transitória que regerá a organização política do País até à entrada em vigor da nova Constituição”⁷. Esta lei constitucional, para além de definir os órgãos de soberania nacional e as suas competências, determinava igualmente os princípios orientadores das Forças Armadas portuguesas. Nos artigos 19º a 21º eram focados precisamente as funções do Ministério da Defesa Nacional, do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), dos Chefes de Estado-Maior dos três ramos (CEME, do Exército; CEMFA, da Força Aérea; e CEMA, da Armada) e do Conselho Superior de Defesa Nacional. Deste modo, a Lei 3/74 definia, logo em primeiro lugar, que as Forças Armadas portuguesas eram independentes da estrutura do Governo Provisório e que a ligação entre estes dois elementos seria feita através do Ministro da Defesa Nacional. Ou seja, apenas o Ministro da Defesa Nacional seria o ponto de ligação entre as FA e o Governo Provisório, procurando-se assim afastar as Forças Armadas, enquanto instituição, do poder político⁸.

Relativamente ao CEMGFA, era-lhe agora atribuída uma “categoria idêntica” à do Primeiro-Ministro, num claro reforço da sua posição na hierarquia da administração pública, ao que se acrescenta não haver mais nenhum outro cargo militar no elenco governativo, para além do Ministro da Defesa Nacional⁹. A grande novidade trazida por esta lei no tocante à hierarquia militar dizia respeito aos Chefes de Estado-Maior dos diferentes ramos. Estes ocupavam agora “todas as funções que correspondiam, até 25 de

⁶ Ferreira, José Medeiros (2001), “Os Militares e a Evolução Política Interna e Externa (1974-1982)” in José Maria Brandão de Brito (coord.), *O País em Revolução*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 13.

⁷ Lei 3/74, de 14 de Maio. In http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/legis_lei_3_74_ac.pdf (consultado em 23.08.2013).

⁸ Lei 3/74, de 14 de Maio, artigo 19º. In http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/legis_lei_3_74_ac.pdf (consultado em 23.08.2013).

⁹ Ver, a este respeito, Rodrigues, Luis Nuno (2008), *Marechal Costa Gomes. No Centro da Tempestade*. Lisboa: Esfera dos Livros, pp. 153-154. Naturalmente que com a evolução da própria situação política interna ao longo de 1974 esta situação se alterou; mas à data da sua promulgação, era este o cenário a que se assistia.

Abril de 1974, às dos Ministros das pastas militares”, do qual se excecionava aquelas funções de carácter exclusivamente civil, que transitavam para o Governo Provisório. Percebemos aqui, mais uma vez, uma tentativa da parte da Junta de Salvação Nacional de remeter tudo o que dissesse respeito às funções estritamente militares das Forças Armadas Portuguesas para uma tutela militar¹⁰.

Por fim, era criado o Conselho Superior de Defesa Nacional. Este órgão, instituído com o objetivo de “concertar a política e ação de Defesa Nacional”, era composto pelo Presidente da República, que o presidia, pelo Primeiro-Ministro e pelos Ministros da Defesa Nacional, dos Negócios Estrangeiros, Coordenação Económica e Coordenação Interterritorial e pelos Chefes de Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas portuguesas. Adicionalmente, poderiam ser chamados às reuniões do CSDN outros ministros ou entidades que fosse julgado conveniente pelo Presidente da República, desde que “pelas suas funções, tenham direta interferência nos assuntos relativos à defesa nacional”¹¹. Era, portanto, o órgão responsável pela definição da política de defesa nacional, que juntava, sob a liderança do Presidente da República, quer os titulares das pastas políticas que tinham autoridade sobre esta matéria, como os responsáveis máximos das Forças Armadas.

Assim, na estrutura constitucional provisória, emanada da Lei 3/74, ficava claramente definida uma tentativa de separação da dimensão política e militar da atividade das Forças Armadas, nomeadamente através do reforço dos cargos de Chefe de Estado-Maior dos diferentes ramos, que ocupariam as funções até aí exercidas pelos ministros do Exército e da Marinha e pelo Secretário de Estado da Aeronáutica – uma vez que, até ao final do Estado Novo a tutela da Força Aérea estava sob alçada do Ministério da Defesa Nacional, ao nível da Secretaria de Estado.

Um outro órgão fundamental para a “autonomia legislativa das Forças Armadas” surgiu no início de Julho de 1974: o Conselho de Chefes de Estado-Maior (CCEM). Criado pela Lei 4/74, de 1 de Julho, o CCEM tinha como objetivo conferir exequibilidade ao disposto na Lei 3/74, segundo a qual os órgãos supremos das Forças Armadas tinham capacidade ministerial. Assim, esta lei assegurava que “o exercício de funções legislativas sobre matérias que respeitem à estrutura e organização das Forças Armadas, bem como a assuntos

¹⁰ Lei 3/74, de 14 de Maio, artigos 20º e 21º. In http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/legis_lei_3_74_ac.pdf (consultado em 23.08.2013).

¹¹ Lei 3/74, de 14 de Maio, artigo 22º. In http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/legis_lei_3_74_ac.pdf (consultado em 23.08.2013).

internos das mesmas” competia “exclusivamente” ao Conselho dos Chefes dos Estados Maiores das Forças Armadas. O CCEM era presidido pelo CEMGFA e composto pelos restantes Chefes de Estados Maiores dos três ramos. Os textos emanados do CCEM seriam promulgados pelo Presidente da República, sendo que os diplomas que “envolviam diminuição de receitas ou aumento de despesas” bem como aqueles que “envolviam verbas relativas a territórios ultramarinos” deveriam ser referendados também pelo Ministro da Defesa Nacional e da Coordenação Económica ou da Coordenação Interterritorial, respetivamente¹². A criação do CCEM com competências exclusivas sobre a legislação militar poderá ser vista como um sinal de enfraquecimento da pasta da Defesa Nacional no elenco governativo e mais um passo no sentido do reforço do papel do CEMGFA e restantes Chefes de Estados Maiores¹³.

Assim, percebemos que, logo nas primeiras semanas após a revolução de 25 de Abril de 1974, se reorganizou a distribuição dos poderes que teriam responsabilidade de tutelar as Forças Armadas Portuguesas. Tal foi feito através de um reforço claro do poder e autoridade das chefias militares, culminando na consolidação do papel reservado ao Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, ao mesmo tempo que se reduzia a interferência política civil na dimensão militar, nomeadamente com uma diminuição da importância do cargo do Ministro da Defesa Nacional – que ficava apenas com as funções de ligação entre as Forças Armadas e o governo provisório.

Deste modo, percebemos que qualquer legislação que viesse a afetar as Forças Armadas portuguesas seria emanada deste novo elenco institucional. O Conselho dos Chefes dos Estados Maiores seria a única autoridade competente para legislar acerca das Forças Armadas portuguesas, cabendo ao seu presidente, o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas a supervisão de qualquer processo nesse campo. E foi esse o caminho percorrido com a legislação relativa à extinção do Corpo de Estado-Maior do Exército português, que se iniciou logo alguns dias após o derrube do regime autoritário português.

¹² Lei 4/74, de 1 de Julho, <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19741249%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=Lei&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar> (consultado a 26.08.2013).

¹³ Nomeadamente por Luis Nuno Rodrigues, para quem, com a criação do CCEM, “ficavam neutralizados os poderes do Ministro da Defesa e, mais uma vez, reforçados os do CEMGFA”. Ver Rodrigues, Luis Nuno (2008), *Marechal Costa Gomes. No Centro da Tempestade*. Lisboa: Esfera dos Livros, p. 154

b. A Extinção do Corpo de Estado-Maior do Exército

Passemos então agora à análise do processo de extinção do Corpo de Estado-Maior, ocorrida logo após a revolução de 25 de Abril de 1974. A extinção do CEM deu-se através da publicação do Decreto-Lei 634/74, de 20 de Novembro. Porém, o processo através do qual se concretizou esta extinção iniciou-se muito antes. O que pretendemos deste sub-capítulo é precisamente analisar quais os diferentes passos dados no sentido dessa extinção ao longo do Verão de 1974.

A iniciativa partiu do próprio Chefe de Estado-Maior do Exército, o General Jaime Silvério Marques, que, logo em 30 de Maio de 1974, instruiu o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), responsável pela instrução dos Cursos de Estado-Maior, no sentido de “elaborar legislação relativa à extinção do Corpo de Estado-Maior”, na sequência de um despacho de 24 de Maio de 1974. Nesse sentido, foi atribuído ao “Grupo de Planeamento do Exército”, estrutura já em funcionamento no IAEM desde 29 de Abril de 1974, que se debruçasse sobre este assunto¹⁴. Percebemos assim que, apenas quatro dias após o derrube do regime português, existia já em funcionamento um Grupo de Planeamento do Exército¹⁵, sediado no IAEM, o que poderá ser um indicador claro das intenções de reforma do Exército português desejado pelos militares de Abril. O facto de ter sido atribuído a este órgão a missão de delinear as primeiras propostas de legislação relativamente à extinção do CEM pode contribuir para que este processo fosse visto como parte integrante dessa reforma.

O primeiro esboço de legislação definido por este Grupo foi apresentado a 5 de Junho de 1974, numa Informação assinada pelo Director do IAEM, Brigadeiro Artur Nunes da Silva, apenas cerca de uma semana após ter sido instruído para tal. No entanto, pelas considerações prévias apresentadas pelo Grupo de Planeamento do Exército, compreendemos que o processo de extinção do CEM não seria fácil. Não tanto por haver discordâncias relativamente ao seu objectivo, ou seja, não porque se questionasse directamente a dissolução do CEM, mas mais concretamente porque parecia haver grande renitência no modo como essa extinção seria alcançada.

Ao preparar esta legislação, o Grupo de Planeamento teve em mente algumas considerações, que entendeu serem reflexo da “relevância do

¹⁴ Informação nº 33 do Director do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), 05 de Junho de 1974 – Arquivo Histórico Militar (doravante AHM), FOT/A/36/56/4.

¹⁵ Não foi possível, porém, ao longo da investigação, apurar quem eram os elementos que faziam parte deste Grupo de Planeamento do Exército, nem de quem tinha partido a iniciativa para a sua formação.

assunto no quadro da actual conjuntura militar nacional”. A primeira destas considerações tinha que ver com a necessidade de evitar que tal decisão fosse vista como “uma extinção brusca”, que pudesse ser interpretada como “um saneamento”, uma vez que focava apenas um grupo “significativo de oficiais do Quadro Permanente”, o que, além do mais, “não poderia deixar de considerar-se injusto e lesivo dos interesses morais desses oficiais”. Por sua vez, tal facto poderia afectar “negativamente a coesão do conjunto dos quadros dos oficiais do Quadro Permanente”, o que poderia trazer consequências muito sérias, tendo em atenção a particular conjuntura, “numa altura em que a gravidade dos problemas (...) exige, mais do que nunca, não só a manutenção como o fortalecimento dessa coesão”. Do mesmo modo, eram ainda de se evitar “quaisquer alterações profundas” no Exército que pudessem originar “quebras do rendimento do conjunto” e, mais uma vez, pudessem ameaçar a coesão desse ramo das Forças Armadas portuguesas. Por fim, existiam duas considerações relativas à necessidade de se salvaguardarem os direitos dos oficiais do Corpo de Estado-Maior. A primeira delas dizia respeito aos “direitos já adquiridos” pelos oficiais do CEM, que deveriam ser salvaguardados, e a segunda à necessidade de se evitar qualquer “bloqueio das promoções dentro dos quadros dos oficiais das Armas”, sendo para isso desejável que se encontrassem “soluções que permitam uma transição suave e controlável entre o actual sistema e aquele que se visa implantar” [sublinhado nosso]¹⁶. Percebemos então que os elementos do Grupo de Planeamento do Exército do IAEM encarregados de elaborar este primeiro esboço de legislação relativa à extinção do CEM tinham como principal preocupação evitar qualquer sobressalto na organização e coesão do Quadro Permanente de Oficiais do Exército, privilegiando sempre soluções que pudessem garantir não só alguma justiça e equilíbrio como também um processo tranquilo.

Tendo em mente estas considerações, as diferentes propostas de decreto-lei apresentadas pelo Grupo de Planeamento do Exército do IAEM (três) iam todas no sentido de uma extinção progressiva do CEM, apenas divergindo entre si “numa gradação crescente”. Ou seja, as diferentes opções apresentadas pelo Grupo de Planeamento não tinham como objectivo uma extinção imediata do CEM, mas sim uma diminuição progressiva das várias características que conferiam ao CEM um regime de excepção. Daí que a primeira modalidade definisse que o ritmo da extinção seria apenas marcado pela “saída natural dos oficiais, sem que nesta intervenha qualquer factor de aceleração”, o que implicaria naturalmente um processo lento e demorado.

¹⁶ Informação nº 33 do Director do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), 05 de Junho de 1974 –AHM/FO7/A/36/56/4.

A terceira modalidade que teria um “ritmo mais acelerado de extinção”, por sua vez, permitia o regresso, “embora controladamente”, aos quadros das Armas de origem de todos os oficiais do CEM que o pretendessem¹⁷.

Adicionalmente, qualquer uma das três propostas deixava em aberto a possibilidade de os oficiais que “iniciaram a frequência do Curso de Estado-Maior ou que estejam ou venham a estar habilitados com o Curso Complementar de Estado-Maior” pudessem entrar no quadro do CEM. Ou seja, para além de não extinguir automaticamente o Corpo de Estado-Maior, todas as propostas apresentadas previam ainda que o quadro dos seus oficiais se mantivesse, essencialmente porque se tinha em conta “determinadas perspectivas de carreira” que os oficiais teriam tido ao iniciarem Cursos de Estado-Maior, perspectivas essas às quais se reconhecia “uma certa força moral”¹⁸.

Naturalmente que não era este o objectivo que o gabinete do Chefe de Estado-Maior do Exército tinha em mente quando instruiu o IAEM a determinar a legislação acerca da extinção do CEM. Numa informação enviada ao seu superior, o Adjunto do CEME, Tenente-Coronel Nuno Lopes Pires, advogava que, ao contrário do que era afirmado na informação do IAEM, a tentativa de manutenção de “um regime de excepção (ainda que atenuado)”, aos oficiais do CEM é que estaria “em desacordo com os princípios de renovação que se pretendem estabelecer no funcionamento das estruturas militares”. Adicionalmente, considerava este oficial que o que era “injusto e lesivo dos interesses morais dos restantes oficiais” era precisamente a “actual situação dos oficiais do CEM”, provocando esta situação, “há longo tempo, reflexos negativos na coesão do conjunto dos oficiais”. Neste sentido, o Brigadeiro Nuno Lopes Pires apresentava uma quarta proposta de decreto-lei que, no seguimento dos seus comentários, previa uma extinção imediata do Corpo de Estado-Maior e a incorporação do seu corpo de oficiais nos quadros das Armas de origem, “intercalados de acordo com as suas antiguidades”¹⁹.

Numa nota manuscrita no topo desta informação, datada de 26 de Junho de 1974, percebemos que o próprio Chefe de Estado-Maior do Exército, General Jaime Silvério Marques, concordava com o teor do seu texto. Aliás, esta legislação relativa à extinção do Corpo de Estado-Maior era vista pelo

¹⁷ Informação nº 33 do Director do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), 05 de Junho de 1974 –AHM/FO7/A/36/56/4.

¹⁸ Informação nº 33 do Director do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), 05 de Junho de 1974 –AHM/FO7/A/36/56/4.

¹⁹ Informação do Adjunto do Chefe de Estado-Maior do Exército, 18 de Junho de 1974 – AHM/FO7/A/36/56/4.

General Silvério Marques como tendo “carácter muito urgente”, à semelhança dos diplomas relativos à “legalização dos Conselhos de Armas e de Serviços e à legalização de processos a instaurar a alguns oficiais”. A acrescentar a isto, considerava o CEME que a “demora verificada na promulgação” destas peças legislativas provocara “graves reflexos na disciplina do Exército, tanto na metrópole como no ultramar”. Era por isso “urgente” que fosse enviada ao Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e ao Ministro da Defesa Nacional²⁰.

A resposta do gabinete do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) às propostas do IAEM apoiava claramente a tomada de posição definida pelo adjunto do Chefe de Estado-Maior do Exército e pelo próprio CEME. Em 02 de Julho de 1974, era já tida como “incontrovertida a conveniência de extinção do CEM” que deveria ter “efeitos imediatos”, sendo que subsistia o problema essencial, que residia na forma como alcançar essa extinção. Assim, a modalidade definida era que os oficiais do CEM e os oficiais habilitados com Curso Complementar de Estado-Maior (CCEM) deveriam “ingressar nos quadros das respectivas armas de origem”, mantendo a sua inscrição nas respectivas escalas, “em conformidade com a sua antiguidade de Tenente, mas com a antecipação prevista no texto do Decreto-Lei 46.326, de Maio de 1965”²¹, de acordo com o qual os oficiais com o CCEM antecipavam de dois anos a sua antiguidade²². Percebemos, pela letra deste parecer, que a principal preocupação dos legisladores era extinguir o CEM, e ao mesmo tempo evitar a cisão no corpo de oficiais e a salvaguarda dos direitos adquiridos dos Oficiais do CEM, tentando sempre assegurar o eficiente serviço de Estado-Maior²³.

Para além da discussão interna relativa às disposições legais que revestiriam a decisão de extinção do Corpo de Estado-Maior, encontramos algumas tomadas de posição da parte dos próprios oficiais do CEM relativamente às medidas que se vinham a preparar. A primeira destas tomadas de posição partiu do então Major Loureiro dos Santos (à data, 8 de Junho de 1974, desempenhava funções de delegado da Junta de Salvação Nacional – JSN – encarregado do governo de Cabo Verde), que, a título pessoal, fez chegar ao Gabinete do CEMGFA um memorando com as suas considerações acerca dessa extinção. Preocupado pelo facto de que o processo de extinção

²⁰ Nota manuscrita do CEME, Gen. Jaime Silvério Marques, 26 de Junho de 1974, inserida na Informação do Adjunto do Chefe de Estado-Maior do Exército, 18 de Junho de 1974 – AHM/FO7/A/36/56/4.

²¹ Parecer do Gabinete do CEMGFA, 02 de Julho de 1974 – AHM/FO7/A/36/56/4.

²² Decreto-Lei 46326 de 07 de Maio de 1974.

²³ Parecer do Gabinete do CEMGFA, 02 de Julho de 1974 – AHM/FO7/A/36/56/4.

do Corpo de Estado-Maior tivesse na sua base “pressões preconceituosas e independentes das reais necessidades do Exército e da Nação”, Loureiro dos Santos entendia que a extinção do CEM deveria ser feita “a médio prazo e enquadrada (...) num conjunto de medidas relativas à reorganização do Exército em toda a sua extensão”. Para tal, deveriam ser desenvolvidos “estudos cuidados e desapaixonados”, “norteados pelos reais interesses do Exército” e sempre tendo em conta o “escrupuloso respeito pelos princípios do direito por forma a não subverter os reais direitos adquiridos”. Portanto, o Major Loureiro dos Santos manifestou-se claramente contra a modalidade de extinção imediata do CEM, apesar de, como o próprio reconhece, poder vir a ser claramente beneficiado em termos de promoção da carreira caso isso acontecesse²⁴.

Mais tarde, já em finais de Outubro de 1974, também um conjunto de 96 oficiais do CEM se manifestou acerca da extinção do CEM. Infelizmente não foi possível apurar os nomes destes oficiais, mas, tendo em conta o número de oficiais do CEM à data da sua extinção (159), podemos dizer que eram um conjunto representativo do quadro do CEM. Dirigindo-se ao Chefe de Estado-Maior do Exército, estes homens procuraram acima de tudo refutar as acusações de que tivessem sido beneficiados relativamente aos restantes elementos do Quadro Permanente de Oficiais, em particular no que dizia respeito às Comissões militares nas colónias portuguesas. Apesar de reconhecerem que poderiam ter beneficiado de “uma menor dureza” durante o “esforço de guerra no Ultramar”, tal deveu-se, na sua opinião, ao não cumprimento de determinadas disposições legais ao qual eram completamente alheios. Para além disto, este “menor número de comissões a partir de 1961” reflectia-se igualmente ao nível “da redução das vantagens económicas” respectivas. Estes oficiais, apesar de não negarem uma possível interpretação de que teriam beneficiado de uma “menor dureza e risco” nas missões desempenhadas em África, argumentam ainda que essa situação teve como consequência uma menor experiência no campo de batalha, que poderia prejudica-los em casos de “promoções por escolha e aos altos postos do Exército”. Por fim, apontam ainda que não teriam sido apenas os oficiais com o CCEM os únicos a beneficiar destas condições mais favoráveis, apontando “os oficiais dos Serviços, das Transmissões e mesmo de outras Armas” como estando na mesma situação²⁵.

²⁴ Memorando de Loureiro dos Santos para o Gabinete do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, 08 de Junho de 1974 – AHM/FO7/A/36/56/4.

²⁵ Memorando do Plenário dos Oficiais com o CCEM, 31 de Outubro de 1974 – AHM/FO7/A/36/56/4.

Outra das preocupações destes homens era a defesa dos direitos adquiridos, nomeadamente ao nível das antiguidades. A sua argumentação partia aliás de um pressuposto claro: “nada há a opor à extinção do CEM”, ou seja, não havia da parte destes oficiais qualquer tentativa de anular essa extinção. Na realidade, o que estes homens criticavam e procuravam evitar era a “ofensa ao princípio da não-retroactividade” da lei que estava prestes a ser promulgada. Isto porque a proposta de lei aprovada previa a perda pelos oficiais do CEM do direito “legalmente adquirido, de avanço de dois anos da antiguidade nos quadros das Armas de origem”²⁶. Não obstante, nas considerações finais deste memorando estes oficiais asseguram a sua disponibilidade para “continuar a dar o melhor esforço no sentido de ser garantida uma perfeita unidade e coesão no seio do Exército” e salvaguardam a liberdade individual de cada oficial para tomar as disposições que entender, caso a legislação fosse promulgada²⁷.

Como seria de prever, apesar destes exemplos de manifestações contrárias ao espírito da lei que enformava a extinção do Corpo de Estado-Maior, a verdade é que o decreto-lei aprovado em finais de Outubro de 1974 seguiu uma fórmula distinta das até aí apresentadas e discutidas

Na verdade, uma das principais questões que terão levado à extinção do CEM foi precisamente o facto de estes oficiais terem alcançado determinados benefícios em termos de antiguidade que faziam com fossem vistos como privilegiados pelos restantes oficiais do Quadro Permanente. Ora, os vários esboços apresentados tentavam constantemente manter esses privilégios, nomeadamente na questão da antiguidade. Porém, na redacção final do decreto de lei de extinção do Corpo de Estado-Maior, acabou por imperar uma fórmula que anulava qualquer benefício em termos da carreira dos seus oficiais.

Aprovado pelo Conselho dos Chefes de Estados Maiores das Forças Armadas Portuguesas e promulgado pelo Presidente da República (que acumulava, desde o início de Outubro, o cargo de Presidente da República com o de CEMGFA), General Francisco da Costa Gomes, em 20 de Novembro de 1974, o Decreto-lei 634/74 definia, no seu artigo 1º, a extinção do CEM. No preâmbulo do texto do Decreto-lei, é considerada “oportuna” a extinção do CEM, no “plano geral de reorganização do Exército”, no qual se pretendia “estruturar em novos moldes a carreira dos oficiais do Quadro Permanente”. De resto, o teor deste preâmbulo não reflecte qualquer tentativa de penalizar

²⁶ Memorando do Plenário dos Oficiais com o CCEM, 31 de Outubro de 1974 – AHM/FO7/A/36/56/4.

²⁷ Memorando do Plenário dos Oficiais com o CCEM, 31 de Outubro de 1974 – AHM/FO7/A/36/56/4.

os oficiais do CEM pelos benefícios até aí usufruídos e muito menos transparece qualquer insinuação de que se trataria de uma tentativa de saneamento deste corpo do Exército e das Forças Armadas portuguesas²⁸.

Segundo o Decreto-Lei 634/74, os oficiais do Corpo de Estado-Maior passariam para as suas armas de origem, sem qualquer benefício em termos de antiguidade – ou seja, segundo o disposto na lei, os oficiais do CEM passariam a ter antiguidade de posto de Tenente do seu curso de origem, algo que seria aplicado retroactivamente também àqueles que tinham beneficiado dessa antiguidade adicional de dois anos. Mantinha-se, portanto, o princípio de retroactividade deste decreto-lei, algo que, como vimos atrás, tinha sido veementemente criticado por parte dos oficiais com o Curso Complementar de Estado-Maior²⁹.

Relativamente às vagas dos quadros das armas, os oficiais do agora extinto CEM ficariam como supranumerários, sendo que as vagas privativas do Corpo de Estado-Maior eram também extintas, ou seja, a extinção do CEM não implicaria a criação de novas vagas nas armas, que seriam eventualmente preenchidas pelos até aí oficiais do CEM³⁰.

Na realidade, apenas um dos benefícios dos oficiais do Corpo de Estado-Maior se manteve por decisão já de Dezembro de 1974: os suplementos às remunerações base de que os oficiais do CEM tinham direito, por se considerar que seriam atribuídos aos oficiais com determinados cursos e não apenas aqueles que pertenciam, de facto, ao Corpo de Estado-Maior³¹. Ao manter estes suplementos, para todos os oficiais com Curso de Estado-Maior, independentemente da forma que este viesse a tomar no futuro, evitava-se uma discriminação que pudesse existir ao retirá-los apenas aos oficiais do quadro do CEM.

²⁸ Decreto-Lei 634/74, 20 de Novembro. <http://www.dre.pt/cgi/dri1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19742625%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=%27Decreto-Lei%27&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar> (consultado em 26.08.2013).

²⁹ Tal como foi comunicado ao CEME em finais de Outubro de 1974. Memorando do Plenário dos Oficiais com o CCEM, 31 de Outubro de 1974 – AHM/FO7/A/36/56/4.

³⁰ Decreto-Lei 634/74, 20 de Novembro. <http://www.dre.pt/cgi/dri1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19742625%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=%27Decreto-Lei%27&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar> (consultado em 26.08.2013).

³¹ Informação nº 818/74 do Estado-Maior General das Forças Armadas, 02 de Dezembro de 1974 – Arquivo da Defesa Nacional (ADN), F03 (CEMGFA), SR 11, Cx 25.

Conclusões

A extinção do Corpo de Estado-Maior, apesar de não levantar grandes resistências na sua essência, ou melhor, apesar de ser vista como algo compreensível no quadro de modernização das Forças Armadas portuguesas, foi contudo percebida, em determinados sectores (especialmente no seio do Instituto de Altos Estudos Militares, entidade responsável pela leccionação dos Cursos de Estado-Maior, e dos próprios oficiais do Corpo), como algo que não deveria ser feito de um modo imediato. Acima de tudo, temia-se que um processo súbito e de ruptura fosse fonte de cisões e de quebra de coesão do corpo de oficiais do Quadro Permanente. Porém, podemos dizer que as intenções por detrás desta opção se pautavam mais pela necessidade de acabar com qualquer fonte de desigualdade ou desequilíbrio dentro do Exército do que com uma mera reforma estrutural do Exército, o que terá levado então à sua extinção imediata.

Por outro lado, dos homens que faziam parte do CEM à data da sua extinção, encontramos diferentes percursos militares e, sobretudo, políticos. Tal como foi referido na primeira secção deste texto, existe um número elevado de oficiais do CEM cujo posto final alcançado no final da carreira foi o de coronel, algo que não era comum nos restantes oficiais do CEM, até essa data, que atingiam postos mais elevados. Contudo, esta carreira militar um pouco menos alargada poderá estar relacionada com a própria evolução das Forças Armadas portuguesas, num período em que as missões militares ficaram grandemente reduzidas quando comparado com a realidade pré-1974, em que as guerras coloniais possibilitavam uma mais rápida progressão na hierarquia militar.

Do ponto de vista político, não encontramos entre os elementos que faziam parte do Corpo de Estado-Maior à data da sua extinção um número muito elevado que tivesse tido uma participação política activa à data do período revolucionário. Para além de homens como Franco Charais, que pertencera à Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas, ao Conselho de Estado e posteriormente ao Conselho da Revolução ou de Arnão Metelo, que foi Ministro da Administração Interna do IV Governo Provisório (de 26 de Março a 8 de Agosto de 1975) e também Vice-Primeiro Ministro do V Governo Provisório (entre 8 de Agosto a 19 de Setembro de 1975), não encontramos uma predominância de elementos ligados ao MFA entre estes oficiais do CEM.

É assim um conjunto de oficiais com uma composição heterogénea que será afectado pela legislação que levará à extinção do Corpo de Estado-Maior, decidida pelas instâncias militares apenas algumas semanas após o derrube do Estado Novo, na sequência do golpe de 25 de Abril de 1974.